

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

"As temáticas inovadoras, aquelas que captam a dinâmica dos fatos, não são encontradas no âmago de cada disciplina, mas em suas fronteiras"

- Milton Santos in: Folha de São Paulo, 31/07/1988, 2º caderno, pA 22

A

A., B., A., Y., A., A , **A** e ao
sr. B;

que com carinho e encorajamento
me acompanharam durante a
realização deste trabalho, toda
a minha afeição e
reconhecimento.

Ao Nelson,

meu querido pai, que nos deixou
enquanto eu elaborava este
trabalho: - com saudade e amor.

A dois grandes amores de minha
vida:

- **Fábio Ricardo e Leandro.**

À tia Maria,

maravilhosa contadora de
histórias, que ajudou a povoar
de encantamento a minha
imaginação de criança.

A todos aqueles

que, em qualquer território do
planeta, transformam
pensamentos em atos e palavras,
em favor de uma real
sociabilidade solidária.

"Partir à procura de um território oculto, seria penetrar este território propriamente humano isto é, tentar desvelar tudo que faz do território uma noção especificamente humana: não só nos saberes disciplinares nos da tradição, mas igualmente nas passagens que é necessário procurar entre estes dois tipos de conhecimento, entre o culto e o inculto, entre a ordem e a desordem, entre o selvagem e o domesticado

Pascal AMPHOUX,p.263 - Le territoire occulte AMPHOUX,P.et PILET,G.(1985) - *Fragments d'Écologie Humaine* Bruxelles Castella et Editons de l'Université de Bruxelles

Agradecimentos

Quando se busca realizar um trabalho solidário, ainda que aparentemente solitário como este, muitos são aqueles que no caminho se apresentam como o auxílio necessário em determinado momento da caminhada. Há sempre o risco de que a memória falhe e olvide alguém. Embora meus esforços para que tal não suceda, se todavia isto acontecer, e se tais pessoas forem lembradas após, sem que possam ser incluídas neste reconhecimento público, certamente elas estarão incluídas nos meus sentimentos de gratidão sincera.

Gostaria de iniciar pelos agradecimentos institucionais. Através da PROPESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - com a aquiescência do Departamento de Geografia (onde exerço atualmente minhas funções docentes) fui bolsista do Programa Institucional de Capacitação de Docentes - PICD - da Capes. Posteriormente o CNPq possibilitou-me um período de estágio de pesquisa de janeiro de 1991 a fevereiro de 1992, em Paris. Também a então Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, na pessoa do seu secretário, professor Cláudio Accurso, concedeu-me licença para afastamento de minhas atividades funcionais durante o período do doutorado. Sem o apoio destas instituições teria sido impossível realizar no tempo previsto este trabalho.

No que se refere aos agradecimentos a pessoas, inicio afirmando a qualidade da orientação que recebi do Professor Dr. Armando Corrêa da Silva . Mas sem dúvida, num departamento pequeno como o Departamento de Geografia da UFRGS, se foi possível o meu afastamento, isto se deu graças à generosidade da colega e amiga, Professora Hilda Lazaretti Krusche, que se prontificou a assumir as disciplinas por mim ministradas, durante este período.

Além disso durante o meu afastamento do País, ela e o colega e também amigo, Professor Arno Lehnen, foram meus procuradores, pelo que lhes sou imensamente reconhecida, uma vez que sem este auxílio isto teria sido irrealizável.

Durante o trabalho de campo, em todas as vezes que estive na área, recebi o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Ângelo, sem o qual teria sido impossível varar as estradinhas às vezes intransitáveis do interior dos então distritos de Santo Ângelo. Além dele, também a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Entre-Ijuís me facilitou contatos e acesso a reuniões e discussões com vários segmentos da população. Ainda durante algumas fases do trabalho de campo, tive a companhia de dois estagiários, à época estudantes de Geografia: Luís Alberto Basso e depois, Ana Bertê, que auxiliaram na organização das informações constantes nos relatórios da pesquisa.

A adaptação e confecção dos mapas que ilustram este trabalho, foram obra da boa vontade de Walter Gomes Crystobal e Susana Guedes Funck, colegas da Secretaria de Planejamento e Administração, a quem agradeço sinceramente.

"Glória, Glorinha" - a geógrafa e amiga Glória da Anunciação Alves - leu rápida e prontamente a versão preliminar da tese, permitindo que eu me beneficiasse de suas úteis sugestões, ainda que eu assumo não ter seguido todas as suas meticulosas observações.

Enfim, as pessoas que conheci nas "redes" em que tive oportunidade de exercer a sociabilidade mesmo que eventualmente, durante este tempo, me ensinaram oportunidades de aprender. Neste sentido sou agradecida a todas elas, pois agora ao concluir este trabalho, me levaram a interrogar e a responder como Fernando Pessoa: - *"Será que vale (ou valeu) a pena ?*

- Sempre vale a pena, quando a alma não é pequena!"

Sumário

ANTENAS, REDES E RAÍZES DA TERRITORIALIDADE

1 - O território, a trama e o tempo	9
2 - Territórios em transformação	17
2.1 - Para começar dois grandes conceitos	17
2.2 - Um olhar sobre a realidade do mundo atual	18
2.3 - Fragmentação e integração de territórios: como abordá-las?	23
2.3.1 - Divisões Regionais e Regionalização	23
2.3.2 - Separatismos e Regionalismos	25
3 - As antenas e o território	29
3.1 - Sujeitos sociais e realidade brasileira	32
4 - Redes e interdependência	42
4.1 - Redes e sociabilidade	46
5 - Raízes?	58
5.1 - Raízes e identidade	60
5.2 - Identidade e movimentos emancipatórios	64
6 - Raízes e territorialidade	68
6.1 - Territorialidade	73
6.2 - A territorialidade: bem ou mal amada?	77
7 - Território	82
7.1 - Um passeio às origens	82
7.2 - Movimento e estabilidade: um tema recorrente	84
7.3 - Mito e ainda etimologia	84

7.4 - O território e suas várias acepções	85
7.5 - Território e espaço	89
7.6 - Território e lugar	90
7.7 - Singular, universal e particular	91
8 - O implícito a evidenciar: uma nova ética e uma nova consciência espacial	94
8.1 - Uma breve discussão sobre categorias	96
8.2 - Espaço, diferenças e individualidades	100
8.3 - Necessidades e valores: insumos para a sociabilidade	104
8.4 - Espaço, consciência e <i>socialidade</i>	106
8.5 - Consciência e consciência territorial	107
9 - A gestação histórica da territorialidade	114
9.1 - " <i>Esta terra tem dono!</i> "	120
9.2 - Matrizes da territorialidade: as Reduções e as Colônias	123
9.3 - Origens e evolução das fragmentações territoriais	127
10 - Novos municípios: o território atual	144
10.1 - A quem servem as emancipações?	147
10.2 - O que está à vista no iceberg	150
10.3 - Submergindo no iceberg	152
10.4 - Uso político do território: governantes e governados	155
10.4.1 - O conflito político	159
10.4.2 - Eleitos e uso político do território	161
10.4.3 - Territorialidade cultural, uso político do território e conflito	169
10.4.4 - Oposição: manifestações de territorialidade familiar ou recusa da territorialidade senhorial.	172
10.4.5 - A alienação da territorialidade	175
10.5 - A democracia que se pratica	179
10.5.1 - A democracia ... antes das emancipações	179
10.5.2 - A democracia ... depois das eleições	187
10.6 - A estratégia territorial	196

10.7 - Efeitos do uso político do território	199
10.8 - O desenraizamento e o embotamento da consciência territorial	203
10.9 - Da construção de um imaginário social à socialidade	204
10.9.1 - " <i>Cada um tem uma idéia pra si</i> "	204
10.9.2 - Socialidade e territorialidade familiar	213
11 - Espaço, tempo e escalas de análise	216
12 - Bibliografia	219
13 - Glossário	225
14 - Anexos	229
14.1 - Dados Informativos sobre Entre-Ijuís	229
14.2 - Dados Informativos sobre Eugênio de Castro	231
14.3 - Dados Informativos sobre São Miguel das Missões	232
15 - Índice dos Mapas	236
16 - Índice dos Mapas Conceituais	237

O TERRITÓRIO, A TRAMA E O TEMPO

*"Camiñante, no hay camiño;
¡se hace el camiño al andar!"*

Antônio Machado " Cantares"

A título de prefácio, gostaria de situar para o leitor deste trabalho, o "território" em que se desenvolveu, um pouco da trama social em que ele foi tecido, e o seu tempo. Já ao finalizá-lo, eu dizia brincando para um amigo, que não fora eu que escolhera esta pesquisa, mas que fora ela quem me escolhera. Agora, lembrando como foi que tudo começou, (se é que há um começo...) percebo que a minha brincadeira foi real ou seja: foi ela, esta pesquisa, quem me escolheu e não eu a ela.

O "início", imperceptível e compulsório, "deu-se"¹ quando eu trabalhava com colegas economistas sobre um projeto de distribuição da renda interna do estado na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Como geógrafa, foi-me atribuída na ocasião uma tarefa "fora de moda", até estigmatizada nos ambientes geográficos e que há algum tempo fora riscada da agenda dos geógrafos por razões que são explicitadas mais adiante, no capítulo: "Territórios em Transformação". Esta "missão impossível" consistia em estabelecer uma divisão regional (então chamada "regionalização") do estado para os fins de nosso projeto de pesquisa, que compreendesse as quatro décadas que o projeto se propunha a examinar. Isto me levou a um exame minucioso e árduo das divisões regionais do estado; levou-me também à elaboração de uma memória técnica sobre os aspectos metodológicos e a uma "impossível"

¹No duplo sentido de acontecer e de se dar, de se oferecer a mim como oportunidade.

tentativa de compatibilização do que fora até então feito por outros geógrafos. Enfim, conduziu-me a redigir um artigo de revisão sobre as divisões regionais do Rio Grande do Sul.²

Esta "missão", - que se me afigurava na época como uma espécie de "castigo" (era um assunto "out", "demodé" e criticado) - conduziu-me a pelo menos duas descobertas³: - uma empírica e outra teórica, e que, sem que eu soubesse, iam marcar minhas preocupações metodológicas de tentar entretecer explicitamente realidade e teoria daí para diante. A primeira, foi que aprendi a distinguir divisão regional de regionalização, compreendendo que regionalização é o processo de transformação do espaço habitado ao longo do tempo. A segunda, empírica e informativa, foi a constatação da enorme fragmentação do território do estado, mais acelerada em alguns períodos e estacionária em outros e que impossibilitava a aplicação de um critério homogeneizador para quatro décadas e impedia a mensuração da renda subregional simplesmente porque as regiões se "dissolviam", ou seja não mantinham contigüidades espaciais ao longo do período, pela formação de novos municípios a partir da desagregação de distritos de um município, de distritos ou de parcelas de território de mais de um município. Se não houvesse outras razões, esta de ordem prática, já trazia suficientes problemas.

A questão se tornou atual a partir de 1986 quando um número cada vez maior de processos emancipatórios com várias assinaturas de habitantes de distritos, davam entrada na Assembléia Legislativa do estado, solicitando sua autonomia do município-sede. Estes fatos eram frequentemente noticiados pela imprensa. Como a autonomia distrital deve sempre ser decidida por plebiscito, e como em todos os processos, além dos critérios formais, havia sempre uma comissão emancipacionista local, eu me perguntava sobre a natureza de tais reivindicações, sobre a participação popular e se corresponderiam mesmo a um efetivo exercício democrático.

²MESQUITA, Zilá (1984) "Divisões Regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão" *Ensaios FEE* 5:2, 95-146

³ Como se vê nem tudo que começa mal, deve necessariamente terminar (ou continuar) mal...

Por outro lado, influenciada pelas leituras em economia e em geografia econômica, e tendo presente a regionalização (o processo), hipotetizei preliminarmente que a introdução primeiro do binômio trigo-soja, acompanhada pela mecanização, pelas alterações na estrutura fundiária tanto no que se refere ao excessivo parcelamento quanto a uma aglutinação de propriedades, e a evasão via correntes migratórias seriam elementos importantes para a compreensão destes movimentos emancipacionistas e destas fragmentações territoriais atuais.

Nesta ocasião, a leitura de três artigos ⁴ foi fundamental. Chegou a inspirar as questões das entrevistas do estudo exploratório e auxiliou-me a não me deter apenas nos aspectos econômicos. Foi então que redigi: *Qual território? E para quem? Compartilhando inquietações e repondo indagações sobre a sociedade e seu espaço*. O contato com a realidade através do estudo exploratório, dos demais trabalhos de campo e de todas as experiências vividas desde então, mostraram várias outras facetas da realidade.

A uma certa altura do trabalho, eu dizia que o tema desta tese refere-se a espaço e poder, uma vez que analisa de um lado o uso político do território e de outro, tenta vislumbrar quais os caminhos de liberdade possíveis para alcançar uma verdadeira consciência territorial. Com efeito, proponho-me a analisar as implicações de uso político do território sob a emergência de novas e pequenas cidades conducentes a uma urbanização nacionalmente diferenciada, requerendo uma reflexão mais profunda que possa talvez no futuro, subsidiar novas formas de gestão territorial. Em termos metodológicos a meu juízo naquele momento, tratava-se de perquirir se o trânsito entre teoria e realidade se altera segundo escalas geográficas de análise local, nacional, internacional; e como as mesmas influem ou podem vir a influir sobre a consciência territorial e a identidade da população. Creio ainda que o objetivo é significativo,

⁴Trata-se dos artigos de Maria Luiza Martini, Mao-tsé Tung e Bernard Kayser a saber: - MARTINI, Maria Luiza (1985) "Movimento Social no campo: intervenção sociológica e história" *História, Ensino e Pesquisa* Porto Alegre Sulina 1;1:49-75

- TUNG, Mao-tsé (1985) Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar *Seleção de textos* São Paulo Associação dos geógrafos brasileiros 11:41-2, agosto (Teoria e Método)

- KAYSER, Bernard (1985) "O geógrafo e a pesquisa de campo" *Seleção de textos* São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros 11:25-40, agosto (Teoria e Método)

mas a tal ponto ambicioso no contexto deste trabalho e das experiências que pude reunir até agora, que não seria sincero afirmar que o alcancei.

A respeito de espaço e poder não caberia aqui uma longa discussão, para não desviar dos propósitos deste trabalho. Mas é importante explicitar que há na Geografia Política uma discussão sobre os motivos dela ter sido relegada nas últimas décadas. O seu resgate atual supõe uma redefinição. Os que comungam com Yves Lacoste veem-na como sinônimo de Geopolítica. Neste sentido haveria uma geopolítica dos dominantes e outra dos dominados. Não participo desta visão. Entendo como Geopolítica as ações que o Estado promove enquanto governo sobre o seu espaço ou fora dos limites de sua soberania, ou seja ao deliberar ou interagir em relação ao espaços dos outros estados-nação envolvendo muitas vezes conflitos, sobretudo em presença de tendências expansionistas apoiadas no militarismo. É destes conflitos entre estados-nação a meu juízo, que trata a geopolítica. Ela teve uma conotação muito mais nítida no passado através das conquistas territoriais ambicionadas pelos estados-nação.

A Geografia Política a meu juízo abarca-a, mas não se esgota nela, pois pode discutir uma ampla gama de situações em que espaço e poder se relacionam a escalas intra-nacionais, tais como: movimentos pela propriedade da terra seja ela urbana ou rural; movimentos em defesa da natureza como os ecológicos; movimentos sociais de protesto como aqueles contra a construção de barragens, de usina nucleares ou contra determinadas políticas de governo, como o exemplificam os protestos sobre os preços agrícolas, até mencionados mais adiante neste trabalho. Há ainda os movimentos gerados a partir de *omissões* do governo, de que os movimentos emancipatórios aqui tratados são um exemplo.

Após ter escrito isso, encontrei um artigo de Cox (1991) que, se aproxima deste ponto de vista: *"discutivelmente a geografia política tem sido fortemente dominada por uma visão de "político" como explicitamente mediada pelo estado. Em artigos na "Political Geography Quarterly" seria difícil achar um em que o estado não faça parte: uma parte essencial do contexto de argumentos, ou, talvez, o protagonista. Isto é um ponto óbvio. Mas não está absolutamente claro porque esta fatia particular do mundo deveria ter sido feita. Por que, depois de tudo, não*

poderíamos encontrar artigos que se referissem, digamos, à geografia política de uniões trabalhistas (sindicatos) : a tensões entre a organização central da união e uniões locais, por exemplo? Ou alternativamente, estudos de política de firmas multinacionais, e como relações de localização diferencial mediam esta política? Estudos desta natureza poderiam nos dizer um pouco mais a respeito do que as tensões central-local aparentam, digamos em estados federais, e possivelmente mais. (Cox,1991:5)

Enfim em todos estes estudos, assim como nas estratégias territoriais utilizadas pelo Estado-Nação, podem estar presentes um ou ambos os componentes da Geografia Política: - o uso político do território - componente comum à Geografia Política e à Geopolítica e, no caso dos movimentos sociais, a busca do componente que chamo caminhos de liberdade vislumbrados em um imaginário social nem sempre nítido, muitas vezes fragmentário, inconsciente ou descontínuo, porque depende das "interrupções"(como as denomina Virflio) desveladoras da consciência. Estas interrupções ou tomadas de consciência, a meu ver, é que permitem uma melhor compreensão de nossa situação no espaço e no tempo.

Agora, ao finalizar esta tese, um geógrafo francês amigo⁵ me fez notar que o estudo do tempo, a história, é (ou pode vir a ser) a descoberta de nós mesmos através da memória dos que nos antecederam, de nossos antepassados, enquanto que o estudo do espaço, do território, é (ou pode vir a ser) a descoberta do outro, dos outros. Tal observação me impressionou por me parecer no momento tão simples, tão evidente e simultaneamente tão complexa. Mas também porque a associei às primeiras questões de fundo que informaram esta pesquisa antes mesmo do estudo exploratório inicial: - Quem sou eu? Quem somos nós? Quem são nossos aliados? Quem são nossos adversários?⁶

Tais questões convidam a expressar um pouco os objetivos deste trabalho. Gostaria de projetá-los à luz do enfoque rogeriano de crescimento pessoal. Neste sentido, assumo que este

⁵ Trata-se de Bernard ELISSALDE, da Association ESPACESTEMPS.

⁶Em MESQUITA, Zilá - (1987)"Qual território? E para quem? Compartilhando inquietações e repondo indagações sobre a sociedade e seu espaço" Trabalho apresentado na Reunião de consulta do Instituto Panamericano de Geografia e História,Rio de Janeiro.Não publicado

trabalho foi, é, e será uma expressão de meu crescimento como pessoa, como geógrafa e como professora.

Como pessoa quer dizer que o trabalho não visa só à aquisição de informações, mas a uma vivência de aprimoramento pessoal. Isto significou e significa permitir-me oportunidades de aprender pela experiência de uma forma amorosa e não optando pela via do sofrimento. Esta vivência foi e está sendo um caminho totalmente novo para mim e, portanto, desafiador. Implica, a partir do território, em desvendar o uso político que se faz dele para questionar como se poderia transformá-lo em maior consciência do território e promoção da socialidade entre os que o habitam. Não se trata porém de uma vivência piegas como poderia parecer à primeira vista, mas sim de tentar perceber a realidade com "o coração informado", na bela expressão de Bruno Bettelheim para titular um livro seu.⁷

Como geógrafa significa reaprender docilmente a olhar a realidade e, sem desprezar o conhecimento acumulado - produto do esforço intelectual de inúmeras gerações - confiar na sabedoria interior existente em nós e que, a partir deste convívio com o território e com o conhecimento acumulado, expressar-se-á.

Como professora assumo que sou uma estudante permanente, por escolha profissional. Neste sentido, antes de qualquer pretensão de "guiar" os outros - os que "estão" estudantes, - para subir neste balão misto de experiência desconhecida e de aventura que foi esta pesquisa, precisei e preciso descartar-me de algum lastro: - o dos velhos hábitos inoperantes de estudo. Só assim, pareceu-me, é possível abrir alternativas para que se instale o criativo no fazer profissional. Embora às vezes solitária, esta é uma tarefa solidária que remete ao aprender novas formas de compartilhar.

Compartilhar com quem? Antes de tudo com aqueles inseridos nesta realidade sob observação, que buscam um novo imaginário e uma prática social onde a solidariedade esteja presente. Captar, registrar a informação e devolver este mapeamento cognitivo percebido são

⁷BETTELHEIM, Bruno (1988) - *O coração informado : autonomia na era da massificação* Rio de Janeiro Paz e Terra Coleção Testemunhos, v.4

passos neste processo de interação. Como se trata de um olhar *sobre* e *na* realidade, do ponto de vista do território, é importante que o tema possa ser de algum auxílio para quem também prescruta a realidade de um ponto de vista geográfico, e que possa auxiliar, na atualidade, a compreender espaço e sociedade no Brasil.

Há, pois, necessidade de contemplar dois planos de estudo: - um teórico e genérico sobre as categorias conceituais de análise da realidade como território, consciência territorial e socialidade, e outro sobre a própria realidade territorial sob análise e sua inserção nos espaços mais abrangentes que a contém. Estes dois planos são interpenetrantes e sua aparente separação aqui só se verifica, inicialmente, para efeitos de um tratamento claro do tema. O que se tentará ao longo da análise, é não separar a esfera dos valores e a dos conhecimentos objetivos.

Estas considerações remetem necessariamente às questões de método. Qual será ele? "*Camiñante , no hay camión; se hace el camión al andar!*" As palavras que epigrafam este prefácio, sugerem o que se pode esperar e o que acontecerá ao longo dele. Isto não significa ignorar abordagens metodológicas e a sua discussão. Muito ao contrário! Mas quer dizer principalmente que a questão metodológica, enquanto um caminho que se está trilhando, não poderá significar como ponto de partida um compromisso formal com uma determinada abordagem, o que poderia redundar numa feição desvitalizadora no trato do problema. Toda a discussão sobre método surgirá na medida em que ilumine o tema para que, ao compor o corpo do trabalho, o revitalize. Em outras palavras, parte-se aqui da seguinte premissa: " as questões que me ponho é que fazem o método, mesmo que eu vá buscar respostas também fora."

No plano teórico, elas aparecem inevitavelmente: - território, o que é? É o lugar? É a região? É o espaço? O que ele tem a ver com a territorialidade e com a diferenciação espacial? Sem a pretensão de esgotar as respostas, encontra-se ao longo do texto uma discussão a este respeito .Mas sua inter-relação com o plano da realidade aparece quando se pergunta: - que uso político se faz do território sob análise?

A consciência não será vislumbrada como a abordaram filósofos clássicos idealistas como Hegel, embora se tenha buscado conhecer seu pensamento. A consciência será vista

enquanto ligada ao cotidiano dos habitantes e à sua percepção dele. Por fim, o outro termo chave deste tema é a socialidade. De onde veio e qual o seu significado? Estas são as balizas da discussão teórico-metodológica.

Durante o tempo em que estive envolvida de modo sistemático neste trabalho de tese, muitas foram as oportunidades de reflexão como estas mencionadas. As atividades desenvolvidas constituíram-se num auxílio para estabelecer suas bases teóricas. Quero sobretudo salientar o quanto foram proffcuas e extremamente úteis as observações que fez o meu Orientador, professor Armando Corrêa da Silva, na análie crítica dos trabalhos elaborados e dos relatórios dos trabalhos de campo. Estas observações tiveram a arte de conciliar a correção dos erros com o cuidadoso carinho que um mestre tem para não desanimar os discípulos num caminho desconhecido. Suas palavras - escritas ou orais - com a síntese que o caracteriza, tiveram o efeito de me levar a refletir muitas e muitas vezes ao longo do caminho trilhado.

Foi também, dentre outras referências, graças à sua atitude de confiança nas possibilidades de expressão própria e de incentivo para que eu me libertasse do impulso de seguir primeiro as idéias de pensadores - mesmo que renomados - em detrimento das minhas, que tentei fazer isso nas bases teóricas e metodológicas aqui enunciadas. Sem dúvida, outras iniciativas, sugeridas por ele ou buscadas por mim mesma, tiveram o seu peso e não caberia aqui nomeá-las uma a uma. Suponho que elas se deixem entrever ao longo do trabalho.

Enfim, termino esta justificativa introdutória associada à escolha da perspectiva de Carl Rogers na concepção deste trabalho com duas assertivas de Paul Feyerabend às quais me alio: *"Para mim , as questões essenciais são aquelas que tocam de uma maneira mais profunda na minha vida, e estas muito raramente são levantadas pela ciência."*(Feyerabend,1989,p.27). *"Duvido que os cientistas pensem tão "logicamente" assim. Basta observar atentamente os caminhos sinuosos que utilizam para chegar até suas "descobertas" e o modo como as defendem perante a opinião pública e científica. É então que percebemos quais os saltos de intuição que tiveram que dar, pois a adesão deles a sistemas lógicos é apenas temporária. A pesquisa científica é, portanto, uma mistura de intuição e raciocínio"* (idem,p.29).

TERRITÓRIOS EM TRANSFORMAÇÃO

Para começar dois grandes conceitos

Divisões devidas a diferenças sempre existiram nas relações humanas. Elas podem conduzir a dois caminhos : à diferenciação com aceitação das diferenças entre os seres humanos conducente a uma convivência tanto quanto possível harmoniosa, ou à não aceitação das mesmas geradora de uma convivência difícil que resulta em apassivamento ou em diferentes tipos de conflitos. Divisões no indivíduo e na sociedade tem sido exaustivamente examinadas em psicologia, sociologia e disciplinas afins. Uma reflexão que está sendo retomada agora, critica as análises que como método separam indivíduo e sociedade (Elias, 1990) como se ambos constituíssem elementos separados e propõe o conceito de configuração que permite pensar o mundo social como um tecido de relações.⁸

Esta questão maior da divisão entre indivíduo e sociedade (e mesmo das divisões internas do próprio indivíduo), terá um correspondente geográfico? Parece que sempre que a humanidade quis expressar geograficamente as diferenças, ela se valeu de limites, de fronteiras, de divisões regionais ou nacionais, enfim : de recortes territoriais. Aceitando-se ou não as posições de Lacoste(1980)⁹, há um conceito abordado por ele, talvez não com o sentido que aqui se toma, mas merecedor de uma retomada de reflexão : - a espacialidade diferencial. Melhor seria talvez chamá-lo de diferenciação espacial pois assim se tornaria mais clara a sua inserção na família mais ampla dos conceitos de diferença.

A diferenciação espacial é óbvia nos aspectos físicos : relevo, clima, solo, etc. A linguagem, os hábitos e costumes à medida que se diferenciam no espaço, também nela se incluem perceptivelmente. A diferenciação espacial portanto, pode parecer um conceito banal a todos que já tiveram ocasião de se deslocar em qualquer arezinha deste planeta. Mas à medida

⁸ELIAS,N.(1991)*La société des individus* Paris, Fayard.

⁹LACOSTE,Y. (1980)*Unité et Diversité du Tiers Monde* Paris Maspero 3 v.

que nos apercebemos da gama de conceitos a ela ligados, desvela-se um pouco a sua complexidade. Fragmentação e integração de territórios, limites, separatismos e regionalismos, assim como autonomia, interdependência, redes e malhas podem bem abrigar-se sob o guarda-chuva da diferenciação espacial.

Há porém um outro conceito atualmente utilizado sobre o qual valeria a pena refletir. Trata-se do conceito de mutação. Ele está sendo frequentemente empregado para significar as transformações em curso hoje na economia mundial. Neste sentido as mutações referem-se sobretudo a espaços de atividades econômicas. Porém mutação como categoria filosófica de explicação da realidade tem um significado muito mais abrangente.¹⁰

O que importa reter por enquanto é que tanto diferenciação espacial como mutação, podem talvez auxiliar a compreender divisões, recortes e partilhas.

Um olhar sobre a realidade do mundo atual

Assistimos hoje a uma intensa reestruturação do espaço mundial a várias escalas geográficas, na qual territórios se fundem enquanto outros se desintegram em busca de sua autonomia. O esboroamento da URSS e as intensas alterações político-econômicas do Leste Europeu, estão aí para exemplificar as dificuldades de analisar tais mudanças tão recentes, não só pela falta de informações em profundidade e suficiência, como também pela rápida sucessão com que as mesmas têm eclodido, tornando audaciosas quaisquer análises rápidas.

Este fenômeno de integração e desintegração de territórios, embora não seja um fato novo, é um tema persistente em Geografia Política por ser indício de modificações que se efetuam na estrutura sócio-política e no governo dos territórios - seja na disputa pela criação de novos estados-nação, seja na reestruturação territorial no interior de um estado-nação.

¹⁰O físico F.Kapra já a utiliza em suas obras. Optei por não "explicá-la" aqui; ela se apresentará ao longo do texto em várias alusões. Neste sentido filosófico ela se apresentará em itálico. O Taoísmo inspirou na antiga China o milenar I CHING, *o Livro das Mutações* (Tradução do chinês para o alemão, Introdução e comentários de Richard Wilhelm. Prefácio de Young. São Paulo, Ed. Pensamento, copyright do alemão: 1956. Em francês YI KING - *Le Livre des Transformations* (version allemande de Richard WILHELM. Prefacé et traduite en français par Etienne PERROT Librairie de Médecis, Paris (VIe).

Em janeiro de 1989, após tres ou quatro anos de um processo emancipatório, foram criados simultaneamente 89 novos municípios no sul do Brasil cujas sedes são a origem de 89 novas cidades, o que significou dentre muitos outros aspectos, um novo traçado de limites municipais. Dois anos depois uma consulta plebiscitária acrescentou mais 94, fato de múltiplas implicações num país que passa por um veloz processo de urbanização, cujos governos nas três esferas administrativas, apresentam-se consideravelmente endividados e atrelados a uma inflação corrosiva, dificultando a assunção de novos custos de urbanização.

Em 1991 o mapa do mundo alterou os seus contornos. Primeiro houve a tentativa do governante iraquiano de anexar o Kuwait com a reação "ocidental" que culminou na Guerra do Golfo. Depois foi o esfacelamento da URSS cuja expressão territorial mais evidente é o clamor por autonomia na Croácia, na Sérvia, na Moldávia, na Ucrânia e nas atuais repúblicas bálticas. Aliás sinais de futuras alterações, já se apresentavam antes. A queda de um limite territorial estigmatizante - o muro de Berlim - em 1989 e mais tarde a queda do regime autoritário na Romênia, parece que já preconizavam os eventos de 1991 e 1992.

O que liga este conjunto de fatos ocorrendo em escalas espaciais diversas e aparentemente tão desconexos? Vários deles parecem anunciar alterações na divisão territorial do mundo, seja sob o signo da integração, seja sob o da fragmentação territorial. O que elas estarão significando com respeito às diferenças?

Na Europa Ocidental um exemplo de integração territorial é visível. Embora cada país atual conserve suas fronteiras e sua soberania, os cidadãos da CEE transitam livremente por ela e a Europa se prepara para novas medidas de integração em 1993. As relações comerciais mais fluidas permitem que em Paris, por exemplo, se encontre nas lojas, com alguma facilidade, artigos italianos ou alemães, sem falar nos eletrônicos japoneses, ou nos "made in China", ou ainda nos computadores "americanos" *assembled* in Taiwan ou Hong Kong. Alguns destes artigos são também oferecidos nas lojas das zonas francas em várias partes do mundo.

Esta fluidez nos fluxos comerciais nunca antes parece ter sido tão ampla e rápida. Alguns interpretam-na como mutações econômicas ¹¹. Mas permanece a questão: o significado destas mutações limitar-se-ia aos aspectos econômicos? Quais as questões que estão por traz das transformações?

Uma rápida retrospectiva sobre os últimos 40 anos, permite visualizar algumas das questões que parecem caracterizar o início da última década deste século.

Se o pós-guerra assegurou algumas certezas tranquilizadoras, ou seja foi um período marcado pela recomposição de forças e por reconstrução, é nos anos 60 que emergem os movimentos contestatórios sucedidos pelo movimento hippie advogando paz e amor e, pela ressurgência de países economicamente estáveis e fortes - Alemanha, Japão e França - sob o alto patrocínio dos EUA. Por sua vez esta última década do século assiste a vários sinais de modificações tais como:

- o fim da "guerra fria";
- o esfacelamento das certezas até então adquiridas;
- profundas alterações em curso no que tange a espaço e poder em várias escalas geográficas (divisões territoriais, fragmentação de espaços contínuos, recomposição de outros espaços sob a forma de acordos que interligam redes, malhas que conectam lugares independente de sua contiguidade espacial ; clamor pela proteção à natureza com o eclodir de vários movimentos ecológicos) ;
- a perplexidade face ao novo e sua dimensão temporal: - o que muda e em que velocidade;¹²
- a denúncia ou o alerta de que a difusão tecnológica se concretiza mais velozmente que a reflexão, a atualização e a prática dos valores ;

¹¹Ver, por exemplo, o enfoque de grande parte dos autores de *La dynamique spatiale de l'économie contemporaine* sous la direction de G.BENKO(1990)Éditions de l'Espace Européen. La Garenne-Colombes.

¹²Há mesmo quem eleja como Virilio(1983) a velocidade como categoria fundamental de nossa época, inclusive negando o espaço como categoria primaz. VIRILIO,P.e LOTRINGER,S.(1984) *Guerra Pura. A militarização do cotidiano*. São Paulo. Brasiliense.

- a compreensão paulatina, embora ainda pouco clara, de que "um novo homem, com uma nova identidade social está surgindo¹³, "(SILVA, A.1989) a partir das transformações que hoje se processam.(BLANQUART,P.-1988)¹⁴.

Todas estas modificações remetem a questões de ética. Como resolve-las diante de um equilíbrio instável? Que nova ética regularia as relações entre os homens e entre estes e a natureza? O que é surpreendente e nos traz a mais aguda percepção de nossa incapacidade de uma visão de síntese sobre o mundo, é o desencadeamento de fatos aparentemente contraditórios amalgamados por impulsos de integração e de fragmentação.

Não é uma característica do mundo contemporâneo o fato de territórios se fundirem, se dividirem e se refundirem. As guerras, há longo tempo, são exemplos de partilhas ou incorporações territoriais em que a lei do mais forte dita as divisas e as circunstâncias em que estas serão delimitadas. Então, qual seria a característica desta época ?

Uma resposta pode ser vislumbrada na questão do individualismo. EspacesTemps (43-44/1990p.42) entrevistando P. Claval, colocou-lhe como questão que um fato marcante da transformação das sociedades contemporâneas é a ascensão de um paradigma da individualidade. Já Simmel, no início do século, se ocupava desta questão e em outros trabalhos, de seu duplo: a sociabilidade. Cabe inquirir : esta individualidade seria ainda o individualismo enfatizador de divisões e limites bem definidos ou uma necessidade de se centrar sobre si mesmo (busca de autonomia)? Lembremos que em grego autonomia vem de autos , o si mesmo. Como estamos em um tempo de rearranjos no espaço mas também nas relações sociais, é válido hipotetizar que esta busca de auto-centrar-se do indivíduo , seria um momento importante na história de sua individualidade para melhor rearranjar novas formas de sociabilidade.

A segunda parte da pergunta argüia o que a geografia tem a dizer sobre o indivíduo. Reportando-se aos estudos de Zelinsky, Claval responde que os indivíduos se reencontram nas

¹³SILVA, A. Corrêa da -(1989) "A metrópole e as razões da razão técnica" não publicado

¹⁴BLANQUART,P.(1988) "Sur la piste de l'homme moderne"*Espaces Temps*, 37, pp.64-88

"comunidades de gosto" diversas e mutantes, cuja dispersão porém, não chega a uma pulverização espacial, mas a novos tipos de agrupamento, a novas repartições com a valorização da liberdade de escolha, sobre as quais os geógrafos tem o que dizer. De fato tudo indica que isto está sendo buscado agora, constatação também de outros autores, como se verá mais adiante.

Fora dos ambientes acadêmicos é dada outra interpretação sobre nossa época. Dizem os adeptos das filosofias orientais e da "Nova Era"(New Age) que já entramos na era de Aquário, o que trará e já está trazendo transformações preconizadoras de uma nova grande mutação. Nelas a humanidade já estaria se liberando da rigidez da era anterior - a de Peixes, e buscando novas formas mais flexíveis de solidariedade. O fato é que há sinais de que algumas formas de rigidez, unilateralismo, autoritarismo e limites estanques estão dando mostras de desintegração¹⁵, tanto no que respeita aos regimes políticos como às divisões político-administrativas e aos sistemas econômicos. Quanto a estes últimos há, mesmo no ambiente acadêmico, uma escola teórica cujos adeptos - geógrafos e economistas - acentuam a flexibilidade ¹⁶ como principal característica do novo modelo geo-econômico que se estaria instalando.

Numa outra perspectiva, a da arte, o pós moderno talvez seja uma tentativa de buscar integração. - Quem diria, por exemplo, que a admirável obra de Vitor Hugo -"Os Miseráveis"- seria encenada hoje como um espetáculo musical em algumas metrópoles mundiais? - O certo é que já se estão fazendo em vários domínios, experiências de integração como a de Maurice Béjart na dança, que ousa integrar elementos do teatro, da literatura e da poesia, criando coreografias completamente novas para que o corpo se expresse no espaço e deleite o olhar.

Porém não só na arte, também na ciência se começa a perceber a integração dos domínios, dos "territórios" antes estanques, bem delimitados e intransponíveis. Disto há

¹⁵15 A os céticos quanto à desintegração da rigidez e do autoritarismo, ainda que sem provas empíricas, poder-se-ia argumentar que pelo menos a atual conjuntura mundial parece estar dando mostras da emergência de outras formas de se contrapor a eles, que não apenas através dos conflitos. A atual retomada de uma consciência ecológica e de um desenvolvimento sustentável parecem ser exemplos disso, ainda que se corra o risco de que fiquem mais no discurso que na prática.

¹⁶ Ver, por exemplo, os artigos contidos em BENKO, G. and DUNFORD, M. (1991). "*Industrial Change & Regional Development: the transformation of new industrial spaces*". Belhaven Press. London.

numerosos exemplos que envolvem tanto a Física e a Filosofia ¹⁷ como as ciências humanas. Embora forneçam evidências de interação (talvez um novo Renascimento e não uma nova Idade Média, como quer Umberto Eco), estes exemplos nos deixam sem resposta direta sobre as questões de fragmentação e integração territorial.

Fragmentação e integração de territórios : como abordá-las ?

Este sempre foi um tema recorrente no trabalho dos geógrafos. Há mesmo quem diga que eles sempre estiveram "a serviço do príncipe e de suas ambições territoriais" no exercício do seu metier. Questão ética sem dúvida importante cuja discussão embora necessária e importante, não é o objetivo no momento. Mas revisar ainda que rapidamente, como as fragmentações foram vistas pelos geógrafos, poderia auxiliar a compreender o que elas significam hoje.

Divisões Regionais e Regionalização

Nas décadas de 60 e 70 no Brasil os geógrafos dedicaram grande parte do seu tempo a trabalhos chamados de "regionalização" que consistiam em divisões do espaço nacional e regional segundo critérios de homogeneidade, polarização ou centralidade, para fins de planejamento regional. Mas há algum tempo que tais trabalhos desapareceram completamente da agenda deles. Por que? No Brasil houve entre outros, os seguintes motivos: 1º) Tais trabalhos floresceram no âmbito do Estado, encomendados sobretudo nos anos 70 a geógrafos que trabalhavam em instituições governamentais para fins de planejamento. Como esta foi a época de um governo de ditadura no país, após este período eles foram associados a instituições, grupos ou pessoas que estariam "a serviço do príncipe". 2º) Na elaboração de tais trabalhos houve o uso freqüente de técnicas quantitativas oriundas especialmente da geografia anglo-

¹⁷Os livros do físico F.Kapra, como *O ponto de Mutação*, *O Tao da Física* e outros, são um exemplo disso.

saxônica. À medida que foram se gestando condições para a abertura democrática, este movimento da sociedade levou os geógrafos a refletir sobre a validade destes trabalhos e a abandoná-los inteiramente (ou quase) a partir dos anos 80. As justificativas criticavam neles uma visão funcionalista, pragmática, e, por parte do Estado, autoritária. Mas também houve à época, um forte argumento acadêmico que, reduzidamente poderia se expressar na frase: "o capital homogeneiza o espaço, logo a região desaparece".¹⁸ Na década de 80, o tema continua relegado. Porém aparece uma concessão: - a região persiste, mas só enquanto unidade cultural. Os anos 90 parecem estar anunciando, embora timidamente ainda, o repensar da questão.

Uma revisão da literatura destas décadas possivelmente mostraria que o retorno-abandono-retorno do tema ocorreu em vários países. O que nos interessa agora, é perguntar : - o que ficou destas experiências ? Primeiro a idéia de intervenção sobre o espaço com o fito de organizá-lo segundo critérios racionais. Entretanto tais trabalhos, embora tecnicamente perfeitos, nem sempre alcançaram os objetivos perseguidos pelo planejamento : - maior equidade social e equilíbrio espacial - pelo menos não no Brasil.

Segundo : - divisão regional e regionalização foram frequentemente utilizadas como sinônimos, o que pode causar confusão conceitual. As divisões regionais obedecendo aos critérios antes mencionados (homogeneidade, polarização e centralidade) visam à classificação do espaço e podem inserir-se numa tipologia,¹⁹ Para Duarte ²⁰ a regionalização, mais que um método para identificar regiões, identifica-se com o processo de formação de regiões. Para Mesquita (1984, p97) apresenta-se como o processo não só de formação como de transformação de regiões, incluindo neste último termo, a sua dissolução e até o seu

¹⁸ Exemplificativo deste pensamento, parece-me, é o livro de Francisco de Oliveira (1977): *Elegia para uma reflexão*. (SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe). Rio de Janeiro Paz e Terra

¹⁹ Ver a título de exemplo as divisões regionais elaboradas por vários autores para o Rio Grande do Sul e apresentadas in: MESQUITA, Zilá (1984) "Divisões Regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão" *Ensaio FEE*. Porto Alegre. Fundação de Economia e Estatística, ano 5, n.º 2.

²⁰ DUARTE, A. (1980) "Regionalização - considerações metodológicas" *Boletim de Geografia Teórica* Rio Claro, Associação de Geografia Teórica, 10(20), p. 17.

ressurgimento. Regionalização é pois entendida não como o ato de dividir espaços segundo alguns critérios, mas como o processo²¹ de reestruturação social no espaço.

Portanto regionalização com este significado é um processo atuante na realidade que abrange fragmentação e/ou integração de territórios, independe da aplicação de uma técnica racional de recorte e que, por ser processo, está sempre ocorrendo. Daí porque as divisões que recortavam o espaço para fins de planejamento, não darem conta das fragmentações que assistimos. Melhor dizendo: as divisões são de outra ordem. Elas se vinculam a este processo espacial - a regionalização - que se insere como tudo, na *mutação*. Por isso as maneiras de recortar o território não conseguem captar a complexidade do real hoje, no que respeita às fragmentações políticas. Um dos possíveis caminhos na busca desta explicação talvez seja tentar compreender o que significam separatismos e regionalismos.

Separatismos e regionalismos

O que fundamenta o desejo de separação territorial? Tanto para um indivíduo como para uma coletividade pode ser a necessidade de libertar-se de um jugo, seja ele econômico, político, religioso ou racial.²²

A dominação, seja para o indivíduo, seja para uma coletividade, abafa, esmaga e até fere a sua identidade, aqui entendida como o seu auto-re-conhecimento. A dominação pode provocar uma rebeldia que tenderá a se contrapor a ela. Mas ela pode também conduzir à sujeição, se o grau de coerção for tão forte que o dominado seja coagido a se submeter, abafando o seu protesto. Em ambos os casos fica clara para o dominado a sua posição de

²¹Raffestin, C. (1986 e 1988) também trabalha com processo, ao apresentar o seu processo TDR - *Territorialização-Desterritorialização-Reteritorialização* e IDO-*Informacional* Ver. (1988) "Repères pour une théorie de la territorialité humaine" in: - DUPUY, G. *Réseaux Territoriaux* Groupe "Réseaux" Caen Paradigme pp263-279 e (1986) "Ecogénèse territoriale et territorialité" in: -AURIAC, F. et BRUNET, R. *Espaces, Jeux et enjeux* Paris Fondation Diderot/ Librairie Arthème Fayard pp.173-185.

²²Aqui não se trata de separar o indivíduo de seu coletivo. Ambos são mencionados porque os desejos existem antes nos indivíduos, embora possam assumir um caráter coletivo no caso de reivindicações separatistas. Por outro lado, se mencionasse apenas o conjunto, o coletivo, isto poderia ser associado à idéia de um todo uniforme, a uma vontade única, o que poderia ser associado ao totalitarismo, o que está longe de ser o que pretendo expressar aqui.

fraqueza ou de impotência, pelo menos temporária, para reagir às circunstâncias em que se exerce a dominação. Ou seja, a consciência que tem da situação de dominação em que se encontra é clara.

Uma conquista territorial ilustra estas duas reações por parte dos vencidos. Porém há uma dominação capaz de varrer da consciência do dominado qualquer destas reações, mergulhando-o numa espécie de letargia, adormecedora da vontade de se reconhecer como individualidade ou como coletividade. Nela há uma assimilação simbiótica dos valores do dominador capaz de esterilizar os conflitos e de dar a impressão de que as relações sociais se desenvolvem calmamente numa grande planície isotrópica sem acidentes nem incidentes perturbadores da paisagem. Assim a consciência que os indivíduos e as coletividades tem de si e do seu território permanece velada. La Boitié, referindo-se à dominação, vai mais além: sustenta haver uma servidão voluntária. Hegel tratou este tema dialética e idealisticamente e com elevado grau de abstração na "Fenomenologia do Espírito", no capítulo sobre o senhor e o escravo.

Como nada é permanente, e só se apresenta constante na aparência num horizonte de tempo muito restrito dentro da *mutação* que abrange uma escala temporal mais ampla, em algum momento esta "planície isotrópica" no território dos indivíduos ou das coletividades pode se alterar. Seja o incidente um conflito externo, seja um ímpeto interno como um desejo de emulação ou um forte impulso à auto descoberta de si como indivíduo ou como coletivo, o fato é que ele pode impelir a um movimento separatista cujo objetivo, sejam quais forem as razões apresentadas, será o de reconhecer o território como próprio. É este impulso que move a consciência territorial e que sustenta o desejo de autonomia. Sem dúvida há muitas razões explícitas que encobrem este desejo: - a ameaça real ou percebida como tal à etnia, à preservação de tradições e costumes ou ainda trocas econômicas desiguais que nutrem o sentir-se despojados de recursos sem uma contrapartida de benefícios equivalentes. Este parece ser o papel do conflito nas divisões territoriais.

O reconhecimento de um território como próprio é o ponto de partida dos acordos de convivência territorial, dos nacionalismos e dos regionalismos. Mas é nestes que coexistem as ambiguidades. Se eles podem ser o móvel na constituição identitária individual e grupal, seja ela nacional ou regional, podem também ser o fulcro de conservadorismos retrógrados que dificultem discernir entre a ideologia e a questão identitária. O entrelaçamento de ambas possibilita o uso político do território para os mais variados fins. É por isso que hoje se torna difícil explicar a persistência de regionalismos como meras expressões ultrapassadas e ideológicas. A identidade coletiva pode conduzir a nacionalismos e regionalismos cujas formas extremas tornam-se perigosas na medida em que, dialeticamente, fazem exatamente o contrário do que preconizam: - impelem a um esmagamento da consciência individual e a uma unidade contra os outros, os diferentes. Mas por seu forte liame à identidade, neles, nos regionalismos e localismos, pode estar também o germe de uma outra territorialidade.

Na verdade regionalismo, localismo e outros "ismos" agregativos parecem sobreviver só a partir da sociabilidade territorial em suas variadas formas. Embora possam parecer apenas somatórios de espaços, anexações político-administrativas ou junções administrativas de espaços para pleitear e gerir recursos orçamentários, eles são mais que isto. Há quem os analise como expressões ideológicas em favor de particularismos²³ ou como o receptáculo de tradições, usos e costumes. Garancini ²⁴ opina que o engajamento regionalista constitui um valor próprio para a sociedade, para a cultura, para uma visão de mundo madura na história dos povos. Se a região for uma ferramenta para um novo enfoque da cultura territorial, para uma verdadeira descentralização política, e não só administrativa, e para a renovação da sociedade, deveria adotar e aplicar um método lastreado na liberdade às práticas, ou seja à autonomia enquanto *"direito e capacidade das coletividades locais de regular e gerir, dentro da lei, sob sua própria responsabilidade e em benefício de sua população, uma parte importante dos negócios*

²³ No Brasil, análises sobre o coronelismo ou sobre o uso do Estado em favor das elites, ilustram esta perspectiva.

²⁴ GUARANCINI, G.(1990)"Region, retour aux sources".*Espaces Temps* 43/44,pp.69-72 Association EspacesTemps. Paris.

públicos"(p.72). Ainda segundo ele, esta liberdade possibilitaria preencher o vazio em matéria de projeto de desenvolvimento e fazer entrar nos procedimentos de programação as experiências sociais singulares, um autêntico pluralismo não exclusivo dos indivíduos.

Idéia sem dúvida atraente: - nada contra a sua prática! Experiências sociais singulares já estão em curso, como atestam alguns esforços no Brasil ²⁵ e certamente em outros países. Ainda assim permanecem questões. Algumas são mencionadas pelo próprio Guarancini. Restam outras, como o risco de "institucionalizar o espontâneo", além de que na atual onda néo-liberal que assola o mundo, a autonomia possa ser usada em favor do liberalismo para, em nome da liberdade, reforçar e disfarçar favoritismos e competição entre frações da população em nome do "seu" espaço. No Brasil os regionalismos e localismos ainda podem ser meios de esconder antigas práticas de política clientelista e autoritária sob a capa de uma maior participação aparente e uma democracia "para os escolhidos", certamente uma herança que nos vem dos tempos em que tínhamos uma só "Metrópole", mas que ainda se atualiza perpetuando formas de organização social mesmo no âmbito popular, que reproduzem este modelo.

²⁵ Ver como exemplo: REGO, N (1988) -*A experiência de auto-gestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem Terra*. Terra Livre n°4 , pp.65-76 Associação dos Geógrafos Brasileiros-AGB.São Paulo Ed. Marco Zero/AGB.

AS ANTENAS E O TERRITÓRIO

A questão empírica que me conduziu a estas reflexões foi a crescente e volumosa divisão territorial do Rio Grande do Sul retomada nos anos 80 após um período de quase vinte anos de impedimento legal de formação de novos municípios. Esta partição territorial é o resultado de movimentos emancipacionistas a nível local, reivindicadores de criação de novos municípios. Como um vegetal, as emancipações também podem ser vistas só da superfície, ou seja apenas como reivindicações necessárias (e justas) em busca de melhores condições de vida para a população do interior. Porém poucos se perguntam *se e quanto* "o lençol freático" da consciência territorial está contaminado por um "uso político do território" impregnado nas emancipações. Mais adiante, na "Gestação histórica da territorialidade" e em "Novos Municípios: o território atual", há uma melhor explicitação. A questão é aqui apenas mencionada por dois motivos: - primeiro à título de apresentação da mesma e segundo para mencionar que esta tem sido, ao longo das últimas três décadas, uma área submetida a um intenso e contínuo processo de modernização da agricultura no país. E é este fato que tem a ver com "antenas".

O título que sumariza as reflexões deste capítulo, expressa um pouco a grande inquietação que me acometeu quando, após ter acabado a primeira tecitura teórica a respeito de *território, territorialidade e uso político do território*, tomei contato com uma bibliografia em língua francesa que:

1º) - criticava as interpretações sobre território enquanto oriundas da etiologia animal (Raffestin, 1983 criticando Malmberg, 1980);

2º) -negava a territorialidade enquanto expressão de identidade regional, (Raffestin,1986) e, alguns artigos do número temático de *EspacesTemps* (1989) 42 "Racines, les derniers temps.Les territoires de l'identité ;

3º) - discutindo o individualismo, introduzia a idéia de que o homem moderno é um desenraizado; possui antes antenas do que raízes.(Blanquart, 1988). O título que eu então até já pensara para este trabalho - *Raízes da Territorialidade* - não só parecia esboroar-se como ainda arrastar consigo toda a trama teórica lastreada em quatro trabalhos de campo e um número razoável de leituras já realizadas.

Então, é o homem moderno um cosmopolita sem raízes? - Foi o que me perguntei.- Mas afinal o que são *raízes* ? Sobretudo o que são elas no contexto *desta* pesquisa? Existirá - o que não tinha me ocorrido até então - uma sociabilidade desprovida de território? Se as inovações tecnológicas mundiais que se produzem atualmente se propagam a uma velocidade capaz de reduzir as defasagens, de modo a que todos vivamos num período técnico-científico, como o denomina Milton Santos, *em que* afinal este Primeiro Mundo é tão diferente do nosso onde há também espaços de modernização e de modernidade e onde não percebo uma negação da territorialidade? Afinal não nos modernizamos a ponto de sermos (ou termos sido...) a 8º economia do mundo em que pese (ou devido à) manutenção de injustiças sociais flagrantes no país? Eu relia os relatórios da pesquisa e me perguntava: - o que vi, o que observei são falsidades, resulta de um olhar viciado sobre a realidade... ou são meros resíduos do passado, ainda remanescentes naquela realidade?

Como as críticas de Raffestin a Malmberg²⁶ não chegam a afetar esta tecitura, uma vez que não fui buscá-la na etiologia, descarto a sua discussão. A crítica de Raffestin ao vínculo entre território e identidade assim como minha reflexão a este respeito situam-se mais adiante, no tópico"A territorialidade bem ou mal-amada?" Antes, em "As raízes e a territorialidade", são

²⁶ RAFFESTIN,C. (1983) - La territorialité mal aimée et/ ou mal comprise ou les avatars d'une notion mal aimée et/ou mal comprise . *L'Espace Géographique* 12,4:305-306

também apresentadas e discutidas algumas idéias de alguns artigos do referido número de *EspacesTemps*.

Quanto às "antenas" propriamente ditas como se verá mais adiante, o termo assume aqui uma conotação diferente do contexto do qual foi tomado de empréstimo. Como é uma argumentação instigante, vale dar voz a P. Blanquart. Dissertando sobre a modernidade psíquica ele afirma que a voga liberal atual se legitima através de um "retorno" do individualismo.

"O novo indivíduo é flutuante, diretamente pendurado sobre fluxos (other-directed : andar pelo radar, e não ser alienado). Ele não se define mais por raízes que o ancoram no grupo ou nele mesmo, mas por antenas. Filho sem pai, aberto e "flippant" (fragilidade e angústia) penetrado de todas as partes pelas ondas que circulam, ele tira sua identidade de sua imagem, tal como ele a lê, movediça e imprecisa no olhar do outro (de Édipo a Narciso: interface), dos sortimentos que efetiva no supermercado onde erra. Mas o look assim obtido é bem superficial, a existência à la carte se duplica numa indiferença deslocada. Donde uma busca de densidade e de profundidade, mas dentro mesmo das novas condições. Tornando problema para si mesmo, ei-lo fascinado pelas antigas fontes de sentido, culturas e religiões. Mas ele não as toma na sua coerência sistêmica, ele as "bricola" ao seu uso(...) A diferença cultural é da competência do indivíduo-cidadão. Apoiando-se na garantia jurídica do Estado, cada um preenche sua busca de identidade pelo crescimento, cada vez inédito e de uso pontual, de referências múltiplas. A continuidade linear é substituída pela intensidade emissora momentânea, a homogeneidade pelo pontilhado variável: novo indivíduo. Novas alianças da memória e da imaginação (colagens pós-modernas, museus imaginários), nebulosas de heterodoxias.

(...)O problema desta nova episteme vem da relação entre cálculo e nova subjetividade. Havendo subjetividade supõe-se que a otimização diferencie, quer dizer que a diferença seja a marca de um sujeito que calcula. Ora, na lógica da modernidade mental e técnica, (...) o cálculo engendra o modular, a otimização conduz à uniformização e ao anonimato (como se constata por exemplo no design automóvel por CAO). Donde a importância decisiva do direito e da

democracia, portanto da organização social e política, para que a interface entre o técnico-mental e o novo indivíduo não conduzisse a uma dissolução na imagem." (Blanquart, 1988:67-68).

À caracterização deste indivíduo do individualismo produto do néo-liberalismo, poder-se-ia talvez adicionar o seu pragmatismo na otimização das relações sociais que lhe possam ser úteis e não baseadas numa relação de sociabilidade solidária. Este indivíduo desagregado, *livre* para construir sua identidade a partir de referências múltiplas, porém mais vulnerável a tantas influências - as antenas - é que me parece estar em transformação na *mutação*. A organização social e política é a saída que Blanquart deixa entrever como um possível para esta transformação.

As antenas, este conjunto de múltiplas influências externas sobre o indivíduo e a sociedade, se por um lado tendem a uniformizar os estilos de vida seja pelos hábitos de consumo seja pelos padrões culturais difundidos pela mídia, por outro lado nada há que prove que elas tenham alcançado esta efetivação plena, dadas as características diferenciais que encontram em cada sociedade. E no caso brasileiro - um novo país industrial - fruto de um intenso processo de modernização de sua economia nas últimas décadas, logo submetido a tais estímulos, é importante, parece-me, verificar não só a questão deste indivíduo da modernidade, resultado das sociedades e dos espaços pós-industriais, mas ainda como tem se desenvolvido a formação de sujeitos sociais, inseridos nesta realidade em transformação. Estes sujeitos são os movimentos sociais que ainda hoje borbulham na realidade brasileira.

Sujeitos sociais e realidade brasileira

A emergência de movimentos sociais a partir das décadas de 60 e 70, tanto nas economias capitalistas ditas avançadas quanto nas do chamado "Terceiro Mundo", é um fato dado. Um dos

autores que teorizou sobre estes movimentos, foi Laclau (1986). Ele preconiza ao lado de uma teoria das articulações e das lógicas sociais, uma outra referente à produção de sujeitos sociais. Entretanto a compreensão de sujeitos sociais passa necessariamente por uma contextualização na realidade em que emergiram.

Nos países do "Primeiro Mundo" em que foram produzidas algumas análises teóricas sobre estes movimentos e apresentando-os como sujeitos sociais, do ponto de vista da política partidária, o conteúdo era o da social-democracia e do ponto de vista do Estado, tratava-se de um contexto de Estado do Bem Estar Social cujo paradigma político se encontra hoje em exaustão.(Offe,1984b:30). Entretanto o seu prazo de implementação foi suficiente para provocar as transformações sociais que desaguarão numa distribuição de renda bem mais igualitária, a ponto de até dissolver a identidade de classe dos assalariados e facilitar-lhes o trânsito ao consumismo.

No Brasil ao contrário, a natureza do Estado tem sido outra. Autoritário e centralizador por longos períodos (Tavares,1982) e estruturalmente patrimonialista (Schwartzman,1988), nos últimos quase trinta anos alicerçou-se sobre um modelo econômico cuja premissa básica foi:"Acumular para depois repartir". Este Estado gerou vários efeitos sobre a economia e a sociedade brasileiras. Um deles foi uma agressiva modernização a que a agricultura , a indústria e os serviços foram submetidos nas três últimas décadas e que resultou num progressivo processo de internacionalização da economia, o qual na verdade, não é específico da economia brasileira. Mas esta modernização foi também geradora de novos espaços diferenciados e freqüentemente superpostos no território nacional.(Mesquita,1988), mas cujo custo social caracteriza-a como uma modernização excludente. (Piquet,1990).

Sobre a sociedade, o processo repressivo pós 64 e a prolongada abertura e transição políticas, além de acentuar uma distribuição de renda extremamente desigual, em que os 50% menos ricos diminuíram em quase 5% sua renda em 20 anos e os 10% mais ricos aumentaram

em 11,3% a sua renda no mesmo período, também contribuiu para a gestação de movimentos sociais.

Sobre a natureza dos mesmos poder-se-ia afirmar que em sua maioria vinculam-se à reivindicação de necessidades básicas, há muito já resolvidas (pelo menos em sua quase totalidade) pelo Estado do Bem Estar Social europeu, como: moradia, saúde, transportes, etc, agudizadas pela má distribuição de renda e por uma inflação galopante e corrosiva sobre os salários. A estes fatos vem se reunir um outro. A transnacionalização da economia, valendo-se da diferenciação espacial, constrói hoje uma nova divisão do trabalho no mundo. Um de seus efeitos é o avanço irrevogável dos sistemas de comunicação pelos quais os sujeitos sociais estão submetidos a um conjunto similar de impactos que podem provocar atitudes semelhantes. A isto pode-se acrescentar o "efeito demonstração" que estes meios de divulgação se encarregam de provocar. Esta "formatação" dos hábitos sociais e dos estilos de vida, é uma das facetas daquilo que aqui convencionei chamar de "antenas".

Segundo Schwartzman(1988:50) no Brasil há dois polos principais de organização social: - o de tipo privatista-capitalista e o de tipo patrimonial-burocrático. O jogo político se manifesta na forma de dois "estilos" de atuação e participação política - "representação" e "cooptação"; ambos ausentes quando cerceada a participação política.

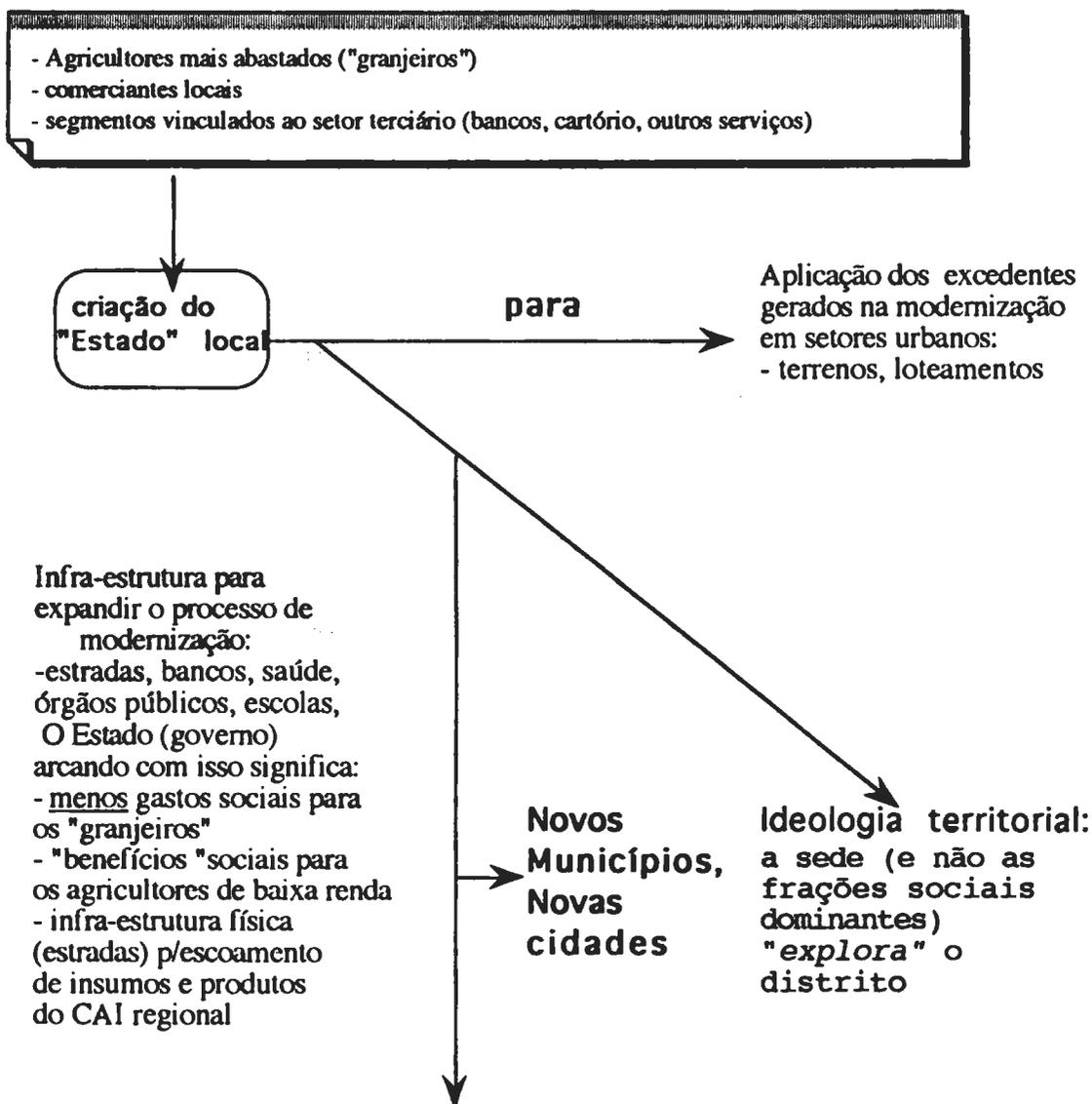
Como parte de um longo período de repressão política generalizada pelo qual passou o país nos últimas décadas, a partir de 1967 por uma lei²⁷ do governo central foram sustadas todas as reivindicações emancipacionistas no território nacional. Estas demandas reprimidas ajudam a explicar o crescente surto emancipacionista que se verifica agora. Os dois polos de organização social e seus respectivos "estilos" de atuação e participação política, parecem oferecer um apoio interpretativo para o papel que exercem as frações dominantes regionais nos processos de reivindicação territorial. Elas querem trazer os equipamentos e benefícios do aparelho de Estado para a região, de modo a: 1º) - gerar empregos urbanos via serviços públicos, uma vez que o setor industrial revela-se incapaz de fazê-lo na medida das

²⁷Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967

necessidades, o que proporciona uma excelente oportunidade de exercer "autonomamente" a velha política de clientelismo; 2º) - os empregos públicos assim gerados, seriam distribuídos nepoticamente, embora alguns fossem reservados às frações sociais médias e baixas via cooptação no jogo de barganhas políticas, mas também como forma de assegurar-lhes uma renda que facilite a aquisição de terrenos urbanos que seriam loteados pelos proprietários de terra. Obviamente estes integram as frações dominantes.

No caso específico da área de análise, o noroeste do Planalto Sul-Riograndense, supõe-se que a estas intenções venha se somar uma outra, estreitamente vinculada a este processo de modernização excludente a que foi submetido o país: - facilitar um estágio mais avançado de implantação do CAI-regional: - Complexo Agro-Industrial Regional. Ainda um reparo: a inclusão de aspectos econômicos nesta tentativa de ensaiar um esboço teórico explicativo para os movimentos emancipatórios, não contradiz a crítica justificada de Poulantzas(1981) e Laclau (1986) ao economicismo. Porém espera-se que ela não conduza ao extremo oposto: o de ignorar o econômico. Primeiro porque ele realmente existe na sociedade e como tal, não pode ser suprimido. Segundo, porque a realidade além de una, é multifacetada e uma destas facetas é o econômico.

**EMANCIPAÇÕES TERRITORIAIS e REPRESENTANTES de FRAÇÕES
SOCIAIS DOMINANTES NUMA ÁREA de MODERNIZAÇÃO
"CONSERVADORA" da AGRICULTURA no RIO GRANDE do SUL**

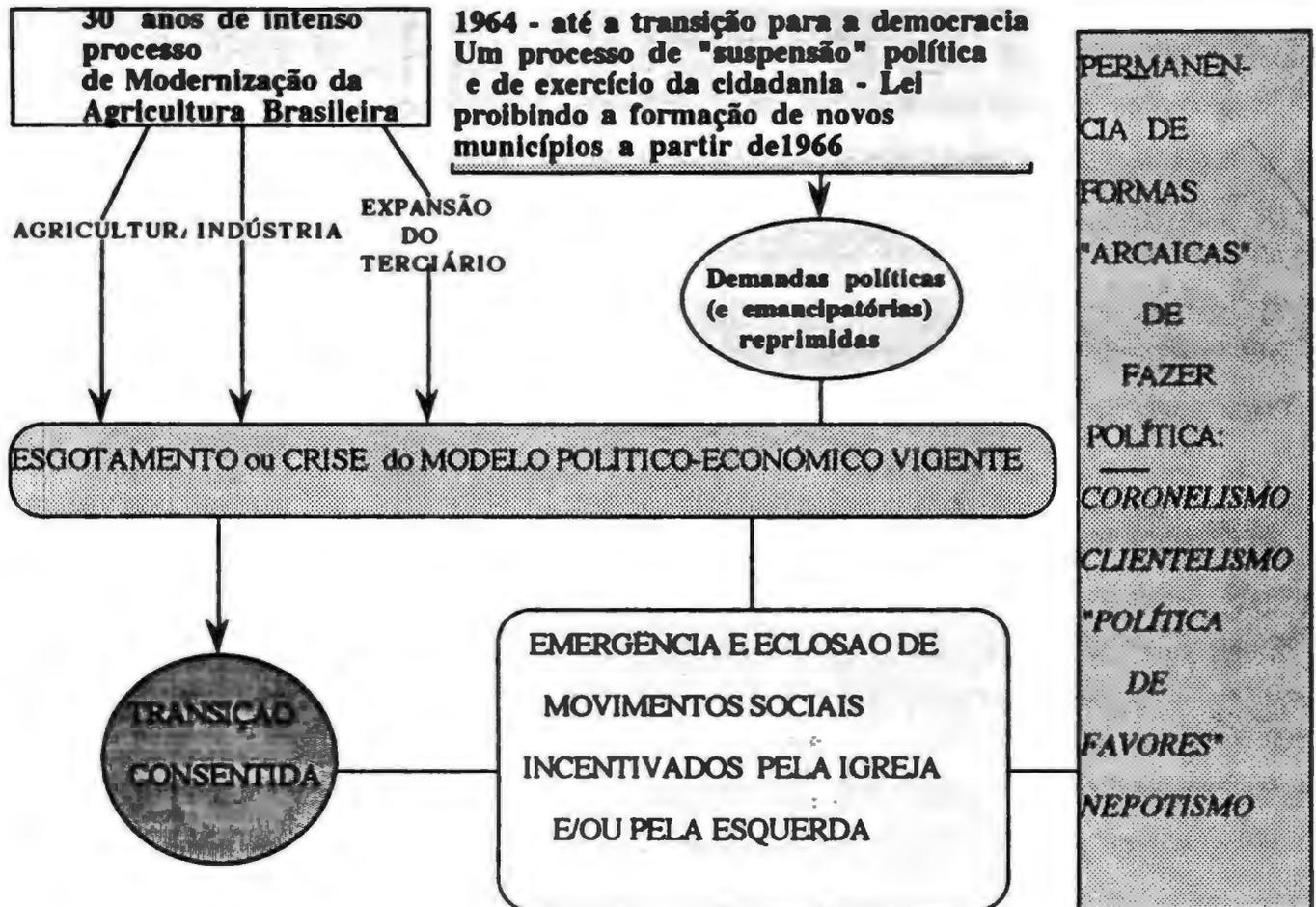


Na área em estudo, um dos aspectos mais perceptíveis das "antenas" da territorialidade do ponto de vista econômico, ou seja destes estímulos e impactos externos e sua ligação com uma economia mundializada, revela-se no fato de que as maiores cooperativas da região chegaram a ter computadores ligados em rede, de modo a saber as cotações diárias da soja na bolsa de Nova York. Outro aspecto desta "antenação" com outras esferas que não a regional, foram os empréstimos assumidos pela cooperativa com um banco internacional, investidos na compra de terras em áreas de fronteira agrícola, e que mais tarde, passaram às mãos do banco

quando a cooperativa não conseguiu saldar sua dívida. Uma outra face da "modernização dolorosa"... Além do que esta modernização excludente da economia brasileira, tem sido um dos fatores responsáveis pela acelerada urbanização das últimas décadas, na qual de inserem os movimentos emancipatórios.

Assim pretende-se justificar a inclusão de aspectos econômicos lado a lado com os políticos em alguns dos mapas conceituais que integram este trabalho. No que diz respeito aos mesmos, eles pretendem evidenciar graficamente a rede conceitual que está sendo desenvolvida, com suas respectivas interrelações.

No mapa conceitual que segue, buscou-se incluir aspectos da realidade política e social brasileira que parecem ter influenciado mais decisivamente sobre os movimentos emancipatórios que ora emergem e se multiplicam. Não houve porém a preocupação de apresentar um quadro completo e acabado desta realidade. Sobre a modernização "*conservadora*", "*dolorosa*" e/ou "*excludente*", há uma razoável bibliografia demonstrando seus efeitos sobre a sociedade brasileira.



Então, partindo destas interpretações, o que desejo lembrar é que esta modernização significou e significa hoje mais do que nunca, fazer face aos desafios da economia internacional cada vez mais demandante de competitividade tecnológica, com as desarticulações que atuam sobre o quadro brasileiro dadas as restrições externas - dívida externa, imposições do GAT, do FMI, as guerras de comércio internacional por fatias de mercados nacionais - e as restrições internas - grande mercado consumidor potencial mas não *real* dadas as disparidades de distribuição de renda, herário público endividado por força das práticas inerentes a um estado patrimonialista, uma regulação social injusta na medida em que se insere em práticas inoperantes. Estes também se constituem ao lado da "formatação" dos hábitos sociais e dos estilos de vida, em aspectos integrantes das "antenas" que uma sociedade em determinado território mantém com o seu entorno e com o exterior.

As antenas significam em suma as transformações, as desarticulações sobre cada economia nacional e local submetidas a este processo de modernização, mas significa também a

tendência à imposição de padrões culturais pela mídia, e, admita-se, a codificação e semiotização dos espaços a que se refere Raffestin.

Talvez o que marque mais insistentemente o nosso tempo é o seu caráter paradoxal. É esta convivência simultânea entre continuidade e ruptura, dada uma demanda crescente de velocidade nas transformações. Há mudanças bem visíveis nos sistemas políticos, talvez não tão nítidas a um olhar leigo quando se trata da economia mundial e do modelo de desenvolvimento dos estados-nação, para fazer face a estas mudanças. Isto significa: uma modernização permanente. No Brasil, como se tem presenciado, tem significado uma modernização excludente interceptadora do acesso das camadas sociais desprivilegiadas às benesses desta modernização.

No plano internacional assiste-se à retomada do liberalismo, ou melhor a um neo-liberalismo que outorga um outro papel ao Estado, ou seja de sócio secundário das grandes empresas internacionais que passam a "representantes" e quase substitutas do estado-nação no panorama internacional. (Petrella, R. 1989) Por conseguinte, elas recebem uma série de incentivos e facilidades do Estado visando fortalece-las no mercado internacional. Agora que se reafirmam estas políticas no "Primeiro Mundo", paradoxalmente, no Brasil, isto não é uma novidade²⁸. Tais práticas há muito estão em vigor. Como se percebe, uma outra faceta das rupturas e continuidade...

Mas há outros elementos comuns presentes nos espaços de modernização do "Primeiro Mundo" e nos do país. Refiro-me especificamente ao território. O elemento comum é a presença de enclaves de desenvolvimento de alta tecnologia altamente desterritorializados, ou seja: que não guardam qualquer traço com a economia ou com a cultura local ou regional, mas que vão impondo transformações nos estilos de vida e até mesmo no exercício da sociabilidade.

Estas transformações se sintetizam nas várias tensões contemporâneas. Tensões na divisão do trabalho a várias escalas. Ao nível mundial pela coexistência simultânea de organização das forças produtivas em vários estágios diferenciados não apenas entre nações,

²⁸Os anos 70, a época do "milagre brasileiro", com o incentivo às exportações para "crescer o bolo antes de distribuir", foram pródigos neste tipo de incentivos.

mas mesmo nos espaços internos de um país. Portanto de um lado, uma organização econômica já conhecida, "tradicional", e de outro, a detenção por empresas de atuação transnacional, da concepção de inovações e de sua difusão segundo os estágios diferenciados de cada mercado à escala nacional ou local. De acordo com a sua responsividade, é possível regular a produção por critérios de flexibilidade na qualidade e na quantidade.²⁹ (Penso nos produtos de "1º linha", "haute de gamme", ou de "2º linha" destinados a mercados diferenciados quanto ao poder aquisitivo e ao padrão de consumo, não importa qual seja o seu território concreto). A modernização tem este efeito dialético: se tenta homogeneizar, também busca assenhorar-se das distinções, das diferenciações. Ex: a cadeia Macdonald's cujo merchandising sempre anunciou refeições iguais, padronizadas, em qualquer parte do mundo, "flexibiliza-se", introduzindo pratos com massas em seus *fast-food* na Itália; ou a Oveti introduz no mercado nacional (e regional) brasileiro uma máquina de escrever denominada "Gaúcha".

O flexível, o fluído, às vezes quase frouxo substituindo o pré-estabelecido a longo termo, o fixo, o rígido... Há aí um desdobramento no plano das relações sociais. Tensões entre rupturas rítmicas e continuidade nos antigos padrões das relações sociais; tensões entre o primado do individualismo ou da solidariedade.

De fato no processo de regionalização, tudo isso pode estar amalgamado. Mas o que permanece no fundo do poço? Tudo indica que é a sociabilidade. Esta, enquanto um compartilhar algo comum, é o durável dentro da *mudança* e é o que se encontra no âmago de todo o movimento em direção ao que é gregário. Assuma ela a forma (- antiga? conservadora?) de regionalismo, localismo, tribalismo ou rede, ela é o perdurável. Porém para chegar à consciência da solidariedade numa base mais profunda que o regionalismo, é preciso, parece-me, entre outras coisas, primeiro buscar a *autonomia* e eliminar a rigidez das expectativas que, se não satisfeitas, refugiam-se na decepção.

A rigidez fixa-se no previsto, no atendimento da expectativa, - no desejo puro - diriam alguns com mais paixão. Ela se inquieta com as separações e com os separatismos, o que

²⁹ Disto a produção "*just in time*" é um exemplo real .

impede uma abertura ao imprevisto, ao eventual, à trama de mil possibilidades de que se constitui cada instante. As buscas de autonomia territorial podem, quem sabe, constituir um traço revelador das formas atuais de mudança social. Esta poderia ser uma das possíveis vias para uma sociabilidade solidária, ou seja: a *socialidade*.

REDES E INTERDEPENDÊNCIA

O objetivo deste capítulo é encetar uma discussão sobre a relação indivíduo-sociedade, no sentido de como a sociabilidade vem se alterando e se ela assumiu ou vem assumindo uma nova expressão que se reflita ou não no território, ou seja : o exercício da sociabilidade em redes. O conceito aplicado às relações sociais é relativamente novo. Talvez por isso a clareza ou a explicitação desejada não alcancem a medida das expectativas. Ainda assim optei por incluí-lo, mesmo que em caráter tentativo, como expressão de um universal (embora nem sempre nitidamente presente no âmbito desta pesquisa). Embora sem a pretensão de realizar uma revisão bibliográfica, a intenção foi a de, buscando pontos de vista diferentes, apresentar um conceito que, se melhor operacionalizado, possa talvez futuramente, tornar-se mais útil, uma vez que ele me parece importante para compreender as transformações nem sempre claras, a que hoje assistimos no território e na territorialidade.

A este respeito paira no ar a necessidade de uma nova compreensão como bem atestam as palavras de Amphoux³⁰: "*Se passa da duração linear dum trabalho que avalia e compara conceitos imutáveis e estritamente delimitados ao instante-limite da criação (...) Passagem dos conceitos à noção*". A noção seria , pois, algo criador, que não se circunscreve à análise racional, linear, classificatória, compilatória e comparativa; ultrapassa-a para dar passagem ao criativo na análise, talvez o conceito de mais alta hierarquia, uma noção que engloba tempo e espaço, não alcançável por nenhuma medida: - a *mutação*.

Entretanto a *mutação*, dificilmente perceptível ao olhar ainda impregnado pelo aparentemente fixo, deixa seus rastros a quem busca acuidade no ver, refinamento na percepção e intuição no refletir. Um destes rastros e que é antigo por ser durável mas novo ao olhar mais acurado, é a noção de rede ³¹ . Apresenta-se bem visível em toda a sua materialidade nas

³⁰ AMPHOUX, P. (1985) "Le territoire occulte" chap. VII, p.291, AMPHOUX, P. et PILLET, G. - *Fragments d'Écologie Humaine* Castella et Éditions de l'Université de Bruxelles.

³¹ O grupo "Réseaux" publicou a coletânea *Réseaux Territoriaux* (1988) coordenada por Gabriel DUPUY, Caen, Paradigme. Artigos de diferentes autores analisam desde a emergência das redes, sua evolução e transformações até

estradas e ferrovias; menos evidente em outras conexões dos sistemas de comunicação. É mais sutil em toda a gama - do superficial ao profundo - que as relações humanas podem assumir.

No que concerne a esta materialidade, Lacoste assim a explicita: *"De fato o desenvolvimento das trocas, da divisão do trabalho, o crescimento das cidades, fazem com que cada espaço (ou espaços) limitado do qual ele (o indivíduo) pode ter o conhecimento concreto, não corresponda mais que a uma pequena parte somente de suas práticas sociais. As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas (sem que elas tomem conhecimento disso) em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregados, vendedor e consumidores, administrador e administrados...) Os organizadores e os responsáveis por cada uma destas redes, isto é, aqueles que detém os poderes administrativos e financeiros, têm uma idéia precisa de sua extensão e de sua configuração; quando um indivíduo ou um comerciante não conhece bem a extensão de seu mercado, ele manda fazer, para ser mais eficaz, um estudo onde será possível distinguir a influência que ele exerce (e a que ele pode ter) a nível local, regional, nacional, levando em consideração as posições de seus concorrentes".* (Lacoste, 1988)

Dupuy (1987,p.175) enfatiza que o discurso atual sobre as redes realça a imagem dos equipamentos de infraestrutura: - redes viárias, de transporte coletivo, redes de energia e até redes de informação são pensadas como elementos materiais, duráveis, estruturantes do espaço de maneira irreversível e cuja concepção e gestão valem-se de normas e critérios de otimização que não são diretamente políticos. Por esta razão são denominadas redes técnicas de infraestrutura ou mais simplesmente redes técnicas.

No entanto, mesmo desconhecendo esta afirmativa de Dupuy, um observador mais atento perceberá que estas redes funcionam também a escalas macro-econômicas, na definição de produtos, produção espacialmente segmentada, distribuição e partilha de mercados entre as companhias transnacionais. São redes pragmáticas e percebe-se que até elas procuram acordos, alianças e interconexões.

preocupações de ordem conceitual. Em outra obra, - BRUNET,R.(1986)"La carte-modèle et les chorèmes"*MappeMonde* 86/4pp2-6 Montpellier Maison de la géographie - Reclus - o autor discute: ponto, linha, área, rede e malha, mas sob outro ângulo. BRUNET,R. et DOLLFUS,O.(1990) analisam redes in *Géographie Universelle - Mondes Nouveaux* Montpellier Hachette/RECLUSpp.91, 402-445.

Entretanto elas, as redes, não parecem restringir-se aos aspectos econômicos. Como Cooke, P. e Morgan, K. (1991, p. 1) chamam a atenção: *"A emergência (ou talvez re-emergência) de formas de rede em organização tem sido ventilada por um número de autores perfilando um largo espectro de atividade intelectual, ex.: teoria organizacional, administração de negócios, teoria econômica, sociologia, ciência política e estudos regionais para nomear alguns (Antonelli, 1988; Sabel, 1988; Imai and Baba, 1989; Powell, 1990; Freeman, 1990; OECD, 1990). (...) O que temos chamado o paradigma da rede é não tanto uma teoria mas um escopo analítico potencialmente rico para compreender novas tendências em empresas e desenvolvimento espacial. O fato que não é observado de uma posição teórica simples, é claro no modo pelo qual um número de teóricos tem utilizado 'redes' para explicar novas saídas em desenvolvimento empresarial e espacial. Por exemplo, o conceito de 'rede' figura em alguma extensão em todas as três escolas teóricas mencionadas antes, isto é 'pós-fordismo', 'especialização flexível' e 'lean production'"* ³² Eles consideram importante distinguir o paradigma de rede tanto do de 'mercados' quanto do de 'hierarquias', e para tanto buscam e se apoiam na explicitação de Powell, (1990)³³ que assim citam:

' nos modos em rede de alocação de recursos, as transações ocorrem nem através de trocas pontuais nem por assentimentos administrativos, mas através de redes de indivíduos ou instituições engajados em ações recíprocas, preferenciais, mutuamente apoiadas. As redes podem ser complexas : elas nem envolvem critérios explícitos de mercado, nem rotinas bem organizadas de hierarquia. Um pressuposto básico das relações em rede, é que as partes são mutuamente dependentes de recursos controlados por outro, e que há ganhos a ser obtidos por um pooling de recursos. Nas formas de alocação de recursos em rede, as unidades individuais não existem por elas mesmas, mas em relação a outras unidades. Estas relações necessitam consideráveis esforços para se estabelecer e se sustentar, portanto elas requerem habilidade de ambos os partidários para se adaptar a circunstâncias cambiantes. Conforme as redes evoluem, pode tornar-se mais economicamente sensível exercer

³²A tradução deste e dos trechos que seguem são minhas.

³³POWELL, W. (1990) *Neither Market nor hierarchy: network forms of organization*, paper to the Workshop on the Socio-Economics of Inter-Firm Cooperation, 11-13 June, Berlin.

voz do que êxito. Benefícios e fardos começam a ser partilhados...Complementariedade e acomodação são as pedras fundamentais da exitosa produção em redes.'(Powell,1990)

Cooke e Morgan (1991,p.2) ainda referindo-se a redes em atividades empresariais, acrescentam uma outra observação esclarecedora: "*como os limites das redes podem ser extremamente imprecisos, parcialmente porque elas são condicionadas por ligações tanto formais quanto informais, a organização em forma de rede nem é fácil, nem menos custosa de administrar. Na verdade, para aquelas empresas considerando alguma forma de arranjo em rede com tarefas externas, esta opção representa uma maior troca de estratégias empresariais, não menor porque redes criam, de um lado, resultados altamente sensíveis de autonomia empresarial, e de outro, conhecimento de direitos de propriedade.*" Eles sugerem também que a emergência de formas organizacionais em redes dentro e entre empresas, são um meio pelo qual as empresas estão **tentando** enfrentar mais efetivamente ambos os perigos da troca tecnológica acelerada e da incerteza do crescimento comercial. Porém o paradigma da rede, ainda segundo os mesmos autores, também tem implicações no desenvolvimento regional, o que pode ser visto pelos meios através dos quais na Europa as agências regionais estão tentando forjar novos arranjos em rede com (e entre) suas economias regionais. Nesta ampliação da noção de rede, Cooke e Morgan parecem ser os autores que mais se aproximam de uma interação entre redes técnicas e redes enquanto trama de relações sociais.

Todavia alguns autores discutem-nas separadamente ou ainda como oponentes, embora esta dicotomia possa vir a ser reparada, como menciona um desses autores. É o caso de Dupuy (1987), para quem à imagem de redes técnicas se pode opor aquela utilizada nas ciências humanas em que "*a rede significa antes um modo de organização flexível, diversificada, rica de possibilidades, eminentemente evolutiva. Em geografia por exemplo, a rede se faz e se desfaz ao mesmo tempo que evolui o espaço econômico e social.(...) ..a ênfase está então, não sobre os elementos técnicos onde o agenciamento e o funcionamento dependem de uma 'companhia', mas na organização evolutiva que permite servir uma 'unidade geográfica' humana, lugar de múltiplas mudanças. Poder-se-ia então falar de redes territoriais por contraste com as redes técnicas.*"(Dupuy,1987:176). Porém, como ele salienta , esta oposição não é mais que aparente;

necessita-se repensar as redes técnicas enquanto redes territoriais. Os problemas que se apresentam: - papel da informação, automatização, interconexão, desregulação, adaptação aos territórios - segundo Dupuy, incitam a reencontrar a verdadeira natureza das redes. Para tanto há que considerar um primeiro axioma inserido na própria base da noção de rede: - a diversidade e a heterogeneidade no espaço e no tempo³⁴, donde a necessidade de assinalar pontos que "*não são puras abstrações geométricas. Elas tem uma espessura social, geográfica que fazem disso 'a expressão de todo ego individual ou coletivo' Indivíduos localizados, povoados, cidades, capitais, metrópoles como os geógrafos tem reconhecido há longo tempo; mas também , por que não, usinas, habitações, barragens e centrais elétricas, estações de depuração? Trata-se de todo modo de "nodosidades territoriais, lugares de poder e de referência", descontinuidades no continuum espacial ou espaço-temporal. Estes pontos são diversos, diferentes pois realçam entidades distintas, vontades distintas, poderes dessemelhantes. Sem este axioma de diversidade que coloca a existência de pontos ou, se se preferir, de nós, não pode haver rede.* (Dupuy,op. cit.:177)

Para Dupuy um segundo axioma envolve a compreensão da noção de rede: - os projetos transacionais. Ele assim o explica: "*O ponto não sendo uma abstração, mas, segundo C. Raffestin, a expressão de um ego individual ou coletivo, isto é, o lugar donde um ator pensa sua ação, ele pode tornar-se a origem duma ação individual ou coletiva de relação, de ligação potencial com um outro ponto (isto é, um outro ator). É isto que se chamará projeto de transação ou projeto transacional. Isto fazendo, o ator faz entrar o ponto visado pelo projeto transacional no seu território pois " o espaço é transformado em território pela visão, pela intencionalidade do ator... Os atores não se afrontam, eles agem e por consequência eles procuram entreter relações, assegurar funções, influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se estender ou se aproximar.*"³⁵ *Estas relações se alimentam de diferenças entre os pontos (primeiro axioma). Elas são múltiplas para um dado ator.*" (Dupuy,op; cit.:177)

Mas como não passam de projetos; suas realizações supõem um poder: "*poder de fazer entrar num outro lugar, um outro ponto no território do ator, de estabelecer a relação querida,*

³⁴O grifo é meu para associar este axioma apresentado por Dupuy à diferenciação espacial, discutida anteriormente.

³⁵Dupuy citando Raffestin in "*Pour une Géographie du Pouvoir*",mas sem mencionar a página.

projetada, no espaço e no tempo.(...) aqui também, postos de lado casos particulares onde o poder de um ator é tal que ele pode realizar seu ou seus projetos transacionais, é um outro ator, coletivo desta vez, que é capaz de concretizar o projeto transacional por seu próprio poder. Mas o novo ator, que chamaremos "operador", não trabalha em benefício de um só. Ele reúne um conjunto de projetos transacionais, de demandas de relacionar diferentes pontos entre eles, graças a um tipo de delegação coletiva de poderes. Este conjunto de projetos transacionais será então visto como a rede de projetos transacionais.(RPT).

Assim sendo, para Dupuy, a RPT apresenta duas características essenciais: ela realça o desejo e o imaginário e ela permanece no domínio da virtualidade e não da realidade:" *O que importa ao conjunto dos atores envolvidos é o conjunto das possibilidades transacionais ofertadas pela RTP. Tal ponto deve estar em relação com tal outro ponto para tal transação hoje, mas também com outros pontos para outras transações que serão talvez úteis para amanhã... ou jamais. Esta não é somente uma relação que é projetada mas um conjunto de ligações potenciais entre as quais as escolhas se farão em função do momento ou das circunstâncias.(op. cit., p.177)*

Além disso ele observa que estas duas características - imaginário e virtualidade³⁶ - tendem a fazer da RPT uma rede maximizante. "*É necessário precisar ainda que este caráter maximizante apresenta sempre limites que o atém à história. A concepção dum território fundado sobre possibilidades de relações, de comunicação, de circulação, sobre "transações" entre "pontos", nada tem de universal. Há outras formas de constituição e de marcar os territórios por fronteiras, delimitações, quadriculados, e, sob o registro temporal, cronologias que não evidenciam nem a instantaneidade nem a rapidez. Estas formas tem mesmo sido predominantes na história das sociedades humanas. Se a concepção dum territorialidade transacional parece emergir mais e mais nas sociedades modernas, isto não exclui a manutenção de diversas marcas territoriais por vezes muito potentes. Estas outras formas de territorialidade vêm sempre restringir a RPT. Os projetos dos atores não vislumbram, mesmo no imaginário e na virtualidade, todas as ligações possíveis imediatamente com todos os pontos. Fronteiras*

³⁶O autor não explicita o que entende por virtualidade. Esta pode ser entendida como algo existente como faculdade, mas sem exercício ou efeito atual., ou seja: algo possível, suscetível de se realizar, portanto potencial.

subsistem ou aparecem aqui e lá, que excluem certos pontos, certas praias de tempo, certos ritmos.. Assim se impõem limites entre o "dentro" e o "fora", limites que as transações não saberiam transgredir.(...)

Enfim, por construção mesmo, a RPT é uma rede territorial. Enquanto projeto coletivo de um conjunto de atores, ela é a expressão duma territorialidade que o operador deveria realizar. Mas, como nota Raffestin: "diferentes restrições técnicas, econômicas, políticas intervêm... a rede... é um compromisso entre rede máxima e meios à disposição e condições reais."(Dupuy, op. cit.:178).

Este ponto de vista extremamente lógico e racional de Dupuy e Raffestin, embora argumente e até denomine a rede territorial de rede transacional, não se ocupa porém do que me parece essencial no exame de tais redes : - a sociabilidade. Vejamos então como outros analistas trataram do problema.

Redes e sociabilidade

Wellman e Leighton (1981)³⁷ afirmam que o interesse dominante dos sociólogos é a estrutura social, razão pela qual está em posição secundária seu interesse pela localização das estruturas sociais no espaço e por normas de integração pois ao contrário dos geógrafos, para os sociólogos a distribuição no espaço não é uma variável importante em si." *Ela só adquire importância na medida em que ela afeta tal ou tal problema de estrutura social, por exemplo, a formação de redes de relações interpessoais e o acesso aos recursos.*(Wellman e Leighton, op. cit.p.112). Mais adiante esclarecem: " *Pensamos que a rede é uma perspectiva analítica que responde de maneira mais adequada à questão da comunidade nos estudos urbanos do que a ênfase tradicional no bairro. Uma análise da comunidade fundada sobre a rede toma como ponto de partida a pesquisa de relações sociais e de fluxo de recursos. É só neste momento que se estuda a distribuição no espaço e os sentimentos de solidariedade associados às relações observadas. Este enfoque libera em grande parte o estudo da comunidade de seus vínculos*

³⁷Wellman, Barry e LEIGHTON, Barry (1981) - "Réseau, quartier et communauté. Préliminaire à l'étude de la question communautaire" *Espaces et Sociétés* n° 38_39:111-133

espaciais e normativos. Ele torna possível a descoberta de comunidades fundadas sobre redes e que não se prendem nem a um bairro particular nem a sentimentos de solidariedade.(...)

Deixando aberta de início a questão da distribuição no espaço, esta perspectiva permite tanto descobrir um "povoado urbano" (Gans,1962) como uma "comunidade sem proximidade"(Webber,1963). Uma análise centrada sobre a rede pode igualmente mostrar que existe ainda um número importante de laços estreitos, mas que eles se situam raramente no bairro.

Welman e Leighton se propõem então a analisar três teses em sociologia urbana que debateram a questão da comunidade e a descrição das redes urbanas correspondentes a cada uma

"- a comunidade perdida, que postula a ausência de solidariedade entre vizinhos, a comunidade protegida que afirma sua existência. A tese da comunidade emancipada, ao contrário, não reconhece o bairro como base da comunidade. (op. cit.:113-114)

Ainda que os autores evidenciem outros aspectos relativos às três teses, apresentarei aqui apenas aqueles em que eles se referem a redes. Assim, à tese da comunidade perdida corresponderiam redes perdidas, em que: "a)antes de membros à parte de uma comunidade solidária, os cidadãos são agora membros "limitados" (em termos de quantidade, de intensidade e de envolvimento nas interações) de várias redes sociais.b)as relações primárias são definidas de modo estreito; elas comportam menos vínculos diferentes.c) os laços assim definidos são mantidos. d) os laços são freqüentemente fragmentados em relações isoladas, a dois, ainda mais se eles não se inserem em redes extensas.e) as redes que existem apesar de tudo, são geralmente mais fracamente soldadas (uma fraca proporção de todas as relações potenciais existem de fato entre seus membros) do que fortemente soldadas (uma grande parte das relações potenciais existem).f) as redes são mal circunscritas. Os conjuntos distintos e os grupos primários são raros.g) fraca densidade, limites imprecisos e uma definição estreita das relações concorrem para uma base estrutural pouco sólida aos sentimentos e às atividades solidárias.h) O fato das relações serem estreitamente definidas e dispersas nas redes múltiplas torna difícil a mobilidade dos membros da rede quando seu auxílio é necessário.(op.cit.,p.116)

Quanto às redes da tese da comunidade protegida, elas se apresentam completamente diferentes : "a) os cidadãos são em geral **solidamente engajados numa comunidade de bairro única**, mesmo que eles sejam por vezes membros de outras redes sociais ao mesmo tempo. b) as relações entre os membros destas comunidades de bairro são **sobredeterminadas (multiple strands)**. c) mesmo que os laços no interior da rede sejam de intensidade variável, muitos dentre eles são **sólidos** d) as relações de vizinhança se organizam **seguido em redes extensas(ampliadas)** e) as redes são em geral **fortemente soldadas** f) as redes de bairro são **claramente circunscritas**, as relações exteriores são raras. os vínculos são múltiplos entre as mesmas pessoas g) a forte densidade, os limites nítidos e as relações múltiplas fornecem uma base estrutural a numerosos **sentimentos e atividades solidárias**. h) os laços sólidos, variados, enlaçados em redes fortemente soldadas **facilitam a mobilização dos membros quando sua ajuda é requisitada para tratar de problemas quotidianos ou urgentes**.(op. cit.,p.119).

Ainda referindo-se a estas redes assim se expressam: " Estas redes bem protegidas, densas e bem circunscritas, sejam elas centradas sobre os vizinhos, a família ou outras pessoas, são no mais das vezes geradoras de sentimentos e atividades solidárias. Sua estrutura permite estabelecer facilmente um controle social informal sobre seus membros e os intrusos. As relações estreitas e a solidariedade coletiva deveriam permitir uma mobilização facilitada dos recursos da comunidade quando seus membros tem necessidade de auxílio. Mas como solidariedade não significa necessariamente igualitarismo, sucede que os recursos da comunidade não sejam todos concentrados e distribuídos de maneira equitativa".(op. cit., P.125).

A crítica de Wellman e Leighton a estas redes, a qual me pareceu mais relevante aos fins aqui propostos, assim se expressa: "Se bem que estas análises reconheçam aos cidadãos a possibilidade de pertencer a redes diferentes e de não se engajar a não ser parcialmente em cada uma delas, falar de "comunidade com responsabilidade limitada" é entretanto ainda fazer referência ao conceito de bairro e considerar as relações humanas como emanando duma base local, definida no espaço" (op. cit. p.121)

Na tese da comunidade emancipada, a comunidade saiu do espaço restrito do bairro e dispersou as relações sociais devido a um certo número de mudanças estruturais e tecnológicas pois em vez de estarem todas contidas em comunidades solidárias, as relações sociais tem agora bases mais estreitas por várias razões: "a)os meios de transporte e de comunicação são econômicos e eficazes b)as relações de trabalho e parentesco são separadas em redes que não são nem ligadas ao bairro nem solidárias; c) a taxa de mobilidade social e residencial é elevada.(cf. por ex. Grump, 1977). A tese da comunidade emancipada, como as duas precedentes, parte do conceito de espaço. Porém, enquanto que as duas outras teses situam a comunidade no bairro, ela só se ocupa de restrições espaciais para ultrapassá-las. Ainda que ela faça referência a certos trabalhos, os mais otimistas de Simmel sobre o efeito liberador da vida urbana (por ex. 1902-1903: a última parte; 1908:p.121) e a Park (por ex.1925 b:pp65 e seq.), esta tese só se afirmou nos vinte últimos anos, enquanto se multiplicavam os deslocamentos privados em carro e em avião e as telecomunicações se desenvolviam no mundo ocidental. Ela pretende que podem existir hoje "comunidades sem proximidade"(Webber, 1964), nas quais a distância e a duração dos deslocamentos são percebidos como restrições mínimas.(p.121)

Como se assenta sobre a comunidade não-espacial, a tese da comunidade emancipada apóia sua metodologia sobre técnicas de análise centrada sobre a rede (cf. Kadushin, 1966; Walker, 1977;Wellman, 1979)(...)

Em relação à rede, a tese da comunidade emancipada apresenta estas hipóteses: a) os cidadãos são em geral membros "limitados" de várias redes sociais das quais uma pode se situar em seu bairro.b) os diferentes vínculos que compõem as relações entre os membros das redes são de importância variável; há relações onde os vínculos são múltiplos, numerosas relações não comportam a não ser um vínculo, e o resto se reparte entre estes dois polos. c) os laços não tem todos a mesma intensidade: alguns são sólidos, outros são conservados mas contudo úteis d) as relações de um indivíduo se organizam em geral numa série de redes pouco ligadas entre elas.e) o mais freqüente é que as redes sejam fracamente soldadas, se bem que certas porções de redes, estas que compreendem os pais, por ex.,sejam algumas vezes mais fortemente soldadas.f) as redes têm limites imprecisos, se ramificam e se estendem freqüentemente a novas relações e recursos suplementares.g)

fraca densidade, limites imprecisos e definição estreita das relações fornecem uma base estrutural pouco sólida aos sentimentos e às atividades solidárias no conjunto das redes das quais fazem parte os cidadãos, se bem que grupos de relações solidárias existam seguidos.h) certas relações podem ser mobilizadas dentro da rede para trazer uma ajuda global ou específica em situações quotidianas ou em caso de urgência. A mobilização é mais ou menos provável segundo a qualidade da relação a dois, mais que segundo a natureza da rede.(op. cit.,p.122).

Tecendo comparações entre estas teses, Wellmann e Leighton afirmam que a tese da comunidade perdida conclui que o cidadão deve encontrar seus recursos nas organizações oficiais, enquanto na tese da comunidade emancipada supondo redes não centradas sobre o bairro, tais redes oferecem ao cidadão suficientes relações primárias que lhe forneçam todo o sustento e a sociabilidade que ele necessitar, além do que as diferentes relações existentes entre estas redes, organizam a cidade numa "rede de redes" (segundo Craven et Wellmann, 1973). Tal fato possibilita a emergência de uma estrutura de coordenação muito flexível, o que não é possível nem na hierarquia formal, burocrática da comunidade perdida nem no agregado de bairros da comunidade protegida. Uma outra diferença apontada entre estes dois tipos de redes, reside no fato de que o modelo da rede protegida é adaptado principalmente a condições de penúria e conservação de recursos, enquanto que o modelo da rede emancipada é sobretudo adaptado a condições de abundância e aquisição de recursos.

Para estes autores, uma das implicações políticas da tese da comunidade emancipada é que os seus adeptos apelam ao reforço de outras redes sociais que não as redes tradicionais centradas sobre o bairro e sobre a família. São redes fracamente soldadas, cujos limites imprecisos são mal equipados estruturalmente para o controle social interno; daí os limites frouxos de fraca densidade e que se estendem consideravelmente para adicionar novos membros. Porém tais redes emancipadas ramificadas são bem estruturadas para a aquisição de recursos suplementares através de um grande número de conexões exteriores diretas e indiretas, ainda que a relativa ausência de solidariedade que as caracteriza supõe que talvez seus membros só terão acesso a uma proporção mais restrita de recursos. A respeito destas redes, os autores

declaram que é bem possível que o modelo emancipado se adapte particularmente bem aos setores onde reine a abundância nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Eles mesmos se perguntam: -"A comunidade é perdida, protegida ou emancipada? Frequentemente as três teses tem sido apresentadas : (a) como descrições rivais e opostas da "verdadeira" natureza dos sistemas sociais industriais e burocráticos ocidentais ou (b) como marcas duma evolução que parte da comunidade pré-industrial protegida, substituída pela comunidade industrial perdida para chegar à comunidade pós-industrial emancipada. Nós pensamos ao contrário, que estas teses se justificam todas as três, uma vez desembaraçadas de seus atributos ideológicos e reduzidas a estruturas simples percebidas em termos de rede. De fato, seu caráter estrutural pode ser evidenciado se forem vistas como três tipos de redes diferentes: fracamente soldadas, densas ou ramificadas. Tipos de redes diferentes acarretam conseqüências diferentes para o acesso aos recusos e seu contrôle(...) Podemos então nos fixar em que a predominância da comunidade perdida, protegida ou emancipada depende das circunstâncias sociais ambientais."(op. cit.,p.125).

Ora, se a predominância de cada uma delas e de suas redes depende do ambiente, poder-se-ia observar a Wellman e Leighton que a diferenciação espacial - um princípio básico com que se preocupam os geógrafos, parece estar presente, talvez implícito, mas não virtual ou aleatoriamente. No entanto, por também se ocuparem das relações sociais que se expressam em algum ponto ou malha de pontos no espaço, por certo concordariam os geógrafos com a instigante noção de redes, que merece ainda as reflexões que seguem.

Do ponto de vista social hoje, como bem o atesta Elias:"O indivíduo humano não é um começo e suas relações com os outros não tem começo (...) cada gesto do movimento é função e repercussão de relações - como a forma do fio dentro de uma malha - não podendo se explicar a não ser no conjunto da rede.(p.71). Assim este "eu", este eu o mais íntimo e o mais pessoal, se forma numa rede permanente de necessidades, uma perpétua alternância de desejo e satisfação, de tomar e de dar. E é esta a ordem desta rede permanente que não começa em parte alguma, é a história de suas relações que fazem a natureza e a forma da pessoa individual. Mesmo a natureza e a forma de sua solidão, mesmo isto que o indivíduo sente como sua

"interioridade" recebem a impressão desta história - a impressão da malha de relações humanas da qual ele é um dos nós e no interior da qual ele vive e chega à sua individualidade.

O que constatamos aqui no que concerne à relação entre indivíduo e sociedade, não deixa de ter uma certa analogia com o que Goethe exprimiu tão freqüentemente a propósito da relação entre o homem e a natureza: (...)

Epirrhème

*Quando vós estudais a natureza,
é necessário estudar sempre o detalhe e o conjunto:
Nada está dentro, nada está fora;
O que está dentro, está também fora.
Sem mais retardo penetrai então
neste santo mistério oferecido a vossos olhos.*

GOETHE - Poésies du Voyage en Italie jusqu'aux derniers poèmes

trad. et préface de Roger Ayrault, Aubier - Montaigne, 1982 (Elias, Norbert, 1991:72)

O resgate do espírito gregário numa multiplicidade de pequenos grupos fluídos, não necessariamente permanentes, foi trabalhada por Goussault, B. (1988) que mostra as transformações da sociedade e da família permitindo que até esta na atualidade funcione em rede³⁸.

Maffesoli, M.³⁹ (p.59 e seg.), também discutindo redes nas relações humanas e suas transformações atuais, afirma que o fato novo emergente que se desenvolve é a multiplicação de pequenos grupos de *redes existenciais*; um tipo de tribalismo que repousa simultaneamente sobre o espírito de religião e sobre o localismo. Religião em sua acepção de *-re-ligare* - um "divino social", uma espécie de "religião civil", embasada sobre a solidariedade enquanto que o localismo apela à proximia, à natureza. A fluidez de tais redes ao mesmo tempo que liga as pessoas, as deixa livres numa racionalidade proxêmica (p.177) desenhando uma organização social em que, *"determinado por seu território, sua tribo, sua ideologia, cada um pode igualmente, e num lapso de tempo muito curto irromper num outro território, numa outra tribo,*

³⁸GOUSSAULT, B. (1988) - "Familles, je vous hais-mc" *EspacesTemps* 37, pp.69-75.

³⁹MAFFESOLI, M. (1988) - *Le temps des tribus - Le déclin de l'individualisme dans les sociétés des masses* Paris, Meridiens Klincksieck.

numa outra ideologia."(p.178). E conclui que "o paradigma da rede pode ser assim compreendido como a reatualização do antigo mito da comunidade. Mito no sentido de que algo que talvez jamais existiu, possa agir com eficácia no imaginário do momento. Daí a existência destas pequenas tribos efêmeras na sua atualização, mas que nem por isso deixam de criar um estado de espírito que parece chamado a durar. É necessário ver aí o retorno trágico e cíclico do mesmo? É possível. Em todo o caso isto nos força a repensar a misteriosa relação que une o "lugar" e o "nós".(p.182)"

Relação misteriosa essa que pode até mesmo assumir uma forma gregária coercitiva e violenta como as redes de narcotráfico que, nas favelas do Rio de Janeiro, consolidam o poder das quadrilhas de drogas nestes micro espaços. Isto levou Duarte(1991) a cognominar este poder de "*particularismo totalizante*"⁴⁰. Sem dúvida um duplo desafio: -para quem lá habita⁴¹ mas também para quem reflete sobre o espaço e as relações sociais, na medida em que esta rede até pode interceptar (*temporariamente*) a fluidez a outras sociabilidades e até mesmo a outros territórios, e que não se enquadra numa visão clássica de poder totalitário "de cima para baixo" tendo o Estado como principal ator, ou "de baixo para cima" como preconizava W. Sthor nos anos 80.

Relação misteriosa esta, que permite uma aparente unidade sem conflitos, "em torno do bem comum", como nos movimentos emancipatórios sob análise, mas que esconde nos fluxos, nos grupos e nas redes que assim se formam, impulsos nem sempre claros, nem sempre revelados: - *raízes...*

Se as redes contemporâneas rompem com a antiga concepção de região encerrada em limites rígidos, então não são estes mais a bloquear as transformações. Uma ilustração atual: como estarão se desenvolvendo, para ficar em um exemplo apenas, as relações pós independência nos países bálticos? Acompanhá-las talvez possibilite perceber que redes não se associam necessariamente a sistema, - noção que sugere um funcionamento *integrado* entre as

⁴⁰DUARTE,Luiz F.D.(1991) - "Legalité et citoyenneté dans le Brésil urbain contemporain: la question du *particularisme* des quartiers populaires (à partir de l'observation anthropologique d'une expérience d'aide légale et d'éducation civique)" - Comunicação apresentada no "Centre de Recherches sur le Brésil Contemporaine" na Maison des Sciences de l'Homme, Paris, em 4/12/91 e no Colloque *Grandes Metropoles d'Afrique et d'Amerique Latine*, Toulouse, 27-29/11/1991.

⁴¹ O desafio para os habitantes destes micro espaços é constante, já que ele coloca em risco a integridade do primeiro território de qualquer indivíduo: - o próprio corpo- o que seria uma "separação fatal".

partes. Sendo as fragmentações territoriais buscas de autonomia político-administrativa, elas podem ser vistas, enquanto rupturas no espaço material como oportunidades que se oferecem a um grupo humano de uma nova tomada de consciência de sua situação: um olhar interior (sobre a sua identidade e a sua territorialidade) e um olhar exterior (sobre os outros grupos), sem esquecer que apesar de tudo, como afirma Goethe: "*nada está dentro, nada está fora; o que está dentro está também fora*", o que faz dos limites um ponto de vista.

Fragmentações territoriais existem há longo tempo na humanidade. Então o que é o novo? É a descontinuidade espacial na sociabilidade. E o que permite a re-união, a interconexão, enfim a continuidade da sociabilidade? As redes. São elas a nova forma de regionalização. É através das redes que melhor se expressa o papel da tecnologia na junção de espaços descontínuos.

Como antes mencionado, a transnacionalização da economia, o grande desenvolvimento das comunicações, faz com que vivamos hoje em redes cuja trama não é sempre visível. Elas, as redes, proporcionam uma mobilidade espaço-temporal no planeta, nunca antes atingida. Então as transformações atuais criam, simultaneamente vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, diversas da convivência permanente, como era até então vivida e conhecida como tal. As redes sugerem a flexibilidade de cada parte da malha e suportam portanto as diferenças, inclusive a *diferenciação espacial* pré-existente ao capitalismo, o qual não chega a homogeneizá-la, uma vez que mesmo neste modo de produção ela permanece. Assim como a sociabilidade, que pode vir a ser socialidade, a *diferenciação espacial* parece integrar também um aspecto duradouro na *mutação*.

Este conjunto: transnacionalização, territórios descontínuos, novas formas de convivência, redes, mobilidade espacial: representam o fim da territorialidade, ou um desenraizamento do ser humano? Não me parece... Mesmo que se locomovam, há nos seres humanos um acervo interior proveniente de seus primitivos referenciais identitários e territoriais que lhes permite "criar territórios", ainda que temporários.

Se uma nova territorialidade estiver emergindo, talvez a transformação mais importante será, não tanto no sentido que alertou Marx - o da propriedade, mas no sentido de posse. (Pode-se desejar reter mesmo sem ter a propriedade). Em outras palavras: talvez o que seja possível, é

alterar o sentido de posse : não objetualizar o próprio corpo, as pessoas, as relações, o espaço, nele incluídos a natureza e as redes que partilhamos e nas quais exercemos a sociabilidade. Talvez seja a convivência em redes com ou sem contiguidade espacial, neste fim de século, uma oportunidade para o ser humano se liberar de antigos mas muito fortes anseios de posse e dominação. Cabe retomar uma pergunta feita a P. Claval: - o que temos a dizer sobre isso? Descortinar a configuração, este tecido de relações de que nos fala Elias - agora e nesta nova territorialidade emergente, é um desafio. Há muitos possíveis neste caminho. Cada ciclo na *mutação* oferece oportunidades de crescimento com sabedoria, como bem o mostra o milenar Livro das Mutações.

Uma utopia? Uma visão romântica? Uma visão teleológica? Quem sabe... Mas não são os projetos existenciais (e neles agasalhados os sonhos, o imaginário) que atualizam a nossa condição de seres humanos?

RAÍZES ?

Raízes, por que raízes? Alude esta palavra à história, à gênese e à evolução do conceito de territorialidade? Não. Não há aqui esta intencionalidade. Trata-se então da história do lugar, do local, enquanto associado a *origens* ? Até poderia ser, mas apenas na medida em que possa auxiliar a compreender quão complexa é a territorialidade contemporânea em seus vínculos entre *interno* e *externo*. Mas não se trata certamente de raízes no sentido de hábitos, costumes, tradições, quando o termo é usualmente empregado na acepção de cultura ou referir-se a elas. Não se trata conseqüentemente de encetar uma discussão a respeito das raízes da tradição gaúcha. Se assim fosse, correr-se-ia o risco de prender-se apenas a aparências, perdendo-se o sentido mais profundo, mais entranhado, mais *enraizado* no ser humano, e, a meu juízo, inerente a ele seja em que espaço e tempo em que estiver. Então a que aludem as raízes? Antes de responder é interessante verificar algumas interpretações que tem sido dadas a enraizamento/desenraizamento.

Um possível desenraizamento do homem moderno, um olhar europeu, e talvez particular sobre a realidade francesa, pode contudo servir de elemento reflexivo. Segundo o editorial de "*Espaces Temps* n°42 (1989:2-3), atualmente o tema do enraizamento liga-se a dois grandes tipos de preocupações: 1°) à integração dos imigrantes, organização espacial dos bairros degradados, suscitando uma discussão em torno da noção de cidadania ou de urbanidade, por exemplo; 2°) concernentes à Europa e às subversões inevitáveis que a sua formação vai promover. A transcrição parcial desta fonte pode talvez tornar mais elucidativo este ponto de vista :

"Paralelamente os temas filosóficos prioritariamente desenvolvidos referem-se à noção de sujeito (ou da "morte do homem") se estendendo à análise da "era do vazio" (ou do "indivíduo"). Todas as polêmicas em todo o caso, realçam as problemáticas relativas à

autenticidade do sujeito, os valores que o definem - ou que não o poderiam mais - ou a sua reificação nas relações mercantis universalizadas⁴², quase o seu desligamento de toda a raiz, fazendo dos indivíduos mônadas agitadas de movimentos brownianos um pouco difíceis de analisar, isto segundo uma busca unicamente hedonista ou à corrida desenfreada à distinção.

Em todos os casos, a noção subjacente de raízes, de valores fundadores ou de ligação, de ideais portadores, é apresentada, quando se lhe recusa ou quando se lhe reinveste a força prática. No plano quotidiano este "retorno" das raízes se marca num discurso da diferença, quer se solicite viver com ela ou quer a extrema direita faça ressurgir o espectro da exclusão.

(...) Não se trata tanto aqui de descorticar, ainda menos de julgar as "vivências" de enraizamento, mas de considerar os usos ideológicos que são feitos delas. Esses usos se inscrevem numa história mítica: a cidadania ateniense é e não é tributária do território da cidade. Mas é sobretudo na França do século XIX que a metáfora até aí abstrata do enraizamento assume toda a sua força ideológica designando como referente um elemento concreto: o solo da pátria. Esses usos são claramente lisíveis na sociedade contemporânea quer do ponto de vista das relações económicas e monetárias, como do papel da ou das culturas, da socialidade, ou do habitat.

(...) Estamos nós numa fase de "retorno às raízes" após um desenraizamento vivido finalmente no sofrimento? Vivemos nós sob a égide da pós modernidade, época onde coexistem indiferentemente desenraizamento e vínculo às raízes? Não estaríamos - uma outra hipótese - num momento onde se desenha o fim das raízes? Raízes, últimos tempos..."

A última frase do editorial dá o tom que vários dos artigos assumem, ou seja: de um ser humano desenraizado, muito mais um "cidadão do mundo" descompromissado com o território que habita, mas sobretudo sujeito a múltiplas influências desvinculadoras do território, mas por outro lado tornando-o presa fácil dos usos ideológicos da noção de raízes. (aí tomada como apego ao território, portanto distinta da acepção que no âmbito da pesquisa atribuo a raízes).
 Onde a sugestão do editorial de uma rejeição das raízes... Usos ideológicos do território, eu já

⁴²O grifo é meu para realçar o caráter de uma otimização mercantilizada das relações sociais num mundo de economia cada vez mais internacionalizada.

detectara previamente no âmbito da presente pesquisa, - portanto também encontráveis em contextos brasileiros - e que serão demonstrados mais adiante, ao analisar o uso político que se faz do território. Mas contrariamente ao que sugerem este editorial e alguns de seus artigos, não encontrei no contexto da área pesquisada, sinais preconizadores da extinção das raízes. Porém, antes de analisar o significado de raízes no âmbito desta pesquisa, vejamos como ele foi aproximado da idéia de identidade, iniciando pela idéia de constituição de uma identidade nacional. Deter-se no conceito de identidade também se justifica, como se verificará mais adiante, dadas as suas relações com a territorialidade, no modo como esta se apresentou no contexto da presente pesquisa. A discussão sobre a territorialidade, seguir-se-á a de raízes.

Raízes e identidade

O historiador André Burguière, no Seminário "Recherches Transdisciplinaires sur l'Identité" (EHESS, março de 1991) comenta que Green no Seminário de LEVY-STRAUSS realizado há cerca de vinte anos, liga identidade à noção de permanência. Nesta mesma oportunidade, LEVY-STRAUSS acrescenta a seguinte observação: "*Não há identidade a não ser social; é um processo social de construção*". Mas a identidade nacional pode ser vista como produtora de singularidades também.

Em sua reflexão sobre a identidade nacional, o caso francês, Burguière afirma ser esse um tema evanescente. Refletir sobre a história nacional é refletir sobre o sentimento nacional: - o nascimento do sentimento nacional. Há quatro critérios nesta questão: continuidade; distinção; singularidade e semelhança.

A história nacional era uma história "clerical", não-leiga. A idéia clássica de nação nasce com a Revolução. Lucien Febvre fala de *raízes de exclusão*; tratava-se de um modo de excluir os não-cristãos. No fim do século X verifica-se a idéia de reduzir a idéia de sentimento nacional à idéia de pertença. Este é em parte um problema interessante: - o olhar sobre a história nacional,

sobre como se faz a ideologia nacional. Duas idéias ligadas então: *sentimento nacional- ideologia nacional*

A distinção ou diferenciação sumariza-se na pergunta: por que nós somos diferentes dos outros?(Burguière a apresenta como posta pelos japoneses falando dos outros asiáticos).

As fronteiras não são geralmente naturais; todas são heranças de memórias culturais. A identidade é um fenômeno de idiosincrasia.

A identidade nacional consiste num produto social, exclusivamente cultural; uma construção histórica. Na França não somente o Estado fabricou a Nação mas também a sociedade. Há a heterogeneidade cultural da França e por outro lado uma obsessão de homogeneidade. Braudel em sua obra sobre a identidade da França refere-se à singularidade; à idéia de universalismo da identidade francesa. Uma idéia não-cronológica da França:- uma construção da antropologia: um modo de olhar do exterior; do interior. Contudo a identidade é sempre uma produção social; mesmo esta necessidade de encontrar uma singularidade.

Quanto ao critério de continuidade, a identidade é construída; ela é um mito, mas é ele que permite a uma população de continuar.

Há ainda a questão da escala: - a identidade em tal grupo cultural, a identidade da cultura latina; a identidade corporal...A noção de região e de identidade no século XVIII dizia respeito a qualquer coisa que tivesse um caráter local.

A identidade também pode ser vista não como uma oposição indivíduo-sociedade, mas como ela se veicula; - incorporação do inconsciente, quase consciente .Construção-continuidade:- há aí um processo de aprendizagem. Esta idéia - referida por Burguière, de incorporação do inconsciente, quase consciente - guarda semelhança com a territorialidade que encontrei nos movimentos emancipacionistas, pela manifestação do que chamei de uma *territorialidade familiar, senhorial e cultural*. Por outro lado a idéia de construção-continuidade se sugere duração, permanência temporal, também introduz a de aprendizagem que, a meu juízo é o caminho para uma maior consciência territorial.

Esta incorporação do inconsciente-quase consciente pode nos conduzir a interrogar: - Haverá uma identidade múltipla ou uma flutuação da identidade? Pode-se viver em pluri-identidade? A pluri-identidade pode ser vista de duas maneiras. Ou como patologia - quando se trata de indivíduos divididos além dos parâmetros considerados normais; é o caso dos esquisofrênicos. Ou ainda ela pode vir associada a papéis sociais Ex:-a própria identidade que começa pelos laços familiares: - minha identidade enquanto filha, enquanto irmã, enquanto mãe, enquanto companheira, amiga, etc. Poder-se-ia argumentar que estes papéis são processos identitários não espacializados, no sentido de que eles não tem a ver diretamente com o espaço. Mas tais processos se desenvolvem em *algum* território. Porém esse não é apenas um palco onde se desempenhariam inadvertidamente papéis sociais, uma vez que há uma determinada ambiência.específica que se "constrói" diferencialmente e, portanto, variante no tempo e no espaço. Por isso, se estes papéis podem ser chamados de universais por existirem em todos os lugares, adquirem também características próprias pela diferenciação espacial através do amálgama proporcionado pelas raízes, antenas e redes, como aqui serão interpretadas.

Retornando à discussão sobre identidade, também para Oliveira (1976) a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva) que estão interconectadas, permitindo-nos tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno.⁴³ Estudando a identidade étnica, ele afirma que os mecanismos de identificação são fundamentais por refletirem a identidade *em processo.*, como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas. "*O conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações*".

Ainda que tendo por objetivo a identidade étnica, este autor sugere o conceito de *identidade contrastiva* que me parece elucidativo para a compreensão da territorialidade presente nas emancipações. A identidade contrastiva "*implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em*

⁴³Tal afirmativa coincide com o já referido conceito de *configuração* enquanto teia de relações, trabalhado por Elias.

relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente."(Oliveira,1976:5). *"Grimberg e Grimberg apontam que 'um dos elementos importantes para a consolidação do sentimento de identidade é o jogo dialético entre a semelhança e a diferença(1971:136), entendidas aqui como semelhanças e diferenças de alguém consigo mesmo no curso do tempo, ou com outro no plano grupal e com os outros."*(idem,:36) Ora, como se verá , a territorialidade nos casos sob análise , também assume uma feição contrastiva objetivada num "nós", num "nosso território" em oposição ao dos outros. Interessante foi que estudando a identidade étnica, ele constatou também que ...*"a associação de um grupo com um lugar também reflete mecanismos de identificação por contraste, como se os membros do grupo se representassem inequivocamente "semelhantes" entre si enquanto "diferentes" dos membros de outros grupos de referência, numa realização contínua de um jogo dialético iniciado a partir do primeiro contato interétnico ou com a primeira cisão grupal"*.(Oliveira,op. cit.)

Mas há ainda um outro elemento aportado por Oliveira que vem corroborar a conceitualização de território e de consciência territorial desenvolvida no âmbito desta pesquisa. Trata-se da noção de situação: *"Tomando por referência um modelo existencial de pessoa, diríamos que o que transforma o indivíduo em pessoa é a situação, num sentido fenomenológico e, portanto, como fato de consciência."* Na nota de rodapé 13 , citando Tiryakian, ele elucida: *"Um último componente nesta breve exposição de um modelo existencial da pessoa, é a noção de situação. O que concretiza o ego, e que transforma o indivíduo (como um membro típico da espécie) numa pessoa é a situação. A noção de situação tem um status fenomenológico que a diferencia da noção fisicalística do meio ambiente; dito em outros termos, a situação transcende o local físico. Uma pessoa é situada e se situa no mundo.(E.A.Tiryakian, 1968:84)"* O conceito de território assim como foi trabalhado nesta pesquisa, e mais adiante discutido, assemelha-se à *situação* como aí apresentada .

O que permanece de todas as análises é que a identidade se constitui sempre em uma relação social; portanto é uma relação com o outro que é ao mesmo tempo o meu contraponto e o

meu par; o que permite portanto a definição da minha identidade: -por diferença e por semelhança, donde a alteridade. Entretanto, o que nos escapa seguidamente, é o apropriar-se de nossas próprias características. Isto se deve, parece-me, porque além de uma identidade contrastiva de um nós em relação aos outros como a define Oliveira, há semelhanças e diferenças (transformações) de alguém consigo mesmo dada uma multiplicidade de papéis ou no curso do tempo. Talvez hoje haveria além disso, a assimilação de padrões culturais difundidos pela mídia e pela moda, diferenciados segundo o poder aquisitivo dos grupos na sociedade, mas estruturalmente semelhantes.

Uma outra faceta da questão identitária está em examiná-la enquanto expressa (ou não) em movimentos sociais. A inserção dos movimentos emancipatórios nos movimentos sociais é que justificam a inclusão deste exame.

Identidade e Movimentos Emancipatórios

Klaus Offe (1984a,p.297) referindo-se a uma dialética das formas de relacionamento político e dos meios de organização da democracia de massas no Estado do Bem Estar Social europeu, denuncia uma tendência de destruição ou "descaracterização" da identidade dos sujeitos, provocadas pelas formas políticas de relacionamento predominantes e uma decorrente reação em busca de afirmação e defesa dessa identidade. E acrescenta referindo-se aos movimentos sociais (p.303): "Ao que parece não são agregados de cidadãos abstratos, mas sim coletividades de vida social (cujos membros se definem e se reconhecem uns aos outros na perspectiva de sua participação nessas coletividades...(…) Frequentemente categorias "naturais" mobilizadas para conceptualizar um "nós" unificador, além de simples semelhanças culturais ou econômicas servem como pontos de cristalização de identidade coletiva e da consciência política." Como se vê para ele a questão identitária se expressa nestes movimentos. Ele inclui o regionalismo no mesmo conjunto de exemplos deste fenômeno, cujos critérios particularistas, a seu ver, não os especializam em obter ou defender o "direito de governar" ou o "exercício do

poder" e sim em conquistar posições de anti-poder econômico, político e cultural. (Offe,1984a:304).

Esta "formatação" que Offe imprime a todos os movimentos sociais, não me parece válida nem aqui nem na Europa. Tenho em mente os movimentos separatistas europeus, assim como as reivindicações territoriais no Brasil. Busca de uma identidade coletiva parece-me que sim, e no Brasil talvez explicada pela "descaracterização" conseqüente da agressiva modernização dos últimos trinta ou quarenta anos. Porém que não busquem o "direito de governar" a nível local ou o "exercício do poder", é discutível! Na própria Europa, veja-se o exemplo do regionalismo catalão que conduziu a um "governo autônomo" dentro da Espanha.

Mais recentemente a fragmentação territorial reivindicada na Yugoslávia pelos croatas como um direito de autonomia e contra a opressão, é outro exemplo. Talvez fosse mais correto afirmar não um caráter determinante (como Offe deixa explícito) mas possível, de busca de novas identidades sociais, do reconhecer-se como sujeitos, enfim de um fazer sua própria história e simultaneamente, o exercício do poder. Mesmo porque o forte peso das formas herdadas do passado sustentam mecanismos de dominação não só pela enorme capacidade das oligarquias⁴⁴, mas embutidos até mesmo em processos inconscientes e na linguagem cotidiana, como sugere Laclau (in Lechner:57).

Tomemos outro aspecto teórico do problema "empírico": - que relações esses movimentos emancipatórios mantêm com o Estado? Certamente no caso das emancipações territoriais no Brasil, ao inverso da generalização de Offe, eles não se insurgem contra intrusões do Estado ou do Capital e muito menos pretendem conquistar posições de anti-poder econômico, político e cultural. Ao contrário: - ao que tudo indica, o que pretendem as frações dominantes locais que lideram estes movimentos, através de articulações e alianças efetivadas tanto na esfera local como na estadual de governo, é criar um "Estado" local capaz de carrear as "benesses" do setor público em nome do progresso e do desenvolvimento local. Isto pode conduzir à hipótese

⁴⁴Para uma perspectiva antropológica da identidade brasileira, ver, entre outros, Oliven (1986) e Ortiz (1985).

de que estas frações sociais buscam por um lado preservar o Estado patrimonialista⁴⁵, e por outro buscar articulações com vistas à representação, o que pode gerar ou não resistências nas demais frações.

Esta hipótese se calca nas formas de organização social presentes no país. Segundo Schwartzman (1988:150) : "Na medida em que existem na sociedade brasileira dois polos principais de organização social - o de tipo privatista e o de tipo patrimonial-burocrático - o jogo político, quando se dá, expressa essa contradição estrutural, na forma de dois "estilos" de atuação e participação política - "representação" e "cooptação" (o que significa obviamente, que não há nem uma nem outra quando o sistema de participação política não se pode manifestar)".

Em decorrência, e tendo em mente o problema "empírico" aqui sob análise, talvez seja mais oportuno afirmar que os movimentos separatistas nacionais, e os que fazem reivindicações territoriais emancipatórias dentro de uma nação, frequentemente estão impregnados por uma ideologia territorial na afirmação de uma identidade coletiva.

Será ela nova? Nada autoriza a generalizar que esta identidade seja nova, dado o peso de valores tradicionais culturais e políticos às vezes conduzidos por frações sociais dominantes a nível local e regional que se articulam com as frações sociais dominadas. Neste sentido poder-se-ia dizer que tais movimentos são sociais por envolverem de alguma forma toda a população com várias identidades de sujeito, mas esta não é uma condição suficiente para denominá-los de movimentos populares, na acepção geralmente atribuída a esta palavra, ou seja: de partir das frações dominadas, oprimidas ou despossuídas da população. Talvez uma forma mais apropriada

⁴⁵O termo "patrimonialismo" - um conceito fundamental na sociologia de Max Weber - é usado para se referir a formas de dominação política em que não existem divisões nítidas entre as esferas de atividade pública e privada" (Schwartzman, 1988:57) Ele toma como tese central no seu livro, que no país sempre vigorou um Estado patrimonialista, ... "os padrões de relacionamento entre Estado e Sociedade, que no Brasil tem se caracterizado através de séculos, por uma burocracia estatal pesada, todo-poderosa, mas ineficiente e pouco ágil, e uma sociedade acovardada, submetida, mas por isso mesmo fugidia e frequentemente rebelde. Este padrão de predomínio do Estado leva a que ele se constitua, historicamente em duas características predominantes. Primeiro, por um sistema burocrático e administrativo que denominamos, para seguir a tradição weberiana, de néopatrimonial, e que se caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem no entanto subordinados e dependentes do poder central, formando aquilo que Raymundo Faoro chamou de "estamento burocrático". Quando este tipo de administração se moderniza, e segmentos do antigo estamento burocrático vão se profissionalizando e burocratizando, surge uma segunda característica do Estado brasileiro, que é o despotismo burocrático." (idem,1988: 14)

seria afirmá-los como expressão de identidades sociais novas ou tradicionais. Estas seriam oportunidades de expressar as suas **raízes** no sentido que aqui empresto a este termo.

Isto nos remete de volta à discussão sobre raízes como elemento importante para a compreensão da territorialidade e se há elementos que atestem um possível desenraizamento ...

RAÍZES E TERRITORIALIDADE

Então o que quero dizer com raízes da territorialidade? As raízes são as bases mais profundas de uma planta, o que a vincula mais intimamente à terra, ao espaço geográfico em que ela está inserida. Então, por analogia, as raízes são *impulsos* lastreados em sentimentos de emulação, competição, ambição de poder, autonomia, ou em valores como a liberdade, profundamente *enraizados* no ser humano e que nutrem vivências familiares, senhoriais e culturais tecidas na sociabilidade, esta capacidade do ser humano de viver em sociedade. Raízes de si mesmo no território: é a presença de si mesmo, ainda que em grande parte das vezes isto não se torne claro nem para o sujeito nem para o grupo social. É o espelhar-se no território, donde a identidade com ele. Há um substrato comum na identidade, inerente a todos os seres humanos, independente de uma lógica específica.

Poder-se-ia objetar quanto à utilização da analogia das raízes de uma planta, que raízes tem um sentido de externo também, já que é um contato da planta para absorção de nutrientes externos a ela. A raiz, biologicamente, é uma antena dentro da terra.⁴⁶ Corretíssimo. Aliás, aqui caberia lembrar o sutil e às vezes aparente limite entre interno e externo, como poeticamente nos recorda Goethe, antes referido. Além disso a trama de relações sociais em que vivemos, a configuração no dizer de Elias, possibilita que raízes e antenas interajam, num contínuo ação-reação-ação. Com isso quero lembrar que os conceitos estão todos embricados na trama conceitual, e que se eles são aqui discutidos um a um, é apenas por uma razão de lógica da exposição.

Posto que a identidade do indivíduo ou do grupo não é constituída só de impulsos internos ou seja: de *raízes*, nela se integram também os estímulos externos - as *antenas* - assimiladas e transformadas pelo indivíduo e por seu grupo no tecido de relações tramado na sociabilidade, ou seja nas redes permanentes, temporárias ou fluídas que se constituem na sociedade. Chega-se

⁴⁶Esta oportuna observação, devo-a à geógrafa Cristina, de Recife, com quem tive um brevíssimo contato.

assim à territorialidade entendida como a projeção sobre o território deste amálgama (que é a identidade) de impulsos e estímulos exercidos através da sociabilidade. Há, portanto, uma projeção sobre o território da identidade individual e social construídas a partir da família, das relações de poder e da cultura (dos hábitos, das normas, dos costumes, dos valores, da linguagem).

Raízes significa o passado, os fundamentos territoriais que outrora se implantaram? Até poderia assumir esta acepção. Mas não é só isso o que eu quero expressar aqui. Não é uma preocupação direta com a história territorial, um compromisso com a erudição como um fim em si mesmo, mas com as suas matrizes societárias. Não que aquela não seja importante, mas é que há quem já a tenha contado e muito bem, tanto no domínio da história quanto da literatura.⁴⁷ O que me ocupa aqui é ver *agora* estas matrizes. A genealogia territorial é aqui um fator adjunto, mas não um acessório dispensável para auxiliar a interpretação.

Estas matrizes seriam antes "esta 'historicidade' como a designa A.Touraine, (que é)" *...o conjunto dos modelos culturais específicos a cada sociedade produzido pela acumulação de conhecimentos e de lembranças. Ela é feita de experiências e de criatividade e marca a capacidade de uma sociedade de produzir seu próprio campo cultural e a refletir sobre ela mesma. A organização social e as relações de classe constituem o cerne desta ação histórica".* (Goussalt, 1989:46). É ainda Goussalt quem ressalta um novo interesse pela história: as retrospectivas, a história das mentalidades, da família, da vida privada, dos flagelos, dos amores, da etiqueta... de cada cidade ou região, frizando que são esta memória coletiva e esta herança comum a todas as nossas representações que reexplicam o sentido do presente e, modificando-o, estruturam um pensamento coletivo (op.cit.:46).

Este é o sentido que me parece próprio ao exame das matrizes históricas responsáveis pela territorialidade atual na área sob análise e que serão examinadas mais adiante. Entretanto Goussault apresenta estes aspectos como resistência à mudança e manifestações de conservadorismo social, fundados sobre o passado, a tradição e a história e que lhe parece

⁴⁷Sem querer referir a apreciável bibliografia histórica disponível sobre o Rio Grande do Sul, na literatura basta citar entre outras, a admirável trilogia de Érico Veríssimo "O Tempo e o Vento", o livro de Alcides Cheuiche sobre as Reduções Jesuíticas e o romance de Viana Moog sobre a área de colonização alemã no Rio Grande do Sul: "Um rio limita o Reno".

caracterizar hoje a ideologia do enraizamento. Mas o resgate da memória do passado, significará necessariamente e *unicamente* resistência à mudança e conservadorismo fundado sobre uma espécie de "*família, tradição e propriedade*" ? Sem negar a possibilidade de sua existência, justamente na Europa, onde o peso do passado está em tudo, pois constituída por sociedades cujos movimentos migratórios são seculares, esta, parece-me, poderia ser uma possível busca de auto-reconhecer-se. Tenho em mente as recentes reivindicações de autonomia que culminaram na guerra entre sérvios e croatas na Jugoslávia e na formação dos novos países bálticos. Embora não passe de uma conjectura, sem comprovação empírica, também não me parece possível uniformizar assim a realidade.

É assim que raízes, enraizamento, valorização do que é local também significa para alguns, ainda refletindo sobre contextos europeus diversos daquele que aqui se examina, um estreito vínculo com a questão étnica, ou uma tentativa conservadora e nostálgica de um impossível retorno ao passado, (enraizamento ligado à idéia de herói e de raça) ou uma estratégia racista de direita que num passado recente através da valorização da figura do herói teria nutrido o nazismo (HOARAU, 1989:9) ou contemporaneamente no sentido de se opor à entrada de migrantes provenientes de suas ex-colônias, tal como se apresenta o discurso do Front National de Jean Marie Le Pen na França. Ou ainda, em nome do universalismo e do cosmopolitismo se opõe um "indivíduo-universalismo" a um "tradição-comunitarismo"(HOARAU, op.cit.:11)

Estas dicotomias, um pouco esquemáticas, tão caras ao raciocínio cartesiano que marca ainda hoje o pensamento francês, não me parecem porém suficientes para dar conta de um mundo que se internacionaliza, é verdade, mas que assiste concomitantemente a uma espécie de necessidade de reafirmação de valores ditos comunitários. Conseqüentemente é possível que comunitário não signifique sempre um vínculo à tradição, e nem que esta se vincule sempre a conservadorismo, enquanto atitude que quer impedir o surgimento de novos valores.

É um caráter planetário que se busca ao examinar as raízes. Ou seja: - há algo inerente ao ser humano e comum a todos, que os vincule a um território, independente da área da superfície da terra em que estejam? É por isso que raízes da territorialidade assume o significado do que está oculto, do que está encoberto, como as raízes de um planta e que não pode ser visto se não se observa o subsolo. É claro que o olhar pode perceber os horizontes

estratigráficos de história e de especificidade geográfica, mas ao que aqui me proponho é a observação das próprias raízes

Estas raízes, ocultas à observação da superfície, são, como já mencionado, sentimentos que provocam impulsos⁴⁸ de posse, poder e autonomia nutridores de uma territorialidade, que, pelo menos na área sob análise, se apresenta sob uma forma familiar, senhorial ou cultural. Animada pela sociabilidade, esta territorialidade sugere frequentemente um manancial contaminado - a consciência embotada, a alienação, a indiferença - por um uso político do território, e que vem de longa data...donde o interesse em prescrutar o passado.

Na acepção aqui atribuída ao termo, quem se aproximou um pouco do que quero dizer com *raízes*, foi Paul Claval⁴⁹ apresentando como raízes do poder : a - a raiz do poder fundada no grupo primário, b - as raízes psicológicas individuais e coletivas, e c - a institucionalização das relações como formas sociais de poder.

A sociedade próxima dos pais, do grupo primário, possibilitaria que os indivíduos vivam desde a mais tenra infância, intensamente sua dependência e experimentem a ambigüidade das relações de poder ao se chocar incessantemente, na sua conquista do ambiente, contra a vontade dos pais que, entretanto, lhes proporciona a segurança necessária. *"A atitude disso resultante é um misto de revolta resmungada e submissão aceita, pois expressa humilhação e alívio : é nesse sentido que Pierre Legendre fala do amor ao censor, que lhe parece caracterizar nossa sociedade."*(Claval,1979,p.13) Ele continua, incutindo um tom psicanalítico à sua interpretação :

"A relação de poder adquire sua dimensão social através dos conflitos vividos pelo menino com seu pai. Suas pulsões ⁵⁰profundas o levam para a mãe, mas ele encontra em seu pai um rival de quem tem ciúme: aspira a eliminá-lo para continuar como senhor daquilo que lhe é mais caro. O pai surge como o intruso, o outro, o representante de uma ordem exterior que violenta, mas que é necessário aceitar se quiser entrar no jogo dos grandes e tornar-se

⁴⁸Tais impulsos apresentariam um caráter universal na medida em que não seriam inerentes a uma determinada sociedade, espacialmente localizada, ou seja : não teriam uma especificidade geográfica, mas seriam passíveis de ser encontrados em todos os grupos humanos.

⁴⁹CLAVAL, Paul(1979) - "As raízes do poder" *Espaço e Poder* Rio de Janeiro Zahar Editores SA,pp12-15.

⁵⁰O grifo é meu, para indicar a semelhança com a noção de impulsos internos que atribuo às raízes, embora sem vinculação, no caso da minha interpretação, à teoria psicanalítica, pois creio, como se pode ver no âmbito da pesquisa, que não é só o vínculo parental que nutre as raízes da territorialidade.

adulto."(idem,p.13) Mas como ele mesmo salienta, o poder tem outras raízes. Todavia ao manifestar-se , ele se vale dos reflexos ambíguos que a socialização cria em todos.

No que respeita às raízes psicológicas individuais e coletivas, ele ainda se expressa assim :
"O poder nasce, por vezes, do recurso ao constrangimento físico: assim os fortes impõem aos fracos a sua vontade. Se não podem contar senão com seus músculos e sua determinação, sua ação encontra logo um limite : os que são dominados podem unir-se e libertar-se. O poder nasce também da aptidão de certas pessoas para influenciar aqueles com quem mantêm contato: tornando-se sedutores, convincentes, insistentes, conseguem fazer aceitar seus pontos de vista, provocar dedicações, suscitar apegos. É assim que se destacam, nos grupos, líderes cuja autoridade é reconhecida pela maioria e que chegam a influir no comportamento de todos(...).

A vida social limita-se , quando não institucionalizada, a sistemas estreitos, pouco mais amplos que o grupo primário onde a criança se forma. Nesta escala, as vantagens do grupo são modestas, embora indispensáveis à aculturação. As pessoas querem, em geral, obter mais da coletividade, querem beneficiar-se com a exploração eficaz do meio ambiente possibilitada pela especialização mais acentuada e pelo uso de equipamentos e materiais mais poderosos. Para chegar a isso, é preciso romper as cadeias do universo limitado das interações espontâneas. A institucionalização das relações amplia as fronteiras do universo acessível, mas abre a porta às formas sociais do poder : é a outra face da moeda.

As regras que presidem às relações não são tão neutras quanto a sua justificação ingênua pode fazer crer : elas permitem a acumulação de vantagens por alguns. A influência se difunde por toda a parte, toma por vezes uma forma insidiosa e pode, em geral, ser identificada com facilidade: cada um tem , então, consciência das estratégias à sua disposição para melhorar sua posição na coletividade em que vive.

Os meios obtidos graças a esse jogo de influência permitem conquistar adeptos: os que chegam a este ponto dispõem então de uma força física que multiplica a capacidade de constrangimento a seu alcance. A institucionalização das relações abre caminho à formação do poder puro. Para se subtrair aos seus efeitos negativos, não há outro meio - se quisermos manter

as vantagens das relações ampliadas - senão aceitar uma hierarquia legítima e respeitosa dos direitos de cada um: é a isso que corresponde a lógica da autoridade."

Para Claval aí se assentariam as formas elementares das raízes do poder: a autoridade, a influência ideológica e mesmo a influência econômica. Quando analisa o espaço, a vida social e o poder, um dos aspectos que merece realce por evidenciar alguns pontos em comum com a territorialidade, como a captei na presente pesquisa, é o seguinte: *"O espaço é um dos apoios privilegiados da atividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habitam ou lhe dão valor: à extensão que ocupam, percorrem e utilizam se superpõe, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais; elas são tão importantes para compreender a configuração dos grupos e forças que os trabalham quanto as qualidades reais do território que ocupam. A terra dos quebequenses não é simplesmente a área que vêm humanizando há três séculos: é a imensidão do deserto protetor que a limita ao Norte e que lhe dá o sentimento de dispor de um poderio fundamental. Os fatos do poder têm uma dimensão espacial que se relaciona com os elementos por eles incorporados"*(op. cit.,pp.20-21). É justamente esta dimensão espacial que é examinada na discussão sobre a territorialidade, a partir dos elementos que a pesquisa proporcionou.

Territorialidade

A categoria mais abstrata, no que se refere a território, é territorialidade. Poder-se-ia dizer que o território é a sua contrapartida mais próxima do concreto. Já a territorialidade, a partir da reflexão proporcionada por esta pesquisa, pode ser concebida como uma **vivência** do espaço físico e cultural enquanto extensão de nós mesmos, enquanto **projeção de nossa identidade** como indivíduos ou como grupo. Emancipações de distritos que se constituem em novos municípios oportunizam o aflorar da territorialidade sob várias conotações.

A identidade da população com seu território passa simbolicamente pela analogia à constituição do núcleo familiar, por sentimentos de emulação e competição com os irmãos, de emancipação dos pais e por um receio de separação. Sentimentos e desejos de liberdade, autonomia, independência vividos em relação à família: pai, mãe e irmãos, bem como sentimentos contrários, de defesa contra esta autonomia, não são uma pretensa interpretação psicológica escamoteando uma análise da base material, mas uma inferência extraída da observação e dos depoimentos dos entrevistados. Estas manifestações perpassam depoimentos de pessoas de diferentes segmentos sociais.

O presidente da Câmara do município de origem disse: - *Os movimentos são naturais assim como uma família, em que o jovem vai se afirmando até que num certo momento deseja a sua independência.*

Um ex-prefeito do município de origem também os vê como um anseio natural das comunidades envolvidas em atingir autonomia própria. É frequente ainda que o município de origem seja chamado de "município-mãe" tanto em textos técnicos como na linguagem corrente. Já um vereador engajado num dos movimentos emancipacionistas afirmou: *Talvez a prefeitura de Santo Ângelo seja contra as emancipações como um pai em relação a um filho.* Continuando, relatou que num debate de rádio recebeu um telefonema dum ouvinte dizendo-lhe que não conseguia imaginar Santo Ângelo (o município de origem) sem as Ruínas de São Miguel. O vereador respondeu-lhe: - *em primeiro lugar sou filho*⁵¹ *de São Miguel e depois de Santo Ângelo.*

A defesa do desejo de emancipação passa também, se necessário, por um voltar-se contra o pai para afirmar-se, como se pode ver na seqüência dos argumentos: *Além disso, São Miguel não possui indústrias e precisaria das Ruínas para sobreviver. Onde estão as indústrias de Santo Ângelo? Foram todas embora! Estão falidas e não foi por isso que Santo Ângelo deixou de crescer.*

Um pequeno agricultor que mora no município de origem, próximo à divisa com outro município, rememorou que ele próprio e outros moradores foram contra a emancipação deste, *porque víamos Santo Ângelo como o pai.* Chegou mesmo a participar de um movimento

⁵¹ O grifo nesta frase assim como na anterior é meu, para enfatizar o sentimento com que proferiu a palavra.

objetivando arredar a divisa de seus terrenos. Na ocasião, foram totalmente contrários à emancipação daquele distrito. *-Mas depois, vi a pessoa boa que era o prefeito, e o progresso que trouxe ao nosso município.* Todos os exemplos exprimem a projeção de vivências ligadas a sentimentos de independência, emulação e competição tais como experienciados no âmbito da família. Por isso, podemos denominar a esta, de **territorialidade familiar**.

A territorialidade, sem necessariamente excluir esta primeira conotação, também pode ser uma vivência que exprima um sentimento de pertença a um clã, a um grupo, a um território, implicando ou não em posse ou poder direto dentro do grupo ou do território. Geralmente, ela vem associada a um sentimento de orgulho por determinado território e se traduz em expressões individuais do tipo: *- Na minha terra...* ou à utilização de um "nós" que não expressa só o pertencer, mas o acreditar ter como seu, ou de incluir-se numa posse ou num querer coletivos que nem sempre correspondem ao real: *- Nós, em São Miguel, temos a primeira indústria do estado: - o turismo!*

Este enfoque da territorialidade pode vir também associado a um desejo negativo, isto é, não querer pertencer a outro território reivindicante, como um jogo competitivo entre iguais. É o reconhecer no seu território a diferenciação espacial que o distingue de outros, mas também as condições e relações de paridade com o outro território, expressas em frases como: *Nós de São Miguel, não aceitamos de maneira alguma ficar com Entre Ijuís.* ou ainda: *- Quando Jóia fez a primeira tentativa de emancipação, eu era vereador por Coimbra e me opus à emancipação de Jóia: - o nosso distrito não podia ser tocado! São Miguel é melhor que Jóia, pois temos algum tipo de assistência.*

A territorialidade enfatizando a diferenciação espacial pode também vir associada a domínio: *Estão falando que Vitória quer se emancipar, mas eles que não mexam nos nossos limites!* (Prefeito do recém emancipado município de Entre Ijuís). Este não querer ter seu território ou parte dele anexado a um outro pode ser visto ainda como um impedimento a uma futura emancipação própria.

Mas a territorialidade enquanto pertença ou domínio, pode assumir uma feição negativa ligada à posse, manifesta em duas situações. A primeira refere-se à constatação de um uso predatório do território: *Os granjeiros arrancam até as árvores para plantar soja* ou *...muitas das*

pedras das Ruínas de São Miguel foram arrancadas para servir de alicerce nas casas das fazendas, ou para fazer os muros delas, que depois foram pintados, tapando as pedras. A outra feição negativa (de negá-la) que a territorialidade como pertença ou domínio pode assumir, expressa-se num sentimento de não querer pertencer a um território como repúdio ou indiferença a representantes de oligarquias locais dominantes, envolvidas em negócios escusos em benefício próprio ou a formas autoritárias e discriminatórias de exercer o poder. Todas as manifestações relacionadas a posse e poder, e o repúdio ou indiferença a elas, expressando vivências de pertença ou domínio, podem ser enfeixadas sob uma denominação: **territorialidade senhorial**.

Por último, a territorialidade pode ser uma vivência coletiva, preservadora de usos, costumes e tradições do passado que reforçam o sentimento de orgulho de pertencer a um território. Esta é que parece ser a face da territorialidade mais vinculada à idéia de raízes e criticada pelos autores antes mencionados. No Rio Grande do Sul, esta vivência coletiva⁵² se difunde através de centros de tradições gaúchas. Além deste aspecto mantenedor de usos, costumes e tradições, eles exercem também um papel agregador e difusor da sociabilidade local, enquanto ponto de reuniões, comemorações festivas ou assembléias. Também se oferecem como canais para expressar a diferenciação espacial através da música, do canto, da poesia e da dança. A estas manifestações podemos chamar de **territorialidade cultural**.

A territorialidade, seja ela projeção de vivências familiares, vivências de pertença ou domínio ou uma vivência coletiva ou cultural do passado, permite que sejam canalizados antigos e atuais desejos de autonomia e liberdade, de posse e de poder, em várias nuances. Portanto, a territorialidade - familiar, senhorial e cultural - é **vivência** individual ou compartilhada de ligação a um espaço, enquanto projeção da identidade individual ou coletiva.

Ora, como se viu não há identidade a não ser social, dada esta trama de relações que vincula os indivíduos entre si e ao seu coletivo. Cabe aqui uma observação que esclareça sobre grupal e coletivo, como aqui são empregados os dois termos. Grupal não significa

⁵² Quando afirmo tratar-se de uma vivência coletiva, isto não quer dizer que todos os segmentos sociais em todos os pontos do espaço dela participem, o que significaria negar a diferenciação espacial da sociedade.

necessariamente coletivo. Coletivo por sua vez, não tem a conotação de algo compulsoriamente homogêneo. Então o que é o coletivo?

Coletivo pode referir-se a um projeto comum de sociedade onde, apesar de todas as fricções da realidade, se respeitam e se concebem manifestações diferenciadas. Aludiria a um imaginário social comum. Coletivo pode ser entendido ainda como expressão **única** e coercitiva de um grupo, de uma sociedade - o que no Ocidente foi atribuído ao Comunismo, dadas as formas históricas autoritárias que alguns governos socialistas assumiram em determinadas épocas, impedindo qualquer visão diferenciada ou oposta à sua, na construção de uma sociedade mais justa. Nesta acepção coletivo pode ser confundido com sociedade totalitária.

Entretanto coletivo pode também vir camuflado sob a imagem do social, da sociedade como um todo, mas visando ao atendimento de interesses específicos de certos grupos ou segmentos da sociedade. Trata-se neste caso ao que parece, da visão liberal e neo-liberal.

A palavra grupal, de acepção mais restrita quanto ao seu referente, pode também assumir várias conotações: desde um pequeno grupo anômico e temporário, até um grupo com objetivos bem específicos, temporário ou permanente. O importante aqui é distinguir que grupal não significa necessariamente o mesmo que coletivo, pois pode significar uma facção do coletivo. E coletivo não é sinônimo de uniforme, homogêneo ou autoritário.

A territorialidade : - bem ou mal amada ?

Retornando à territorialidade: - enquanto projeção de nossa identidade, ela pode estar ligada como já referido, a noções claras ou obscuras de **posse** individual ou coletiva; de **poder** individual e/ou grupal e de **autonomia e liberdade**, todas elas constituintes das raízes. Entretanto a estas raízes se acrescentam os vários estímulos externos a que os indivíduos e grupos são submetidos numa sociedade complexa como a contemporânea, isto é: às antenas. Os fluxos de produtos, de transportes e de comunicações, o estímulo ao consumismo e as novas formas que as relações sociais parecem estar assumindo hoje, ou seja: as redes, isto tudo vem

juntar-se diferencialmente, mais no espaço que no tempo às raízes e às antenas, amalgamando-se na sociabilidade.

Há entretanto quem negue o vínculo entre território e identidade. Como mencionei anteriormente Raffestin, ele será tomado aqui como contra-ponto nesta discussão. Ele define territorialidade como " *o sistema de relações que mantém uma coletividade e portanto um indivíduo que a ela pertence com a exterioridade e/ou a alteridade com o auxílio de mediadores. Os mediadores reenviam imediatamente à semioesfera, pois os limites da minha territorialidade são os limites de meus mediadores. Se se considera a ecogênese territorial disto que se convencionou chamar os países desenvolvidos, pode-se admitir que até o século XX, os territórios materiais concretos - a exterioridade - eram em grande medida muito 'regionalizados'; dito de outro modo: que a regulação societária ainda tinha um sentido.(...)*

Nestas condições, a territorialidade era ainda, em parte ao menos, fortemente marcada por relações que atribuíam uma grande importância aos lugares como fontes de identidade. Havia uma coerência entre território e territorialidade pois havia uma coerência entre a ação duma sociedade e a ação de uma semioesfera à qual ela se referia. Esta relativa unidade voou em pedaços e o processo de desterritorialização-territorialização-reterritorialização (que chamaremos doravante T-D-R) não é mais regulado do interior mas do exterior. A territorialidade é menos 'espacializada' que 'temporalizada' porque ela é comandada pela modernidade da qual 'a moda é o emblema'. Ora, a modernidade se elabora somente em alguns lugares que dispõem dos meios de uma difusão ultra-rápida. O território concreto tornou-se menos significativo que o território informacional em matéria de territorialidade".(...).

"A territorialidade 'regionalizada' era constituída por relações vividas através do trabalho essencialmente, através do habitat lato sensu e através das cristalizações tradicionais. (...)... o regionalismo era há um século, o apanágio dos movimentos conservadores de direita. Hoje os particularismos regionalistas se estendem à esquerda, como um retorno às origens, uma 'ressurreição' de certos valores. Nesta última perspectiva a territorialidade é freqüentemente entendida como identidade. Trata-se da pesquisa duma 'identidade cultural' que, aliás, na maioria dos casos, se engana nos termos, pois não se trata de um impossível retorno a uma

A territorialidade é então uma função da informação (o signo) e do tempo (o ritmo). Neste tipo de territorialidade não se pode mais falar de espaço vivido, de identidade regional ou cultura local. Quando muito se pode falar de informação consumida, identidade condicionada e modelos culturais dominantes. Certo, toda a sociedade continua a viver e a agir num território concreto que resulta duma produção, mas estas relações são muito menos condicionadas por este território que pela informação que é aí difundida. O território tem um carácter muito mais contingente que a informação."(Raffestin, 1986:183-184).

Seria a territorialidade captada nos movimentos emancipatórios nada mais que um resíduo do passado, desta territorialidade "regionalizada" do passado? A territorialidade enquanto projeção da identidade não me parece que tenha deixado de existir. Não me ficou claro o que Raffestin quer dizer com um retorno às origens e com a ressurreição de certos valores. Terá ele em mente uma realidade europeia ou uma generalização extensível a todos os lugares? Quais seriam estes valores que ele não chega a mencionar? A meu juízo a territorialidade enquanto projeção da identidade social não deixa de existir. Ela pode, isso sim, permanecer *escondida*. Por que? Primeiro por que ela se manifesta primordialmente *através e quando* há confrontos pelo território. Ela aparece no confronto com outro grupo. É sobretudo uma identidade contrastiva.

Ora, atualmente estão mudando as formas de sociabilidade. Se o que caracteriza a sociedade contemporânea é a formação de redes, que não guardam um compromisso de permanência mas que se permitem uma natureza efêmera, então estas possibilidades de confronto talvez não se tornem tão evidentes como outrora. Há é verdade, uma certa homogeneização pelas antenas, contribuindo para a padronização de hábitos e alterando costumes. Uma nova forma de alienação, diferente daquela produzida apenas nas relações capital-trabalho. Uma alienação "*não só na técnica ou pela técnica; não só do eu (como acreditava Marx), mas uma alienação em relação ao próprio mundo: o homem não somente se perde em sua produção, mas perde o seu próprio mundo que é oculto, esterilizado, banalizado e desencantado pela técnica, com tudo o que implica de sentimento de absurdo, de privação de norma, de isolamento de si, de falta de comunicação, etc*" (Japiassu e Marcondes, op. cit., p.16)

Aliás, a alienação não se dá só na técnica e pela técnica, ela se dá também pela falta ou pela superficialidade na comunicação, quer se trate da que se faz consigo mesmo pela reflexão

pela técnica, com tudo o que implica de sentimento de absurdo, de privação de norma, de isolamento de si, de falta de comunicação, etc (Japiassu e Marcondes, op. cit., p.16)

Aliás, a alienação não se dá só na técnica e pela técnica, ela se dá também pela falta ou pela superficialidade na comunicação, quer se trate da que se faz consigo mesmo pela reflexão ou da que se realiza na sociabilidade. Porém como as raízes - estes impulsos internos - continuam a existir no ser humano, elas buscam canais de expressão. O ser humano não é só passivo às antenas, ou seja aos estímulos externos. Ele *elabora* durante a comunicação que se efetiva na vida quotidiana. É quando ele se confronta com os outros, mas sobretudo consigo mesmo, que ele pode alcançar outros níveis de percepção atenta de si mesmo, da sua situação⁵⁴, sobre a resposta às questões: Quem sou eu? O que faço? Onde estou?

Como uma das três questões de refere à sua inserção no espaço, a territorialidade "espacializada" que Raffestin remete ao passado, não pode deixar de existir, a meu juízo. Isto só aconteceria se o homem adquirisse ubiquidade. Como não é assim, há sempre necessidade de um *lastro* territorial. Como esta necessidade frequentemente é dada como óbvia, ela jaz escondida. Pode parecer então que este vínculo desapareça em um território codificado e cujas formas de sociabilidade estão se modificando.

Cisões, rupturas, descontinuidades, fragmentações, como movimentos separatistas ou como as emancipações aqui estudadas podem (não quer dizer que necessariamente devam) se apresentar como oportunidade de uma percepção mais grosseira ou mais refinada de si mesmo e do seu coletivo, ou seja: de apropriar-se de suas próprias características.

A territorialidade *se e quando* se constituir em oportunidades de interromper, de se desprender de raízes egóicas há muito escondidas, pode, pela consciência territorial conduzir à "reunião", à "comunidade com os homens", ao ensaio de construção de um projeto comum de sociedade. Isto não significa que ele seja universalizante no sentido de extensão uniforme a toda a humanidade como preconizava o comunismo, ou segundo as denúncias dos críticos do capitalismo de que se homogeneizaria o espaço, ou ainda como prognosticam os que hoje imaginam que a mundialização da economia ou a alienação pela técnica o fazem.

⁵⁴ Situação no sentido fenomenológico já referido

desconhecidos" e reinventar estas relações, inclusive pelo leque de oportunidades que os meios de comunicação, que a tecnologia propicia.

Será esta uma nova territorialidade a emergir? Será ela "bem ou mal compreendida, bem ou mal amada", usando a expressão de Raffestin? Estará ela realmente substituindo a territorialidade "regionalizada" que se assenta (ou se *assentaria*) em territórios concretos? O que significaria na materialidade do território, uma territorialidade "temporalizada"? Questões a propor não só a Raffestin, que a elas se refere, mas a todos que se propõem a sobre isso refletir. Sobretudo será realmente esta territorialidade "temporalizada" a nova territorialidade a emergir neste fim de século e de milênio repleto de incertezas? Gostaria de ter respostas. Porém elas ainda não se ofereceram... Há mais dúvidas do que certezas. Entretanto continuar esta busca é preciso. Antes de uma análise do território "palpável", pode ser útil colocar como questão: - território, o que é? É o lugar? É o local? Terá envelhecido ou se atualiza a afirmativa de Leon Tolstói: "*Conhece a tua aldeia e conhecerás o mundo*"?

TERRITÓRIO

O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Por isso ele é próximo à noção de situação, referida na discussão sobre identidade. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa a ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade.

Um passeio às origens

Entretanto muitas tem sido as acepções atribuídas ao termo. Para ensaiar uma apresentação, ainda que sem a pretensão de exauri-la, é interessante começar pela sua etimologia. Gottmann (1973:16) citado por Taylor (1985:95), declara que o conceito deriva do latim "terra" (terra) e "pertencente a" (torium) e que foi originalmente aplicado aos distritos que circundavam uma cidade e sobre os quais esta tinha jurisdição. Aplicado inicialmente às cidades-estado da Grécia clássica, reaparece ao descrever as jurisdições das cidades medievais italianas. Esclarece ainda que nunca foi aplicado para todo o Império Romano ou a toda à cristandade medieval com suas pretensões universais. Território implica numa divisão de força política.

No uso moderno - ele explicita - a aplicação às cidades tornou-se obsoleta para ser substituída pela aplicação a estados modernos. Um território é a terra pertencente a um governador ou um a estado. Este significado foi delineado em 1494, aproximadamente com o surgimento da economia mundial, portanto há cinco séculos. Entretanto a meu juízo, o que se observa hoje, é uma utilização ora de uma, ora de outra destas duas acepções. Esta ambigüidade

porém não é recente. Uma leitura atenta de Ratzel, no capítulo: "O povo e seu território", de sua *Geografia do Homem. Antropogeografia* já revela ambigüidades, como aquela entre solo, território e estado. Talvez seja esta a origem da aceção de território sob o ponto de vista jurídico: "Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos, etc.) sobre a qual exerce ele a sua soberania"⁵⁵

Taylor citando Hinsley (1966:26) evidencia assim o vínculo entre território e soberania: "*O significado moderno de território está intimamente ligado ao conceito autêntico de soberania. Na verdade, este é um modo pelo qual pode ser distinguido da definição usual. Soberania implica a existência de uma autoridade absoluta e final numa comunidade política. Este conceito não se desenvolveu no mundo clássico grego - territórios da cidade não eram soberanos. Hinsley delineou o conceito remontando ao Império Romano e o "imperium" do imperador sobre o Império. Isto é: uma dominação política pessoal sem elo territorial explícito, dadas as reivindicações universais do império. É este o conceito que foi transmitido para a Europa Medieval como Lei Romana e que é conservado em linguagem moderna quando um rei ou rainha é aclamado o soberano de um país. Mas a Europa Medieval sob o feudalismo foi um sistema hierárquico de força e autoridade e não territorial. As relações de lorde e vassalo eram pessoais, de proteção e serviço, e não eram territorialmente baseadas. É a junção de ordem e soberania que fornece a base do moderno sistema inter-estatal. Apareceu no século, depois de 1494 e acabou pelo Tratado de Westfalia de 1648. Este tratado geralmente interpretado como o primeiro que definia uma lei internacional moderna. Reconhecia que cada estado era soberano no seu próprio território: isto é, a interferência nos assuntos internos de um país era a primeira transgressão da lei internacional. O resultado foi o reconhecimento formal de uma Europa partilhada em 300 unidades soberanas. Esta foi a base territorial original do moderno sistema inter-estatal - o primeiro mapa político do mundo.*

Este primeiro mosaico de soberanias foi um resultado direto dos conflitos resultantes das guerras religiosas na Europa no despertar da Reforma e da Contra-Reforma. A política crucial

⁵⁵ in FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1977) - *Minidicionário da Língua Portuguesa* Rio de Janeiro Editora Nova Fronteira 1º ed. p.466

corrente daquele tempo era ordem e estabilidade, ou melhor, a falta disso, e o estado territorial surgiu como solução para o problema de segurança (Herz:1957)", citado por Taylor (op. cit. 1985)

Movimento e estabilidade: um tema recorrente.

O estabelecimento dos princípios de ordem e estabilidade vinculando território e soberania não se restringe porém apenas ao momento da constituição do Estado moderno. Gottmann (1951 e 1952) analisando a divisão política do mundo, concluiu que esta assentava-se em dois fatores principais: o *movimento*, que causa a *instabilidade* e que inclui todas as trocas através do mundo (pessoas, mercadorias ou idéias) e a *iconografia* (os símbolos em que as pessoas acreditam, desde a bandeira do Estado à cultura transmitida através das escolas) que causa *estabilidade*. Estas duas forças opõem-se uma à outra e o mapa mundial em qualquer época é o equilíbrio entre a instabilidade e a estabilidade.

A introdução do movimento gerando instabilidade, associa-a às mudanças que estão sempre ocorrendo na *mutação*, como já discutido no primeiro capítulo. A inserção da iconografia merece a lembrança de que Gottmann antecede Raffestin (1980). Este último nos apresentará a noção de um território hoje completamente semiotizado, repleto de signos e códigos, além de outros autores que também passam a ver o território como a tradução de aspectos simbólicos.

Mito e ainda etimologia

Para Amphoux (1985) por exemplo, o território humano pode conter dois enfoques: o mitológico e o etimológico. "*Para a mitologia o homem frequentemente nasceu da Terra, ao contrário dos deuses que são celestes. A terra então é a Mãe Suprema, a matéria primitiva, a divina maternidade à qual se rende homenagem sob múltiplas formas, por exemplo pelo uso da*

inunção ou pelo deitar ao solo. Em alquimia a terra é a mãe das pedras preciosas. As bolas cristalinas que as reúnem se chamam geodos.

*O território, pela terra, se aparenta a: enterrar, aterrar, desterrar; é o terror, o terrier (a cova, a toca) o terrien (o terreno), o terraço, o torrão natal. Pela raiz grega Gê - a deusa - , a terra entra na medida e no domínio que funda a cultura humana: geometria, geografia, geofísica, geodésia, geotermia, geologia, geomorfologia; ciências da terra. Ou o *homo* e o *humus* latinos pertencem à mesma família de raiz indo-européia *ghyom* que designa sempre a terra e donde se derivam ainda os étimos gregos *khton* e *khtomos*: o bom homem é o camponês antes de ser homem de bem; a homenagem é rendida pelo vassalo e a humildade está no fato daquele permanecer na terra e não se elevar. O território como tema, evoca a uma só vez, uma ecologia humana." (Amphoux, P. 1985:263)*

O território e suas várias acepções

O território é passível também de outras distinções como entre território e região, território e espaço, território, lugar e área, e tantas outras. Não há o propósito de discuti-las todas. Limite-me a apresentar o apanhado que Philippe e Geneviève Pinchemel fizeram a este respeito e a comentar o ponto de vista de alguns autores a respeito das quatro últimas.

Os autores afirmam (Pinchemel, P. et G. 1988:397) que as regionalizações repousam sobre duas bases: a homogeneidade e a interconexão entre os fatos observados. Estas duas bases produzem quatro lógicas diferentes: - **a lógica natural; a lógica da homogeneidade e da uniformidade humana; a lógica da polarização e a lógica territorial.** Ao tratarem da lógica territorial, assim se expressam :

"A palavra território é banal, como suas derivadas: territorial, territorialidade. A geografia até uma época recente entretanto, não lhe deu um lugar comparável ao da região. Sem dúvida se encontra nesta marginalização (relativa) as reservas históricas dos geógrafos às divisões

administrativas, políticas, aos "poderes". Mas os territórios são uma realidade e a face da Terra é dividida entre 160 e 200 unidades territoriais, Estados soberanos a maioria.

Na sua acepção mais freqüente o território é "a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição"(...) Na nota de rodapé²⁸: "O termo território designa igualmente uma extensão que não constitui um estado soberano ou que não possua ainda um estatuto legal: territórios coloniais, de além-mar, sob mandato...O Alasca foi um território até que ele se tornou, em 1959, o 49° Estado dos USA; assim são ainda os territórios ao norte de Hong-Kong e ao noroeste do Canadá".

Estado e território são então estreitamente ligados. As funções essenciais do Estado são o controle do território, a manutenção de sua integridade, sua extensão eventual, a retificação de suas fronteiras. Sobre o território se exerce uma autoridade, uma competência; sua extensão define o campo de aplicação deste poder.

Cada construção territorial só subsiste graças ao bom funcionamento duma administração direta ou delegada que assegure a gestão, o controle". Na nota rodapé²⁹ assim se referem a Gourou, embora não expressem o seu entendimento sobre território.: "A expressão técnicas de controle territorial é freqüente em P.Gourou, mas territorial para ele tem, sem dúvida um sentido mais amplo."

Assim continuam, citando outros autores: "A administração tem (...) uma função social precisa(...) que tem uma incidência decisiva na produção do território." P.ALLIES, L'Invention du territoire, Grenoble, Presses Univ. Grenoble, 1980, p102. Ela visa a organizar isto que antes nada mais era que uma extensão, o meio, num território ao menos formalmente coerente. A prova inversa da importância, vinculada à soberania territorial é a dificuldade que tem os Estados de admitir os privilégios da extraterritorialidade.

O Estado é um fator poderoso de divisão territorial, global e hierárquica, a par de sua organização administrativa interna (regiões judiciárias, militares, acadêmicas...) No interior dos Estados intervém conjuntamente os processos de homogeneização (do direito, das práticas, da educação, dos modelos sócio-culturais...) e da espacialização (divisões, redes...).

*O território está carregado de outros valores, de outros significados, com a revitalização de interesse das ciências humanas em relação à territorialidade. Esta noção foi ventilada na década de 1920, pelos naturalistas (H E Howard). A territorialidade animal foi analisada como o equilíbrio entre uma população e os recursos em nutrição assegurando um equilíbrio ecológico, mas igualmente como um mecanismo de seleção natural: os membros mais fortes de uma população realizam a conquista de um território e assumem sua defesa para eles mesmos e para sua descendência. Edward T. Hall transpôs ao homem as observações feitas no mundo animal. A territorialidade humana é um "fenômeno associado à organização do espaço em esferas de influências ou em territórios distintos considerados exclusivos ao menos parcialmente para os seus ocupantes ou aqueles que eles assim o definem." E.SOJA, citado por C.RAFFESTIN, in *Pour une Géographie du Pouvoir.*"*

Continuando, ainda em PINCHEMEL,P e G.: "A noção de território é aplicada aos homens e às relações entre os homens:

- *Sob uma forma social. O território social é definido como a área de uma prática social, de um comportamento social, de uma categoria social, especificadas, científicas. No interior deste território os indivíduos, os grupos se sentem entre eles em afinidade, em segurança, em propriedade: "um território é um espaço socialmente selecionado para a vida e a sobrevivência de um sistema."*(M.CHESNAIS, "Réseaux et niveaux de territorialité", *Geopoint* 1982, p.278) e no interior do qual uma prática social "se sabe ou se crê eficaz, competente e legítima"(Y BAREL "Le social et ses territoires", *Espaces, jeux et enjeux*, p.132, op.cit.): o território dum gang, dum bando...

- *Sob uma forma individual com o território do habitante: o território da vida cotidiana começa no interior da casa, são os objetos, as coisas, as pessoas, são os outros".*(R ROCHEFORT, *Géopoint*, 1982, pp.258-259). *É a territorialidade no sentido mais subjetivo, mais fenomenológico com seu ambiente de referências, de signos que contornam o território pessoal e social. Uma tal concepção do território se diferencia mal do espaço vivido.*

A retomada de atenção sobre o território e a territorialidade vivida, tem se referido sobretudo aos pequenos territórios, os das comunidades e das coletividades locais, os territórios do cotidiano vivido, do "pays", território centrado, de fraca extensão, que constitui primeiro uma realidade relacional para a coletividade que o habita".(F AURIAC,R FERRAS,texto preparatório ao colóquio Géopoint)

A descoberta (redescoberta) do território concomitante à descentralização produziu a conquista de uma maior autonomia contra o Estado.⁵⁶ Opõe-se ao Estado " a territorialidade nostálgica ou considerada como mais autêntica das regiões e das culturas provinciais (M RONCAYOLO,"Territoires dans territoires",Labo.Sc.Soc de E.N.S.,1983,1,p.3) Chegou-se a fazer do Estado um espaço desterritorializado como ilustra esta frase de Joël Bonnemaison:"O espaço é nação, Estado e, a termo, Mundialização e Organização. Ao inverso, o território apela tudo que no homem se subtrai ao discurso científico e roça o irracional: ele é vivência, afetividade, subjetividade e o nódulo de uma religiosidade terrena, pagã ou deísta (J BONNEMAISON,"Voyage autour du territoire",Espace.Géographique.,1981,',p261)

Chegando-se até à raiz terra de território,tem-se que "tudo é território": "Um ambiente profissional pode ser um território. A música entre os jovens (e entre os velhos) pode ser um território, a moto pode ser um território,etc.,e bem entendido, um povoado, um bairro, uma nação, uma província..."(Y BAREL Géopoint,1982,p.418)."E então não é mais no território, cujo ritmo de transformação é rápido, que se pode procurar uma base para a territorialidade. Esta base, é necessário procurá-la doravante nos territórios abstratos, a língua por exemplo..."C.RAFFESTIN,op. cit.

É interessante se interrogar sobre a diversidade da noção de território e de territorialidade, no tempo e nas diversas culturas e civilizações. Pois são os valores territoriais que de fato definem as naturezas de territórios que os homens instauram.

A territorialidade islâmica é particularmente significativa. Ela repousa sobre o princípio da terra do Islam (dar al Islam), território que não é delimitado a não ser pela terra da guerra (dar al

⁵⁶O grifo é meu, não de P e G Pinchemel.

Harb), terra dos infiéis. As divisões e fronteiras no interior da terra islâmica eram desconhecidas, ou melhor inconcebíveis. Os limites internos foram introduzidos a seguir mas eles não tem os valores separatistas das fronteiras do pensamento ocidental, e a territorialidade do Estado, no caso, é idealmente subordinada ao fato religioso. As associações sucessivas de Estados Islâmicos projetadas, propostas ou realizadas durante períodos de duração variável, testemunham isso. Além do fator religioso essencial, se atribui os caracteres originais da territorialidade islâmica à associação ao deserto, ao nomadismo e a uma urbanização sem contrapartida agrícola, sem assentamento rural extensivo."(Pinchemel, P. et G., op.cit. - 2.4- La logique territoriale-pp.407-409)

Território e espaço

Raffestin estabelece as diferenças entre espaço e território afirmando que este é gerado a partir do espaço "como o resultado duma ação conduzida por uma ator sintagmático (ator realizando um programa) seja a que nível for. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre exprime perfeitamente o mecanismo para passar do espaço ao território: '- A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: rotas, canais, caminhos de ferro, circuitos comerciais e bancários auto-estradas e rotas aéreas, etc'⁵⁷ O território, nesta perspectiva, é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja a energia seja a informação e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens se dão.(...)

O espaço vem portanto primeiro, ele é preexistente a toda a ação. O espaço é de qualquer forma 'dado' como uma matéria prima. Ele preexiste a toda a ação. 'Lugar' de possíveis ele é a

⁵⁷LEFEBVRE, Henri (1978) - *De l'Etat 4. Les contradictions de l'Etat moderne* UGE Paris;259, citado por Raffestin

realidade material preexistente a todo o conhecimento e a toda a prática da qual ele será objeto quando um ator manifestar uma visão intencional sobre ele. O território, evidentemente, apoia-se sobre o espaço. Ele é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção para todas as relações que ela põe em jogo, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, portanto uma empresa, portanto um controle, mesmo se este permanece nos limites dum conhecimento. Todo o projeto no espaço que se exprime por uma representação revela a imagem desejada de um território, lugar de relações.

Todo o projeto é subentendido por um conhecimento e uma prática, isto é por ações e/ou comportamentos que supõem evidentemente a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por estes sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço que são os processos sociais. É preciso então compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são as realizadas através dos códigos e sistemas sêmicos. Os limites do espaço são aqueles do sistema sêmico mobilizado para o representar".(Raffestin,1980:129-130).

Se Raffestin "semiotiza" o território para diferenciá-lo do espaço, isto torna-se bem claro quando ele comenta :*"Se Soja tem razão de escrever que : 'o homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento em todas as escalas da atividade social'(Soja,1971), ele se equivoca em parar aí pois ele teria podido (devido) acrescentar que o homem é um animal semiológico, donde a territorialidade ser considerada pelas linguagens, os sistemas de signos e os códigos" (Raffestin, 1988; 263).*

Território e lugar

Será o lugar um sinônimo de território? É ainda Raffestin quem vincula à linguagem, à semiotização a busca de uma concepção de lugar, embora não se atenha a distingui-lo de território. *"Entretanto é necessário entender o lugar de duas maneiras: no sentido geográfico, certo, mas também no sentido lingüístico, isto é: no sentido das palavras para dizê-lo. Diz-se o lugar numa língua e é neste dizer que transparece a coletividade na linguagem utilizada. As*

palavras numa língua reenviam (pela etimologia) às origens esquecidas"(Raffestin, in LEVY, B. 1989:6). A este propósito invoca Heidegger que teria se valido das etimologias para exprimir um pensamento que se queria simultaneamente fundamental e global e que, a respeito dos lugares teria dito: *"a relação do homem aos lugares, e pelos lugares aos espaços está na habitação. A relação entre o homem e o espaço nada mais é que a habitação pensada no seu ser."*

Silva, A.C. (1986:171) numa perspectiva diferente desta, assim se manifesta a respeito de lugar tentando relacioná-lo ao conceito de território e área: *"Meu ponto de partida é o espaço relacional de Harvey, mas tendo como referência a teoria das mônadas de Leibniz. Por que a tomo? Porque vejo a Geografia como uma ciência que tem no espaço-superfície da terra seu objeto. O espaço é o fundamento do meu racionalismo, quando o afirmo como categoria que contém o lugar, e este é expressão da área, da região, do território. A superfície da terra é o fundamento do meu empirismo, quando a tomo como manifestação concreta, sensível do lugar, enquanto céus, rios, montanhas, planícies, cidades, portos, populações, etc. A teoria das mônadas identifica as categorias e conceitos geográficos e os mostra à percepção na superfície da terra, como lugar em si e lugar de ocorrência e manifestações"(...)*

A relação entre território, região e área, ele a expressa assim: *"A dialética de Hegel me dá condições para entender que o território (tese) é a afirmação, que leva à sua negação como região (antítese), contradição essa que é superada enquanto área (síntese). Então uma dialética do lugar e, por isso, uma dialética do espaço, do qual tomamos consciência é que, no movimento do real, permite resolver os problemas que nos coloca"*.(Silva, A.C. op. cit.: 171)

Singular, universal e particular

Algumas vezes a questão do território, do lugar e do local é compreendida como uma questão menor ou é confundida com um mero estudo de caso monográfico, sem alcance para ultrapassar os limites de uma descrição, por vezes até enfadonha. Há ainda quem a tome como um estudo de particularismos e regionalismos sem qualquer alcance teórico. Esta ótica sempre

me pareceu merecer ser repensada. Dos autores cujos trabalhos estive em contato, foi Silva quem, justificando o espaço particular, trouxe clareza à questão ao tratar da relação entre singular, universal e particular, baseando-se em Lukács.

"O problema é remetido à prática, entendida como ação política, e ao discurso de denúncia. Em outras palavras, as questões teóricas tem também que ter respostas teóricas para que a imanência do real se ponha sem separação de pensamento e ação. Por isso a questão da particularidade é importante. Baseio-me nas afirmações de G.Lukács, que estudou o assunto. 'O singular, precisamente como singular, é conhecido de modo seguro e verdadeiro, tanto quanto mais rica e profundamente se descobrem suas mediações com o universal e o particular. Há evidentemente casos nos quais o conhecimento do singular, mediante aspectos isolados e puramente abstratos, é possível e suficiente; mas nestes casos, trata-se geralmente, mais de um reconhecimento (no sentido de identificação), do que de um conhecimento'(Lukács,G1969)⁵⁸

A questão se põe, então, como segue: ' o singular não existe senão na conexão que conduz ao universal. O universal não existe senão no singular, através do singular. Todo singular é universal (de um modo ou de outro). Todo universal constitui uma partícula, ou um aspecto, ou a essência do singular. Todo universal abrange os objetos singulares de um modo meramente aproximado (idem, op. cit.:118).

Por isso, 'o movimento do singular ao universal, e vice-versa, está sempre mediado pelo particular; é um fenômeno real de mediação, tanto na realidade objetiva, como no pensamento, que reflete de modo aproximadamente adequado essa realidade. Mas é um meio de mediação, de natureza muito peculiar (p.121) Para Lukács, 'a particularidade desempenha, ante o singular, uma relativa universalidade, e relativa singularidade, com respeito ao universal' (126. 'Mas os momentos particulares mediadores têm, freqüentemente na natureza como na sociedade, um ser de contornos relativamente firmes, uma figura própria.'(127). Essas citações são suficientes para a compreensão de que a particularidade é um momento de um processo que chega, com

⁵⁸ LUKÁCS,G. (1969) *Prolegomenos a una estética marxista(sobre la categoria de particularidad)* Barcelona Editora Grijalbo, citado por Silva.

freqüência, a possuir figura própria", um contorno que se identifica no processo de movimento do real."(Silva,A.C.op.cit.:50)

Em obra anterior ele já se manifestara a respeito do lugar: *"O espaço é pois o maior lugar possível. O lugar manifesta-se como área, região, território. Estes são uma expressão do lugar. O espaço geográfico considerado por este caminho categorial não pode ser considerado isoladamente da população, quer se trate do homem-habitante, quer do homem-produtor. Essa população percebe e toma consciência do espaço em que vive e trabalha por isso a importância das relações: o lugar determina as relações e estas o lugar. Daí a decorrência ontológica: o lugar e a relação entre os lugares, assim como entre a população e esta e o lugar. Uma trama de relações e lugares."*Silva,A;C.1978:7).

Há ainda uma vasta literatura em que outros conceitos como local e localidade são examinados. Entretanto o objetivo aqui não é o de realizar uma revisão bibliográfica exaustiva e muito menos o de exaurir o tema. Se alguns enfoques foram evidenciados aqui, foi com o objetivo de apresentar outros prismas diversos daquele com que iniciei de maneira singela o assunto. Foi também com o intuito de realçar a variada e complexa trama em que o conceito é capaz de se entranhar. Portanto apresentar agora um ou "o" conceito eleito, além de parcial, seria remeter a uma discussão inesgotável como o é também a de outros conceitos geográficos cujas acepções reaparecem de tempos em tempos na discussão acadêmica ou que se despem de qualquer rigor científico à força de seu emprego pelo senso comum.

O IMPLÍCITO A EVIDENCIAR: UMA NOVA ÉTICA E UMA NOVA CONSCIÊNCIA ESPACIAL

Afinal o que prevalece hoje: o indivíduo desenraizado, individualista, (porém *livre*) ou seja: o individualismo, o cosmopolitismo ou o coletivo e a socialidade? A resposta não é simples nem dicotômica como a pergunta. Ela nos faz retornar a questões de fundo já discutidas algumas, como a diferenciação espacial, a *mutação*, a sociabilidade e a socialidade e outras que serão agora introduzidas, como a questão da liberdade e do poder, para informar uma discussão sobre a consciência territorial.

Liberdade e poder tem sido enfocados sob diversas perspectivas, dentre as quais destacaram-se duas: a liberal e a marxista. A primeira, que apregoou ser "o homem o lobo do homem", deu sustentação filosófica à concorrência no capitalismo. A segunda, propondo-se ser sua crítica, denunciou uma sociedade de classes com dominantes e dominados e a cuja superação seguir-se-ia a instalação do socialismo ao qual sobreviria o comunismo, prenunciador de uma sociedade sem opressão, portanto sem classes e sem Estado. Para tal seria necessária não só a emergência, quanto a transformação da consciência dos indivíduos e da sociedade, especialmente a das classes dominadas. O papel condutor desta transformação foi atribuído insistentemente à classe operária, a quem outras classes dominadas, como a camponesa, deveriam se aliar no transcurso das transformações revolucionárias. Mas não se objetiva aqui discutir as duas perspectivas mencionadas.

Um longo debate foi travado entre liberais e marxistas de distintos matizes, e por estes últimos entre si, tanto no que se refere às vias de acesso à sociedade socialista e comunista, quanto ao confronto com o chamado "socialismo real". Palavras de ordem como ditadura do proletariado, luta de classes e revolução foram exaustivamente utilizadas dentro do marxismo,

inicialmente por revisionistas e ortodoxos. Estes atingiam muitas vezes passionalmente o dogmatismo na fidelidade à sua interpretação da obra de Marx e o ideário e práticas de Lênin. A forma como foi implantada a sociedade comunista em alguns países durante o século XX, de cunho extremamente totalitário em algumas fases, certamente contribuiu de maneira decisiva para acirrar os ânimos no debate marxiano, polarizando não só a discussão da teoria marxista, como a de temas de época ou conjunturais⁵⁹ e sobre as vias de atingir a democracia numa sociedade sem classes. Portanto, temáticas como as da liberdade, do poder e da consciência permearam e ainda permeiam este debate, ora implícitas ora explicitamente reacesas, no interior do marxismo, mas também fora dele, na vertente liberal.

Eventos como o esboroamento da URSS, podem tornar pertinente outra vez o questionamento sobre o poder, a liberdade e a consciência. Alguém entretanto poderia argumentar que inquirir sobre algo tão genérico, de um lado só assume um real sentido, se contextualizado temporal e espacialmente, e de outro lado que o tema já chegou à exaustão. No que tange à primeira parte da argumentação é provável que assim seja. Porém quanto à segunda, o próprio fato da crise sugere que o debate ainda não tenha se esgotado de todo. Prova de sua ainda não superação é que parece ainda não terem aflorado com suficiente nitidez uma ou várias propostas interpretativas sobre a realidade contemporânea. Não faltam porém afirmativas como a de Alain Touraine⁶⁰ de que ambos os sistemas estejam se decompondo sob o individualismo. Outra vez emerge o tema do individualismo; que ele sirva como mote para reapresentar algumas questões que se vinculam a poder, liberdade, consciência e espaço. Eis algumas:

Como necessidades e valores se relacionam simultaneamente à diferença e liberdade individual e liberdade coletiva? Como se expressa a diferença entre o particular e o universal, entre a liberdade e os constrangimentos, as coerções sociais? Se, como afirmou Touraine⁶¹ o que resta hoje não são as classes, mas uma relação de dominação, como fica pois a questão da

⁵⁹ Um exemplo destes temas foi o debate sobre o apoio ou não dos partidos comunistas e socialistas de vários países envolvidos, à 1ª Guerra Mundial.

⁶⁰No debate sobre *Liberalismo e Socialismo*, ocorrido no Simpósio promovido pela Universidade de Campinas : "Brasil, século XXI", junho de 1988

⁶¹idem

chamada *consciência de classe*, do "em si" e do "para si" de um grupo social? Em suma: - o que os unirá? Que projetos? Que valores? Que necessidades?

As necessidades materiais que impulsionam muitos dos movimentos sociais - já tem sido dito - correm o risco de os diluir em ações casuísticas que perdem sua força paulatinamente, e mesmo de os dissolver, uma vez atendidas as reivindicações pretendidas. Em suma: será que os valores só se clarificam e se expressam coletivamente quando há "gradientes de tensão" muito fortes na sociedade como - só para ficar em um dos exemplos brasileiros - a luta pelo uso do espaço entre os seringueiros e os fazendeiros dos projetos agropecuários na Amazônia? Por que o "diferente" é importante para a Geografia ou para quem quer pensar o espaço? Os valores tem uma expressão espacial única ou assumem uma diferenciação espacial? Em se tratando de valores, há articulações ente o espaço local e o mundial, entre o particular e o universal?

Este é o conjunto mais amplo de questionamentos que infletem sobre estas reflexões, sem a pretensão ou a esperança de respondê-las com a profundidade almejada. Entre a possibilidade e o desejo, há o real, nem sempre correspondendo ao segundo. A proposta então é de iniciar refletindo sobre algumas categorias que possam talvez auxiliar a elucidar mais adiante, sobre a consciência territorial, sua existência real ou não, sua emergência ou latência, sua expressão e como separá-la dos efeitos da ideologia. É por isso que interessa detectar teoricamente a questão dos valores para, futuramente, apurar de modo mais profundo a vinculação daqueles que ligam o ser humano ao espaço em que vive.

Uma breve discussão sobre categorias

Tempo e espaço serão categorias de análise? Esta pergunta tem acicatado especialmente filósofos, geógrafos e historiadores, dentre os cientistas sociais e mesmo os das chamadas ciências exatas, como os físicos. Parece não se ter chegado a uma conclusão consensual a este respeito.

Foucault ao analisar o poder, revela esta preocupação principalmente em "Vigiar e Punir". Ainda que sua análise denuncie a coerção, a ausência de liberdade e o poder nos micro-espacos, para ele a análise do poder só é válida, se ligada às circunstâncias históricas, pois nada é a-histórico (com o que certamente concordariam os marxistas, sobretudo por uma questão de método). Entretanto, creio, o histórico deve servir para situar o imanente, as contingências e sua rede de relações que permite os eventos, interligando-os com o passado. Sob este prisma o passado - seja a história do indivíduo ou do gênero humano - não se restringe a uma mera análise evolutiva dos fatos. Sobretudo o tempo pode auxiliar a compreender que tudo é transitório...

E o espaço: - ele é uma categoria?⁶² O espaço é uma *dimensão*⁶³ que permeia todas as categorias. Assim como o tempo também o é. Contudo vejamos os que pensam diferente.

Virilio considera a velocidade proporcionada pela tecnologia como categoria fundamental na produção de poder. A política estaria menos no espaço físico do que nos sistemas temporais administrados por várias tecnologias, em que a distribuição do território torna-se a distribuição do tempo e não mais ao nível da extensão (Virilio e Lotringer, 1984:109). A velocidade enquanto fim do tempo e do espaço conduziria a que todo o lugar se tornasse equivalente. "As próteses do movimento automotivo-audiovisual criam um conforto subliminar. Subliminar significando além da consciência. Elas permitem um tipo de alucinação visual - portanto física - que tende a privar-nos de nossa consciência. Eu "corro por você", "eu vejo por você". "A prótese é completamente alienante"(idem,75-76) . Por isso atribuiu papel fundamental à

⁶²O termo categoria não é utilizado aqui em sua acepção original grega: *kategoria* = caráter, espécie, e nem como a toma Aristóteles, enquanto diferentes maneiras de se afirmar algo de um sujeito. Em sua acepção atual, categoria tem freqüentemente o significado de noção ou conceito, designando mais adequadamente a unidade de significação de um discurso epistemológico.(Segundo JAPIASSU e MARCONDES(1989, p.45)

⁶³Dimensão:"sentido em que se mede a extensão para avaliá-la;tamanho. Em matemática é a extensão que se considera como suscetível de medida. em Geometria , a linha tem uma só dimensão : o comprimento; o plano tem duas dimensões - comprimento e largura; o espaço tem três dimensões: comprimento, largura e altura (na Teoria da relatividade de Einstein, a 4ª dimensão é o tempo;(Álg.) - grau de uma potência ou de uma equação; - de uma grandeza física derivada em relação a outra; o expoente desta, na expressão daquela". Isto é o que informa o dicionário a respeito de dimensão. Entretanto o que desejo expressar aqui com o termo dimensão , é que o espaço assim como o tempo estão entranhados em todas as categorias de análise, na medida em que ao examinar interrelações , se buscar responder a duas questões básicas: - onde? quando?

interrupção , que é quando se dá a tomada de consciência, sendo a mais "abrupta" destas interrupções, a morte.

Em que pese a originalidade do pensamento de Virílio, há que considerar antes de tudo, que ele está se circunscrevendo a uma análise de nosso tempo e não a uma filosofia do tempo histórico (ou do tempo como a história o vê). A velocidade certamente não foi no passado uma categoria fundamental de análise no desenvolvimento da humanidade, qualquer que fosse a época histórica sob análise. Quanto ao papel central que a velocidade vem assumindo impulsionada pela tecnologia, caberia inquirir primeiro se ela seria mesmo capaz de responder pela equivalência de todo o lugar. Equivalência, em que sentido: - no de poder ter acesso fácil a qualquer lugar?... Mesmo sendo factível através das próteses áudio-visuais, será que esta equivalência artificial de lugares, substituta da experiência direta, seria capaz de adormecer completamente a consciência humana numa ilusória satisfação, ou o homem, pela velocidade alcançada através da tecnologia, poderia chegar à ubiqüidade? Improvável... Mas mesmo que esta última hipótese se viabilizasse, caberia inquirir em segundo lugar, se isto chegaria ao ponto de suprimir a diferença espacial. Esta passaria então a existir só enquanto diferenciação física - relevo, clima, solo? Além do que, esta equivalência de todo o lugar seria capaz também de suprimir uma outra diferenciação espacial - aquela proporcionada pela cultura, pelas formas de se organizar da sociedade, a tal ponto que efetivasse o completo desaparecimento da sociabilidade no espaço em prol daquela proporcionada pelas próteses?

A sociabilidade no espaço, aparentemente ignorada por Virílio, não o é por Claval e por Lefebvre. Esse, à semelhança do primeiro, mas em outro contexto, afirma que a vida urbana propõe encontros, confrontos das diferenças e proclama o cotidiano como *possibilidade* de realizar a sociabilidade no espaço. Já em Virílio o habitar ou o ater-se a um espaço enquanto convivência ou forma de resistência, enfim enquanto desenvolvimento da sociabilidade no espaço, é obliterado pelo peso e velocidade da tecnologia criadora de próteses em nosso cotidiano e, talvez, do extermínio da espécie à escala mundial. Esta omissão poderia conduzir-nos a pensar que a sociabilidade e seu espaço estará fadada a desaparecer. Mas - pelo menos nos

limites da sobrevivência - não será ela uma necessidade fundamental no ser humano, quer para o seu desenvolvimento enquanto indivíduo quer como gênero?

A esta questão Virilio não se atém, já que enfatiza a cronopolítica substituindo a geopolítica; a distribuição do tempo como substituta da extensão e enuncia a guerra pura como possibilidade hoje, de destruição total da humanidade. Indubitavelmente há uma base de realidade em tal enunciado e ele não é o único a fazê-lo. Ainda assim, embora não confessadamente, parece que Virilio deixa entrever em seu alerta de alarme uma "porta entreaberta". É quando admite a interrupção da velocidade como um possível na estruturação da consciência. Ora, se as interrupções não permanentes podem ser elementos propiciadores da tomada de consciência, elas não poderiam ser consideradas como integrantes de uma categoria que envolvesse também a sociabilidade no espaço? Esta categoria, vinculada a espaço e tempo enquanto *dimensões* presentes na realidade, por conseguinte tão abrangente que incluisse qualquer época histórica e espaço, seria a *mutação*. Ao abrigar modificações espaço-temporais na natureza e na sociedade, podendo envolver opostos⁶⁴ formadores de novas sínteses e também novas interrupções como oportunidades de tomada de consciência - a *mutação* poderia talvez ser aceita como uma categoria não-datada como a velocidade contemporânea, mas nem por isso a-temporal, já que conteria em seu bojo simultaneamente o circunstante, o contextual e a continuidade/descontinuidade do passado e de possíveis futuros.

Se o que importa é não trocar o sentido da obra pelo da atividade, e resgatar as relações continuidade/descontinuidade como querem Lefebvre (1969:54) e Agnes Heller (1982: 155-156), poder-se-ia concordar com Edgar Morin que "*o que está em jogo é a continuidade na transformação: - a crisálida. O processo de auto destruição é o de um ser em processo de auto-construção de outro.*" Alguns, como Virilio, em sua "interrupção", percebem mais a auto-destruição que a auto-construção, o que pode ser um equívoco sob o prisma dos valores, rumo à desesperança e ao nihilismo...

⁶⁴ portanto diferenças

Deixando entrever as duas faces desta deusa Janus - espaço e tempo - é que a *mutação* pode representar um auxílio se tomada como categoria processual no desenvolvimento da história do indivíduo e da humanidade, enquanto mantenedora da permanência e provocadora da consciência na transformação. "*Tempo e espaço constroem e ao mesmo tempo são construídos pela sociedade dos homens*" (Da Matta, 1987:35). É justo esta idéia de reciprocidade nas posições de sujeito e objeto, de alternância na construção de tempo, espaço e sociedade, que permite à *mutação* admitir a coexistência de muitas temporalidades e muitos espaços diferenciados na sociedade, conferindo-lhe seu caráter mais abrangente.

Espaço, diferenças e individualidade

Deixemos por enquanto a *mutação* como pano de fundo, como trama básica, para realçar outras tecituras deste implícito, na tentativa de evidenciá-lo. Dos questionamentos iniciais, retomemos três: por que a diferença é importante para a Geografia ou para quem quer pensar o espaço? Os valores tem uma expressão única, ou assumem uma diferenciação espacial? Como necessidades e valores relacionam simultaneamente diferença e liberdade individual e liberdade coletiva?

Ao primeiro questionamento poder-se-ia responder primeiro que a diferença não é só importante para a Geografia ou para quem quer pensar o espaço. De um modo implícito ou explícito ela tem sido retomada por pensadores como Pierre Clastres, H. Lefebvre, Agnes Heller e Roberto da Matta, para citar alguns. Mas afinal o que é a diferença, ou as diferenças ou o diferente, e o que tem a ver com o individual?

No que tange ao espaço, na Geografia há já a clássica discussão sobre nomotético e ideográfico; este último termo tomado como o que se refere ao lugar específico e único, portanto *diferente*. Mas não entremos nesta discussão mais uma vez, pois ela se esgota sem ser resolvida ou sem fornecer mais luz para avançar. Dela mencione-se só que deixou a herança de ideográfico como o lugar diferente e único, portanto individual na superfície da Terra, o que impediria o

estabelecimento de leis ou categorias mais gerais na Geografia. Este atrelamento entre único, diferente e individual, e espaço regional, como obstáculo à procura de leis gerais, estigmatizou a Geografia Regional por longo tempo, parализando-a teoricamente.

Por outra parte houve também, embora minoritariamente, uma exaltação das diferenças como resistências ao Estado, ao Uno, ao Total tomado como sinônimo de poder totalitário a sufocar a expressão do indivíduo e do que for diferente ao todo. Portanto, "o Estado deve ser extinto!" Sem negar o direito a esta posição ou a formas de resistência ao poder totalitário, caberia entretanto perguntar-se se é possível hoje voltar-se as costas ao Estado, viver sem ele, ignorá-lo ou ficar contra ele. Não haveria nesta posição o risco que o respeito ao diferente, ao individual, reconduzisse⁶⁵ ao liberalismo ou ao individualismo como impulsos ao isolamento? É importante não confundir o coletivo com a coletivização tomada como uniformidade completa, ou com a imposição de censuras sociais ilusoriamente condutoras a um "todos pensarem igual". É também necessário distinguir a totalidade enquanto categoria de análise para não superpo-la ao totalitarismo.

Aceitar as diferenças por outro lado, significa ter claros alguns princípios ou valores como substrato que evite o individualismo, um "em si" seja ele "burguês" ou "comunista". O individualismo já é forte hoje, como indicado por muitos, entre eles Touraine, e como o ratifica Da Matta: *"no mundo ocidental e sociedades onde o capitalismo e protestantismo se estabeleceram predominantemente, o movimento mais freqüente é do individual para o coletivo. A parte (o indivíduo) é mais importante que o todo (a sociedade). O problema estaria no coletivo e na multidão, enquanto que o normal e o ideal no indivíduo."* (Da Matta, 1987:46).

Donde a importância de ter claros os valores que alicerçam cada posição, pois diferente ou oposto não implica necessariamente na noção de erro ou de acerto, mas apenas na de diferença mesmo, como em inferior-superior; claro-escuro; masculino-feminino. Diferença seria assim entendida enquanto o contrário de uniforme.

⁶⁵ Como parece já estar acontecendo em alguns países .

A diferença ou os diferentes também podem significar as minorias: raciais, étnicas, sexuais ou religiosas, o que sugere a retomada da seguinte questão, já abordada no primeiro capítulo: Face ao autoritarismo ou ao totalitarismo, como reage alguém pela preservação de sua individualidade e de sua diferença? Ou a pessoa resiste e luta podendo ver seus direitos preservados, ou ela cai no continuum dominação-passividade. Este pode expressar-se pelo exercício da cooptação, omissão ou até obediência inconsciente. O que é então o diferenciar-se neste contexto, admitindo-se que a liberdade seja um valor a defender: - o que é o diferente no sentido de romper com os padrões deste continuum: será a pura resistência? Ou será uma resistência não só fruto da necessidade mas também do que é valor para um indivíduo ou para a sociedade, o que me remete à terceira pergunta: - como necessidades e valores relacionam simultaneamente diferença e liberdade individual com liberdade coletiva?

Eis uma questão talvez das mais difíceis de enfrentar na teoria e na prática dos indivíduos e dos grupos, cuja dificuldade se torna bem mais visível quando conectada à apropriação do espaço. Isto significaria um retorno à questão de porque a diferença é importante para quem quer pensar o espaço, e também uma tentativa de articulá-la à questão dos valores assumindo uma expressão universal única ou uma diferenciação espacial, portanto, particularizada. Guardemos este retorno para mais tarde e voltemos à questão da diferença e da liberdade.

As diferenças tem sido associadas também ao cotidiano como o locus onde se realiza a revolução na vida do indivíduo e dos grupos sociais. A vida é tomada como uma forma de arte, como um estilo, como uma qualidade. Segundo José de Souza Martins, é assim que Lefèbvre e Agnes Heller a veem. Para esta última, não se trata apenas de produzir coisas, trata-se de produzir e reproduzir valores, idéias, a moral, o imaginário social. A idéia de particular se contrapõe e se combina com a de indivíduo, de constituição da individualidade. É na unidade sujeito-objeto que o particular se transforma no indivíduo da individualidade (não do individualismo) ⁶⁶ ou seja: *em cada momento e em cada lugar* ⁶⁷ existe uma certa individualidade constituída, há uma certa invasão do cotidiano pela história. O gênero humano

⁶⁶ Ela chega a diferenciar dois tipos de individualismo burguês. Conferir Heller, 1982.:157-158

⁶⁷ O grifo é meu para lembrar a idéia de muitas espacialidades e temporalidades ocorrendo dentro da mutação.

só se realiza no indivíduo. Não se trata de criar uma realidade social "em si", tomando o poder, fazendo a revolução (pelas armas) simplesmente - o que cria outra fonte de poder, outra dominação, outro quotidiano alienado. E, poder-se-ia acrescentar, muitas "interrupções abruptas" sem conduzir fatalmente a maior consciência. Então o que é revolução para esta pensadora marxista? É a negação da negação da sociedade capitalista; porém a revolução, isto é, a negação da negação se dá na vida quotidiana. O processo tem o rumo da negação do *em si* em sentido ao *para si*, o que aponta para a sua longa duração. A isto ela chama de revolução das formas de vida (Heller, 1982:137). Há a aceitação da diferença, do pessoal, desde que alicerçada sobre valores que emergem de necessidades radicais. Portanto, a idéia de revolução significa mudar na praxis valores que são fundamentais. Só assim revolução é a emergência do novo e a transformação da vida quotidiana com a apreensão ou a reafirmação de valores que são universais enquanto do homem, do gênero humano e portanto, diríamos, capazes de aglutinar indivíduos num projeto comum de sociedade.

Entretanto, *"nenhum tipo de constituição ou de ideologia, ou de comunidade retira de nossos ombros o peso de construir uma relação individual com os sistemas de valor, de ter de assumir nossa responsabilidade pessoal"* (Heller, op.cit.:152) Ainda que nossa determinação social e nossos "drives"⁶⁸ influenciem de perto nossas ações, eles não as condicionam, o que remete à questão da liberdade e da autonomia, sobre as quais ela assim se expressa: *"a liberdade decerto jamais é absoluta. Autonomia significa que somos responsáveis por nossas ações, já que elas decorrem de nós mesmos; e devemos sempre supor que deveríamos ter agido de outro modo. Relativa significa que a situação social concreta e os diversos sistemas normativos definem os limites no interior dos quais podemos interpretar e realizar determinados valores."*(idem:151). A liberdade portanto nunca é isolada; por se constituir numa relação a ser continuamente ampliada, ela contém o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Conseqüentemente, segundo Heller, ninguém pode ser livre se, em volta de si, há

⁶⁸ Ela assim denomina simultaneamente tendência, impulso, motivação e reflexos incondicionados e que correspondem ao que, em relação à territorialidade, denomino de *raízes*

outros que não o são. Assim poder-se-ia inferir que vivemos efetivamente em interação, numa malha de relações, portanto : em redes.

Necessidades e valores: insumos para a sociabilidade

Em sua teoria das necessidades radicais inspirada em Marx, há a recusa à construção filosófica do sujeito revolucionário, na medida em que todos os estratos sociais que expressem necessidades radicais podem tornar-se sujeitos da transformação revolucionária. É uma teoria aberta segundo a autora, porque do ponto de vista da praxis faz depender apenas das necessidades, dos conteúdos expressos, do grau de consciência adquirido, o caráter revolucionário de uma classe, de um estrato social e dos programas políticos dos partidos e dos movimentos. Aberta porém, como ela adverte, não significa que justifique tudo. As necessidades apenas quantitativas, cuja satisfação implique que um homem se torne instrumento para outro, são alienadas. Necessidades de posse, poder e ambição se forem satisfeitas, excluirão a grande maioria dos homens da satisfação de outras necessidades. Portanto, ainda segundo ela, a sociedade socialista deve procurar satisfazer todas as necessidades, salvo estas, o que não a exime de decidir sobre a prioridade das satisfações através de um debate democrático sempre renovado, seja a nível local como a nível nacional, com a participação de todos que esperam que suas necessidades sejam satisfeitas.⁶⁹

Como não existe consciência social sem ética, toda sociedade e todo o movimento possuem normas éticas próprias. O amálgama que uniria o particular ao universal parece ser algumas normas éticas fundamentais. Do debate a nível local e a nível nacional a cerca das normas éticas próprias aliadas às normas éticas fundamentais, salvaguardadas amplas possibilidades de interpretação e de aplicação, pode-se inferir, embora Agnes Heller não o

⁶⁹ Idéias semelhantes a esta, são apresentadas por Erich Fromm, ao final de seu livro : *Ter ou Ser* Rio de Janeiro Zahar Editores.

explícite, que os valores de expressão universal possam assumir uma diferenciação espacial. Estas normas fundamentais são três:

1º) *A comunicação racional*, baseada na argumentação. "Não posso convencer outro a sofrer passivamente o meu ponto de vista ou a minha vontade". Ao nível subjetivo pressupõe uma ação transformadora de nós mesmos em individualidades, mediante um processo de superação de nossa personalidade particularista. Ao nível social esta norma representa o dever de desenvolver o sistema institucional democrático.

2º) *A satisfação tendencial de todas as necessidades humanas*, com exceção das relativas à posse, ao poder, à ambição. Ao nível individual significa construir uma definição das próprias necessidades e dos que vivem em torno de nós. Ao nível social, sanciona o reconhecimento das necessidades de todos os estratos sociais.

3º) *o dever de desenvolver a riqueza social em todos os seus aspectos*. Ao nível individual significa considerar como dever o desenvolvimento das facilidades que recebemos como herança no momento de nosso nascimento e no curso de nossa educação. No plano social impõe a participação ativa no desenvolvimento de todas as formas de riqueza.

As três normas - ainda enfatiza Agnes Heller - referem-se simultaneamente ao conjunto e aos sujeitos individuais, ou seja, ligam o sujeito e o objeto do ponto de vista dos deveres.

Ainda sobre a expressão espacial ou a diferenciação espacial dos valores e de sua possível articulação entre o local e o mundial, embora Agnes Heller não se manifeste, parece ser possível retirar algumas ilações de seu pensamento, quando afirma: "*É evidente que, nascendo em circunstâncias sociais concretas, encontramos sistemas normativos através dos quais definimos - em esquemas conceituais já elaborados - as nossas escolhas. Essas normas derivam, em parte, de nosso ambiente social e de nossa classe, e em parte, não. Com efeito, podemos ir progressivamente nos apropriando de normas éticas próprias de outros estratos sociais, ou de normas éticas transmitidas por sociedades mais antigas. Isso significa que também o nosso esquema conceitual pode ser heterogêneo; temos várias alternativas e possuímos uma relativa autonomia*"(Heller,op.cit.:151).

Estes vários possíveis que ela apresenta parecem indicar que é viável articular valores entre o local e o mundial, ou seja entre várias espacialidades a diferentes escalas, bem como entre o presente e o passado; em outras palavras: no interior mesmo da *mutação*.

Espaço, consciência e "socialidade"

Uma questão que pode ser posta a esta ética socialista de Agnes Heller, seria a de como se opera a consciência social durante a paz. Algumas experiências históricas parecem conduzir-nos a pensar que só quando os "gradientes de tensão" são muito fortes na história, é que há possibilidades de coesão em torno de valores claramente definidos. Ou, em outros termos: uma vez satisfeitas algumas necessidades, pelo menos as materiais básicas, há uma tendência à ambição maior ou ao acomodamento, à frouxidão, à passividade e à indiferença. Como fluir valores sob estas circunstâncias?

Talvez ela respondesse com uma frase sua: *"Sem se dar tarefas, o homem não se desenvolve"*. Como ilação poder-se-ia dizer que é preciso recriar o imaginário social no quotidiano, de tal forma que um maior grau de consciência significasse simultaneamente um esforço de unidade entre um projeto individual de vida e um projeto conjunto, na satisfação da necessidade radical de sociabilidade inerente ao ser humano, já que tudo pode estar interligado na *mutação*. Neste esforço em unir projeto individual e coletivo, a sociabilidade teria chances de se transformar em "socialidade".⁷⁰ Se aceitarmos uma história humana que se faz e recria no quotidiano, ou *"no conjunto de instituições, práticas e crenças que tem sentido só na relação que mantém entre si, este procedimento impede uma visão estática do social e nos constrange a levar em conta um devir , por mais indeterminado que seja, pois não basta elucidar as regras explícitas ou implícitas que tornam uma vida social possível: é preciso ainda mostrar que estas regras representam uma conformação de relações vividas pelos homens e para onde tende esta conformação"* (Lefort, 1979:40).

⁷⁰ Termo utilizado por Adorno em seu diálogo com Agnes Heller, e que significa a solidariedade.

Esta unidade de projetos, amalgamada por relações vividas em comum sob a égide de algumas normas éticas, poderia ter como vetor - embora não o único - a consciência do território e a consciência do espaço. Trata-se de - tomando por empréstimo a expressão de Da Matta - recriar os espaços como esferas de significação social, porém com um outro significado: o de um possível vir a ser. Portanto o uso do espaço e *sua transformação* sendo uma necessidade radical aceita de comum acordo, converter-se-á num projeto a contribuir para maior consciência individual e social.

Consciência e consciência territorial

E a questão da consciência propriamente dita? Diz o dicionário de filosofia⁷¹ que não podemos empregar "consciência" de uma maneira absoluta: toda a consciência é uma consciência de algo, de alguma coisa, isto é, a necessidade para a consciência de existir como consciência de outra coisa distinta dela mesma, o que Heidegger exprime dizendo que o homem é um "ser no mundo". Assim fala-se de uma consciência *espontânea*, de uma consciência *reflexiva*, esta como um retorno do sujeito à sua impressão primeira, permitindo-se distinguir seu eu de seus estados psíquicos.

Etimologicamente a palavra vem do latim **conscientia**: - conhecimento de algo partilhado com alguém. A consciência do ponto de vista moral é o juízo prático pelo qual nós, enquanto sujeitos, podemos distinguir o bem e o mal e apreciar moralmente nossos atos e os atos dos outros. É neste sentido que são empregadas as expressões má consciência ou boa consciência. Ainda segundo a mesma fonte "*em nossos dias, nem o sujeito do discurso nem tampouco o sujeito histórico podem ser definidos relativamente a uma consciência fundadora de verdade ou mesmo de liberdade. Longe de ser a fonte de todo o conhecimento ou de toda a ação, freqüentemente ela se revela como desconhecimento: não só é impotente para conhecer-se a si*

⁷¹ O dicionário que serviu aqui de referência foi: *Dicionário Básico de Filosofia* - JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo (1990) Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor

mesma, mas pode converter-se na fonte de ilusões tenazes, que são outros tantos obstáculos à formação dos saberes que definem nossa modernidade. É o que mostra, por exemplo, a teoria do inconsciente de Freud: encontramos-nos diante do problema da mentira da consciência ou da consciência como mentira. Hegel fala da 'consciência infeliz', ou seja deste estado da consciência de si que culmina no dilaceramento cristão entre a 'encarnação' da perfeição divina e o sentimento que o indivíduo tem de não identificar-se com essa perfeição."(Japiassu e Marcondes, op. cit.).

No que respeita à consciência de si, com efeito o cristianismo faz a apologia do sofrimento para alcançá-la (ou à 'salvação da alma'). Hegel ⁷²ênfatiza que é pelo trabalho que se realiza uma primeira unidade da consciência teórica e prática do dominado, quando polariza a consciência do sujeito na figura do senhor e do escravo, interagindo num movimento dialético. O marxismo, negando esta perspectiva interiorizada, mas apropriando-se das categorias de consciência 'em si' e 'para si' desenvolvidas por Hegel, e transferindo-as para a noção de classe 'em si' e 'para si', toma como princípio que a consciência vem de fora, do mundo exterior, donde a ideologia dos dominadores impregnar a consciência dos dominados.

E hoje? Dadas as características de nossa contemporaneidade antes discutidas, até nem sempre há necessariamente um dominador personalizado. Podem cumprir este papel as instituições, o próprio modo de vida impessoal contemporâneo nas grandes cidades, uma certa anomia conseqüente destes estilos de vida.... Também não é só o mundo do trabalho, como nos séculos que nos antecederam, a influir sobre a consciência. Hoje, nos espaços de modernização e de modernidade, os períodos de lazer ritmam os do trabalho a intervalos mais curtos que outrora. As descontinuidades espaciais, as fragmentações territoriais enfim as rupturas de toda a ordem, também podem se constituir em possibilidades, ou seja: podem se configurar em interrupções propiciadoras de tomada de consciência. Esta entendida como "...o ato pelo qual a

⁷² HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich - *La phénoménologie de l'Esprit* traduction de Jean Hyppolite. Tomo I Paris Aubier, Éditions Montaigne Ed original 1807 - "Preface: de la connaissance scientifique". "Introduction" "Conscience" "Conscience de soi" p. 5-194

consciência intelectual do sujeito se apodera de um dado da experiência ou do seu próprio conteúdo". (Japiassu e Marcondes, op. cit.).

Refletindo sobre este conjunto de aspectos complexos e que parecem contraditórios algumas vezes, parece-me possível afirmar que a consciência do indivíduo ou de um grupo se elabora como um processo em direção à vontade de se reconhecer como indivíduo ou como coletividade, isto é, de chegar ao âmago de sua identidade através da *autonomia* e da *socialidade*.

A consciência de si, real, se funda na autonomia (autos: o si mesmo, no estar centrado em si mesmo e não ao sabor dos eventos ou dos outros, embora com eles relacionado). Portanto a consciência, que é o reconhecer-se como sujeito, se faz a partir do contato com o outro, com os outros, e nas múltiplas relações que com eles mantemos. Seja do indivíduo, seja do grupo, ela é o re-conhecer-se a si mesmo: conhecer de novo, mapear-se a si mesmo. É porisso o resultado de um processo de voltar-se sobre si mesmo, a partir de um conjunto de impulsos internos (as raízes) e estímulos externos (as antenas) que permite ensaiar permanentemente ou através de interrupções, de rupturas, a resposta à indagação: -Quem sou eu? Quem somos nós? Este reconhecimento é o caminho para a *autonomia*, mas pode ser também para a busca de posse e poder, conforme a escolha feita , quer individual , quer coletivamente.

Recorde-se que a territorialidade foi assumida no âmbito desta pesquisa como a projeção de nossa identidade sobre o território tal qual ela se apresenta: - como somos ou *estamos* em determinado *momento* do tempo ou em determinado *território* do espaço, já que há um caráter de transitoriedade em tudo dentro da *mutação*. Se a territorialidade é isto, então a consciência territorial é a possibilidade de transformações em nós e no território. Em nós são transformações de indivíduos como membros da espécie, em pessoas pelo situar-se enquanto fato de consciência, no sentido fenomenológico.

A consciência territorial nesta ótica abre um leque de possibilidades de transformações em nós e na sociedade por interrupções nos padrões vigentes, *se e quando* houver tomada de consciência .

Haverá um fundamento para a consciência territorial? Esta noção de fundamento parece não ser muito aceita em meios filosóficos que a vinculam à metafísica. Entretanto o que quero expressar é a necessidade de vinculá-la a uma base ética. Todas as filosofias ou sistemas de valores do mundo integram uma base ética. E é neste sentido que a consciência territorial quase nunca está clara pela obstrução dessa mesma base. Na maior parte das vezes, ela está submersa, ou esmagada por um uso político do território que, como já se viu, lastreia-se em sentimentos, desejos e impulsos de posse, poder ou ainda em padrões culturais estereotipados difundidos pelos meios de comunicação e pelos estilos de vida da sociedade urbana moderna, e, a partir daí, aceitos acriticamente.

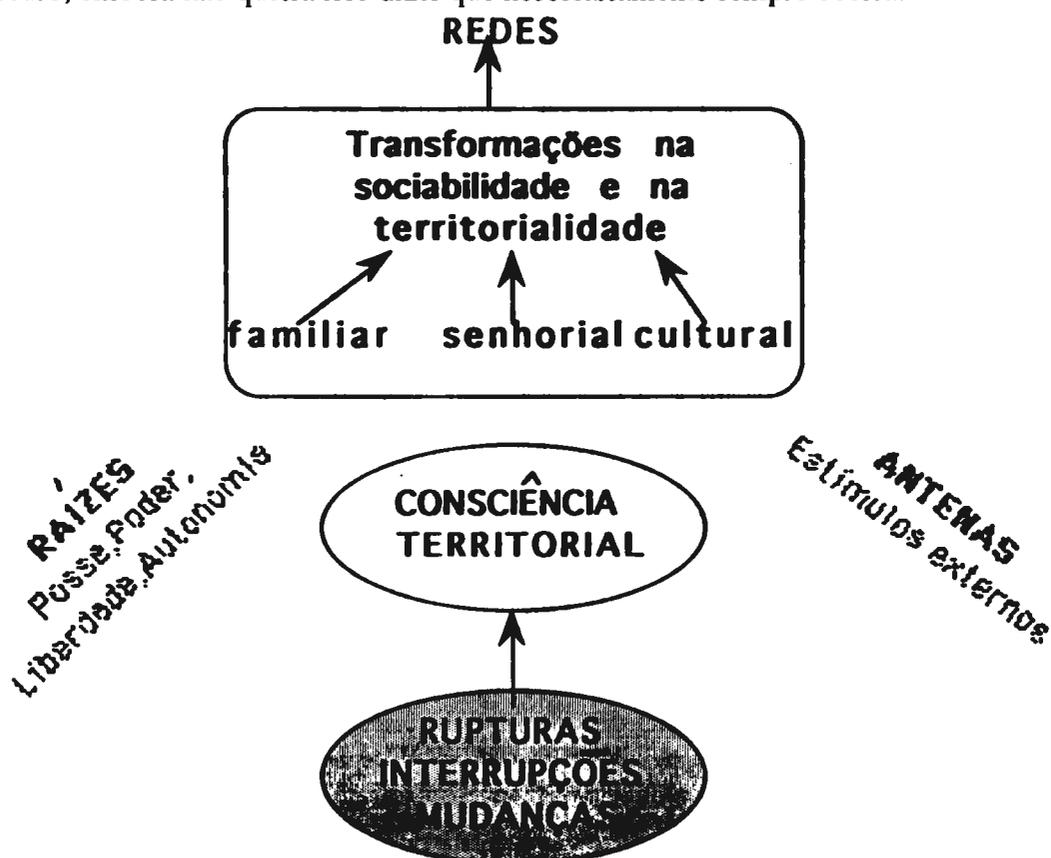
Como frequentemente não nos damos conta nem das raízes nem das antenas que nos vinculam ao território, há nuances de clareza e obscuridade neste processo nem sempre perceptível. Por isso é frequente o desejo de delegar, de se desincompatibilizar com este processo, transferindo as decisões sobre o território a algum "senhor" externo, mas exterior só aparentemente, mesmo tendo uma existência real. Quando este território é complexo como o das grandes cidades, mais afastados nos encontramos de sua gestão e portanto menos perceptível a questão da posse, do poder sobre o território e da nossa territorialidade "concreta". O que ocorre então? Criamos territórios ("simbólicos", "codificados") de sociabilidade que podem ser fluidos, periódicos, rítmicos nos vários espaços concretos em que transitamos⁷³, mas onde nossas raízes, em graus diversos de abertura ou de elo às antenas, continuam tentando se expressar, para que nos demos conta do que há a transformar.

Como se relacionam consciência territorial e territorialidade? É a partir de transformações em nossas vivências e de mudanças em nossa concepção de territorialidade, que poderemos alcançar níveis mais consistentes de consciência territorial. A consciência territorial seria uma territorialidade-socialidade, em que a territorialidade - seja em sua acepção familiar, senhorial ou

⁷³ Não só o do trabalho, como enfatizaram os pensadores do século passado, mas o do lazer, o da residência (mesmo se temporária), o dos afetos (mesmo se temporários).

cultural - enquanto projeção de sentimentos negativos, possa ser substituída, "*transmutada*" ⁷⁴ em uma territorialidade-socialidade.

O modo como trabalharmos em nós mesmos os impulsos internos e os estímulos internos que selecionarmos da realidade segundo critérios de posse, poder ou liberdade, assim se expressará nossa consciência territorial. Dada a pouca atenção que dispensamos a este processo no papel de observadores de nós mesmos, é frequente que o grau de consciência territorial em que nos encontramos seja uma confusa mistura destes três critérios. As rupturas, as interrupções, as mudanças, podem configurar-se como oportunidades de desvelar o que se encontra obscuro, embora não queira isso dizer que necessariamente sempre ocorra.



A consciência territorial autônoma, libertária, seria aquela conducente à socialidade. Porém o que é a socialidade? O termo, utilizado por Adorno em seu diálogo com Agnes Heller (1982), significa solidariedade. Uma questão de sinônimos apenas? Não. Parece-me que a

⁷⁴ utilizando um termo de Nietzsche in: *Ecce Homo*

socialidade é uma categoria conceitual que poderia ser trabalhada como o longo caminho no aprimoramento da consciência territorial, em direção à solidariedade. Espero pelo que até aqui foi tratado, que tenha ficado claro que ela também não é o mesmo que sociabilidade enquanto capacidade do ser humano de ser social, de conviver em grupo, de ter um sentido de vivência em sociedade. A socialidade é mais do que isso: é uma sociabilidade solidária, impregnada deste valor.

Consciência territorial sob a perspectiva de autonomia e liberdade representa uma visão criativa sobre o território, e poderia, em uma de suas expressões, incorporar a mentalidade preservacionista dos movimentos ecológicos. O "conservar" não teria então o sentido político de querer estancar para não mudar ou o de mudar para conservar, mas de permitir que o que é duradouro permaneça - contra os vandalismos, saques à primeira e segunda natureza. Naturalmente, esta não é a única, mas uma das facetas possíveis.

A consciência territorial é assim entendida como a consciência do lugar, do locus da sociabilidade mais próxima vivida no cotidiano, resgatando-a das próteses audio-visuais para oferecer-lhe chances de vir a ser socialidade. Elo de conexão com o universal, podendo ir além dos limites do espaço físico mais próximo, a consciência do território é o locus onde se forjam os projetos de vida individuais. Esses, não como refúgios ou redutos do individualismo, mas integrados numa teia de sociabilidade mais próxima que torne possíveis projetos embasados em valores e necessidades comuns. Esta comunidade (comum + unidade) nos projetos - visionária de outros possíveis futuros que não o de extermínio coletivo à escala global e transformadora das relações sociais - proporcionaria o exercício, não a certeza, de um maior grau de consciência territorial. Esta remeteria à consciência espacial aqui referindo-se não só à escala mundial mas também com a conotação de universal - enquanto consciência de ser um dentre outros seres na efemeridade do tempo histórico. Esta amplitude da consciência espacial torna-se possível na medida em que se faça e se refaça no tempo, segundo necessidades radicais sustentadas por normas éticas na sociedade, dentro da *mutação*. Só assim, parece, é possível dizer um basta à guerra pura com que nos alarma Virílio.

Poder-se-ia, então dizer que a territorialidade em seu grau mais evoluído seria a verdadeira consciência territorial? Em que consistiria esta consciência territorial? Uma percepção, a mais nítida possível, através de uma reflexão sobre suas vivências individuais e coletivas, de si e do seu coletivo inseridos e participantes num projeto comum, mesmo que mutável, mas duradouro quanto à socialidade aos outros e à natureza. Esta seria a consciência territorial soldada à autonomia, ao sentido e à realização da liberdade. É digno de nota que, em grego, autonomia vem de *autos*, o si mesmo. Esta seria a consciência territorial em seu nível mais elevado.

É possível encontrar-se referência a uma **produção** da consciência. Entretanto, a verdadeira consciência, parece-me, não se produz como uma mercadoria; elabora-se. Ela já existe, ainda que frequentemente obscurecida por contradições. São elas momentos partícipes deste processo elaborativo que compõe uma *mutação*. Nesta dialética, a territorialidade ainda que integrada pelos impulsos e estímulos já referidos seria a tese cuja antítese seria a alienação, o não reconhecer em si a existência dela, da territorialidade. Que mediações transformadoras sucedem nestes dois níveis que possibilitariam negar esta negação e superando-a⁷⁵, chegar a uma síntese constituída de uma consciência social do território? Talvez seja este um processo de sucessivas interrupções refletidas nos acontecimentos, oportunizadoras de transformações nas vivências como oportunidades de aprimoramento paulatino da consciência territorial em cada *mutação*.

⁷⁵ Mesmo que conservando-a como diria Hegel .

A GESTAÇÃO HISTÓRICA DA TERRITORIALIDADE

Não vou começar com nenhum aporte erudito, mas invocar a arte de Antônio Callado em meu auxílio :

"Quando for um dia à Europa - disse D. Anselmo - você vai encontrar guias de templos, de palácios ou de ruínas que não tem a sua educação nem o seu preparo, mas que dão a impressão de ser grandes eruditos. Os druidas passaram a ser uma fascinação da minha vida depois que ouvi as histórias de um guia em Stonehenge que poderia ser o grande Frazer. E, na verdade, só sabia umas poucas páginas decoradas sobre as pedras que examinávamos. Nosso problema, portanto, é formar um bom e sólido texto mostrando como antigamente mosteiros, abadias e conventos eram também, pelo menos do ponto de vista defensivo, praças de guerra. Por isso garantiam, com tuneis e galerias secretas, suas comunicações, em caso de assédio. Demonstrando isto, tudo mais - conventos de freiras, esqueletos de infantes, se torna conjectural. Nós próprios retomaremos e levaremos a cabo os trabalhos que foram interrompidos. E depois, pronto. Abriremos ossuário, tunel, galerias à visitação pública. Num instante para-se de falar no assunto. Como encarregado das visitas ao Mosteiro quero que redija este texto, Padre Fernando. p.16.

.....

"Quando houver uma perspectiva maior - disse Nando - vai-se ver que houve três quedas do homem, três expulsões do paraíso : a queda de Adão, a do Império Romano e a do Império Guaraní.

- Ora, Nando - disse Winifred - desce desse jeito dogmático. Adão não é fato histórico, Roma não se acabou num dia. Pelo seu modo de falar parece que Deus tocou uma trombeta e surgiram da terra prontinhas as nações bárbaras, enquanto Roma sumia num barco. p.17-18.

A história das origens se repetiu de uma forma inegável em relação à América - disse Nando.- No paraíso o homem foi instruído por Deus, teve sua primeira chance, sua primeira queda. Ergueu-se... p18

.....

Ergueu-se, sacudiu o pó, evoluiu para a criação lenta da sua obra prima : o Imperium Sine Fine . Deixou que Roma tombasse e só com o descobrimento da América criou Deus o segundo Adão, o indígena. Organizando os índios guaraníes, os jesuítas compreenderam o recado que dava Deus. Fundaram com o segundo Adão, o segundo Império Romano, destruído pelos bárbaros paulistas.

A segunda chance e o segundo Adão ainda estão aí, nesse caso à espera de nova tentativa - disse uma noite Leslie, batendo o cachimbo na sola do sapato. -Mas vocês não vão aproveitar nem a chance nem o Adão, a continuarem como agora. Um país novo e já cheio de mesquinhas.

.....

- Deixando de lado essas mesquinhas de província, eu pergunto : vale a pena fazer um novo país⁷⁶ no mundo, mais uma nação? Não estão os homens repetindo e repetindo o mesmo erro?

- Nando - disse Winifrid - não abra o flanco assim a Leslie. Qual é a alternativa? Estamos todos de acordo que seria muito melhor se os homens do mundo inteiro formassem uma grande nação fraterna.

⁷⁶Os grifos são meus.

- Mas até para isso - disse Leslie - o remédio, segundo Nando, seria restabelecer o latim, com a proibição de qualquer outra língua, e criar de novo o Império Romano, a partir de um Império de bugres, com sede no Brasil. Isto me parece um artifício, bastante laborioso, para impor a nação brasileira ao mundo.

Nando se levantou, esfregando as mãos, andando pela sala. Como transmitir a certeza de que havia um sistema? - Pelo amor de Deus, Leslie - disse Nando - não pense que eu imagino uma Roma conquistadora renascendo no Brasil. De mais a mais não me sinto com forças. Talvez nem haja mais os meios de organizar os índios numa outra República. Teríamos de encontrar outros métodos de cultivar esse último Adão. Mas no limiar do século dezessete, quando iniciaram sua obra, os jesuítas sentiram que Deus lhe entregava, em condições históricas, o homem em branco, o homem a ser escrito. O jardim do Éden se replantava aqui de acordo com todo o saber da Europa. O alemão Baucke chorou em plena lavoura no dia em que timidamente o primeiro índio começou a cavar a seu lado. O francês Berger convertia os índios tocando violino. O espanhol Mansilla espremia uvas para que os selvagens provassem o vinho. Quando perderam suas reduções confederadas em República, os guaranis construíam cidades, fabricavam foices e alaúdes, martelos e órgãos. No campanário da igreja de São João Batista, doze apóstolos circulavam, dando as doze horas do dia, e a porta do colégio de São Lourenço fagulhava ao sol com suas jóias de cristal de rocha. A produção comum entrava para os armazéns comuns e se distribuía entre todos para el bien común. As mulheres recebiam o fio e entregavam os tecidos. Não havia nem salário, nem fome. Isto não é lenda, é história. O que os jesuítas chegaram a anunciar, e o mundo esqueceu, é que o homem não precisa de milênios para desbastar em si a imagem de Deus que está no fundo.

Nando parou de andar. Sorriu diante do silêncio dos outros. Sentou-se.

Se amolo vocês com minhas histórias - disse Nando - prometo não voltar ao assunto. Mas palavra que eu gostaria de ver a República Comunista dos Guaranís estudada até pelos biólogos. Os jesuítas das Missões não aceleraram a história de um povo. Aceleraram a evolução da espécie." p 19-20

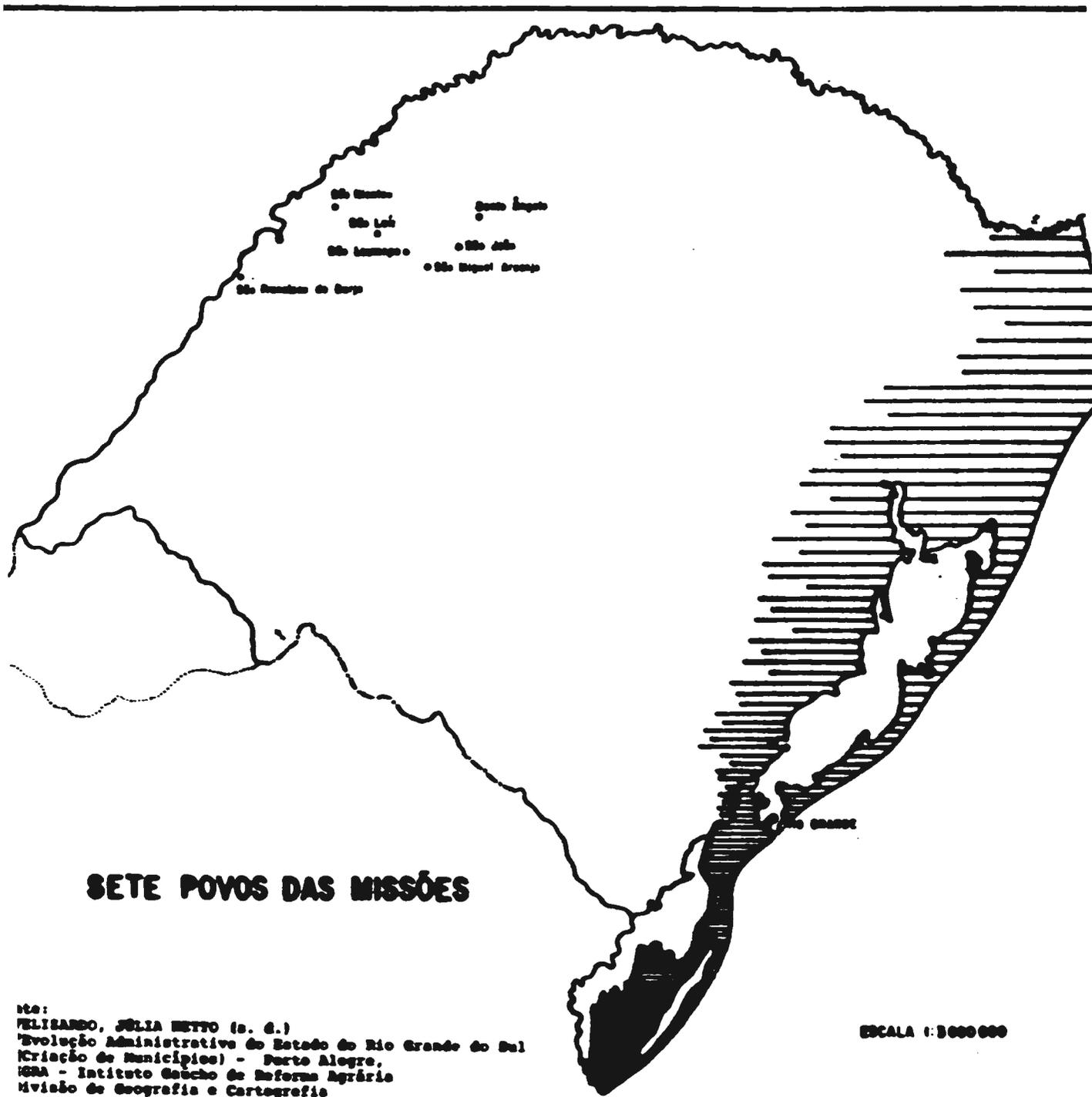
Quarup Antônio Callado romance Rio de Janeiro
Civilização Brasileira, 1967

A intenção aqui não é a de resgatar a história das Missões Jesuíticas "in totum" ou ser uma "guia de ruínas" como o que fascinou D. Anselmo na Europa. Meu problema também, como a incumbência dada ao Pe. Nando, é o de fazer um texto que se desprenda do conjectural e do acessório. Neste caso trata-se de buscar a gênese da territorialidade, para melhor perguntar-se como Nando, sobre a constituição e reconstituição de novos territórios.

Nando preocupa-se com a história das origens, hipotetizando que ela se repetiu e que na terceira vez resultou na República Comunista dos Guaranís, lá onde a produção comum entrava para os armazéns comuns e se distribuía entre todos para el bien comun.. E afirma enfaticamente : "- Isto não é lenda, é história". O bem comum... imposto ou nascido de um desejo da comunidade? Consensual ou coercitivo? Seria mesmo o indígena o novo homem de que nos fala Nando? E ainda : seria o homem inocente imaginado por Rousseau? Difícil é especular em tais substratos históricos. Talvez seja mais sensato admitir os guaranís simplesmente como um povo com um grau de tecnologia rudimentar para os padrões dos catequisadores, colonizadores e usurpadores, mas suficiente para sua sobrevivência e reprodução enquanto indivíduos, enquanto tribo, enquanto povo nas condições geográficas e sociais em que viviam.

Se as Reduções Jesuíticas da América do Sul constituíam de fato um projeto de sociedade escolhido em comum acordo, e consensualmente discutido e aceito, pouco se sabe. Há mesmo a possibilidade de que tenha sido um projeto ideológico imposto pelos jesuítas aos

índios. Entretanto o fato concreto e historicamente dado, foi que as Missões, organizadas, floresceram a ponto de despertar a cobiça dos "paulistas", mas também de portugueses e espanhóis, nesta "terra de ninguém" que era o centro-sul da América do Sul.



SETE POVOS DAS MISSÕES

Nota:
 FELISARDO, JÚLIA NETTO (s. d.)
 'Evolução Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul
 (Criação de Municípios) - Porto Alegre,
 IGERA - Instituto Gaúcho de Reformas Agrárias
 Divisão de Geografia e Cartografia

ESCALA 1:500000

Esta terra tem dono !

Percorrer atualmente São Miguel, Santo Angelo, Entre Ijuís, Eugênio de Castro e o interior destes municípios que constituíam parte do território das Missões, e tentar ver nas feições do presente a gênese de uma territorialidade talvez definitivamente destroçada hoje, é um trabalho difícil. É uma "arqueologia geográfica". É perguntar-se : que relações sociais foram o fundamento, o fulcro em torno do qual se teceu a territorialidade? Onde, no passado, está a semente inalterada capaz de forjar uma sociedade cuja organização social pudesse reeditar contemporaneamente o que Kropotkin chamou de "lei do auxílio mútuo" e que os jesuítas aparentemente conseguiram durante um certo tempo?

Que pistas o presente nos proporciona para reconstituir os elos de territorialidade que permitiram àquela sociedade, no passado deste mesmo território, perdurar durante dois séculos, apesar de constantes usurpações, conflitos, guerras e por fim destruição de suas "cidades"? Ao que se saiba, não havia fome, nem desemprego, nem "Sem Terra" e, excluídos os ataques externos impulsionados pela cobiça, traçados de longe por uma territorialidade senhorial escravizadora, parece que as territorialidades cultural e familiar, responderam por este florescimento.

É sabido que o Rio Grande do Sul sempre foi desde suas origens, - tanto nesta região das Missões quanto mais ao sul, na fronteira quase nunca nítida com as terras da Espanha, - um território de disputas, de litígios e de conflitos muitas vezes sangrentos. Por persuasão ou por coerção, o certo é que as constantes, periódicas e sangrentas depredações provocaram a reação dos guaranís, não se sabe até que ponto incitados ou não pelos jesuítas, ordem religiosa organizada com características militares por Loyola. Até é possível que os jesuítas os tenham preparado tecnologicamente para a guerra, para a defesa territorial, assim como o fizeram em outros aspectos da vida.

O fato é que a história da área é perpassada pela figura de um índio - Sepé Tiarajú - que teria liderado a resistência e enfrentado as hostes inimigas e invasoras, e cuja atitude, expressando sentimentos de defesa e posse do território, e mesmo sobrevivência física face à dizimação de seu povo, se sintetizaria numa frase a ele atribuída : "*Esta terra tem dono !*" Talvez seja a partir dela que se delineia uma das raízes da territorialidade : a posse enquanto defesa por parte dos invadidos e depois vencidos, e a posse enquanto cobiça e usurpação por parte dos vencedores, dos vários que ao longo do tempo, cobiçaram a propriedade das terras e o poder político na área.

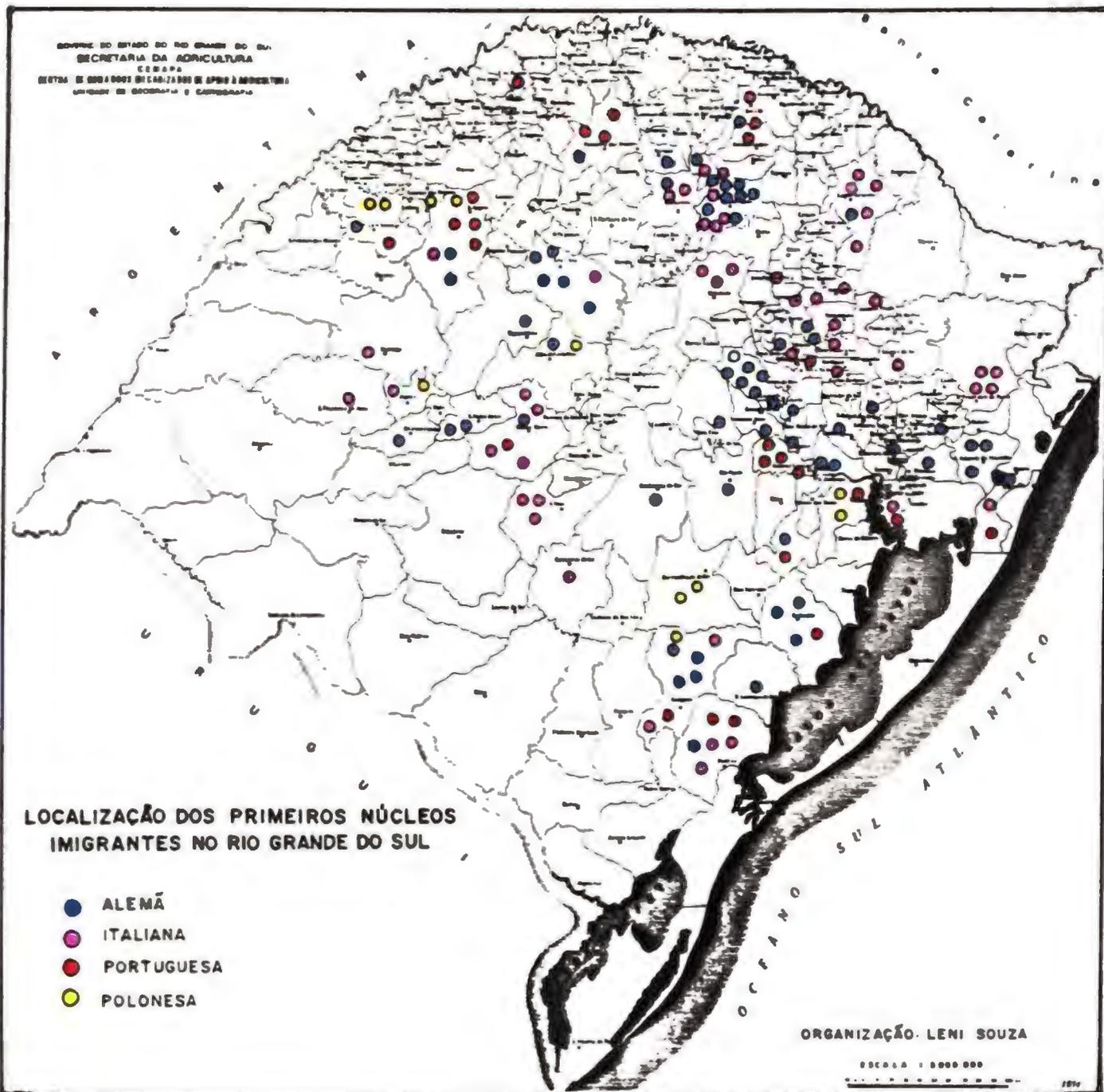
Matrizes da territorialidade: as Reduções e as Colônias

A territorialidade familiar é o núcleo onde se fundam as relações sociais que se gestaram em casa, no território familiar e que se projetam depois sobre o território comunitário. Na impossibilidade de conhecê-la documentalmente, e sem querer invocar a imaginação, resta perguntar-se sobre o território missioneiro. Como era esse território? Era uma federação de reduções o que constituía os Sete Povos das Missões. São Miguel, onde foi construída a catedral e portanto a sede, que se saiba não mantinha relações de sujeição em relação às demais, mas ao contrário, relações de mútua cooperação. Neste sentido, poder-se-ia supor que a territorialidade familiar preponderava, até a completa destruição de todas as reduções pelas guerras promovidas por espanhóis e portugueses disputando estas terras e pelas constantes e avassaladoras incursões de bandeirantes com o duplo fito de escravizar índios já "domesticados" e treinados para o trabalho e de se apropriar do gado, também já domesticado. Esta foi a primeira trama de relações sociais na história da região : a dos guaranis, primeiros habitantes de que se tem notícia no território, antes de qualquer intervenção alheia, e depois a dos guaranis submetidos a um processo civilizatório que lhes custou o extermínio enquanto povo.

Fazendo um corte no tempo e avançando até fins do século XIX, veremos que a partir desta época a região é novamente ocupada por outro contingente populacional : famílias de imigrantes europeus. O forte isolamento em que permanecem durante longo período de tempo, aliado a vias de transporte muito precárias, reasentam a territorialidade em bases familiares : - na pequena propriedade policultora de exploração familiar. São os laços de família que mais uma vez nutrem a territorialidade, assegurando a sobrevivência nas "Colônias", nas "Esquinas", nas "Picadas" e nos "Rincões", denominações regionais que a localidade, o lugar,

o pequeno núcleo af assumem ainda hoje. Porém mais elucidativo será apresentar ordenadamente as origens e a evolução das fragmentações territoriais no estado.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA
CEBRAPA
DISTRITO DE SERRA BOTAFOVA DE CASARZANO DE SPINHO ABRILHEIRA
UNIDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

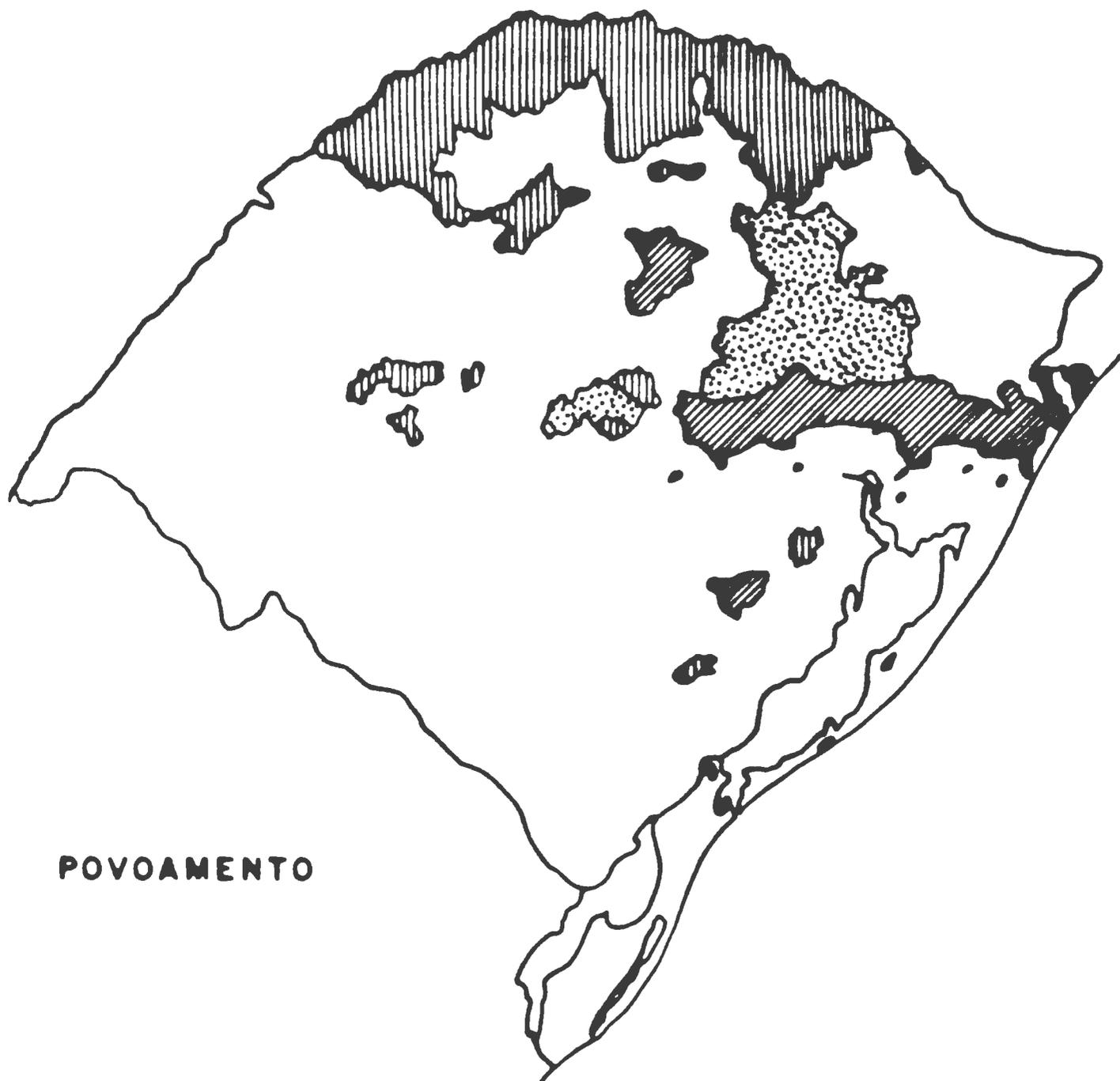


**LOCALIZAÇÃO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS
IMIGRANTES NO RIO GRANDE DO SUL**

- ALEMÃ
- ITALIANA
- PORTUGUESA
- POLONESA

ORGANIZAÇÃO: LENI SOUZA

ESCALA 1:5000.000



POVOAMENTO

-  ZONAS POVOADAS POR AÇORIANS (Povoamento em zona de campo)
-  ZONAS COLONIZADAS POR ALEMÃES
-  ZONAS COLONIZADAS POR ITALIANOS
-  ZONAS DE POVOAMENTO MISTO, INCLUSIVE NACIONAIS

POVOAMENTO
EM ZONA DE I

Origens e evolução das fragmentações e Integração territoriais

Um exame, por mais sucinto que seja, da formação histórica da sociedade riograndense indica pois a ocupação mais antiga que foi a dos índios Guaranis, que aí viviam livremente até a chegada dos jesuítas espanhóis⁷⁷. Estes os estabeleceram em sete "reduções": os Sete Povos das Missões, origem dos primeiros assentamentos no século XVII, depois destruídos por lutas originárias das incursões dos bandeirantes paulistas que aí vinham buscar o gado, o seu couro e escravos.

Historicamente, a região foi objeto de litígio entre portugueses e espanhóis⁷⁸, após a criação pelos jesuítas espanhóis, dos "Sete Povos das Missões" onde os índios Guaranis, submetidos a um processo civilizatório, dedicavam-se, além da agricultura e da criação, a artes e ofícios, que os tornavam cobiçados para o mercado escravo da então Colônia, bem como a sua produção que foi, à época, sistematicamente saqueada em lutas sangrentas, responsáveis pelo quase total extermínio da população indígena que a habitava. São Miguel foi a capital destas reduções jesuíticas e lá se encontram ainda as ruínas da antiga catedral das Missões.

Mais tarde, já no século XIX, a ocupação produtiva do Rio Grande do Sul remete por um lado às origens da sociedade pastoril ao sul, na Campanha, cujo ocupação e povoamento esteve por longo tempo comprometido com as questões de fronteira e por outro lado ao estabelecimento da sociedade dos imigrantes (os assim chamados colonos) ao norte, no Planalto. Esta última sempre foi prioritariamente dedicada à policultura, ao artesanato e ao comércio.

Portanto o norte do estado, após o extermínio dos índios e expulsão dos jesuítas, só em fins do século XIX, é novamente ocupado; desta vez por outro contingente populacional: -

⁷⁷No mapa "Sete Povos das Missões" pode-se visualizar a localização das Reduções Jesuíticas.

⁷⁸O mapa "Limites do Rio Grande de São Pedro em 1750 - 1777 - 1819 - 1851 segundo os diversos tratados", ilustra as disputas entre as duas metrópoles pela posse do território.

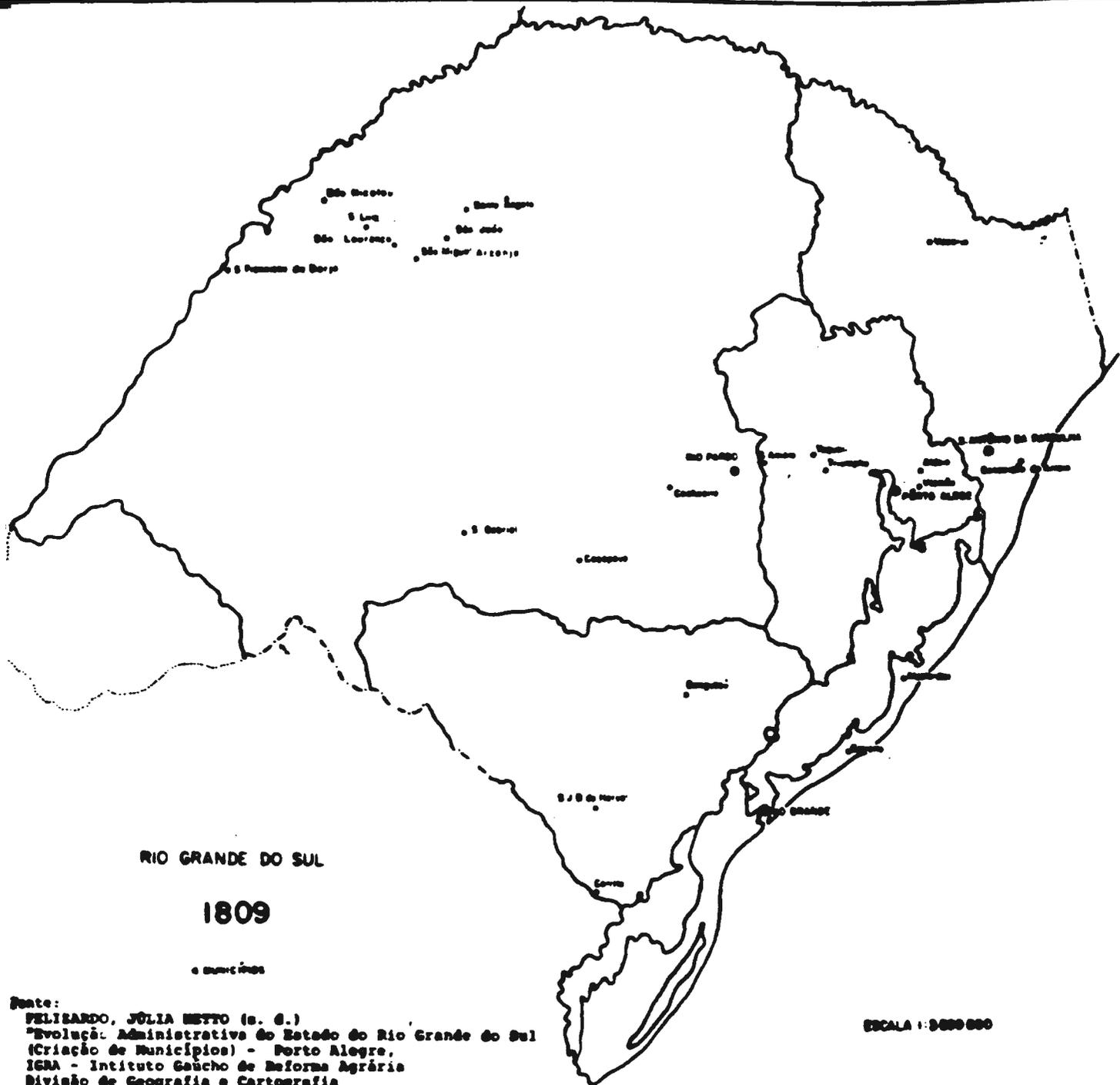
famílias de imigrantes europeus⁷⁹. Os lotes então distribuídos pela política imigratória do governo central, são a origem da pequena propriedade policultora de exploração familiar que predominou até há pouco em todo o norte do estado. Foi em parte esta estrutura fundiária que, mais tarde, devido a problemas de divisão das propriedades por herança, levou várias gerações a emigrar mais para o norte, à medida que se esgotava a fronteira agrícola regional.⁸⁰ Esta conformação histórica inicial, aliada à própria situação excêntrica do Rio Grande do Sul no território nacional é que explicam a sua tradicional base agropecuária e o seu modo de se integrar com o mercado nacional.

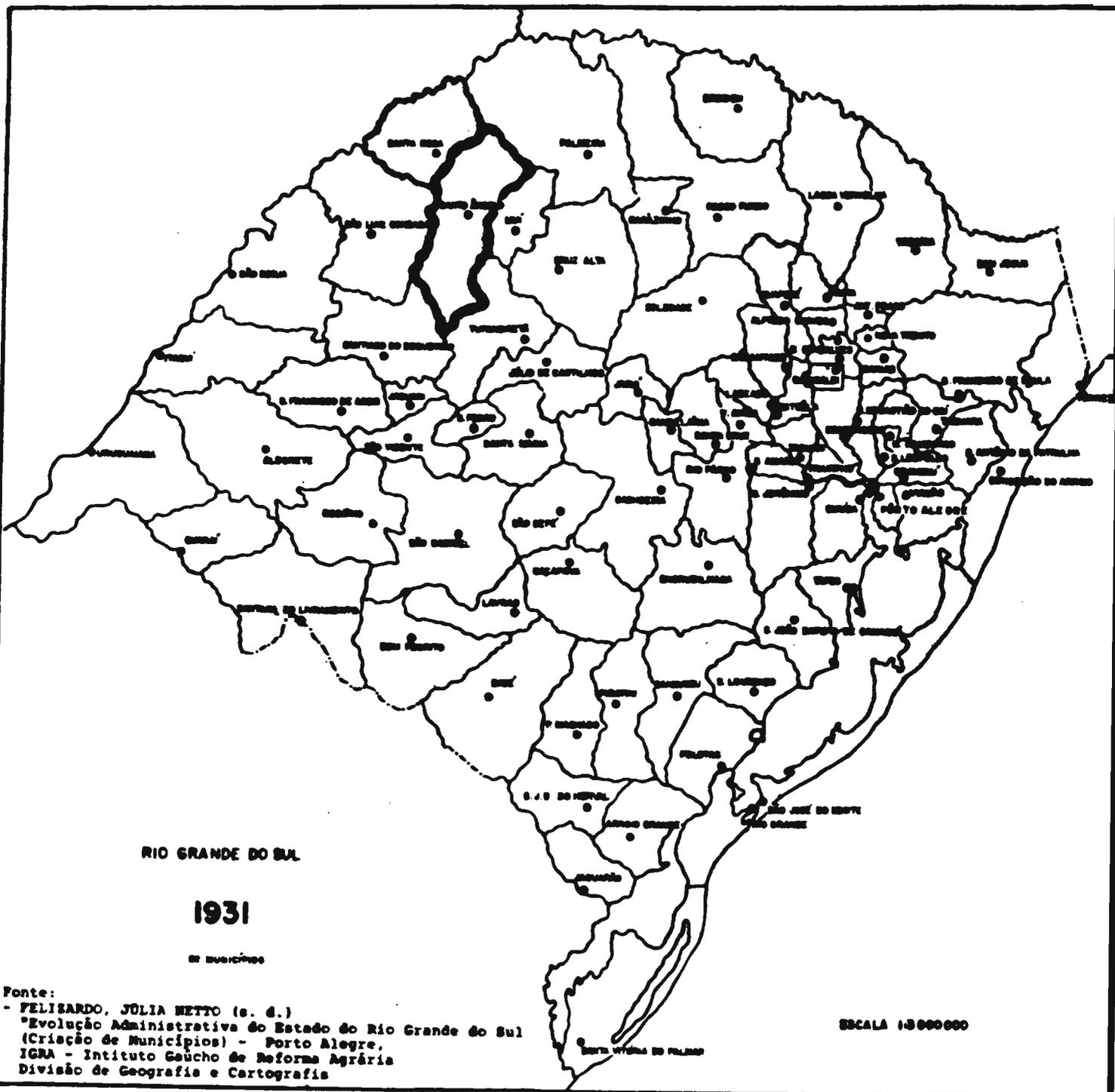
Acompanhando pois a evolução político-administrativa do território estadual ao longo de sua história, é possível verificar o processo de fragmentação ocorrido desde o assentamento dos jesuítas (1626), passando pela instalação da vila de Rio Grande a sudeste (1751), até a criação das quatro primeiras grandes áreas (1805) que abrangiam todo o território do estado à época. Em cada uma delas havia uma sede: - as então vilas de Rio Grande, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre. O mapa "Rio Grande do Sul - 1809" mostra os limites destas quatro áreas à época.

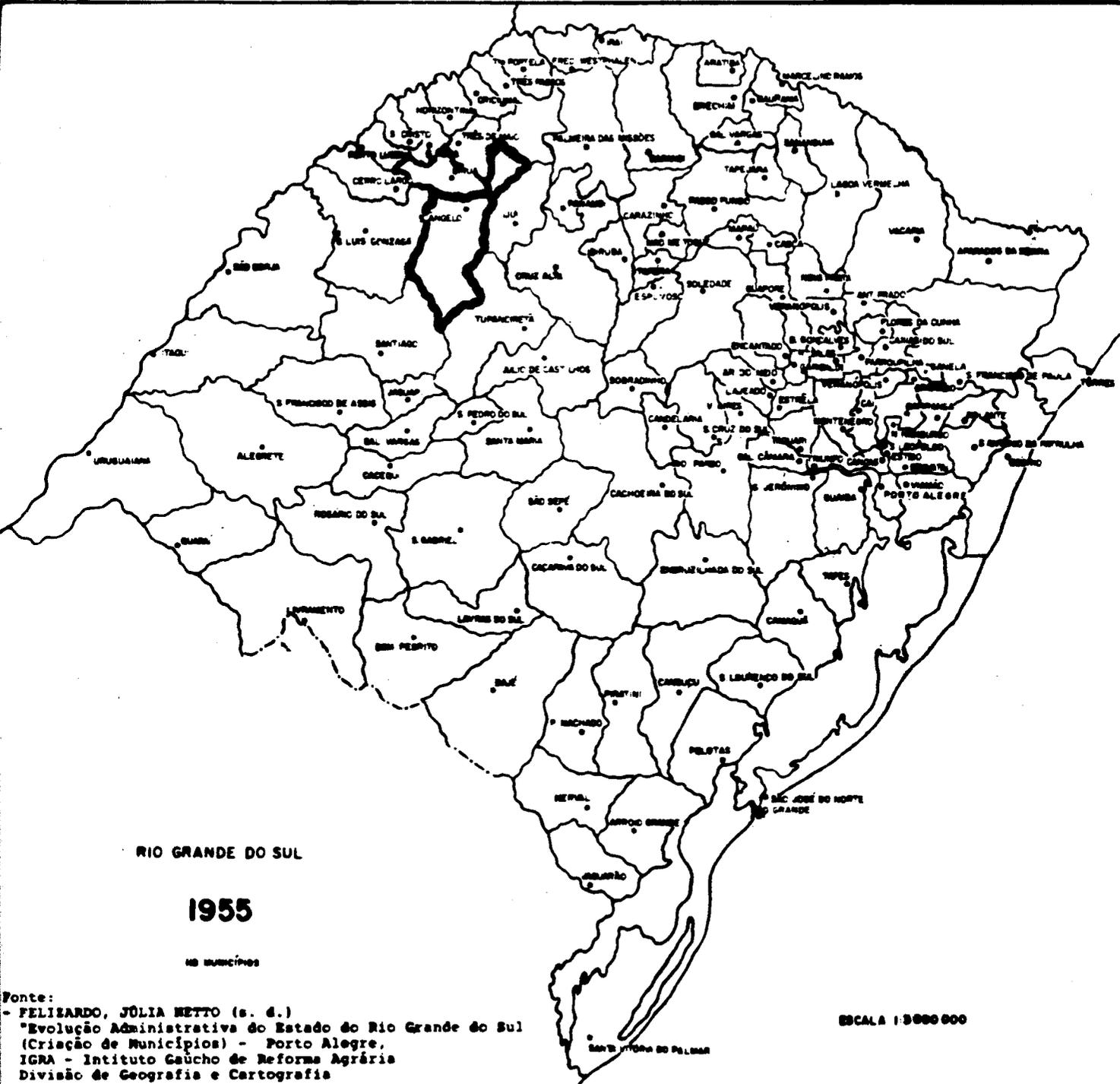
Um corte no tempo mostrará que o Rio Grande do Sul passou nestes 187 anos, de quatro grandes áreas que ocupavam toda a vastidão geográfica do estado, para os atuais 333 municípios, que em janeiro de 1992, através de plebiscitos, foram acrescentados de mais 94 cuja instalação, após as primeiras eleições municipais, se efetivará em janeiro de 1993. A fragmentação assim iniciada continuou de forma intermitente; mais acelerada em alguns períodos, de modo a redundar nos atuais municípios, por força de múltiplos desmembramentos - mais frequentes sempre nas áreas de colonização dedicadas à policultura que nas áreas de pecuária ocupada por descendentes de portugueses. (Mesquita, 1984, pp98-99).

⁷⁹O mapa: "Localização dos Primeiros Núcleos Imigrantes no Rio Grande do Sul" permite visualizar a origem étnica destes imigrantes.

⁸⁰Jean ROCHE descreve magistralmente este processo ao estudar a colonização alemã. Conferir: ROCHE, J. (1969) - *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul* - v. I e II Porto Alegre, Ed. Globo







RIO GRANDE DO SUL

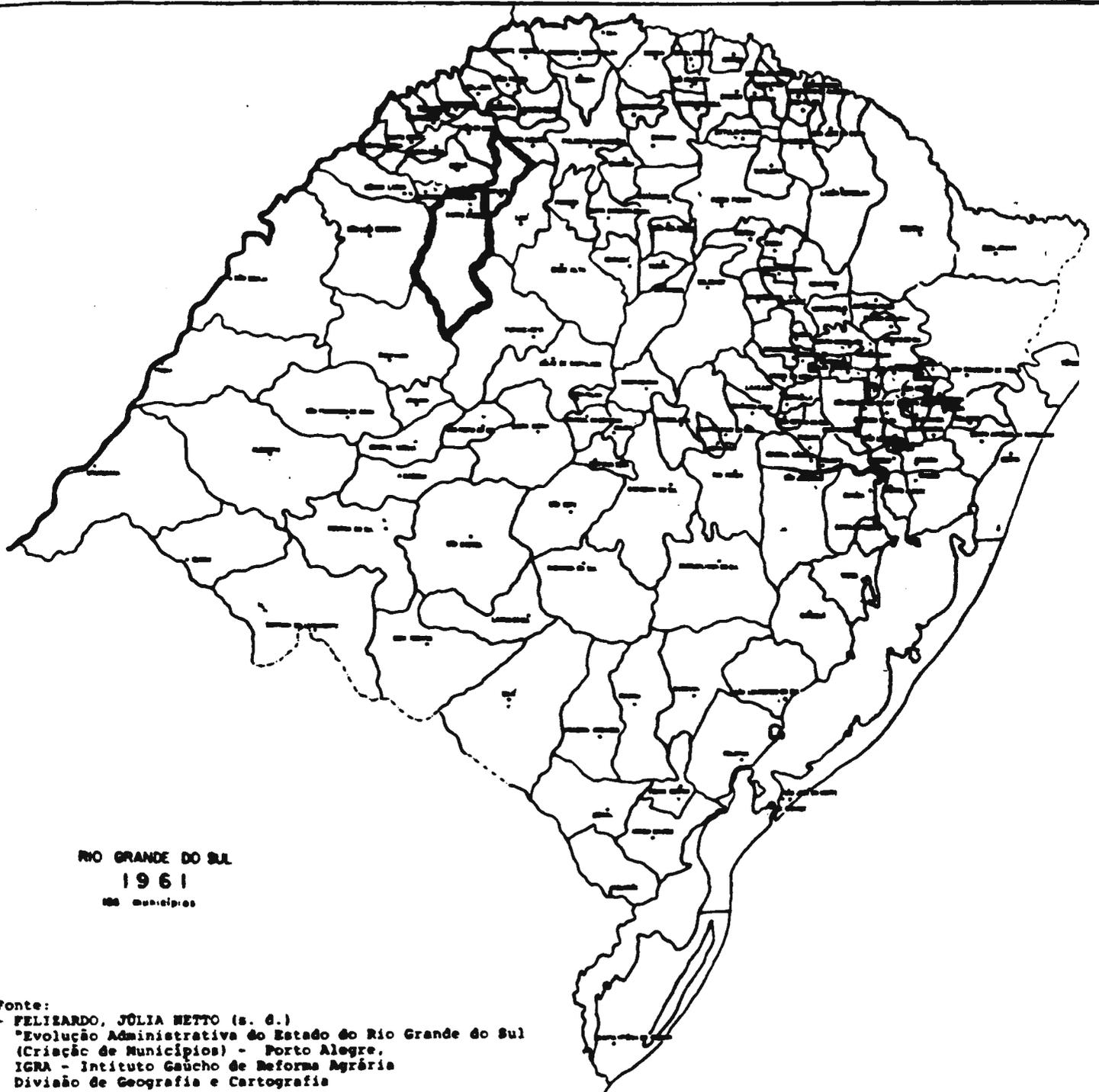
1955

183 MUNICÍPIOS

Fonte:
 - FELIZARDO, JÚLIA NETTO (s. d.)
 "Evolução Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul
 (Criação de Municípios) - Porto Alegre,
 IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
 Divisão de Geografia e Cartografia

ESCALA 1:5000000

SANTA VITÓRIA DO PALMAR



RIO GRANDE DO SUL

1961

municípios

Fonte:

- FELIZARDO, JÚLIA NETTO (s. d.)
"Evolução Administrativa do Estado do Rio Grande do Sul
(Criação de Municípios) - Porto Alegre,
IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
Divisão de Geografia e Cartografia

A pulverização de municípios se deu na chamada "zona da mata" onde havia inicialmente disponibilidade de espaço não ocupado com latifúndios.⁸¹ Surge aí uma classe média que desenvolve o setor comercial, de comunicação e de transporte e que se dissemina. Com o processo de mecanização da lavoura, começa a haver uma integração entre os dois espaços: o de pecuária e o de policultura. O aumento de produtividade por área com ampliação do tamanho da propriedade e o êxodo rural, ambos consequência da mecanização como uma das facetas da modernização da economia na área, estão estreitamente vinculadas à estrutura fundiária. (Terhost)⁸².

Tradicionalmente reconhecido como um estado de base agro-pastoril, o Rio Grande do Sul apresenta atualmente, de acordo com estudos recentes da Fundação de Economia e Estatística, a seguinte composição em sua renda global: - agricultura: 17%; indústria: 32% e serviços: 55%. Ora, sabe-se que a localização por excelência do setor terciário (comércio e serviços) é eminentemente urbana. Conclui-se daí que essa tendência à terciarização é mais um fator a alimentar a concentração populacional nas áreas urbanas do estado e a estimular portanto, a constituição de novas cidades, ainda que pequenas.

Na década de 70, 110 municípios do estado tiveram consideráveis perdas de população, principalmente na área do Planalto. Notou-se a partir daí que, de um lado havia a evasão de população sobretudo nesta área, e de outro acontecia a "prosperidade" dos que ficaram na terra. Estes, pequenos agricultores também, conseguiram, alguns, tomar impulso inicial no processo de modernização e com seus 25 ha. iniciais, ampliaram sua área para até 150 a 200 ha adquirindo os lotes dos evadidos. (Brum)⁸³. Porém outros fatores explicativos entram em causa. A repartição da terra por herança, que já se processa há várias décadas, conduziu a uma acentuada redução no tamanho das propriedades, a um contingente populacional que não encontrava absorção suficiente no mercado de trabalho regional e que passou a migrar para outros estados da federação, e, dentro

⁸¹Os mapas da divisão municipal de 1832, 1834, 1873, 1931, 1954, 1955 e 1961, assim como o mapa - resumo da evolução da fragmentação da área, foram escolhidos para realçar a fragmentação da área em estudo.

⁸²Entrevista com o eng.º agrônomo A. Terhost da Cooperativa Tritícola de Santo Angelo-COTRISA-em janeiro de 1988.

⁸³Entrevista com Argemiro Brum, professor da UNIJUI, em 7/01/87.

do Estado, para cidades maiores ou para a Área Metropolitana, avolumando o número dos despossuídos.

Aliás, tais fatores se reeditam, pois já haviam sido salientados por Duarte (1973, pp260-1) citado por Ruckert (1982, p.31) : "*Dentro da estrutura agrária, o primeiro traço de homogeneidade é dado pela malha fundiária. São regiões de domínio de pequena propriedade, sendo sua área média inferior a 25ha.. Em certos trechos as propriedades são bem menores, aparecendo o minifúndio que se torna improdutivo, sobretudo porque nem sempre os sistemas agrícolas empregados primam por técnicas aperfeiçoadas. Isto, ao lado da subdivisão por herança, faz com que os descendentes dos colonos procurem emigrar para as áreas novas onde adquirem terras, como também dirigem-se para os centros urbanos.*"⁸⁴

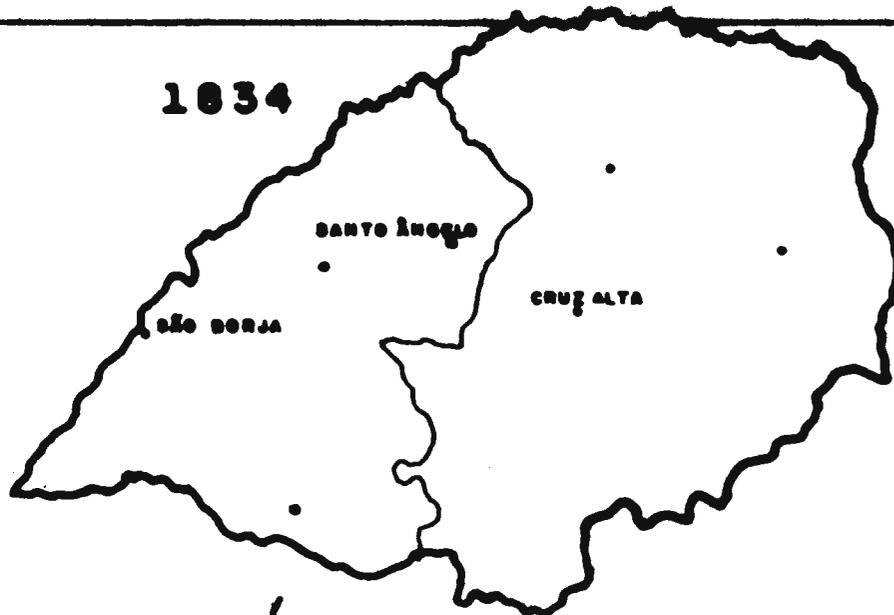
No que respeita às repercussões sociais das transformações da estrutura regional, o que se assiste hoje é, sem dúvida, um agravamento de situações que se reproduzem há mais tempo, como bem atestam as seguintes palavras: "*Os cinturões de pobreza vem crescendo, igualmente, a um ritmo vertiginoso, abrigo a ex-proprietários de pequenos lotes agrícolas, ex-trabalhadores braçais da agricultura, desempregados, biscateiros (inclusive bóias-frias), trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, etc. Os espaços urbanos tomados pelas vilas periféricas, aumentando, contribuem para o "inchamento" dos perímetros urbanos. Estas vilas ocupam sítios insalubres, muitas vezes próximos a riachos de esgotos urbanos e em terrenos com aclives acentuados. Além das habitações, invariavelmente de má qualidade e precárias, os serviços urbanos básicos (inclua-se aqui o problema da falta de escolas) não atingem a estas vilas".* (Ruckert, 1982, p.29). Vale lembrar que esta situação, além de antiga, não se restringe aos espaços periféricos das metrópoles. Ela já faz parte do cotidiano das cidades médias e até mesmo de distritos que reivindicavam sua emancipação! Ironicamente alguns deles já apresentam indícios destes "foros de cidade" a que almejam... Estas constituem a face escondida das alterações da estrutura regional via modernização, enquanto as emancipações são a sua face visível, embora nem sempre explícita.

⁸⁴DUARTE, Aluizio Capdeville (1973) - "Região Sul" in IBGE *Novo paisagens do Brasil 2º ed.* Rio de Janeiro pp260-261.

1832



1834

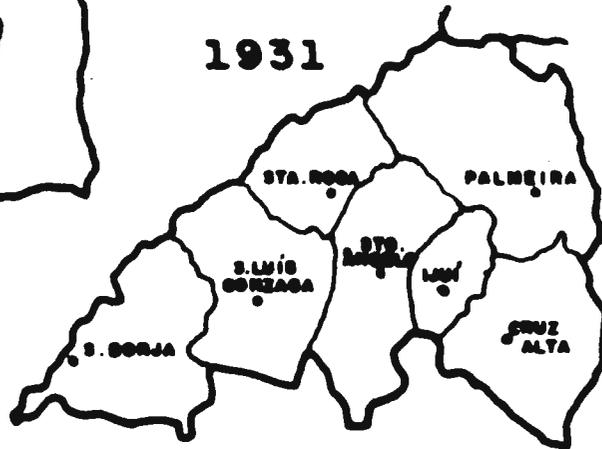


EVOLUÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO DA ÁREA

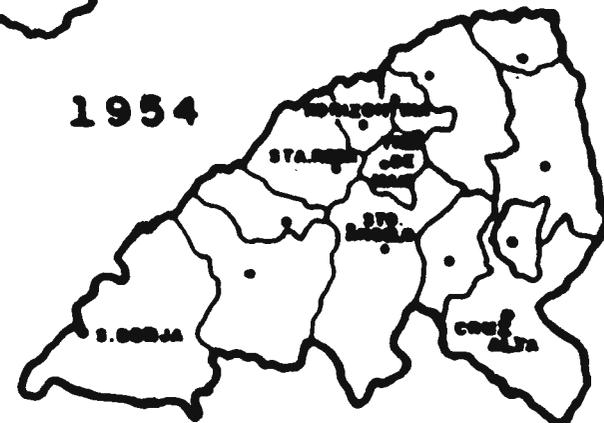
1873



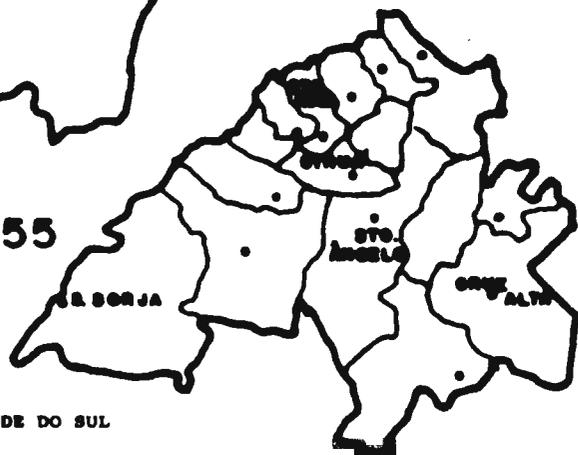
1931



1954

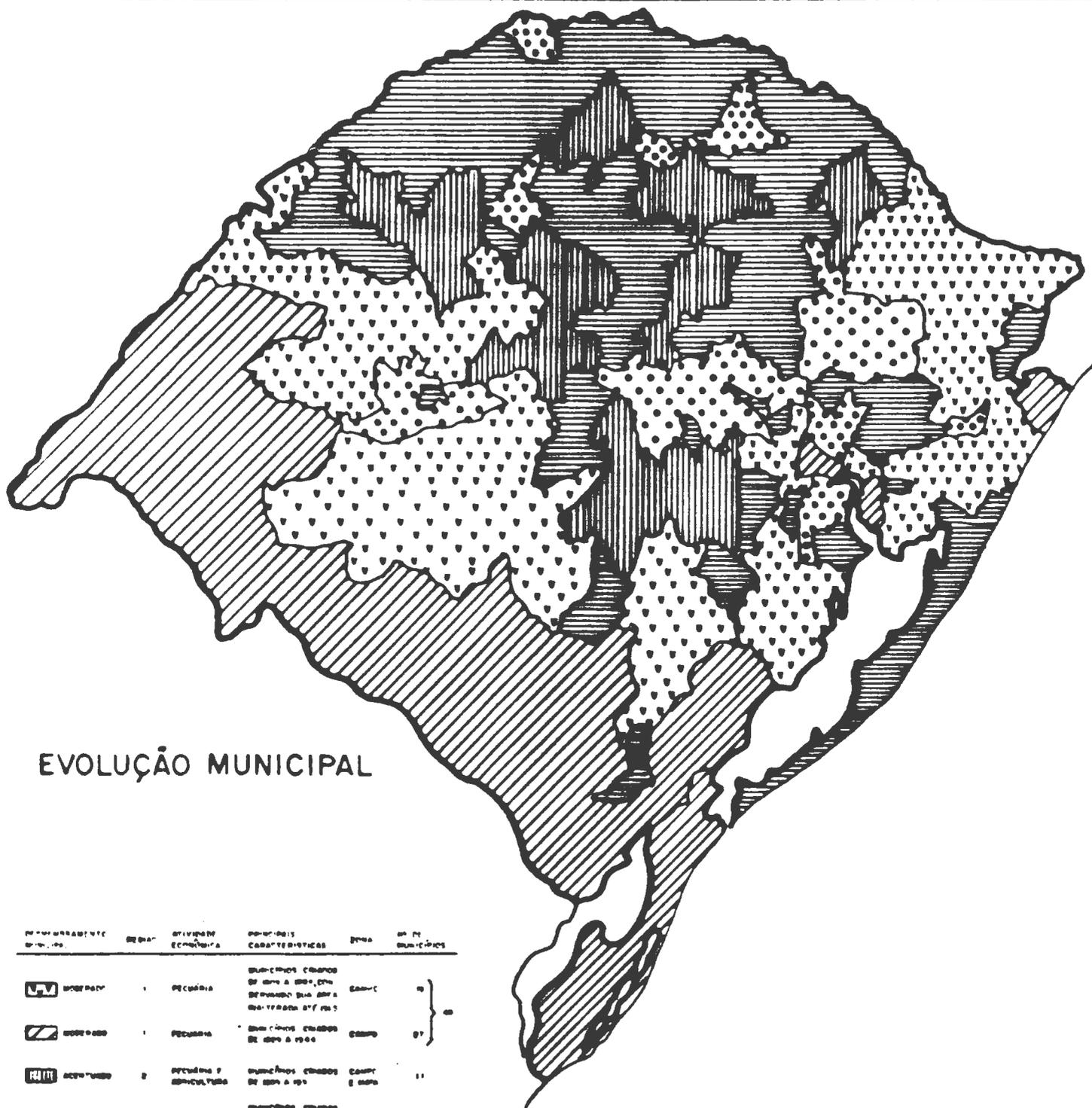


1955



1961





EVOLUÇÃO MUNICIPAL

REPRESENTAÇÃO SÍMBOLO	REGIÃO	DIVISÃO ECONÔMICA	PERÍODOS CARACTERÍSTICAS	DESA	N.º DE MUNICÍPIOS
	INTERIOR	1	pecuária	1840-1889	19
	INTERIOR	1	pecuária	1890-1900	17
	INTERIOR	2	pecuária e agricultura	1890-1910	11
	INTERIOR	3	agricultura	1911-1920	39
	INTERIOR	3	agricultura	1921-1930	100

FONTE: Adaptado de:
 LA SALVIA, Flávia & MARDINI, Elisabeth
 F. (1976). Evolução municipal: uma
 análise geográfica. Boletim Geográ-
 fico do Rio Grande do Sul, Porto A-
 legre, LEMAPA, 21(19):3-16, jan./dez.
 de 1976

Estes fatores explicam porque o norte do Rio Grande do Sul foi e é ainda, uma região de conflitos de terras e onde o Movimento dos Sem Terra sempre teve uma tradição de resistência e consciência face às injustiças sociais.

Retornando à questão das emancipações propriamente dita, "*Os municípios até 1954(...) apresentavam expressiva área territorial, possuindo muitos distritos. A partir desta data desencadeou-se de modo efetivo o processo de municipalização, com a criação de inúmeros municípios, culminando com o violento desmembramento nos anos de 1964 e 1965*" (La Salvia, F e Marodin, E. (1976).

No início da década de 1980, o Rio Grande do Sul contava com 232 municípios, número que não se alterava desde 1966, por força de lei durante o regime militar. Provavelmente este número seria mais elevado se, devido às restrições legais, o surto emancipacionista não tivesse sido interrompido a partir desta data. Também por força de lei, houve a partir deste período uma forte centralização de recursos em mãos do governo federal, cerceando em grande parte as administrações locais nas decisões sobre aplicação de recursos que a elas retornava. Acrescente-se que todos os municípios de fronteira subsumidos pela lei de Segurança Nacional, não podiam eleger seus prefeitos; tinham um interventor diretamente nomeado pelo governo central - um outro fator coercitivo a acrescentar à explicação desta demanda reprimida.

Porém a herança centralizadora é muito anterior e não se desfaz rapidamente. Hessel (1976) apontava como principal causa de emancipações municipais, a inadequação do modelo político administrativo local brasileiro à realidade do interior do Brasil.⁸⁵ Uma de suas hipóteses é que o fato de não haver identidade entre governo municipal e governo local no Brasil, influi na criação de novos municípios. Isto se daria porque o governo local não abrange apenas um núcleo urbano e a área rural adjacente, mas vários núcleos populacionais além da sede, com suas respectivas áreas adjacentes. (Hessel, 1976: 129-130). Naturalmente apenas um desses núcleos sedia o governo

⁸⁵ Uma análise anterior a esta encontra-se em Victor Nunes Leal (1975) *Coronelismo, Enxada e voto . O município e o regime representativo no Brasil* São Paulo Alfa-Ômega, 2º ed. 270pp.

municipal. "...o governo a nível municipal, no Brasil atual, representado pelo prefeito e pela prefeitura, desempenha dois papéis fundamentais em relação às necessidades de suas comunidades. Em primeiro lugar, o papel de prestador de serviços básicos, como ensino, obras urbanas, estradas, etc e, em segundo lugar, o papel de agenciador, junto a esferas mais altas de governo, de recursos, obras e agências de prestação de serviços para seu município. Agrupando-se estas duas idéias, conclui-se que os núcleos populacionais que não constituem sedes municipais, não conseguem recursos para satisfazer suas necessidades porque não dispõem de nenhum mecanismo social, quer para aglutinar esforços e recursos, quer para reclamar de poderes superiores a transferência de recursos para sua comunidade" (Hessel, op. cit.130-31)

De fato, depoimentos como o que se encontra transcrito mais adiante, incluído no processo emancipatório do município de Nova Roma encaminhado à Assembléia Legislativa estadual, corroboram esta assertiva. A situação parece configurar-se a mesma ainda, passados dezesseis anos. Embora vivamos sob um regime federativo, havia queixas das administrações municipais e estaduais relativas não só à parcela de recursos que a elas retornava, como à possibilidade de decidir sobre a aplicação dos mesmos. Este fato explica em parte a dificuldade enfrentada pelas prefeituras, sobretudo de municípios extensos, em satisfazer às necessidades dos distritos, especialmente os mais distantes, gerando insatisfação e por conseqüência, o desejo de autonomia.

Em 1982 foram criados mais 14 municípios e finalmente em 1989 foram empossados os primeiros prefeitos de 88 novos municípios criados a partir de distritos que se emanciparam de seus municípios de origem após consultas plebiscitárias, durante ao ano de 1988. Um novo conjunto de processos emancipatórios se formou desde então, dando origem a novas consultas plebiscitárias em 1991. Outra vez, a maioria destas novas sedes municipais se encontram no Planalto, isto é no norte do Estado. Portanto esta região, aparentemente uma das que mais tem perdido população através do êxodo rural para outros estados ou para a Área Metropolitana de Porto Alegre, continua sendo aquela com maior freqüência de emancipações.

Muito sumariamente, esta foi a gênese e a evolução das fragmentações territoriais. Cabe então inquirir o que representa hoje para os herdeiros dos que permaneceram: reestruturar o seu espaço, organizar um novo município, formar uma nova cidade.

NOVOS MUNICÍPIOS: - O TERRITÓRIO ATUAL

Para compreender estes movimentos reivindicatórios pela criação de novos municípios é útil compará-los a um iceberg, composto de uma parte oculta e outra a descoberto. Isto se fará através de um exame das informações obtidas no próprio território sob análise. Como a compreensão do processo passa pela regionalização da área, é necessário trazer alguns elementos a este respeito.

Há aproximadamente seis anos que o tema emancipações ocupa o noticiário dos jornais intermitentemente, mas com certa perseverança. Entretanto o fato não é tão recente como se poderia pensar. Ruckert (1982,p.29) já se referia assim a ele: ... "*cabe aqui apontar a mais nova tendência no Rio Grande do Sul - a do modismo de novas emancipações distritais*"

A cerca das emancipações, o efeito mais evidente de um ponto de vista global é o aumento do número de municípios no Estado. Um olhar retrospectivo sumarizando e centrando sobre as duas últimas décadas, mostrará que em 1980 eles eram 232; dois anos depois foram acrescidos de 12, passando a 244, aos quais se acresceram mais 89 em 1988, somando então os atuais 333. Estes entretanto, estão em vias de aumentar, pois em 1991 mais 94 tiveram seus processos emancipatórios referendados por plebiscitos. Reconhecidos pela Assembléia Legislativa, tiveram suas respectivas leis de criação publicadas no Diário Oficial do Estado entre 24 e 26 de março de 1992. Assim sendo, o Rio Grande do Sul contará com 427 municípios em janeiro de 1993 quando forem instaladas as novas prefeituras e empossados os novos prefeitos e vereadores.

Uma explicação para este surto crescente de emancipações que ultrapasse a mera descrição de uma divisão administrativa, conduz à hipótese de que as transformações econômicas e políticas nacionais e mundiais atuam pela modernização (cuja iniciativa cabe ao estado-nação) em sua faculdade de homogeneizar a produção e o consumo. Entretanto, dada a diferenciação espacial - em seus aspectos físicos, sociais, políticos e econômicos - esta

homogeneização nunca se realiza completamente, permitindo a existência de espaços diferenciados a escalas geográficas distintas. As fragmentações e integrações territoriais são expressões visíveis deste fenômeno. Por via de consequência, as emancipações de distritos que redundam na constituição de novos municípios, aí se inserem.

Portanto, serviu como mote, como já mencionado, a grande quantidade de distritos no Rio Grande do Sul, sobretudo no Planalto Sul-Riograndense que desejavam se emancipar de suas sedes e assim formar novos municípios, o que representa a emergência de expressivo número de novas e pequenas cidades - oitenta e nove de uma só vez e mais recentemente, uma nova leva de mais noventa e quatro. Este fato pode estar representando alterações econômicas e sociais numa área como o Planalto Gaúcho que é expulsora de população desde a década de 1950 e num país em que, embora de extensão continental, borbulham vários problemas sociais há muito abafados e protelados, sobretudo no setor primário. O país, cuja urbanização tem sido vertiginosa nas últimas décadas, revela hoje uma concentração urbana da ordem de 70%. Que alterações estarão se gestando com possíveis repercussões futuras? A pergunta não ambiciona uma resposta completa e não tem qualquer pretensão futuroológica. Serve apenas para permitir que transpareça o móvel inicial da reflexão.

Os movimentos emancipatórios estudados, curiosamente, ao contrário do que parece suceder em outros movimentos sociais reivindicatórios, apresentam pelo menos duas características originais.

Primeiro, nem sempre há uma definição clara e explícita para o conjunto dos atores sociais, das posições, motivos e interesses envolvidos na luta reivindicatória, como há, por exemplo, no Movimento dos Sem Terra, na União Democrática Ruralista - UDR - ou nos movimentos de luta pela moradia nas cidades. Nestes o campo de luta ideológica apresenta-se definido: todos sabem quem são os seus aliados ou os seus adversários em uma luta agregadora de motivos e interesses coletivos unificados. Nos movimentos emancipatórios a situação é diferente. Quando na consciência territorial dos habitantes predomina um ou mais dos três critérios: - posse, poder e autonomia meramente administrativa, criam-se condições propícias a

um uso político do território. Dadas as nuances de consciência territorial nos habitantes e à mescla obscura dos três critérios de uso político do território, os motivos e interesses aparecem nem sempre claramente definidos ou algumas vezes amalgamados.

Segundo: a luta não é mais para reivindicar assistência do poder público local a omissões em suas demandas diretas, nem com vistas a agir privadamente e "voltar as costas ao Estado"⁸⁶, mas para reivindicar autonomia para realizá-las, constituindo seu próprio governo local. Dadas estas duas características, é interessante começar desvelando os motivos e interesses presentes nos movimentos emancipatórios sob estudo.

Os novos municípios criados e aqui sob análise - Eugênio de Castro, Entre-Ijuís e São Miguel das Missões, antes de se emanciparem constituíam três dos distritos do município de Santo Ângelo. O plebiscito para as emancipações foi realizado na mesma data nos três distritos: 20/12/87. As eleições se realizaram em 15/11/88 e em 1/01/89 os primeiros prefeitos e vereadores assumiram seus cargos. O mapa dos distritos de Santo Ângelo anterior às emancipações, ilustra a localização dos mesmos. Porém, antes de "mergulhar no iceberg" das emancipações, talvez seja oportuno problematizar um pouco mais o tema a partir da questão :

A quem servem as emancipações?

Esta última leva de emancipações trouxe consigo a manifestação de um confronto entre os poderes executivo e legislativo estaduais, em que o primeiro se manifestou contrário à criação de um elevado número de municípios pelo ônus que isto representa aos cofres públicos estaduais, enquanto o segundo, defensor da descentralização, justifica-a pela maior proximidade entre poder público e população, e conseqüente melhor atendimento em serviços básicos/ "Duas análises

⁸⁶Como Klaus Offe afirma caracterizarem-se todos os movimentos sociais. Para uma discussão a esse respeito ver: MESQUITA, Zilá - *Movimentos Emancipatórios: lutas políticas contra o Estado, fora dele ou dentro?* II Seminário Latinoamericano de Geografia Crítica, Universidad de Buenos Aires, 25 de novembro a 1º de dezembro de 1990.

sobre as emancipações" *Zero Hora* 10/11/91). Não há aqui a intenção de entrar nesta polêmica ou no mérito das justificativas apresentadas. As questões de fundo que servem para orientar estas reflexões são: - *a quem* servem as reivindicações emancipacionistas? E como o Estado aí entra como protagonista? Tomemos um fato ilustrativo, para iniciar.

Em janeiro de 1979, nos confins de Encruzilhada do Sul, um peão realizava roçadas numa fazenda de propriedade de uma empresa agrícola, quando teve o olho esquerdo perfurado por um espinho. O socorro médico sendo distante, na cidade, levou o capataz a negar-lhe o direito de procurar recursos, compelindo-o a que se auto-medicasse com mertiolate. O resultado foi cegueira quase total neste olho. Agora, passados mais de treze anos, a justiça do trabalho reconhece à vítima o direito de uma indenização mensal de um terço do salário mínimo, retroativa ao evento e até sua morte, enquanto a empresa nega o vínculo empregatício, sustentando que a vítima realizava trabalhos eventuais. A sentença apoia-se na dependência do empregado em relação à empresa no que tange a transporte e socorro, dada a distância de qualquer recurso e aponta mesmo para a omissão de um valor ético: a solidariedade. (*Jornal do Comércio*, 10/06/92, p.2: "Peão perde olho atingido por espinho e dona da fazenda deve indenizar")

Este fato recentemente noticiado e que aparentemente não ultrapassaria os limites de uma causa trabalhista, permite elucidar algumas implicações. O acidente, ocorrido a distância dos recursos de assistência de saúde (ambulatório, posto de saúde ou hospital) por certo não exime de responsabilidade a contratante, e a sua omissão a um princípio ético, mas exemplifica claramente uma das dificuldades em serviços básicos - talvez das mais agudas - das populações do interior afastadas das cidades maiores. Ele pode ilustrar uma das explicações de porque as consultas plebiscitárias, em sua grande maioria, apresentam resultados afirmativos. A carência ou deficiência em serviços públicos ou a distância e o difícil acesso aos mesmos são a justificativa mais freqüente à quase inexistência de vozes contrárias.

No exemplo que nos serve de ilustração, a empresa, se recorrer da decisão, até poderia tentar encobrir sua omissão alegando a omissão do Estado, dada a oferta precária de serviços

como, no caso, o de saúde.⁸⁷ Esta é uma atitude frequente do setor privado: a de justificar suas omissões apoiando-se nas do setor público e trazendo visibilidade às falhas do mesmo *só e quando* isto lhe convém. Em que pese a veracidade das omissões e a pobreza de soluções e decisões criativas mais autônomas nesta máquina administrativa lerda e frequentemente ineficaz, outras reflexões a respeito do Estado podem ser vinculadas às emancipações.

Uma delas diz respeito ao argumento de que as emancipações, além de reagir à tendência centralizadora do sistema estatal, geram municípios com uma estrutura leve, enxuta, viabilizando uma administração mais moderna.

Nestes tempos em que "modernidade" passou a ser palavra de ordem, é útil refletir o que significa "modernizar-se" numa tradição de estado patrimonialista (Schwartzman, S. 1988) como o brasileiro. Em entrevistas realizadas em alguns dos novos municípios criados em 1988, o secretário de administração de um deles mencionou a filosofia privatista da prefeitura, com o mínimo possível de empregos. E assim justificou-a: *"a qualidade do serviço é melhor e mais rápida com empresa privada. Além disso, uma obra contratada custa em torno de x cruzeiros⁸⁸ Se fosse feita pela prefeitura, teria que ser feito concurso e conforme a obra, empregar de 30 a 40 funcionários que poderiam ficar ociosos após seu término. Além disso já há iniciativa privada no município. A prefeitura pode contratá-la por duas modalidades. 1º) no valor de x a x_n cruzeiros⁸⁹, tem-se a possibilidade de contratar através de carta -convite enviada a no mínimo três empresas. 2º) Obras acima deste valor como por exemplo, pontes, devem ser feitas através de licitação pública no Diário Oficial. A filosofia aqui é ter o mínimo de funcionários. É grande o número de gente que bate diariamente à porta da prefeitura pedindo emprego".* Até a folha de pagamento desta nova prefeitura minimizadora de gastos com recursos humanos, estava sendo elaborada por serviços prestados mediante contrato com uma empresa de computação localizada em um município maior e vizinho.

⁸⁷Isto sem se falar na atuação débil da Previdência social brasileira, que é particularmente ineficaz para a trabalhadora e o trabalhador rural

⁸⁸O valor foi aqui omitido dadas as constantes desvalorizações que a inflação produz e por não prejudicar o entendimento da opinião do entrevistado.

⁸⁹O mesmo raciocínio referente a valores, repete-se aqui.

Ora, a contratação de serviços prestados por empresas privadas, na medida em que o poder público local é o principal cliente (e talvez o único, em casos de novos municípios acentuadamente rurais) se por um lado diminui gastos com pessoal, não torna esta uma condição suficiente por si só para garantir o desenvolvimento do município, uma vez que a iniciativa privada fica dependente da contratação de seus serviços pelo governo local. Então resta perguntar-se: que destino se dará à almejada criação de empregos como meio de evitar o persistente crescimento das periferias urbanas carentes e a algumas das expectativas embutidas nas reivindicações emancipacionistas?

O que está à vista no iceberg

Como já foi dito, metaforicamente, um processo de emancipação territorial é um iceberg, cuja ponta visível parece moldar todos os motivos, justificativas e interesses sob a égide do bem comum. Por que emancipar-se? Configura-se como uma estratégia territorial para obter benefícios justos, de uma lógica incontestável, e até o momento reivindicados mas não atendidos: a escola, as estradas, o atendimento de saúde (o posto, o médico, a farmácia, o hospital). Os depoimentos, neste sentido são numerosos e estão presentes no território dos três distritos, especialmente por parte da população do interior deles, das áreas rurais cuja difícil acessibilidade se evidencia em distâncias às vezes longas, a serem vencidas em estradas intransitáveis nas épocas de intempéries, e com um sistema de transportes, quando existente, de periodicidade irregular e alto custo, se comparado ao das cidades.

Além desta situação aguda da população do interior, os habitantes das vilas⁹⁰, além de também reivindicarem melhorias em saúde e educação, desejam (alguns) a regularização da compra de seus terrenos e moradias. Um exemplo da queixa sobre o atendimento a

⁹⁰O termo se refere ao povoado-sede de cada distrito que compõe um município, em cujo interior existem ainda pequenos aglomerados reunidos em torno da capela, do salão do CTG, do movimento paroquial ou comunitário ou ainda do campo de futebol ou de bocha. Para o IBGE, "vila é a localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence(sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais (IBGE - Resolução do presidente nº 66/88 de 31/10/88 que dispõe sobre a classificação de localidades).

reivindicações materiais bem concretas, também presentes noutros processos emancipacionistas, encontra-se no seguinte trecho do ofício de um vereador e secretário de Comissão Emancipacionista, constante no processo de Nova Roma ao Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul:

Com a lei n° 7352, publicada no Diário Oficial de 21/01/80, o Cartório Distrital de Nova Roma foi extinto. Nova Roma é uma localidade grande, com quase 10.000 habitantes, com 20 indústrias de transformação e várias casas de comércio. Esta medida governamental veio trazer vários prejuízos a esta comunidade, sendo que para cada reconhecimento de firma, ou escritura e casamento, deve-se percorrer uma distância de 60 km. Talvez os homens que governam esta nação não saibam dos problemas que se enfrenta no interior (falta de estradas, telefones, entre outros) e agora nos impõem uma lei infeliz, fechando o Cartório.

Portanto, de um modo geral, as razões alegadas para a emancipação, centram-se na necessidade de implantar uma infra-estrutura urbana inexistente ou precária. Ex.: - melhoria da acessibilidade das estradas do interior; maior proximidade na oferta de serviços - de saúde : ambulatório, hospital; - de educação : escolas; - financeiros : implantação de uma agência bancária para contas correntes, pagamento de impostos e taxas de serviços públicos. Segundo alguns entrevistados, é o abandono crescente dos distritos em favor da sede que faz com que se deseje a independência administrativa. Há também a expectativa algumas vezes explicitada, da geração de empregos urbanos para reter ou fazer retornar os filhos e parentes dos que foram estudar fora e acabam não se fixando no local.

Contudo, as reivindicações de ordem material não constituem o único, embora o mais assíduo dos argumentos. É freqüente encontrar-se a justificativa de que gerir um município

menor é mais fácil, pois viabiliza a eleição de prioridades. Em outras palavras, a divisão de um município com território extenso, proporciona melhores condições de atendimento. O argumento da extensão territorial aparece reforçado com o exemplo de outros estados como Minas Gerais e São Paulo que possuem um número de municípios bem maior que o Rio Grande do Sul e secundado pelo argumento que uma descentralização resulta numa administração mais transparente. Além disso, há a crença de que com a emancipação o mercado de trabalho aumentará com o surgimento de firmas comerciais e outros estabelecimentos. E até uma justificativa mais sofisticada encontrava-se num processo: *"O deputado Porfírio Peixoto declarou que "filosoficamente" é a favor das emancipações por acreditar que a área emancipada desperta a consciência comunitária, fazendo com que sua participação seja maior"* (sic).

De qualquer forma, o importante a reter é a quase inexistência de opositores frontais ao movimento emancipacionista, salvo nas áreas próximas aos limites preconizados, quando estas comunas nutrem o desejo de, no futuro, fazer o mesmo e temem que sua adesão atual se constitua num impecilho futuro.

Submergindo no iceberg.

Porém retornando à metáfora, é na parte submersa do iceberg que se situam os motivos e interesses enraizados em posse e poder que conduzem a um uso político do território. Ou melhor, reafirmando: quando na consciência territorial predomina um, ou mais de um dos três critérios: posse, poder ou autonomia meramente administrativa, esta territorialidade senhorial possibilita um uso político do território. Embora entrelaçada à territorialidade familiar e à cultural, é o uso político do território que melhor expressa a territorialidade senhorial. Esta, por dar vazão a sentimentos e desejos de posse e poder expressos em vivências de pertença ou domínio, propicia relações de dominação e submissão. Aliás, não é por acaso que **domínio** tem como sinônimos *"dominação; posse; grande extensão de território pertencente a um indivíduo ou*

ao Estado; pertença; esfera de atuação" e, etimologicamente, deriva de *domus* =senhor. Já a submissão significa sujeição, dependência...

Nos movimentos emancipatórios sob análise, são frequentemente mascarados os conflitos, dando a impressão de inexistentes, ou quase...Os interesses particulares dos envolvidos ficam subentendidos. Muitos sabem dos mesmos, mas poucos explicitam ou ousam fazê-lo ou colocar-se contra ou a favor, abertamente. Um dos motivos apontados é o receio de ficar marginalizado na comunidade. Exceções a este comportamento, a bem da verdade, foram os depoimentos de apenas duas pessoas! Uma delas, integrante de uma das comissões, declarou abertamente que pensa nos seus próprios negócios e que a emancipação só irá melhorá-los, bem como beneficiar seus filhos. Esta mesma pessoa, segundo depoimentos, após o plebiscito favorável e antes das eleições, foi pressionada a sair do seu partido (PDT) para desmoralizá-lo.

Outra declaração explícita de interesses próprios foi de uma professora de primeiro grau que, após várias justificativas sobre a falta de condições do distrito, acabou afirmando que, caso o distrito se emancipasse, sua escola seria considerada situada na sede e, conseqüentemente, ela perderia o adicional de salário por difícil acesso. Os interesses geralmente subjazem sob a capa de objetivos de uma lógica irretorquível: o bem comum, o progresso e o desenvolvimento para o território. A "Esquina", o "Rincão", o "Distrito", enfim o território, recebe uma identidade própria na medida em que serve à expressão de identidades pessoais amalgamadas numa identidade coletiva de variados matizes de consciência territorial mesclados a impulsos de posse, de poder, de autonomia, de solidariedade e até mesmo de indiferença ou de alienação ao problema.

Para desvelar os interesses implícitos que integram a parte submersa do iceberg, pareceu-me um caminho interessante fazê-lo através de seus personagens, contrapondo seus pontos de vista a respeito de determinados assuntos relacionados à realidade em várias escalas de análise. Quem são estes personagens? Eles integram vários segmentos populacionais que se diferenciam não só por ocupações e origens sociais e econômicas distintas, como também por visões de mundo diferenciadas e posições políticas distintas, até mesmo dentro do mesmo segmento

social. Foram entrevistados habitantes dos três distritos que depois se emanciparam do município-sede e até mesmo pessoas de fora. Os entrevistados podem ser caracterizados do seguinte modo:

1. **Pessoas Fonte** - ligadas ou não às emancipações, oriundas de segmentos médios urbanos: assalariados do comércio, mas sobretudo do setor de serviços: professores, profissionais liberais, agrônomos, técnicos em educação rural, assessores da Câmara de vereadores ou das comissões emancipacionistas, arquiteto da Fundação Pró-Memória que trabalhava na restauração das ruínas de São Miguel das Missões e divergia dos propósitos da comissão deste então distrito.

2. **Comissões emancipacionistas** - que serão melhor caracterizadas mais adiante, ao longo do texto. Tais entrevistas foram realizadas *antes* das emancipações.

3. **Poder constituído** - compreendendo prefeitos e vice-prefeitos do município-sede e dos novos municípios, deputados, vereadores e ex-prefeitos de diferentes partidos e pessoas influentes formalmente envolvidas no jogo político, tanto no município de origem quanto nos novos, antes e após as emancipações.

4. **Trabalhadores rurais e urbanos** - pertencentes ao município-sede e aos três distritos, entrevistados nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, no interior dos distritos e nas vilas, compreendendo: rendeiros, assalariados rurais, integrantes do Movimento dos Sem Terra e da Associação dos Produtores de Leite e da população suburbana com atividade no setor informal da economia.

5. **Membros das diretorias dos sindicatos dos trabalhadores rurais e associados presentes nos sindicatos.** Tais entrevistas foram realizadas antes e após as emancipações.

6. **Moradores das sedes e periferias dos então distritos e depois cidades; agricultores do interior, compreendendo vilas, "picadas", "esquinas"**(denominações regionais do habitat disperso ou concentrado na área).

7. **Pessoas que poderiam se engajar em pesquisa-ação como o assessor dos sindicatos dos trabalhadores rurais.**

Uso político do território: governantes e governados

Alguns dos interesses políticos e econômicos não explicitados diretamente pelos interessados, mas por interlocutores de outros segmentos podem ser assim sumarizados:

Segundo vários trechos dum depoimento, os problemas dos granjeiros⁹¹ e dos pequenos proprietários são os mesmos, só que os primeiros conseguem ajuda do prefeito. Pedem e este envia as máquinas para consolidar as estradas de terra que escoam a produção do interior."- *Como os coronéis do Nordeste mandam lá, aqui também acontece algo parecido. Eles são "vivos"; são multipartidários... É uma meia dúzia de proprietários que domina o município. Enquanto houver grandes proprietários, muita gente vai ficar sem terras. As pessoas abandonam o campo para baratear a mão de obra nas cidades, ao contrário dos Estados Unidos*".

"O problema das emancipações é um problema político: pessoas que querem ser prefeito, vereador. O interesse "deles" é político. Qualquer colono toma chá de banco, enquanto que num gabinete público impera o respeito". "O trabalhador rural vota naquele que promete o impossível. A mercadoria mais barata é o homem.". "(...) no campo está sobrando gente". Este mesmo entrevistado comparou os trabalhadores do Nordeste brasileiro com os da região de Santo Ângelo: "-os primeiros vivem à cachaça e mandioca. É uma injustiça social! Enquanto que os segundos, trabalham um dia para um, um dia para outro."

⁹¹ Granjeiro - denominação regional para designar os grandes proprietários rurais da área.

"A curto prazo não se percebe uma vantagem imediata (para os que estão tomando a iniciativa da emancipação), mas politicamente, sim. Os que comandam as emancipações tem possibilidades de ocupar a população. Uma vez empregada, esta população terá poder aquisitivo para adquirir os terrenos". A esse exemplo de "territorialidade senhorial" se junta este: - *"As emancipações interessam para proteção dos bens particulares "deles" (referia-se aos grandes proprietários). O que resultaria do trabalho deles seria, a partir da emancipação, aplicado no local ou perto do local do seu domínio. Os benefícios que viriam com esta aplicação de recursos para o local, seriam: hospital, bancos, escolas, estradas, eletrificação. Com isso, viriam mais empregos, as suas vendas seriam maiores, etc..."*

"O maior interesse dos líderes de Entre-Ijuís é político, que conduzirá ao econômico. Além de desejarem o poder, os líderes querem uma descentralização administrativa. Se tu observares com atenção, no interior quem tem o poder econômico detém o poder político".- "Em geral as emancipações servirão às classes mais abastadas, que tem contato com a vida urbana. Eles tem domínio ideológico sobre a população. Porém, vão trazer infra-estrutura para os distritos". Outra percepção convergente sobre o interesse oligárquico: - *"Com a emancipação, Entre-Ijuís fica na mão deles econômica e politicamente".* Ou ainda: *"(...) há interesses em cargos políticos, pessoas que não se elegeram vereador nas últimas eleições. Outros adquiriram imobiliárias, como o presidente da Comissão (o atual e primeiro prefeito é seu irmão e também dono do cartório).- "Há interesses no Plano Diretor."* O entrevistado referia-se a um vereador do PFL pelo então distrito e que é grande proprietário rural e dono de grande extensão de terras urbanas, e deseja, atualmente, que a prefeitura realize melhorias urbanas: calçamento, asfalto. Estes o beneficiariam, pois tenciona fazer um loteamento e colocar terrenos valorizados à venda. O mesmo, agora ex-vereador, segundo vários depoimentos esteve envolvido no escândalo do "adubo-papel" e à época aspirava, com a emancipação, tornar-se prefeito do novo município. Segundo outros depoimentos, há indícios de que ele chamou as tropas do exército para intervir contra a manifestação dos agricultores em protesto à política agrícola, em março de 1987.

"-Haverá também interesses atendidos pelo nepotismo, onde cargos do segundo escalão serão ocupados por filhos, parentes e amigos do prefeito, ou seja: órgãos do governo serão administrados por familiares e correligionários". Em outras palavras, o seguinte depoimento confirma o anterior: *"Quando o município é autônomo, todos passam a meter a mão no dinheiro".*

Os interesses econômicos dos granjeiros foram explicitados com clareza por um entrevistado: *"- São favoráveis à emancipação porque haverá melhorias na infra-estrutura urbana e as terras rurais e urbanas tornam-se mais valorizadas. A valorização decorre dos serviços públicos que são implantados com a criação de um município, como, por exemplo, a comarca, cartórios, etc. A criação de um novo município abre a perspectiva de descentralização judiciária".* Um outro depoente assim se exprime: *"Desconheço os interesses políticos dos granjeiros. Talvez a ascensão ou o "status" social possam ser considerados como hipótese".*

A mescla de interesses políticos e econômicos dos "poderosos" detentores de capital comercial e fundiário nos territórios, explicita-se nestes dois depoimentos: *"Os interesses são particulares. Os Ugeri têm a maior parte do comércio nas mãos, indústria e granja. Eles vão ter a fatia maior e mais cedo ou mais tarde vão pleitear cargos políticos."* Sobre São Miguel, um outro entrevistado aludiu à possibilidade de que, futuramente, os Nascimento queiram instalar um posto de sementes.

O patrão⁹² do Centro de Tradições Gaúchas de uma das localidades do interior de um dos distritos, perguntado porque os integrantes da Comissão estavam tão interessados na emancipação e o que faziam pelo povo, pela comunidade, respondeu: *"- Decerto que tem interesse político! Os que são proprietários querem se beneficiar, valorizar seus bens e negócios. O povo mesmo apóia por causa da questão de Entre-Ijuís".* (Referia-se a uma rivalidade territorial por emulação e competição com o distrito citado). *"As lideranças vão procurar o apoio do povo no início".*

⁹²Denominação dada ao dirigente máximo de um C.T.G. - Centro de Tradições Gaúchas

No que respeita a segmentos sociais de renda inferior, "o ponto de vista da população é de concordar com a emancipação: eles acham que vai melhorar; vão conseguir emprego". Esta opinião é confirmada por uma estudante: "A emancipação é melhor por causa de emprego. Eu quero continuar os estudos na cidade, fazer faculdade de informática. Lá no colégio a preocupação é com emprego: - todos são a favor." Como se pode verificar, a expectativa não apenas econômica mas da incorporação do moderno está aí presente. Interessante é confrontar esta afirmativa com a de uma professora que se dizia contrária à emancipação. Um dos seus argumentos é que ia alimentar o empreguismo com cargos na prefeitura.

Um pequeno agricultor de Novo Porto Alegre, localidade de Eugênio de Castro, plantador de soja, trigo e feijão, com 12 a 15 hectares, antecipando os futuros benefícios disse: "- Os moradores de lá são favoráveis à emancipação de Eugênio de Castro. Só no falar sobre o assunto, já brotou⁹³ a infra-estrutura!" (Surgiu um eletricitista!). Já o interesse de um pequeno agricultor que se inclui na denominada por ele "classe produtora", é bem mais reduzido e ilustrador do apoio ativo ou tácito às emancipações: "-A classe produtora se beneficiará. Isto interessa muito ao produtor. Se a gente tiver duas máquinas para "patrolar" as estradas, já melhora."

Um exemplo expressivo de valer-se de um cargo público em benefícios de seus interesses próprios não declarados é o de um integrante de uma das Comissões Emancipacionistas e atual secretário de obras do novo município e proprietário da única oficina mecânica do lugar. Ao assumir o cargo, fechou sua oficina. Decorrido um ano de administração, a única rua asfaltada na sede é aquela em que mora e onde tem sua oficina mecânica. Segundo um funcionário na Câmara, ele pretende sair da prefeitura.

A este propósito, um aspecto interessante do uso político do território está nas contradições entre o discurso e a prática política, mais tarde confirmada por fatos. Dois exemplos servem de ilustração. Um vereador de um dos então distritos pretendentes à emancipação, declarou: "- Meus compromissos com a comunidade de Eugênio de Castro são

⁹³O grifo é meu para sublinhar a originalidade da expressão

maiores que meus interesses particulares". Vários entrevistados declararam, espontaneamente, que ele não se empenhava muito na emancipação. Tinha base eleitoral lá, mas com a emancipação perderia o mandato na Câmara de Santo Ângelo e teria que concorrer novamente, caso quisesse continuar como vereador do novo município.

O conflito político

A contradição entre discurso e prática pode ainda se apresentar assim : - "*Nós na Comissão, somos a-partidários. Queremos é o progresso do município. Ninguém discute cargos*". A-partidário assume o significado de neutro, imparcial. Outro depoimento para incitar a emancipação, conclama: - "*Devemos nos unir, independente de partidos, em defesa de nosso território*". O presidente da Comissão ainda acrescentou que a emancipação assemelha-se a uma campanha eleitoral e foi justamente ele, segundo depoimentos de um grande número de entrevistados, quem iniciou o movimento emancipacionista devido a conflitos partidários e disputa eleitoral em que saiu derrotado pelo então prefeito de Santo Ângelo. Segundo este, o conflito político assim se manifestou: Houve duas legendas no PDS para a eleição à prefeitura de Santo Ângelo. A legenda derrotada iniciou o movimento emancipacionista. Quem está na comissão deseja o poder pela derrota sofrida nas eleições de 1982. Eles indiretamente detonaram o movimento nos três distritos. Os líderes de Entre-Ijuís iniciaram o movimento emancipacionista com a compra da rádio Santo Ângelo, onde faziam oposição ao governo municipal. De acordo com alguns entrevistados, o revide veio através do apoio do prefeito ao movimento emancipacionista de Eugênio de Castro. "*Predomina o interesse político. A prefeitura de Santo Ângelo não concorda com a emancipação de nenhum dos distritos. Eugênio de Castro foi "jogado" pela própria prefeitura para atrapalhar as outras emancipações*". Outra versão é a de que "*Eugênio de Castro entrou neste movimento com "segunda intenção": a de prejudicar Entre Ijuís, pois teriam que se emancipar ou fazer parte de Entre Ijuís*".



DISTRITOS DE S. ÂNGELO ANTES DAS EMANCIPAÇÕES

São Miguel - predomínio de grande propriedade (1.000 à 10.000 ha)
Eugênio de Castro - pequena e média propriedade (- de 10 à 500 ha)
Entre-Ijuís - predomínio de pequena propriedade (- de 100 ha)

Fonte:
- Jornal dos Bisões, encarte "ENTRE-
-IJUIS" s/ data
Mapa sem escala

A disposição de barganhar o território por cargos políticos também aparece, naturalmente, com a detenção do cargo mais elevado pelo proponente: *"Quando Eugênio de Castro perceber que não vai conseguir sozinho, então virá se juntar conosco. Já existe um grupo na comunidade de Eugênio de Castro que está disposto a negociar com a gente. Nesse caso, Entre Ijuís colocará o prefeito e Eugênio de Castro o vice."* Na versão de um vereador de Santo Ângelo pelo PMDB: *"A campanha (de EC) surgiu mais como uma oposição ao movimento de Entre Ijuís. Em Eugênio de Castro há o seguinte princípio: "dividir para reinar". Politicamente, partidariamente falando, existem regiões que são uma facção partidária. Em Entre Ijuís há um equilíbrio partidário, enquanto que em Eugênio de Castro destaca-se o PDS. Finalmente, em São Miguel há um certo equilíbrio com um leve predomínio do PDS."* Ainda sobre a questão partidária, assim se manifestou um professor: *"A situação sempre esteve no poder aqui. Criou-se então um clientelismo político muito forte na região. A falta de controle sobre o orçamento do município facilitou a manipulação das verbas na manutenção dos currais eleitorais".*

Eleitos e uso político do território

Outro depoimento elucida sobre o uso político do território em favor da territorialidade senhorial: *"Os líderes perceberam que podem deixar de ser cabos eleitorais. Os mesmos deputados que participam dos outros processos de emancipação, continuam agindo nestes movimentos."* Um vereador, comentando as chances de emancipação, confirma este ponto de vista: *"Ainda mais: é ano político e os deputados estão correndo atrás de votos. A idéia da Assembléia é que quanto mais municípios, melhor! Para os deputados, quanto mais municípios, melhor, pois aumenta o número de eleitores."*

Vários outros depoimentos pré-emancipações aludem a este envolvimento de deputados estaduais que chegam a participar de reuniões das Comissões Emancipacionistas ou de assembleias locais a convite daquela. Um deputado, que já fora prefeito do município de origem e é primo do ex-presidente de uma das Comissões e do atual prefeito de um dos municípios, foi

procurado e também participou de reuniões nos então distritos a convite das Comissões. Atualmente, este deputado preside no Estado, um dos bancos integrantes do sistema financeiro federal, nomeado pelo Presidente da República.

A territorialidade familiar também contribui para o uso político do território como é o caso de um vereador de um dos novos municípios. Embora de atuação inexpressiva na comunidade, ele foi um dos mais votados, por conseguir os votos não só dos familiares próximos como de grande número de parentes afastados. Segundo depoimentos de outros, espontaneamente ratificado por ele, *"elegeu-se por causa dos parentes"*. E quanto mais para o interior do município, onde os contatos são mais assíduos, embora com poucas pessoas, mais vale a regra de que o voto é no conhecido, no parente, no amigo, e não tanto no partido. Para se eleger, se muda de partido se for preciso, como aconteceu com o prefeito eleito num dos novos municípios. Como disse alguém referindo-se a outra situação: *"Os eleitores de Entre Ijuís votam no indivíduo e não na ideologia do partido político. Acordos entre os partidos podem ocorrer para que no início não haja nenhum "racha" na futura prefeitura"*. Talvez por este motivo, a territorialidade familiar se mescle tanto com a senhorial, como se verifica nos exemplos a seguir.

A gênese do movimento emancipatório de um dos distritos, caracteriza nitidamente quando são acionadas manifestações de territorialidade familiar e senhorial onde sentimentos de emulação e posse são o móvel: *"O movimento iniciou quando os outros distritos começaram a se mobilizar. O fato que eclodiu o movimento foi a medição feita por Entre Ijuís, onde eles pegaram 15 km do território de São Miguel"*.

Manifestações de territorialidade senhorial ficam muito nítidas mesmo após a instalação das novas prefeituras. Um dos prefeitos, que também é o dono do cartório e irmão do dono da imobiliária local, tem como seu funcionário substituto no cartório, o vereador que é o atual presidente da Câmara Municipal. Em casos de compra, venda e regularização de escrituras, quem avalia os terrenos é a prefeitura e também é o cartório. (Observei de passagem que um ano após a instalação do município, havia vários processos de compra e venda na prefeitura, inclusive em nome do vice-prefeito e de vereadores do partido da situação). Se antes da

emancipação havia impedimento para regularizar a situação dos terrenos urbanos, seria de esperar que este fosse um dos primeiros trabalhos demandados à prefeitura. Porém, não cheguei a apurar até onde se tratava duma ação legal com acesso igual a todos os interessados ou de favorecimentos pessoais.

Uma manifestação concreta simbolizando muito bem a territorialidade senhorial, é que o local onde funciona a prefeitura é uma construção residencial de propriedade da família do prefeito, ao lado de sua residência, retratando expressivamente a mescla entre público e privado existente no Brasil. Tal fato me levou a pensar num uso político simbólico de territorialidade senhorial, em que pese uma eventual justificativa racional para a utilização da residência.

Porém a territorialidade senhorial consegue outras formas de expressão no próprio estilo de administrar. Com a chamada abertura política e democrática em vigência nos últimos anos no país, ao que parece os segmentos sociais mais conservadores, que antes empreendiam o que julgavam conveniente de uma forma claramente autoritária, hoje buscam seguir e realizar (em parte) o discurso das esquerdas. No presente exemplo isto se materializa na promoção de reuniões nas localidades para ouvir a população, atender reivindicações sociais mais prioritárias como funcionamento de escolas e estradas. Mas o que parece subsistir é um autoritarismo camuflado pela "política de favor". O serviço de saúde, - uma necessidade premente reivindicada pela população, parece que é usado como uma forma de deter poder. Para o atendimento no posto de saúde quem distribui as fichas é a prefeitura e são só cinco fichas por dia, sem buscar outras formas de ampliar o atendimento.

Ainda há formas muito egóicas de administrar. Como esta, há também o caso das sementes de milho brotadas doadas pela firma que as comercializa e que o vereador do partido da situação leva para a prefeitura e o prefeito "fatura" politicamente a sua distribuição pelo rádio.

Foi possível ainda perceber uma atitude servil dos funcionários mais humildes, que são deixados ficar bastante tempo à porta, esperando ser atendidos, às vezes para uma simples pergunta, tanto no caso do prefeito como no de sua esposa. Também presenciei um tratamento "senhorial" a uma velhinha, moradora do interior que fôra à prefeitura, quase ao final do

expediente da manhã, para solicitar auxílio na desobstrução de um poço. Após esperar algum tempo de pé, na parte externa, para ser tendida - não havia mais ninguém além do prefeito, que já ia se retirar - esta ao lhe agradecer, afirmou que Deus ia lhe dar também. A resposta do prefeito foi irônica: "*E por que sou eu e não é Deus que vai lhe dar?*" Em suma, os exemplos arrolados apontam para o exercício de uma política de favor, sem qualquer preocupação em desenvolver uma consciência política independente de si, aliás, muito ao contrário!

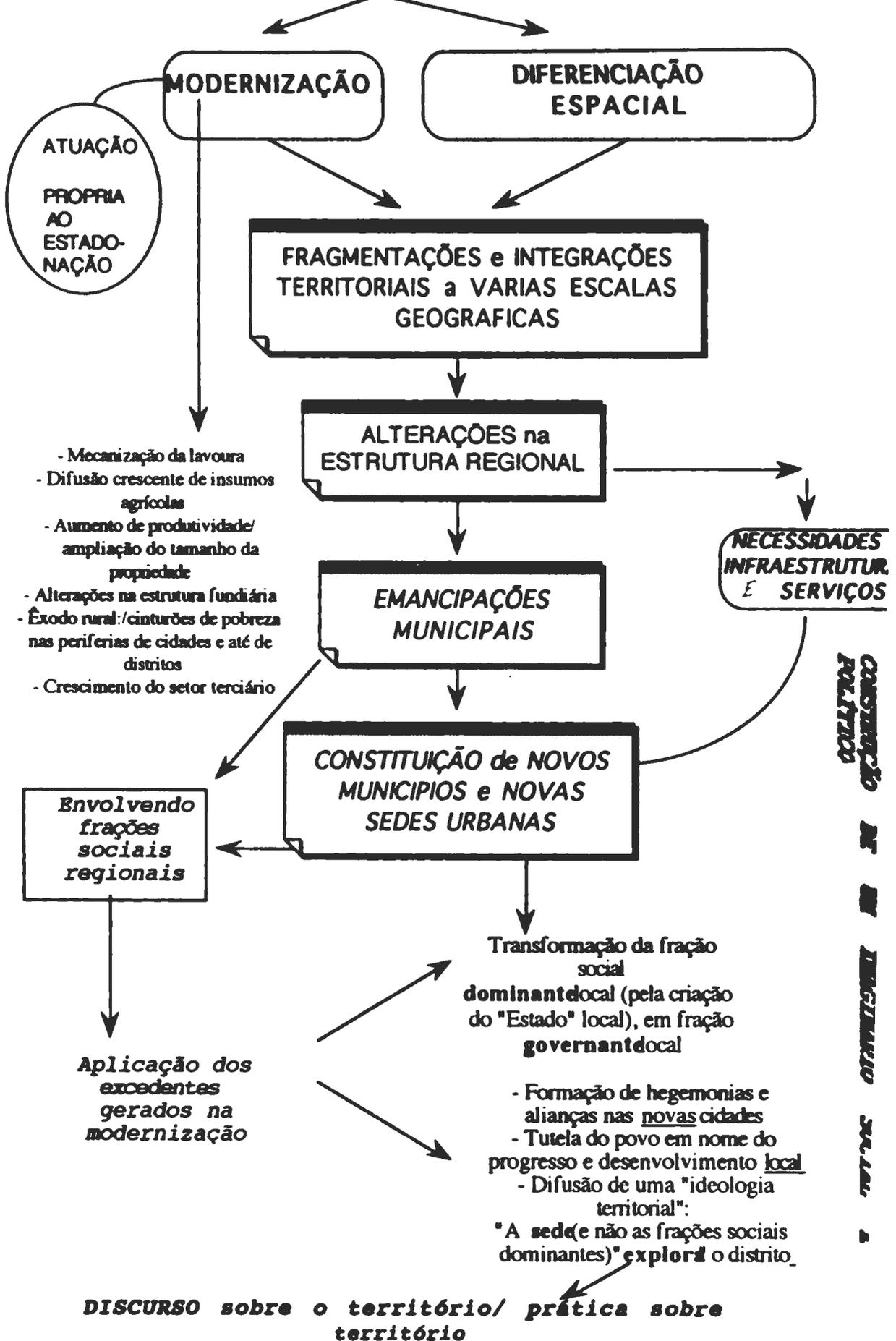
Por questões políticas - partidárias ou não - há interesses divergentes pelo poder, entre as chamadas "lideranças locais". Por deter todos os serviços administrativos do município, a sede tem mais despesas públicas, incluindo uma folha de pagamentos que arca com os aposentados. Como a distribuição dos recursos é desigual também por motivos políticos entre os diversos distritos de um município e entre eles e a sede, este passa a ser um forte argumento durante a campanha emancipacionista para apontar o abandono do distrito e demonstrar que a "sede explora o distrito" auferindo os recursos por ele gerados em termos de arrecadação tributária. "*Já que não há retorno sobre o que é arrecadado, então os distritos percebem que estão "mantendo a metrópole"*", segundo um dos entrevistados.

Numa área sujeita a um processo de modernização agrícola como esta e em que, com o grande predomínio da soja como produto de exportação, existiam informações diárias nas cooperativas sobre a cotação deste produto na Bolsa de Nova York, é interessante observar que nunca nas entrevistas, nem sequer uma das transformações relativas à mundialização da economia, foi mencionada pelos entrevistados de qualquer segmento social. Aliás, sobre as transformações que se operam a nível mundial, a única manifestação, e espontânea, foi do então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Ângelo que, referindo-se aos eventos da Europa de Leste, comentou que a situação não seria daí para diante das melhores, nem para o Brasil nem para a América Latina como um todo, pois os olhos do mundo estariam voltados para lá e não para nós.

Porém, à exceção deste depoimento, aparentemente há uma quase total ausência de percepção de uma realidade mais ampla e mesmo a atuação ao nível do estado nacional. Dentre

os entrevistados de todos os segmentos, esta última só se evidenciou nas entrevistas com a direção dos sindicatos dos trabalhadores rurais e na sua atuação nas discussões sobre a política de preços agrícolas do governo federal, em reuniões com seus sócios. Isto se devia, no caso, a uma militância política na atuação destes sindicatos. O que foi até aqui apresentado, poderá ser visualizado no mapa conceitual que segue.

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS e POLITICAS NACIONAIS e MUNDIAIS



Estas reflexões iniciaram com uma pergunta de caráter mais geral sobre as alterações que estariam se gestando. Sobre as transformações econômicas e políticas que tem se sucedido no cenário internacional e nacional, - das quais uma das mais apontadas ultimamente tem sido a mundialização da economia e sua repercussão sobre os espaços locais - não caberia aqui uma análise. Contudo cabe recordar que uma de suas expressões no território é a modernização das estruturas econômicas. Ou em outras palavras: as alterações que poderíamos incluir sob o título genérico de modernização, ainda que mediatizadas pelo estado nacional, tem repercussões sociais, econômicas e políticas a nível local.

No norte do Rio Grande do Sul especialmente *"a década de 60 caracterizou-se (...) por uma alteração básica no sistema produtivo agrícola, engendrada pelo redimensionamento dos tradicionais mercados desta região e por uma política creditícia oficial, induzindo a especialização na produção de trigo e soja. O progressivo uso de financiamento bancário(estatal, e ultimamente, também particular), a mecanização da lavoura, o uso de adubos e corretivos do solo, produzem uma mudança ao nível da quantidade e da qualidade da produção agrícola, tornando os agricultores consumidores, em grande escala, dos mercados urbanos, mormente em épocas de safras rentáveis. As cidades passam a equipar-se em função das novas exigências criadas por este redimensionamento da economia colonial. Os serviços e o comércio passam a melhorar em qualidade e a crescer em número, estruturando-se num espaço urbano mutante que abriga , agora, também uma população atraída de outros centros e de vilas menores: ex-proprietários de minifúndos "improdutivos" e migrantes do espaço rural. Acontece na região, com uma infraestrutura progressivamente mais eficaz, o fenômeno da urbanização da economia agrícola.(Ruckert,op.cit.:27)* E ainda relembra o autor ter sido neste período que se evidenciaram as relações de dependência da região, atrelada à política de exportação, caracterizando o que Milton Santos denominou de espaço derivado e periférico.

No bojo das transformações encetadas pela modernização entranham-se também as transformações culturais que afetam o estilo de vida nas cidades, mas também no meio rural, na

medida em que as comunicações encarregam-se de difundir-los pela mídia . Estas são literalmente as "antenas". Cria-se assim um efeito demonstração propício à criação de novas cidades, pela expectativa da oferta real ou simbólica, das facilidades da vida urbana.

Há porém um outro fator vinculado à modernização, quase nunca enfatizado nas análises dos movimentos emancipatórios. Busca-se aqui acentuar as repercussões de ordem político-econômicas, demonstrando que uma das facetas da modernização atuante, mas nem sempre explícita nos processos de emancipação, é o envolvimento de frações sociais locais dominantes, interessadas na instalação do "estado" local, para transformar-se em frações governantes nesta esfera administrativa com vistas ao poder no município e também a facilitar a aplicação a este nível, dos excedentes gerados na modernização.

Com este fim é perceptível a construção de um discurso apoiado freqüentemente na difusão de uma ideologia territorial, visando a um uso político do território. Evidentemente não se nega a existência de carências reais em recursos de infraestrutura das populações do interior destes distritos e que emergem como forte argumento, mescladas a este discurso.

Territorialidade cultural, uso político do território e conflito

O uso político do território pode assumir também uma feição utilitária em relação à territorialidade cultural, ao passado do território, como à época dos processos emancipatórios. Dois dos distritos faziam questão de ter em seu território, parte das ruínas das Missões Jesuíticas, *"inclusive reconstruí-las para ser um município com bastante turistas"* como declarou um vereador envolvido no movimento emancipacionista, embora ele mesmo tenha admitido que, do ponto de vista histórico seria bom que as ruínas missioneiras estivessem num só território. Esta territorialidade cultural pragmaticamente desvirtuada, aflora em outros depoimentos: *"Se soubermos explorar ⁹⁴ as ruínas, viveremos bem"* ou *"São Miguel é a redução mais importante e mais badalada. Mesmo considerada Patrimônio Histórico da Humanidade, não veio dinheiro algum da UNESCO. Na prática, ser declarado "Patrimônio Histórico da Humanidade" não trouxe mudanças para São Miguel"*. É esta visão pragmática de sua territorialidade que conduzia alguns ao desejo de reduzir a área tombada de 16 ha em volta das Missões e de construir uma rua asfaltada no sítio arqueológico, bem em frente às Ruínas e levou outros, há alguns anos, a remover o cemitério jesuítico ao lado da velha catedral. Mais recentemente levou-os a conseguir a construção de um posto policial e de um posto de informações turísticas, de cimento, em forma de oca, na área bem próxima às Ruínas. (Mais tarde foram desmanchadas, creio que por ingerência da Fundação Pró-Memória).

A territorialidade cultural pragmática parece também espelhar-se na percepção de posse e cobiça do território vizinho: *"-As Ruínas de São Miguel dão muito dinheiro"* - numa espécie de reedição atualizada dos mesmos impulsos de posse e poder do passado. Ou ainda, refletir-se em projetos futuros do então pretendente a prefeito: *"Deveria ter um pórtico, já que é um grande espetáculo: -"Som e Luz"."* Tais projetos originaram um conflito de territorialidade cultural à época do processo emancipacionista. Sobre o conflito entre ele e o arquiteto da Pró-Memória,

⁹⁴ O grifo é meu.

em torno do "uso" das Rufnas, assim se expressou o vereador, aspirante a futuro prefeito: *"Ele (o arquiteto) quer mexer da cerca para fora. Lá dentro eu até pego na picareta para ajudar a arqueologia. A prefeitura é que limpa lá dentro. Há confusão entre os funcionários do Patrimônio e os da prefeitura".*(referia-se às ordens recebidas).

Segundo o outro adversário no conflito de territorialidade cultural, o arquiteto da Pró-Memória: *"Em São Miguel quem domina o território⁹⁵ são os integrantes do CTN (Centro de Tradições Nativistas). Nota-se claramente a influência desta entidade no distrito, pois em 1973-74 São Miguel era de um jeito. As pessoas continuam as mesmas, só que com as mentalidades bastantes diferentes. 80% dos moradores de S.Miguel são de opinião que o Patrimônio é um entrave ao desenvolvimento do distrito. Concordam com o vereador que a administração deva moldar-se aos padrões tipicamente urbanos, seguindo um modelo tradicional das cidades brasileiras".*

Para demonstrar o aspecto peculiar de São Miguel, o arquiteto me fez notar que todas as localidades do Rio Grande do Sul tem um CTG; só S.Miguel que não, pois tem um CTN. Ou seja, em vez de um Centro de Tradições Gaúchas, há um Centro de Tradições Nativistas. Em que pesem possíveis justificativas lógicas, sem dúvida, esta é uma afirmação muito peculiar de territorialidade cultural! Poder-se-ia acrescentar: o tradicionalismo a serviço do "bairrismo" como afirmaria o senso comum, mas que poderia ser visto como um desejo de diferenciação espacial. Aqui as estou tomando como manifestações de territorialidade cultural, que também abrangem outras como a tentativa desastrada de querer modificar as coisas em nome do progresso com a construção das ocas de alvenaria no sítio arqueológico, pelo movimento comunitário interligado ao CTN. O movimento comunitário mandou construir, o arquiteto mandou desmanchar, gerando-se assim um conflito de autoridade.

Mas a territorialidade cultural pragmática pode ainda se expressar mesclada a uma consciência das carências. *Acho que sem indústrias não tem emprego. Esta coisa de Patrimônio*

⁹⁵O grifo é meu.

da Humanidade não dá emprego prá ninguém. A vila não ganha com isso. É do governo. O povo que vem aqui é só pra ver "as pias de pedra". O dia que todo o mundo já tiver visto, o que vai acontecer? O povo daqui quer tudo. Aqui não tem nada!

Outra face da territorialidade cultural pragmática a serviço do uso político do território a uma outra escala espacial, pode ser vislumbrada no seguinte depoimento de uma professora universitária, antes das emancipações: *"Na região está havendo um movimento crescente pela municipalização, por mais autonomia e, com isso, maior coesão interna para os municípios e, em consequência, um maior fortalecimento da unidade administrativa. Isto é detectável pelo surgimento e disseminação dos conselhos municipais como forma de neutralizar os pedidos de emancipação, de reforma tributária imediata, de correntes pró-parlamentarismo, etc. Há uma procura geral por voz mais ativa a nível local."* Esta afirmativa parece encontrar comprovação três anos após, quando se percebe a proliferação de um associativismo formal, especialmente através de entidades específicas de estamentos burocráticos do Estado: - uniões de veradores, associações de legislativos regionais, de prefeitos, de secretários municipais de educação, de fazenda, de administração, etc. Em outras palavras: a criação de "tribos" que se reúnem periodicamente, aglutinando interesses do poder burocrático em redes institucionalizadas.

Dois exemplos de uso político da territorialidade cultural em seu aspecto simbólico foram proporcionados por dois personagens. Um deles, o vereador que incentivava a emancipação do futuro município e depois candidato (derrotado) a prefeito. Ele, na ocasião da entrevista, tinha em sua casa, emoldurada na parede uma foto sua em um desfile público de 20 de setembro, comemorativo da Revolução Farroupilha, montado a cavalo, vestido de Sepé Tiaraju, com um lunar na testa, evocador da figura legendária das lutas territoriais do passado.

O outro, ex-prefeito, advogado e dono de imobiliária no município sede, tinha em seu escritório também uma foto sua, porém vestido de militar, em desfile de caro aberto, de pé, com a mão estendida e erguida. Enfim, a utilização de comemorações tradicionalistas e cívicas e dos

espaços simbólicos e culturais dos CTGs que tem força na região, para a causa emancipacionista é reveladora do uso político da territorialidade cultural.

Finalmente, o uso político do território também aparece numa espécie de "solidariedade pragmática". Há interesse em que se emancipem os distritos vizinhos. Embora concorrentes nas disputas territoriais, sua emancipação é necessária. Assim se evita que a divisão territorial não se proceda com descontinuidade. Daí advirem impedimentos geográficos de ordem legal à emancipação do próprio território reivindicante ao qual é vedado romper a contigüidade espacial do município de origem.

Oposição: manifestações de territorialidade familiar ou recusa da territorialidade senhorial

Poder-se-ia perguntar: - há quem esteja contra as emancipações? Sim, há, embora tenha sido difícil saber. De acordo com um ex-prefeito de Santo Ângelo, o Clube dos Diretores Logistas e a Associação Comercial e Industrial se manifestaram contrários às emancipações. Provavelmente, suponho, pelo temor da instalação de estabelecimentos comerciais concorrentes nas sedes dos novos municípios, que viessem reduzir sua área de influência.

Um outro receio manifestado por alguns habitantes dos distritos, é que a emancipação com todas as despesas de instalação dos serviços públicos e da prefeitura, aumentasse os impostos. Um único entrevistado que se manifestou francamente contra a emancipação, renteiro e agricultor de Vila Seca, no interior de São Miguel, afirmou: "*Os "homens" se acharem que têm condições, vão fazer a emancipação. Mas quem vai sair prejudicado é o povo. Eles dizem que vão conseguir os benefícios, mas como conseguir? Essa gente quer é cargos políticos prá tirar vantagens. Eles virão "carcá" imposto no povo prá poder fazer alguma*

coisa. Aqui não tem nada. O que arrecada de ICM não vem quase nada pra cá. Eles ficam com quase tudo!" (Referia-se aos governos federal e estadual). *"O benefício vem só pros "grandes". É tudo em benefício próprio o que eles estão fazendo! Se sair a emancipação, o povo vai sofrer. Não tem verbas pra fazer nada. A pouca que tiver vai ser prá pagar o prefeito, os vereadores e funcionários. Não vai sobrar nada pra nenhuma obra!"*

Outras manifestações contrárias ligam-se a problemas de acessibilidade como em Rincão dos Pires, na divisa de Jóia, em que os moradores queriam ficar pertencendo a Jóia e não a S.Miguel, porque este é mais distante que aquele e tem menos recursos. Isto não significa que a territorialidade como pertença baseada num critério de acessibilidade não possa assumir um aspecto de concordância. À pergunta sobre o que achava da emancipação, um depoente respondeu: *"Acho uma boa, pela distância que estamos da sede... Também vai pegar um bom pedaço de chão. O município vai ser grande!"*

Já em Vitória, localidade também situada na divisa entre Santo Ângelo (o município de origem) e Entre Ijuís, a territorialidade familiar, enquanto pertença, dos habitantes, estava exacerbada, por quererem preservar uma futura emancipação própria. Numa reunião da comunidade no salão paroquial da localidade, presentes trinta pessoas, à primeira pergunta assim se adiantou o sub-prefeito em nome de todos: *"Aqui no distrito de Vitória, ninguém quer pertencer a ninguém! Só a Santo Ângelo! Nós já decidimos! Vamos entrar com mandato de segurança se alguma porção de nosso território for atingida!(...) Não queremos pertencer nem a S.Miguel (- se eles tem condições, nós temos mais!) nem a Entre Ijuís!"*

Esta territorialidade de pertença ou afiliação negativa guarda similitude com o que Oliveira(1976), estudando a identidade pessoal e a identidade social, e em especial a identificação étnica, apresenta como identidade contrastiva, na medida em que acentua a afirmação do nós diante dos outros. Para este autor "quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente."

(Oliveira,1976,5).Mas esta territorialidade de afiliação ou pertença negativa assume também o seu lado de solidariedade pragmática: *"Nós aqui, precisamos de muitas coisas como posto de saúde..Hospital é difícil; é mais para o futuro... , colégio..Estamos torcendo prá que os outros distritos se emancipem. Vai ser bom para nós. Vai ter mais recursos, toda a região vai se desenvolver...O que interessa mesmo é que nós já estamos decididos. No plebiscito se tiver 1000 pessoas para votar, vão ter 1000 votos "não" na urna! Do Urubucarú e Ijuizinho prá lá, podem pertencer prá quem eles quiserem. Nós, não! Nós ficaremos com Santo Ângelo!"*

A territorialidade senhorial como pertença pode encarar a emancipação como uma desintegração territorial, uma quebra de lealdades ou um prejuízo para o município de origem: *"Todo o Santo-Angelense deve preservar o seu município. Vai haver perda de dois terços do seu território. Tem que haver uma negociação. Acho que Santo Ângelo não deve ceder mais que 40% da sua área. Além disso, ficaremos com todas as vilas (de malocas) e os aposentados. Por estes motivos acho interessante a negociação. Caso aconteça o contrário, Santo Ângelo deve fazer um movimento contrário!"* (Ex-prefeito, advogado e dono de imobiliária). Esta mesma noção de perda e prejuízo também foi repetida por outro depoente: *"o que fica para nós é o pior: os aposentados e as vilas de malocas"*. Constatação que deixa entrever a percepção de sobrecarga advinda de uma situação social negativa, mas que em nenhum momento é situada num contexto mais amplo, a respeito das questões sociais do país.

Após as emancipações, um ex-integrante da Associação dos Produtores de Leite e atualmente fiscal da Prefeitura de Santo Ângelo, externou sua indignação sobre os prejuízos de Santo Ângelo, acrescentando a estes uma denúncia que fará sobre os moradores de uma vila de malocas perto do rio que *"...nem são daqui. A prefeitura de Guarani das Missões paga o transporte : são caminhões que "despejam " gente. Esta gente, além de não pagar impostos, - o que faz aumentar os impostos dos que pagam - ainda polui o rio com o lixo deles!"* Ao que o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais lhe retorquiu: *"Eles não tem nem o que comer, como é que tu queres ainda tocar multa em cima deles?!"*

A alienação da territorialidade

Além de um desvelo dos motivos e interesses dos que estão favoráveis ou contrários às emancipações, há ainda o que se poderia chamar: uma **alienação da territorialidade**, envolvendo atitudes de indecisão, negação de interesses ou indiferença.

A alienação da territorialidade enquanto indiferença, mostra um sujeito que se posta de fora. Ele é um observador da realidade, como se ela pouco ou nada tivesse a ver consigo. Ele "habita a planície isotrópica". Certamente, não se trata do distanciamento crítico de Brecht. A alienação apresenta-se como um transferir para um outro ou para outros, seus direitos ou interesses legítimos. A alienação é antes de tudo um profundo desrespeito consigo mesmo, um profundo negar-se. Negar de sua própria identidade, do reconhecer-se como construtor de sua própria vida. Esta negação acontece, sem dúvida, com o auxílio de restrições externas cuja coerção consentida se exerce tanto em bases objetivas, materiais, como subjetivas ou, ainda, - o que é frequente - em ambas.

A alienação da territorialidade enquanto indecisão representa fraturas na consciência territorial pelas dúvidas e expectativas de que sejam solucionadas pelos outros. Ela pode ser ilustrada pelo depoimento de um agricultor renteiro de Esquina Redim, interior de Entre Ijuís, antes da emancipação. Perguntado se estava a par e o que achava, inicialmente respondeu que ficou sabendo, mas ninguém os procurou na localidade, a não ser um vereador: "*O pessoal é muito fechado. Não opinam muito sobre isso. O povo é indeciso. Também não sei quais os benefícios que isto traria. O que achas?*" Sua pergunta transfere responsabilidade, na tentativa de desobrigar-se de emitir sua opinião.

Na alienação da territorialidade parece também haver uma mescla de sentimentos de lealdade tácita e de submissão. O indivíduo, embora no fundo saiba, não quer clarear para si mesmo, para não ter que assumir posições. É mais fácil transferi-las para um outro. Perguntado sobre o que o patrão achava, ele respondeu: *"Ele acha que a emancipação vai favorecer mais o pessoal da vila: os Uggeri, o Pizzolotto, etc. Eles estão lidando para levar o Banco do Brasil prá lá. Já tem um dentro da firma, mas só dois caixas para receber depósitos, pagamentos de luz, etc...Tinha antes o Bamerindus, mas fechou depois do Plano Cruzado"* (Um ano pós a transformação de Ente Ijuís em município, já havia uma agência do Banco do Brasil com sede própria). Perguntei-lhe então: "Se sair a emancipação, como isso pode afetar sua vida?" - *Depende dos "homens". Não sei...Vão começar sem nada, sem patrola, sem nada mesmo! Só que os "dinheirudos" de Entre Ijuís vão fazer promoção: alguns bailes nos núcleos das comunidades prá comprar viaturas de polícia..."* - E de quem partiu a idéia da emancipação?" - *Não sei de quem, se foi de algum vereador...O primeiro que convidou para participar da reunião foi o seu Pizzolotto, mas eu não fui à reunião*. "Desconfiado...No início, disse que ninguém o procurara!

"- Por que o interesse deles? O que fazem pelo povo? Que interesses pelo povo? Que interesses pessoais? A emancipação tem a ver com a luta dos "Sem Terra" ou com a reclamação dos plantadores para o governo?" - *Não sei. Não tenho idéia.*"

Os interesses e benefícios que ele sabe, aparecem timidamente enunciados na próxima resposta sobre o futuro do distrito daqui a cinco anos, que também deixa entrever o jogo de lealdades mesclado à submissão: *"-Pode aumentar em terrenos, porque pode vir a família para morar na cidade e trabalhar prá fora...Tem uns quantos que já fazem isso. Quanto mais perto do centro, mais caros os terrenos. O Pizzolotto tem muitos terrenos, mas não pode vender, eu acho"*. Digno de nota é este aspecto da modernização da agricultura, que me informaram também existir no interior da França. O agricultor *mora* na cidade - no caso francês segundo o

depoimento, para evitar o isolamento - e faz migrações pendulares ao campo para trabalhar a terra.

-Quem procuraria para conversar sobre o assunto? "*O Polo e o Pizolotto, que são muito meus amigos*". (Ambos os citados eram na ocasião vereadores respectivamente do PDS e PFL e representantes de Entre Ijuís na Câmara de Santo Ângelo).

A alienação da territorialidade também pode se apresentar como a negação de interesses políticos e econômicos presentes. É a escolha de uma atitude servil ou simplória diante da realidade ou de uma atitude de imparcialidade racional, apoiada numa carência de provas. A primeira atitude é ilustrada por um funcionário de um posto de gasolina de um dos então distritos: "*Quem vai ocupar os cargos é mais ou menos o pessoal das Comissões mesmo. Acho que a emancipação favorece a todos. A Comissão está até agora desembolsando dinheiro prá campanha. Não vejo interesses políticos direitos destas pessoas. Eles são gente boa, sabe?*" (O entrevistado parecia muito cauteloso e temeroso de desagradar o seu patrão, talvez por receio de perder o emprego). Até chegou a mencionar os interesses, porém só para demonstrar sua concordância: "*Eles vão querer cargos na prefeitura. Eles são bons. Na minha opinião eles tem condições, o Júlio, o Valdir...O primeiro tem muita terra que vai valorizar com a emancipação e o segundo é comerciante*".

Ilustra a segunda atitude de negação de interesses, o depoimento de um professor e ex-presidente da Associação dos Produtores de Leite: "*É um assunto muito subjetivo. Não tem nenhuma prova de que o que estaria movendo as pessoas seria o interesse particular. Eu tomo o movimento de emancipação como espontâneo e sincero. Não acho, necessariamente, que os representantes das comissões possam ser candidatos a cargos. Podem não ser votados para assumir estes cargos...*" A imparcialidade racional até se "geografiza" na resposta à pergunta: - O que acha que a população do distrito, em geral, pensa da emancipação? "*Aquelas pessoas mais próximas da sede, pensam mais dirigidamente para a sede; as do interior, mais em função dos problemas do interior*".

Por último a alienação da territorialidade pode revestir-se de indiferença. Porém ela não deve ser confundida com uma escolha por não aderir. Em outras palavras: a não participação nem sempre quer dizer indiferença total ou alienação completa da territorialidade. Ao contrário da completa indiferença, ela pode significar omissão como desacordo com o uso político do território que aí subjaz, mas que é de certa maneira percebido como inevitável no atingimento do fim almejado: - a emancipação. Vejamos este depoimento: *"Eles dizem que estão trabalhando pelo povo. Eles não dizem seus interesses, senão não conseguem a emancipação. Acho que não há muito interesse particular assim..."* Interrogado como os moradores do futuro município poderão controlar, fiscalizar o que será feito, a resposta foi: *"Se os eleitos do novo município não esquecerem, pode ser que façam alguma coisa prá melhor. Não sei se vou poder interferir, dar opinião, depende da oportunidade. Tem muito da pessoa escolhida. Esta pessoa, acho que vai ouvir o povo. Depende dela, das possibilidades dela."*

Duas entrevistas numa vila de malocas de um dos distritos, ilustram bem a alienação territorial por indiferença e desinformação, cujas condições materiais de sobrevivência certamente dão a sua contribuição para esta atitude. O marido da primeira entrevistada é tarefeiro, desempregado. Trabalha por dia, quando arranja serviço. Ela fica em casa cuidando dos filhos. Tem um menino de oito anos que não está na escola. Ela tem pena de colocá-lo lá, pois quando menor *"foi doente da cabeça e acha que pode ser "muito puxado" para ele"*. Sobre a emancipação, disse: *"Já ouvi falar pelos outros. Eu não sei quase...(.)Dizem que vai passar para cidade. Uns estão achando que é bom. Os vizinhos falam que vão colocar água, luz ... aqui"*.- Como isto pode afetar a sua vida? Vai melhorar alguma coisa, piorar ou continuar na mesma?" *"Eu não sei se vai mudar"* (Parece que o seu cotidiano não lhe possibilita nem interessar-se, nem compor qualquer perspectiva de melhora).

A outra entrevistada vive no mesmo local. É uma moça, empregada doméstica, que mora com o pai e os irmãos menores. Demonstrou indiferença e desinteresse pelo tema, mas chegou a nomear três pessoas que lá estiveram para saber quantas pessoas havia em cada casa.

(Possivelmente referia-se ao levantamento sobre o número de habitantes, um dos requisitos para a emancipação). Sobre o que pensa o povo e o que ela acha: "*O povo daqui acha que é bom. Eu também. Quando começaram com esta idéia até já arrancaram o cemitério daqui para mais longe. Eles vão construir uma capela para velar os mortos*". Perguntada como a emancipação poderia afetar a sua vida, se melhoraria, pioraria ou continuaria na mesma, a resposta, ainda que demonstrando desinteresse, foi: "*Diz que vai ter hospital. Acho que não tem ninguém contra...*" Como a entrevistada anterior, parece que o peso do seu cotidiano oprime a projeção de qualquer horizonte. Motivos ou interesses: nem econômicos nem políticos. Ironicamente, numa jovem, é o binômio vida (hospital) e morte (afastar o cemitério e ter uma capela para os mortos) que lhe chama a atenção.

Um agricultor a quem também foi perguntado como a emancipação poderia afetar a sua vida, respondeu: "*Acho que fica no mesmo. Pra nós que lidamos com a lavoura, prá nós, só as estradas podem melhorar. Isso é o que a gente precisa.*" Esta quase indiferença, nos três casos, demonstra que quando um movimento social não toca diretamente os motivos e interesses dos envolvidos, conduz, na melhor das hipóteses, à alienação pela indiferença.

A democracia que se pratica

A democracia... antes das emancipações

Para atingir os seus fins, os governantes ou aspirantes ao governo do território, lançam mão das mais variadas estratégias, visando à hegemonia: cooptação, barganhas, "negociações territoriais", clientelismo, ou seja, prática da política de favor. Tudo isso inclui-se no uso político do território. Antes das emancipações, ainda durante a campanha emancipacionista nos distritos, já se encontrava em alguns a consciência destas práticas. Naquela ocasião, mesmo

entre os favoráveis, podia-se verificar esse reconhecimento. Opinando sobre as emancipações, alguém assim se expressou: "*O pessoal acha que é uma boa, mas uns tempos aí, andaram uns políticos fazendo a cabeça do pessoal*".

Como é esse "fazer a cabeça" do pessoal? Iniciemos pela gênese do movimento emancipacionista, ainda que ele já tenha sido enunciado pelo ângulo dos motivos e interesses nas emancipações. Em um dos distritos, segundo um dos entrevistados que chegou a prestar uma assessoria publicitária à Comissão, redigindo um jornalzinho de propaganda sobre a emancipação, "*foi um trabalho político. Conversaram com os granjeiros mais fortes, para impressioná-los*". Depoimentos de vários entrevistados, de diversas origens sócio-econômicas e políticas e de vários pontos dos distritos e do município-sede possibilitaram reconstituir o seguinte: os principais membros de uma família de um dos distritos (o mais urbano) e seus aliados, pertenciam ao partido de situação da sede. Formaram-se duas chapas no partido concorrendo às eleições municipais, o que ocasionou um rompimento entre os concorrentes que se tornaram adversários políticos. Houve envolvimento da oligarquia deste distrito com o chamado escândalo do adubo-papel⁹⁶, o que teria conduzido à derrota o candidato da família deste distrito, pertencente a esta outra oligarquia. Em consequência, para caracterizar a cisão e as divergências que se tornaram públicas (com ataques pessoais pelo rádio, segundo o adversário eleito), os integrantes da oligarquia distrital mudaram de partido e deram início a reuniões no distrito, visando a sua separação do município-sede.

As providências de medir área e perímetro do território, além de reuniões antes privadas e depois públicas, teriam acionado os dois outros distritos. Nestes, alguns "líderes" teriam visto nesta atitude uma lesão ao seu território. No caso de um dos distritos, movidos por emulação e competição aliadas à fidelidade partidária ao governante do município, negaram-se a integrar a área territorial do primeiro. Estes fatos, aliados a reivindicações nem sempre atendidas pela

⁹⁶Parece que o adubo-papel foi um financiamento realizado junto ao Banco do Brasil, portanto, a juros subsidiados e que foi desviado para outros fins de interesse particular dos tomadores.

prefeitura e, ao exemplo promissor de um município vizinho recém emancipado, teriam acionado os outros dois movimentos emancipatórios.

O que parece comum aos três é que as reuniões de iniciativa para a emancipação antes de serem públicas, eram privadas, realizadas por pequenos grupos em locais particulares. E em dois deles, depois de escolhida a comissão, foi que convocaram a população para dar ciência e para colher as assinaturas necessárias à entrada do processo emancipacionista na Assembléia Legislativa. Ao que tudo indica, a convocação geral já foi realizada com uma decisão tomada. Ainda segundo os depoentes, ninguém se negou a assinar, e quem o fez, foi considerado uma pessoa atrasada e amiga do prefeito. A maioria das assinaturas constantes no processo são de pessoas do interior. Realizaram levantamentos em várias localidades, além das sedes dos distritos. Há indícios do uso das mais variadas formas de persuasão com o fito de atingir o consenso, como a cooptação pela oferta de cargos na subprefeitura do distrito ou o emprego de pessoas nos negócios privados dos detentores de poder. Nas palavras de um entrevistado: *"A questão das emancipações é muito política. Existe um bairrismo, rivalidades políticas e interesses econômicos envolvidos. O pessoal, de modo geral, usa muito a máquina administrativa para fortalecer seus aliados e enfraquecer os opositores. Coloca-se a instituição acima dos interesses da população. Desta maneira o Rio Grande perde sempre para os outros estados. Estas rixas internas prejudicam a objetividade das transações. Nós, gaúchos, fomos sempre muito políticos e pouco empresariais."*

À parte os conflitos entre as oligarquias, o aspecto mais relevante e sintomático de um uso de territorialidade senhorial é exemplificado pela formação e escolha da Comissão emancipacionista, quase sempre escolhida por poucos e apresentada à população. Num deles, segundo um relato, reuniram as pessoas "de maior influência". Como prova de probidade e imparcialidade, *"fizeram questão que todos os partidos políticos estivessem presentes através dos integrantes da Comissão. Não falam em política partidária nas reuniões e nem discutem os futuros cargos"*. Noutro distrito os líderes indicaram uma comissão provisória e, em seguida,

houve eleição da Comissão. A este respeito um entrevistado chegou a afirmar que *"nos três distritos o movimento partiu da vila, pois os moradores são mais cultos"*, querendo assim dizer, pareceu-me, que eles tem mais discernimento que os do interior, por serem mais informados, mais em contato com o urbano e com o moderno. *"Em geral os membros das comissões são pessoas ricas e influentes politicamente. Estão quase sempre vinculados aos partidos políticos"*, nas palavras de outro depoente. Isto é em parte verdadeiro, pois nas comissões, além de representantes da plutocracia, havia também pessoas de camadas médias, assalariados como contador ou professor de primeiro e segundo grau.

Mas o que desejo chamar a atenção é para a concepção de democracia posta em prática. Os depoimentos mais elucidativos a este respeito foram os seguintes: *"O movimento e a Comissão emancipacionista brotaram do Conselho Comunitário que é meio elitista e é também um "curral" eleitoral. Eles aqui chamam este "troço" (referia-se ao Conselho) de "forças vivas da comunidade". Estas forças se resumem em reuniões de famílias tipo Rotary. É um "Country Rural". O grande ídolo é "X" Lá eles discutem assuntos gerais. Geralmente as conversas giram em torno dos interesses da comunidade. É uma democracia grega: meio elitista e serve como "curral eleitoral".*

"Em geral são todos movimentos elitistas. Quando o processo está mais adiantado é que a população é chamada para participar do movimento." - Qual foi a forma de escolha da Comissão? "Não foi a melhor forma. "Eles mesmo formaram um grupo e decidiram o que seria feito."

"Eles se reuniram no salão paroquial e decidiram pedir a emancipação. Tem um pouco de política aí. Vila pequena é assim. Bem no fim, estes que organizaram esta luta é que vão pegar os cargos novos." Ainda respondendo a esta questão da escolha da Comissão, pronunciou-se um médio agricultor: "Fui convidado para participar das reuniões. Fui numa e não aprovei: tinha uns grupos meio separados..."

"As elites é que comandam e o povo é consultado depois. Não há discussão com a população". Um integrante de uma das comissões confirmou que buscaram as lideranças através de um reunião. Foram convocadas 604 pessoas. Todas queriam a emancipação. Este processo de buscar os líderes pareceu-lhe o caminho normal. Em que pese o grande número de opiniões apontando para uma escolha autocrática, houve quem dissesse: *"A escolha da Comissão se fez espontaneamente. São as principais lideranças políticas. Os interesses dos líderes são sadios. Em nenhum dos três distritos há disputa por futuros cargos políticos. Todos os partidos políticos têm representação nas respectivas Comissões"*. Uma declaração como esta que é uma meia verdade no caso de representação política nas três, torna difícil dizer se é a ideologia espacializante, se são interesses seus em jogo ou se o indivíduo crê mesmo no que afirma.

Mas a concepção autocrática vista como "natural" mescla-se a uma territorialidade familiar literal no caso de um município vizinho em que o processo foi de "pai para filho": *"Em Jóia, os que tiveram a iniciativa do segundo movimento para a emancipação, são filhos das antigas lideranças."*

A concepção de democracia introjetada por alguns em parte pode ser explicada pela falta de efetivo exercício da mesma durante longos anos de repressão e autoritarismo, mas também a uma herança longamente e por demais presente. À pergunta: o que espera depois do plebiscito, um dos interpelados assim se referiu sobre a situação do seu distrito: *- Não tem muita gente com capacidade administrativa. O "X"⁹⁷ foi sempre nomeado; não eleito. Ele está um pouco "queimado" pelos favorecimentos na arrumação das estradas e nos cargos de professora nas escolas, quando foi subprefeito. Sua administração sempre apoiou mais as comunidades que o apoiavam; as outras, ele deixava meio de lado.*

⁹⁷Citou um ex-subprefeito e, na época da entrevista, presidente de uma das comissões.

À mesma pergunta, o empregado do posto de gasolina, favorável à emancipação, respondeu: "*Bagunça! Uns vão querer uma coisa; outros, outra coisa...Vai dar muita briga! o resultado*⁹⁸ *deve ser positivo. Cada partido deve ter o seu candidato. Se sair a emancipação, a comunidade tem que nomear*⁹⁹ *um prefeito até haver eleição*". Interessante é que um agricultor contrário à emancipação, exterioriza também esta concepção ao responder à mesma pergunta : "*Depois do plebiscito, o povo vai ficar mal prá andar nas estradas. Não tem arrecadação prá sustentar a coisa. Se aparecesse uma autoridade*¹⁰⁰ *que fizesse o povo ver o lado ruim da situação, talvez ajudasse as pessoas a ver melhor. Só mostram o lado bom pro povo e ele acaba indo de roldão. Prá fazer uma coisa certa, é preciso mostrar para as pessoas os lados bom e ruim. Assim elas podem decidir com consciência*". Dois aspectos são dignos de nota: um é a necessidade de uma autoridade de fora e o outro é que este foi o **único** depoimento dentre todos os entrevistados que se referiu a "**decidir com consciência**".

"*Hoje se vê que as elites é que comandam; o povo é consultado depois. Não há discussão com o povo. Mesmo o município-mãe sendo contra, não declara, por interesses nas eleições, nos partidos*." Este depoimento não se esgota na constatação do aspecto elitista, ele vai além para evidenciar alguns interesses que bloqueiam a não-participação. Entretanto na opinião de um granjeiro (dono de 900 ha. só em dois distritos, também proprietário de terras urbanas e, à época, também vereador), em dois dos distritos, a participação era quase total e justifica: "*Foram feitas reuniões em várias locais, além da sede.(...) São unânimes*" (O entrevistado percebe participação como adesão à causa). Acrescentou, referindo-se ao seu distrito: "*Pretendemos, a partir de novembro, começar o movimento de conscientização da população*". Como se vê, para ele conscientização é o mesmo que persuasão. Ele superpõe ambos os conceitos; o que lhe interessa é chegar à hegemonia.

⁹⁸Referia-se ao futuro resultado do plebiscito sobre a emancipação

⁹⁹ O grifo é meu, para chamar a atenção, uma vez que antes os prefeitos eram nomeados e como isso se incorporou ao imaginário político.

¹⁰⁰ Aqui também grifei para chamar a atenção à sua necessidade de alguém de fora que se faça respeitar, mas ao mesmo tempo de uma certa consciência dos aspectos ideológicos, ao afirmar que só mostram o lado bom.

Uma resposta à participação popular, à primeira vista um tanto paradoxal foi esta: *"Há apoio popular, só que quem comanda são os líderes"*. Logo a seguir explicou: *"O distrito não tem problemas com "correntes individuais" contra a emancipação". "Existe aceitação"*, é uma resposta que parece indicar uma forma mais passiva que um engajamento ativo no movimento. Uma resposta talvez mais realista foi: *"Acho que depois (a vila é mais ou menos unida) talvez eles ouçam a opinião da gente. Nas escolas, os colegas, cada um tem uma idéia diferente."* (professora de primeiro ou segundo grau). Mas a disseminação da idéia de imparcialidade também aparece justificando uma não participação anterior à emancipação: *"Aqui a coisa é feita sem política. Com Jóia também foi assim. Só depois da emancipação é que a comunidade foi se organizar, formar partidos"*. Um depoimento que deixou bem claro o caráter de participação "consentida" quando necessária, foi o seguinte:

"O povo enxerga isto tudo que eu disse, mas apóia a causa pelo problema da emancipação de Entre Ijuís. Agora, esta região que eles pegaram pra formar o município pode gerar uma cidade bem boa, grande... Eles tem dado oportunidade para o povo participar. Depois da emancipação, quando eles estiveram no poder eles tem que continuar a dar oportunidade para o povo continuar participando. A participação é difícil porque eles acabam enrolando os outros. Na cooperativa era assim. Nas assembléias a gente não conseguia falar no meio dos "doutor". Eles não ouviam, mentiam pra nós. As assembléias eram só prá constar; prá fazer bonito. Isto pode acontecer no novo município, mas é difícil de controlar..." (agricultor do interior de Eugênio de Castro).

Um testemunho de descrédito na participação futura, visando à organização do futuro município e de entidades, associações, sindicatos, foi a do funcionário do posto de gasolina: *"Isto aí não adianta. Tem que deixar nas mãos deles. Hoje em dia o pessoal não quer nada com nada. Nunca falaram em formar um sindicato..."*

Até aqui se viu a formação, escolha e composição das comissões emancipacionistas, a concepção de democracia subjacente ao processo, tanto do ponto de vista dos governantes¹⁰¹ e das idéias que difundiam, quanto dos governados, além da percepção de ambos os grupos: - governantes e governados - sobre a participação popular.

Não se chegou a ouvi-los durante os plebiscitos e no período imediatamente anterior e posterior às eleições, por uma série de razões que não importa aqui discutir. Entretanto o que foi até aqui apresentado é resultado de pelo menos três trabalhos de campo, ainda que também exponha esporadicamente, só para fins de cotejo, algumas observações oriundas do quarto trabalho de campo, posterior às emancipações, que a seguir serão mais detalhadas.

¹⁰¹ A palavra governantes, está sendo empregada de modo abrangente, incluindo também e, principalmente, os aspirantes ao poder.

A democracia... depois das eleições

Este trabalho de campo significou uma incursão no território, decorrido exatamente um ano da posse dos novos prefeitos, dos já agora então municípios. Todos os três se emanciparam, dado o resultado favorável dos plebiscitos. É interessante esclarecer que eles não foram os únicos. Durante o ano de 1988, foram realizados os plebiscitos e as eleições para prefeito e vereadores donde resultaram oitenta e oito novos municípios no Rio Grande do Sul. O intervalo entre os plebiscitos e as eleições de todos parece ter variado entre sete e oito meses. Todos eles foram empossados em janeiro de 1989.

Neste retorno ao território, foram realizadas entrevistas com agricultores nos sindicatos de trabalhadores de Santo Ângelo e de Entre Ijuís, bem como com alguns integrantes das diretorias dos três sindicatos. Também foram entrevistados dois prefeitos dos novos municípios, secretários municipais e vereadores de dois deles. Interessava-me, basicamente, após um ano de instalação das novas prefeituras e da administração municipal, verificar a participação popular e a concepção de gestão do território e de democracia que se espelhava nos depoimentos de governantes e governados.

Sobre a escolha dos candidatos a prefeito e vereadores, os arranjos partidários e interpartidários ocorridos, tenho poucas informações. Sumariamente poder-se-ia dizer que, durante a campanha eleitoral, a cooptação e as barganhas praticadas variaram da doação de uma vaca ou um porco que um agricultor estivesse precisando, à distribuição de notas de NCz \$ 100,00 (cem cruzados novos à época) com o compromisso de voto em determinado candidato.

Soube também que num deles houve três candidatos a prefeito. Venceu o candidato da oligarquia local, irmão do presidente da Comissão Emancipacionista. Esse último é o que havia concorrido a prefeito por Santo Ângelo e fora derrotado pela outra chapa do mesmo partido, originando sua saída e de seus correligionários do partido e a iniciativa de emancipação do então

distrito. Segundo várias opiniões, ele e o vereador seu correligionário, com interesses imobiliários urbanos e envolvido no caso do adubo- papel, não se elegeriam mais. Suponho que talvez este tenha sido um dos motivos para que nenhum dos dois tenha se apresentado como candidato e sim o irmão do primeiro, que, como já foi dito, é o dono do cartório e também granjeiro. Outro possível motivo para sua candidatura é que, como dono do cartório, teria interesse em mandar elaborar o plano diretor urbano, instrumento para regularizar os terrenos urbanos e que é de interesse geral dos moradores da sede e seu, como dono do cartório. Além disso, parece que o plano se constitui numa das condições para receber a quota-parte do Fundo Urbano.

Segundo um dos entrevistados, este mesmo vereador, que é dono de quase todos os terrenos urbanos da cidade que se estendem até o entroncamento com a BR - trevo rodoviário, coagiu o ecônomo de um restaurante de sua propriedade no trevo, para que saísse do partido ao qual se filiara, como forma de desmoralizar este partido **antes das** eleições. Este ecônomo era vice-presidente da Comissão Emancipacionista que se dizia a-partidária, *"onde não se discutia política e nem cargos eletivos."* Parece mesmo que não se **discutia**, mas , ao que tudo indica, **determinava-se** a política a seguir). O entrevistado declarou que o ecônomo só tem de seu um sítio no interior, mas que cada filho dele está com um carro novo, acrescentando: *"De onde ia sair todo este dinheiro, a não ser do restaurante, que é o ponto de parada dos ônibus da Argentina, seguindo para o Rio e São Paulo? Lá se cobra caro por uma refeição!"* A coerção, aliada à barganha, ao que parece, foi uma das práticas exercidas na época pré-eleitoral. (Este ex-vereador, segundo o mesmo depoente, ainda patrocinou financeiramente a campanha do atual presidente da Câmara, que é do seu partido e agora vai lotear terrenos junto com o prefeito, dono do cartório e irmão do dono da imobiliária.)

"A política de clientelismo neste município não aparece diretamente. Mas no concurso pra admissão na Secretaria de Obras, entrou gente do partido". Exemplificou com o concurso para motorista em que *"entrou um que já estava prometido e dois apadrinhados pelos vereadores"* de

um dos partidos da coligação no poder. Na prefeitura também só há funcionários dos partidos da coligação. O secretário de obras procura fazer as obras no seu distrito. Posteriormente, em entrevista com ele, perguntei-lhe como estabeleceram as prioridades. Ele disse que se reuniram e falaram entre si, depois foram ouvir a comunidade. Não deu muitas informações, também houve interrupções e ele desejava sair, o que impediu um detalhamento do assunto.

Já o secretário da Fazenda, perguntado sobre como atendem às demandas, informou que algumas, como por exemplo, boeiros, pontes, são encaminhados através de vereadores e outros através de comissões que chegam à prefeitura.

A questão da participação popular é assim vista pelos vários personagens: a secretária de Educação relatou que foi feita uma visita por localidade em que todo o secretariado e o prefeito conversaram com os moradores e ouviram suas reivindicações. O ex-candidato a prefeito por um dos partidos derrotados, que integrou antes a Comissão Emancipacionista, disse não existir um entrosamento grande com a população. *Falta abertura por parte da administração e dos vereadores. Na Lei orgânica, 1% são propostas populares e o resto é idéia do prefeito e dos vereadores.* O ex-candidato a prefeito por outro partido derrotado, declarou haver uma distância entre o discurso e a prática do prefeito, pois ao assumir disse: *"Ai de quem fizesse um governo sozinho!", mas não chamou ninguém a colaborar além dos seus.* Segundo o mesmo depoente, a folha de pagamento da prefeitura se compõe das famílias "X" e "Y" em 80% : colocaram todos os parentes, toda a família. Fato do qual não foi possível verificar a veracidade ou não. O fato do território não ter piorado, ele credita à emancipação, não à administração atual. *"Há um nepotismo evidente. Em Eugênio de Castro o trabalho é mais comunitário"* Também não foi possível comprovar, pois o prefeito, o presidente da Câmara e seu assessor haviam viajado a Porto Alegre para tratar da Lei orgânica do município.

Prosseguindo, um dos ex-candidatos referindo-se ao ex-vereador proprietário imobiliário, afirmou que *"ele anda meio incomodado com o prefeito. Queria logo infra-estrutura nas terras*

dele: quer lotear, mas não quer arcar com as despesas de infra-estrutura; quer que a prefeitura faça".

O comentário é que enquanto isto, as estradas apresentam trechos intransitáveis. Chegou a ser citada uma localidade " *onde houve um velório a semana passada, e era impossível passarem carros. Tiveram que pôr um trator na estrada!*" O freteiro que vai recolher o leite para levar à fábrica CGPL reclama que há trechos da estrada intransitáveis, se chove e, quando ele vai pedir para encascalhar as estradas, sempre alegam que não dá. Percebe uma preferência pelo distrito da Serra de Baixo, de onde são o secretário de Obras e dois vereadores.

Também se perguntou sobre a municipalização da saúde a qual o prefeito parece não ser favorável. A reação de um dos ex-candidatos foi: " *Mas quem tem que falar são o sindicato, as Associações, etc!*" " *Tem que criticar a atuação dos vereadores no programa de rádio!*" O presidente do Sindicato relatou que um vereador da situação ganhou do gerente de uma firma comercializadora, 400 quilos de sementes de milho já em brotação para dar a quem precisasse. Ele levou-os para a prefeitura que passou a distribuí-los na seguinte condição: a cada quilo de semente entregue, o agricultor devolverá dois quilos. O presidente do Sindicato fôra a Porto Alegre um pouco antes, e a Secretaria da Agricultura estava fornecendo na proporção de um quilo para oito de devolução. Ele consultou os associados que acharam muito, mas disseram que ele trouxesse, pois estavam precisando de sementes. Para sua surpresa, ouviu pelo rádio uma entrevista do prefeito dizendo que na prefeitura estavam distribuindo a semente na proporção de um quilo para dois quilos de devolução, e que havia "certas " associações que estavam trocando de um para oito quilos! O presidente telefonou ao prefeito dizendo que iria à rádio, solicitar um espaço para esclarecer o caso. Como se vê, parece que já estão surgindo reações às manipulações.

Comentou-se sobre o motivo da oposição ter perdido, já que a diferença entre o vencedor e o segundo colocado não foi tão grande assim. A hipótese é que as oposições dividiram os

votos. Se um deles tivesse aberto mão de sua candidatura em favor do outro, poderia ter derrotado a coligação conservadora.

"É o que eu digo, infelizmente o povo é assim: prefere apanhar e não saber porque está apanhando. Se um boteco na esquina põe uns produtos em promoção, pode ser mercadoria estragada, quase podre, que só mendigo pode comprar com as esmolas que ganha. Pois mesmo assim, vai todo o mundo lá pra comprar porque é mais barato (e concorrer com o mendigo). Não vê que o que tem no supermercado logo adiante é de outra qualidade."

Este depoimento foi a melhor e mais crua analogia sobre a falta de consciência política que encontrei! Aliás o caso mais ilustrativo de consciência política obliterada com que deparei foi fornecido pelo secretário de obras de outro município. (Aquele que mandou asfaltar uma única rua da sede: a que dá acesso a sua casa e ao seu negócio particular). Ele assegurou-me que a prioridade são obras, principalmente para o povo do interior. Relatando como se deu a disputa eleitoral no seu município, contou que houve dois candidatos a prefeito dentro do mesmo partido sem que nenhum quisesse abrir mão da candidatura. Um deles, o que acabou vencendo, foi para outro partido. O secretário declarou que na ocasião defendeu uma grande reunião para formar uma chapa só, como forma de eliminar divergências. Esta atitude retrata bem não só a incapacidade de conviver com divergências, preconizando uma falsa concordância entre os aspirantes ao poder, como ainda pretende excluir possibilidades de escolha à população, que ficaria sem alternativas com a chapa única. Que exercício de democracia seria este? Esta excludência, se ocorresse, caracterizaria o processo mais visivelmente antidemocrático.

Um caso interessante de "escolha às avessas" deu-se na Câmara de Vereadores deste município. Foram eleitos quatro vereadores de um partido, quatro de outro e um de um terceiro partido. Os quatro de cada partido mantinham uma grande disputa, e para obter hegemonia votaram todos no único do terceiro partido para presidente da Câmara. Este, na verdade, é o único que faz escolhas sobre as matérias que estão legislando, já que os dois grupos sempre

votam como dois blocos divergentes. Entretanto, não foi possível entrevistá-los. A câmara estava em recesso, pois o presidente com o prefeito haviam viajado a Porto Alegre.

Contudo, nas duas Câmaras de Vereadores visitadas, foi possível, através de uma entrevista coletiva com os edis, extrair algumas observações. Na primeira delas, eles parecem estar bem atrelados ao prefeito ou sem condições de fazer-lhe oposição. Este exerce enfaticamente a territorialidade senhorial. Os vereadores de oposição parecem estar "abafados" pelo executivo. Ainda que o discurso seja : "deixar a política partidária de lado", na realidade o que parece imperar é o "pulso firme", o "dançar conforme a música"; realizar as atividades próprias da prefeitura não como um serviço pago pelo contribuinte, mas fazer parecer que está sendo dado, que está sendo concedido um favor. À pergunta: quem tem poder real dentro da prefeitura? A resposta seria que ele parece estar bem controlado pelo prefeito.

Perguntados sobre os critérios de atendimento à população, os vereadores de uma das Câmaras fizeram questão de afirmar que não há discriminação partidária, embora um tenha afirmado que cada um procura "puxar a brasa para a sua sardinha". A questão dos vereadores dizerem que não há isto de atender se é do partido A ou B, dá margem a duas interpretações: primeiramente, ou está escamoteando a verdade sob uma bandeira liberal, ou se pode pensar que no interior, ao contrário dos grandes centros, as relações de poder fluem mais pelos laços de identidade, dada a proximidade, onde todos se conhecem, que pelas razões explícitas de filiação partidária ou ideológica. Ou ainda talvez por ambas as razões.

Quanto à resposta de que todas as reivindicações são atendidas, também esta suporta duas interpretações: a primeira seria a mesma antes mencionada; e a segunda é que, neste momento, os municípios novos estejam bem orçamentariamente, pelo dote inicial que receberam do governo estadual, o que, de certo modo, facilita o atendimento às reivindicações sem maiores dificuldades. Por outro lado, há que lembrar que na conversa no Sindicato, mencionava-se que são mais beneficiadas determinadas comunidades de alguns vereadores ou do secretário de obras.

No que tange à participação popular, houve um diálogo entre dois vereadores de partidos diferentes, um da situação e outro da "abafada" oposição. O primeiro advogou a tese de que a participação é difícil, que a população é refratária a isso ou não entende, exemplificando com a discussão e aprovação do orçamento, que " *a comunidade não quer saber!*" Citando alguns exemplos, ainda que timidamente, o vereador da oposição pareceu estar tentando rebater a tese do despreparo e desinteresse. Segundo ele, se a população vê seus interesses atingidos, ela participa. Nestes casos há participação sim, mas, quando ela procura se mobilizar para participar, o autoritarismo é mais forte. Embora não tenha usado tais palavras, citou o caso das tropas do exército que foram chamadas para intervir contra uma manifestação popular de protesto contra a política de preços agrícolas.

No outro município visitado, tanto o prefeito como mais de um dos secretários afirmou que " *a filosofia é administrar a prefeitura como uma empresa*", com o menor número possível de funcionários contratados diretamente. A prefeitura está operando com um mínimo de pessoal: doze funcionários. O resto são serviços por contratação. Aparecem quatro ou cinco pessoas por dia à procura de emprego, mas a filosofia administrativa da prefeitura é contratar serviços de terceiros justificada como incentivo ao comércio.

Esta filosofia privatista também busca reforço no argumento de que: " *a qualidade do serviço é melhor e mais rápida com empresa privada. Além de que uma obra contratada não necessita preocupar-se com a ociosidade da mão-de-obra e do equipamento após a sua conclusão. Há também a intenção de incentivar a constituição de empresas no município. Já surgiram duas ou três no município em função de prestarem serviços para a prefeitura*". Esta pode ser uma faca de dois gumes. Se, por um lado favorece uma estrutura administrativa ágil e leve no município, também pode ensejar uma forma disfarçada de "política" ou clientelismo fora da prefeitura, salvaguardando-a de acusações de nepotismo ou favorecimentos. Não estou insinuando que lá, nesta prefeitura, seja assim. Estou apenas tentando trazer outros argumentos que poderiam se opor aos apresentados.

A preocupação maior, segundo prefeito e secretários, é dar condições para o homem permanecer no campo pela instalação de infraestrutura e rede de água. O índice de analfabetismo é grande. As grandes reivindicações da população são emprego e saúde.

Quanto à Câmara de vereadores, todos parecem manter um bom relacionamento entre si e com o poder executivo. Na entrevista coletiva, apenas um foi capaz de colocar suas inquietações sobre sua atuação. O ex-presidente da Câmara deixou entrever uma forte ascendência sobre os demais e, inclusive, respondeu por eles frequentemente. A respeito do trabalho do vereador, disse o seguinte, rebatendo o colega que achava que não conseguira corresponder às expectativas da sua comunidade que desejava transporte e ele não conseguira: "*O verdadeiro trabalho do vereador que é legislar, não aparece. O pessoal pensa que é pedir coisas e que ele tem que correr. Está distorcida a função do vereador. Só o que se gasta em transporte prá vir aqui, se acaba pagando para ser vereador. É só benefício do município. No ano passado, fizemos dez reuniões no interior; abrimos o poder.*" Em sua opinião, o cargo não muda o político em nada. "*O eleitor só cobra do vereador, mas não vem aqui ver.*"

À pergunta: como gostaria que fosse o seu trabalho, respondeu: "...*que houvesse divulgação da Lei Orgânica.*" Nas reuniões com a comunidade, alguém da prefeitura sempre acompanhava, segundo eles. Quando lhes perguntei de que critérios se valiam para priorizar, a resposta foi que o problema de atender está muito mais nas mãos do executivo, mas que um dos critérios é o de favorecer o maior número de pessoas possível, especialmente as do interior. Por falta de conhecimento, reconheceram sua grande dificuldade na discussão e aprovação do orçamento. Isto os leva a simplesmente aprová-lo. Dois dos vereadores são concomitantemente também presidente e secretário da Comissão Municipal de Saúde. Conseguiram implantar um posto de primeiros socorros com oito a dez leitos. Perguntados sobre que auxílio gostariam de ter, caso pudessem obtê-lo, o ex-presidente referiu-se a um auxílio no sentido de esclarecer sobre Diretrizes Orçamentárias no mês de julho, na época prévia à discussão e aprovação do orçamento.

Uma observação de ordem geral é que o associativismo formal na região hoje é forte. Não sei se ele é um fenômeno de extensão nacional ou se é apenas um reflexo de âmbito local. Só para demonstrar, há a Associação dos Municípios da Região das Missões, que promove reuniões de prefeitos. Há associações de secretários municipais de Educação, Fazenda, Administração, a UVERS - União dos Vereadores do Rio Grande do Sul. Houve quatro Fóruns da Grande Santo Ângelo; há a Associação dos Legislativos das Missões e há, ainda, as Associações dos Vereadores de cada partido. Este associativismo formal intenso visa a auxiliar e oferecer assistência aos executivos e legislativos municipais. Constituem-se em redes organizadas de comunicação administrativa. No que respeita especificamente aos oitenta e oito municípios, o governo do Estado realizou no mês da posse - janeiro de 1989 - um Seminário para prefeitos e esposas, para explicar o funcionamento dos fundos, o que poderiam solicitar e a quem recorrer.

Finalmente, para encerrar este tópico a respeito da democracia que se pratica, devo dizer que percebi modificações, e bem promissoras, relativas à organização sindical do ponto de vista estrutural. Decorrido um ano das emancipações, os três municípios já estavam, cada um, com o seu sindicato formado com o auxílio do sindicato do município de origem. Contou-me o presidente desse sindicato que havia duas alternativas: criar em cada um dos novos municípios uma delegacia subordinada ao sindicato de origem, ou criar novos sindicatos. Optaram pela segunda com um processo de escolha dos dirigentes muito interessante. Não foram apresentadas chapas nas assembleias. Todos tinham possibilidades de ser candidatos e podiam ser votados. Fizeram várias eleições sucessivas, paulatinamente, excluindo os não votados ou menos votados, até chegar aos dirigentes eleitos. Apresentaram a uma entidade vinculada à igreja protestante da Holanda, um projeto de formação de dirigentes sindicais que foi aprovado e financiado por ela, através do qual contrataram para este trabalho, um rapaz, Adelino, que já assessorara o Movimento dos Sem Terra da região. Na ocasião, ele assessorava os quatro sindicatos. Entretanto, o financiamento do projeto acabara e não haviam conseguido renovação do mesmo. Apesar disso, pareceu-me haver nos sindicatos um clima muito bom de autogestão e

percepção da realidade, por parte dos dirigentes que no momento estavam, entre outras coisas, examinando e discutindo a Lei orgânica dos municípios.

A estratégia territorial

Além de considerar os motivos, os interesses e a democracia que se pratica no território, é interessante perceber as estratégias territoriais empregadas inspiradas pela territorialidade pragmática em favor do uso político do território. Estas estratégias territoriais se evidenciaram melhor quando se procurava conhecer, antes das emancipações, o projeto de sociedade e o imaginário social de governantes e governados, aspectos que serão tratados mais adiante. Elas se constituem em práticas que visam à hegemonia, eminentemente através da persuasão e nunca da coerção.

Há fatos bem objetivos que percolam todas as iniciativas induzidas por estratégias territoriais: primeiro, há porções de território cuja extensão e valor, em termos de arrecadação de impostos, torna-as mais cobiçadas, na medida em que poderão proporcionar mais ganhos financeiros para o futuro município. Além disso, um dos pré-requisitos para dar entrada num processo emancipatório, é que o território pretendente atinja um percentual de arrecadação em torno de 0,05% do total do Estado. Então, as fronteiras tem que ser desenhadas com esta previsão de abrangência.

Mas há também outras porções que despertam cobiça embasada na territorialidade cultural. No caso, as Ruínas Jesuíticas dispersas nestas porções. Todos desejam ter as "suas" ruínas, se não puderem ter as principais. Em terceiro, há que considerar que nos limites, nas divisas tanto distritais quanto municipais, é onde se encontra a maior incidência de indecisos ou opositores às emancipações. Há ainda uma premissa que, se não for respeitada, bloqueará as

emancipações. É que se não houver acerto nas divisas entre os territórios pretendentes, nenhum deles conseguirá a emancipação. Um dos requisitos para constituir um processo emancipacionista e encaminhá-lo à Assembléia Legislativa para aprovação, é que os litígios de limites sejam superados de forma a não haver superposição de áreas nos processos. Esta diretriz normativa também contribui. Há pois que lançar mão de estratégias territoriais, como num jogo de xadrez e mover-se para conquistar posições no campo do adversário.

A primeira destas estratégias geralmente tentadas consiste no aliciamento de pessoas dos territórios ambicionados. Um bom exemplo é Eugênio de Castro que queria para o seu território, áreas pertencentes ao município de Augusto Pestana. Os integrantes da Comissão de Eugênio de Castro chegaram a convidar e a incluir pessoas de Augusto Pestana (de partido oposicionista) na Comissão Emancipacionista, quando quase toda ela, se não toda, era do PDS e com um forte sentimento de fidelidade partidária. "*Um movimento desta natureza tem que ser suprapartidário*", declararam.

Outro ângulo do mesmo fato é que estas áreas eram de eleitores de oposição ao prefeito daquele município e, por isso, este não se oporia a este aliciamento, isto é, "*abriria mão*" da territorialidade senhorial: "*Se for para o bem do povo...*"¹⁰² e felicidade geral do território, diga a eles que podem!

Mas há um aliciamento protelado revelador de um caráter profundamente autocrático, pragmático e manipulador, exemplificado na seguinte declaração: "*Depois de obtida a emancipação, vamos reunir a comunidade, pois tem que partir das bases*". Este uso político do território subentende um aspecto oportunista cuja máxima implícita é: "Consegue-se o fim almejado, depois se pensa nos meios."

Além do aliciamento, a estratégia territorial, certamente bem mais visível, é aquela que consiste na negociação de territórios. É uma espécie de acordo de cavalheiros que até pode

¹⁰²Palavras textuais do prefeito, estas primeiras, segundo informações.

assumir aspectos formais, de territorialidade pragmática, como a reunião das três comissões em 1º/05/85, depois que a Comissão de Eugênio de Castro já mandara, adiantando-se, o pedido de credenciamento à Assembléia Legislativa.

A disputa por porções de território levou as Comissões de São Miguel e Entre Ijuís, que desejavam ambas absorver o distrito de Coimbra, a firmar um protocolo. A negociação consistiu no acerto que São Miguel ficaria com o distrito ambicionado e, em troca, Entre Ijuís ficaria com o distrito onde se situam as ruínas de São João Velho. Houve, antes, o apoio das principais lideranças de Coimbra a esta decisão. Quanto à população de São João Velho, não há indícios de que tenha sido consultada. Segundo a esposa de um vereador originário de lá, a população nunca teve consciência da preservação em relação às Ruínas que, à época, estavam sendo destroçadas.

A alienação quanto à territorialidade e a uma consciência territorial autônoma poderia ser interpretada a partir das palavras desta mesma informante, para quem os moradores não tem noção do que representa a emancipação. Como exemplo, ela mencionou a localidade de São João Batista cuja paróquia pertence a Santo Ângelo. Passou a Entre Ijuís e voltou a pertencer a Santo Ângelo. Esta analogia com a divisão administrativa religiosa do território, pode ser facciosa, na medida que poderia estar, na verdade, espelhando sua posição contrária à emancipação desta área onde o marido tinha sua base eleitoral. Entretanto, não me foi possível confirmar ou não este aspecto. Diga-se, porém, de passagem que, no fim, após as emancipações, São João Velho acabou não ficando em Entre Ijuís; continuou em Santo Ângelo. Segundo alguns, houve ingerência de dois vereadores originários do distrito, que não queriam perder votos.

A negociação territorial, na perspectiva do outro distrito pretendente à emancipação apresenta-se assim: *"São Miguel e Entre Ijuís nos usaram para acertar os limites deles. Não nos comunicaram que nós íamos aderir a eles"* (Referiam-se a uma possível agregação de seu território aos dois outros ou a um deles, no acerto dos limites).

Esta negociação de territórios, de acordo com o ponto de vista do então governante do município de origem, assumiu esta versão: citou o caso do município de Jóia que, ao se emancipar, negociou com Santo Ângelo uma parte do território deste último de modo "pacífico". *"Porém estes distritos de agora"* - foram suas palavras textuais - *"pegam quase a totalidade da nossa área!"*

Efeitos do uso político do território

"O que realmente os líderes fazem é canalizar o descontentamento da população em relação à prefeitura que não atende às reivindicações da população". Essa assertiva de uma das primeiras pessoas-fonte entrevistadas, foi o sinalizador que me indicou que deveria submergir se quisesse tentar conhecer em dimensão e profundidade, na parte oculta do "iceberg". Nela, a territorialidade é desvirtuada sob um uso político do território de múltiplos efeitos sobre a consciência territorial de governantes e governados .

Quais seriam esses efeitos? Incluindo a todos - governantes e governados - enquanto população, poder-se-ia dizer que o uso político do território é causador de um embotamento geral de consciência.

Sobre os governantes este embotamento se traduz em alguns sintomas detectáveis a seguir mencionados. Aparentemente, falta um olhar mais amplo sobre a realidade, em que aspectos perceptíveis na realidade local mostrem seus liames com outras escalas geográficas como a nacional e a internacional e o que nelas ocorre com repercussões locais. Este enfoque mais amplo nunca apareceu nas entrevistas dos governantes ou aspirantes ao poder. Assim também não emergiram preocupações explícitas com a situação econômica e social da população, sobretudo a de baixa renda, a não ser iniciativas assistencialistas ou sinalizadoras de práticas clientelísticas ou senhoriais. Algumas vezes, quando provocadas, elas apareceram como negação de sua existência

("-não há *"Sem Terra" aqui*" ou *"as vilas de malocas estão é lá na sede, aqui não tem e se tiver são umas poucas"...* *"Os "Sem Terra" vão é lá para a Fazenda Annoni, aqui não!"*) Estreitamente atrelada a esta, encontra-se uma total omissão ou negação da questão agrária regional e nacional, como um escamoteamento ou inconsciência do papel que desempenham. Um outro efeito percebido nos governantes e aspirantes ao poder é que separatismos e divisionismos constituem veículos de posse e poder amparando uma territorialidade senhorial como derivativo à satisfação da necessidade de uma verdadeira autonomia e liberdade para si e para os demais.

Uma visão social alicerçada em posse e pertença conduz a um "conselhismo" e associativismo formal, a redes formais, máscaras de necessidades mais autênticas. A criação de conselhos, comissões e de associações defensoras de interesses corporativistas de âmbito regional, apresenta-se assim como decorrência do uso político do território pelos governantes.

Mas o uso político do território também causa os seus efeitos devastadores sobre a consciência territorial dos governados. Os divisionismos e separatismos dos governantes têm a sua ideologia espacializante¹⁰³, em que *"a sede"* - (e não alguns segmentos sociais que dominam o território) - *"explora o distrito"*. Com esta afirmativa não estou me posicionando contra ou a favor das emancipações. O que desejo clarear é que, mesmo uma iniciativa de cunho progressista, só o será realmente, se dela não se fizer um instrumento de manipulação.

Outro efeito que parece estar contribuindo para um embotamento da consciência territorial dos governados são as formas de instruir cada vez mais livrescas, pragmáticas (funcionais) e cada vez menos reflexivas, mais distantes da sabedoria interior que nos permite conhecer e discernir, fazendo escolhas mais conscientes. Como as matrizes societárias da territorialidade cultural vão se dispersando por este caminho, ele permite a emergência de outros dois efeitos não necessariamente separados. Um deles é a absorção ou identificação por uma parte dos governados, dos valores disseminados pela territorialidade senhorial. Em decorrência, reduz-se o reconhecimento de valores e necessidades mais substantivas que serão discutidas mais adiante.

¹⁰³ Ou um *"geografismo"* como diz Lacoste.

Tal constatação nos reporta outra vez à questão se os movimentos por reivindicações territoriais podem ser considerados como um canal de expressão de identidades sociais. Nada porém autoriza a afirmar que haja apenas o afloramento de *novas* identidades sociais. As tradicionais, fundadas em formas arcaicas de fazer política, emersas em dois antigos estilos: a cooptação e a representação, deixam transparecer uma permanência simultânea.

Por outro lado, os movimentos emancipatórios não podem ser enquadrados entre aqueles que voltam as costas para o Estado para constituir-se como um anti-poder, como o interpretou Offe para os movimentos sociais. Ao contrário, eles parecem estar servindo de veículo a frações sociais dominantes desejosas de se tornar frações governantes locais, isto é, de ampliar o seu patrimônio de poder. Trata-se de um capital político a investir através das articulações entre os segmentos sociais por uma rede de relações, até alcançar práticas hegemônicas.

Este fato necessariamente não parece tornar excludente a "representação de interesses" citada por Laclau no paradigma de conflitos sociais. Abre-se a possibilidade de também investir e lucrar economicamente com a criação de novas cidades. Todas elas devem ter um plano diretor que permita a incorporação de loteamentos. Com a extensão de redes de água, eletricidade, abertura de ruas e transporte urbano, (pelo Estado), eleva-se a taxa de lucro no setor imobiliário.

O afloramento de antagonismos é muito pouco, o que pode ser um indicador de práticas hegemônicas de cooptação ou talvez um indício da extensão de uma ideologia territorial denominada por Lacoste de "geografismo" e que consiste em difundir a idéia de que um território "explora" o outro, e não frações sociais ou sujeitos individuais. Uma terceira suposição sobre o baixo grau de antagonismo e oposições às pretensões emancipatórias, é que eles acenam com a presença do Estado onde ele tem sido omissos para as frações sociais dominadas: carência de escola, posto de saúde, hospital, transporte, abertura de estradas e ruas, calçamento, etc. Disto resulta que o imaginário político e social além de frágil, parece estar ainda impregnado de interesses muito imediatos, porém reais, mas delegáveis às "pessoas de notório saber" do local.

É isto que conduz geralmente a fração social dominante a instituir e integrar as comissões emancipacionistas. A elas ou a seus prepostos, as frações dominadas delegam sua representação por opção ou apatia, ou talvez ainda porque, em sua lógica, só isto seja o possível, mesmo que não o desejável, o que comprovaria a persistência da velha identidade social, calcada nas persistentes práticas políticas clientelísticas e nepóticas.

Disto decorre que os movimentos emancipatórios, embora possam ser considerados movimentos sociais, nada autoriza a chamá-los de movimentos populares, como são geralmente considerados na literatura especializada os movimentos pela moradia, o dos "Sem Terra" urbanos e rurais, etc. Enfim, de tudo o que foi exposto, uma palavra ainda. Face as várias identidades assumidas hoje pelos sujeitos sociais, à coexistência de uma sociabilidade em redes, à difusão de padrões culturais tendentes à homogeneização e ao grau de complexidade das práticas hegemônicas, parece-me importante a reflexão sobre a produção de sujeitos sociais, tanto quanto sobre a constituição de um outro imaginário político e social, capaz de nutrir movimentos com projetos de vida social ancorados na socialidade.

Gostaria ainda de mencionar que, do ponto de vista da gestão do território, o que se tem observado nos últimos anos, é uma fragmentação da estrutura municipal de governo, onde o poder local situado na sede não consegue planejar: é errático, responsivo às demandas distritais de um modo irregular, facilitando pois a campanha das comissões emancipacionistas na adesão ao "sim" na consulta plebiscitária, e contribuindo para um néo-clientelismo anestesiador de possíveis antagonismos que então jazem latentes ou se transformam, institucionalizando-se.

A novidade no Brasil aconteceria se esses movimentos reivindicatórios ensejassem a produção de sujeitos sociais oriundos de um campo de forças populares amalgamados por um imaginário político e social comprometido com um processo de elaboração de seus próprios projetos. Em outras palavras: que as posições de cada sujeito lhes permitisse conciliar sua inserção no cotidiano com projetos sociais em que pessoa, espaço e tempo transitassem

agilmente entre o universal/individual e o universal/social, mesmo sob as condições de instabilidade inerentes ao social.

O desenraizamento e o embotamento da consciência territorial

Por fim, uma das formas mais devastadoras do uso político do território é o processo de desenraizamento da territorialidade. Processo indireto que se desenvolve paulatina, porém constantemente, ele se apresenta sob dois efeitos visíveis. O primeiro deles é a migração. O evadir-se do território é uma tentativa de "emancipar-se" de condições insatisfatórias, das quais as mais perceptíveis são as materiais. Na verdade pode significar talvez um descontentamento nem sempre claro com as próprias "raízes", tal como definidas neste trabalho.

Como já mencionado na gestação histórica da territorialidade, as migrações tem sido uma constante no Rio Grande do Sul há cinco décadas, aproximadamente. Estas correntes migratórias, conduzindo a população a viver na orla das cidades maiores, das áreas metropolitanas ou em novos espaços agrários em exploração, frequentemente sob condições inóspitas, podem romper ligamentos com a territorialidade familiar e cultural do território de origem. Este rompimento, aliado a condições sócio-econômicas degradantes em vilas de malocas, dificultam a estas populações um horizonte de vida melhor e bloqueiam a construção de um imaginário que edifique um outro projeto de sociedade.

Aliás, o embotamento da consciência territorial pelo uso político do território expresso na territorialidade senhorial distorcendo as territorialidades familiar e cultural, conduz tanto governantes quanto governados a um mesmo efeito.

Refiro-me a um projeto de sociedade que revela um imaginário social muito débil no que tange à socialidade e uma territorialidade sem outra perspectiva que não a das necessidades mais imediatas de ordem aparentemente apenas material.

Da construção de um imaginário social à socialidade

"Cada um tem uma idéia pra si"

Reunião da Comunidade: 15 pessoas, anterior às emancipações. Localidade: Ressaca do Urubucarú, interior do distrito de Vitória, área limítrofe entre o distrito da sede e o então distrito de Entre Ijuís. Trecho da entrevista coletiva com os moradores.

Fui até lá com o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que percorriam várias localidades para discutir com os agricultores do interior várias questões, entre elas a dos preços mínimos dos produtos agrícolas estabelecidos pelo governo. Ao final de cada reunião, após a discussão das suas questões, eu era apresentada aos participantes. Após ter-lhes explicado o que estava fazendo e que a minha conversa nada tinha a ver com as Comissões Emancipacionistas ou com a prefeitura de Santo Ângelo, perguntei-lhes, em suma, o seguinte:

P: - Já ouviram falar das emancipações? O que o povo daqui pensa disso e o que pensa cada um de vocês?

R: - *"A gente não compreende muito estas coisas"*

R: - *"Nós não tem ilusão"*

Como as mulheres não se manifestavam, sentadas separadas dos homens, de um lado só, voltei-me para elas:

P: - E vocês? O que acham?

R: - *"É melhor falar com os homens..."*

Elas se mantiveram caladas. Então, os homens voltaram a comentar:

R: - *"Já foi falado em Colônia Vitória. O prefeito esteve aqui para saber o pensamento do pessoal. O pessoal que esteve na reunião resolveu que a gente vai ficar com Santo Ângelo".*

R: - *"Cada um tem uma idéia pra si. A gente fica por último".*

R: - *"Se for pra teimar, é melhor ficar para Entre Ijuís".*

R: - *"Entre ficar com São Miguel ou Entre Ijuís, é melhor ficar com Entre Ijuís, se não der pra ficar com Santo Ângelo.*

R: - *"Era bom que saísse a emancipação dos três distritos."*

P: - O que querem de imediato e a longo prazo os habitantes daqui?

R: - *"Primeiro um posto de Saúde, depois um hospital. Até para vacinar os filhos temos que levar a Santo Ângelo. Depois, a escola de segundo grau. Se a gente quer ver eles estudar, tem que tocar os filhos prá diante."*

R: - *"Também precisamos de calçamento, asfalto..."* (risadas gerais dada a precariedade do local. O acesso atual é quase impraticável, especialmente quando chove, o que aumenta o isolamento, dada a inacessibilidade).

P: - O que os candidatos pretendem? E a organização do município? O trabalhador poderia participar, controlar as ações das autoridades?

R: - *"As promessas vem depois, quando tiver prefeito. Os líderes de São Miguel estiveram aqui perto convencendo o pessoal..."*

R: - *"Colônia Vitória vai ficar para São Miguel"*.

R: - *"Queremos ficar para Santo Ângelo"*.

Este trecho foi aqui reproduzido com o intuito de mostrar alguns aspectos. A projeção das relações familiares fica evidente na idéia de que *"se for prá teimar, é melhor ficar com Entre Ijuís"*. Até não querem desobedecer ao município de origem, mas se tiverem que fazê-lo, seria bom que ficassem com "o irmão rebelde" mais próximo. Outro fato notório foi a dificuldade para que as mulheres falassem. Estava implícito que estes assuntos são coisa de homem, por mais que se tentasse - o pessoal do sindicato e eu - dar a elas a oportunidade de falar.

Há também, - e isto é comum a todo o grupo, - uma transferência de sua capacidade de decidir, quando aludem não só a sua falta de compreensão e ilusão, mas ao fato de que na sede do distrito já haviam decidido. E, em seguida vem a explicação: cada coletividade, de cada distrito, *"tem uma idéia pra si, a gente fica por último"*. O fato de serem convocados não como um gesto de socialidade, de um construir juntos, mas por força de uma territorialidade pragmática, é percebido mesmo que não muito claramente: *"a gente fica por último"*. Há também a expressão da territorialidade familiar na figura do pai - o prefeito - que vem cobrar. E se tiverem que assumir mesmo uma posição, é melhor "teimar": afrontar o pai. Há também a preferência deles, como "irmãos menores" por um dos três "irmãos maiores" - os três distritos que querem afrontar o pai. Esta escolha não impede que o desejo de autonomia represado se estenda aos três; *"- Era bom que saísse a emancipação dos três distritos"*.

Seu projeto de sociedade também aparece nas reivindicações como uma extensão da territorialidade familiar e cultural: é o posto de saúde e a escola para os filhos. O aventurar-se a sonhar mais alto se materializa na utopia de reivindicar foros de cidade: - o hospital, o calçamento, o asfalto, o que até provoca risos, no reconhecimento das condições atuais do lugar.

A territorialidade pragmática oportunista dos aspirantes ao poder já foi passada à população e não é por ela contestada: "*As promessas vem depois, quando tiver prefeito*". O seu processo da indefinição à tomada de decisão aflora, evidenciando de novo a territorialidade familiar. A sede do distrito (Colônia Vitória), a "mãe", já decidiu o que não quer, que é ficar com São Miguel. Então eles, os filhos, decidem, como a "mãe", ficar "com o pai": a sede do município de origem.

A pergunta sobre como o trabalhador poderia participar fica sem resposta; é ignorada. Como "os filhos" podem assumir iniciativas que são dos pais? Nem se cogita...o que leva a supor uma territorialidade senhorial fortemente impregnada.

A análise interpretativa deste pequeno trecho, longe de qualquer pretensão psicanalítica, visa a somente auxiliar na apresentação da pergunta que se põe: Como estimular uma liberação capaz de provocar nas pessoas não apenas uma consciência do uso político do território, mas também formas criativas de sonhar e construir um imaginário social que embase seu projeto de sociedade? A partir, penso, dos impulsos de posse, poder e autonomia que constituem as próprias raízes da territorialidade. Elas embasam as verdadeiras necessidades. Este é um processo que revoluciona atitudes quanto à territorialidade. Nele é preciso criar condições para que as territorialidades familiar, senhorial e cultural, em suas distorções, possam ser **transmutadas**¹⁰⁴ numa territorialidade-socialidade. Como? Em primeiro lugar é preciso QUERER. Para querer, é preciso um mínimo de consciência do que se passa no território (e alhures...). Em que consiste de fato a consciência territorial? Invoquemos o auxílio de alguns depoimentos:

"Todos têm interesses comuns". Como já vimos, uma meia verdade.

P:...e a luta dos "Sem Terra" e as reclamações dos plantadores contra o governo: tem alguma coisa que ver com as emancipações?

¹⁰⁴Como diria Nietzsche.

R: *"Nunca ninguém comentou sobre os "Sem Terra". O pessoal é até contra. Eu também não acredito. O pessoal sai daqui prá passar trabalho; apanhar da polícia... Tá louco? Aqui tem muita gente com quinze hectares (sabendo trabalhar, o cara vive bem!) - que vende a terra prá ir prá cidade sofrer!"* (meia verdade).

"Este pessoal do interior nunca teve a prática do engajamento nas lutas. O interior é muito mais conservador que a cidade. São fiéis aos partidos: "Eu sou do partido X". (meia verdade; o movimento dos "Sem Terra" nasce e cresce no interior e não nas cidades. Por outro lado, o voto personalizado parece ter ainda um peso maior que a fidelidade aos partidos, como o declara um outro depoimento.)

P: E depois das emancipações, como foi o processo eleitoral?

R: *"Correu dinheiro do PDS-PFL! Eles distribuíram notas de NCz\$ 100,00. As pessoas ficavam com problemas de consciência se não votassem neles, pois depois podiam ser perguntados, e o que iam dizer? Também houve compra de votos por coisas que as pessoas estavam precisando como: uma vaca, um porco, galinhas. Sabe-se que o vereador "X" mesmo, botou dinheiro nisso."*

"No interior, antes de se votar em idéias, vota-se no amigo, no conhecido, naquele que está perto. Muda-se de partido se é o caso, mas vota-se no amigo, mesmo que ele esteja no partido contrário. É o cara que a gente conhece."

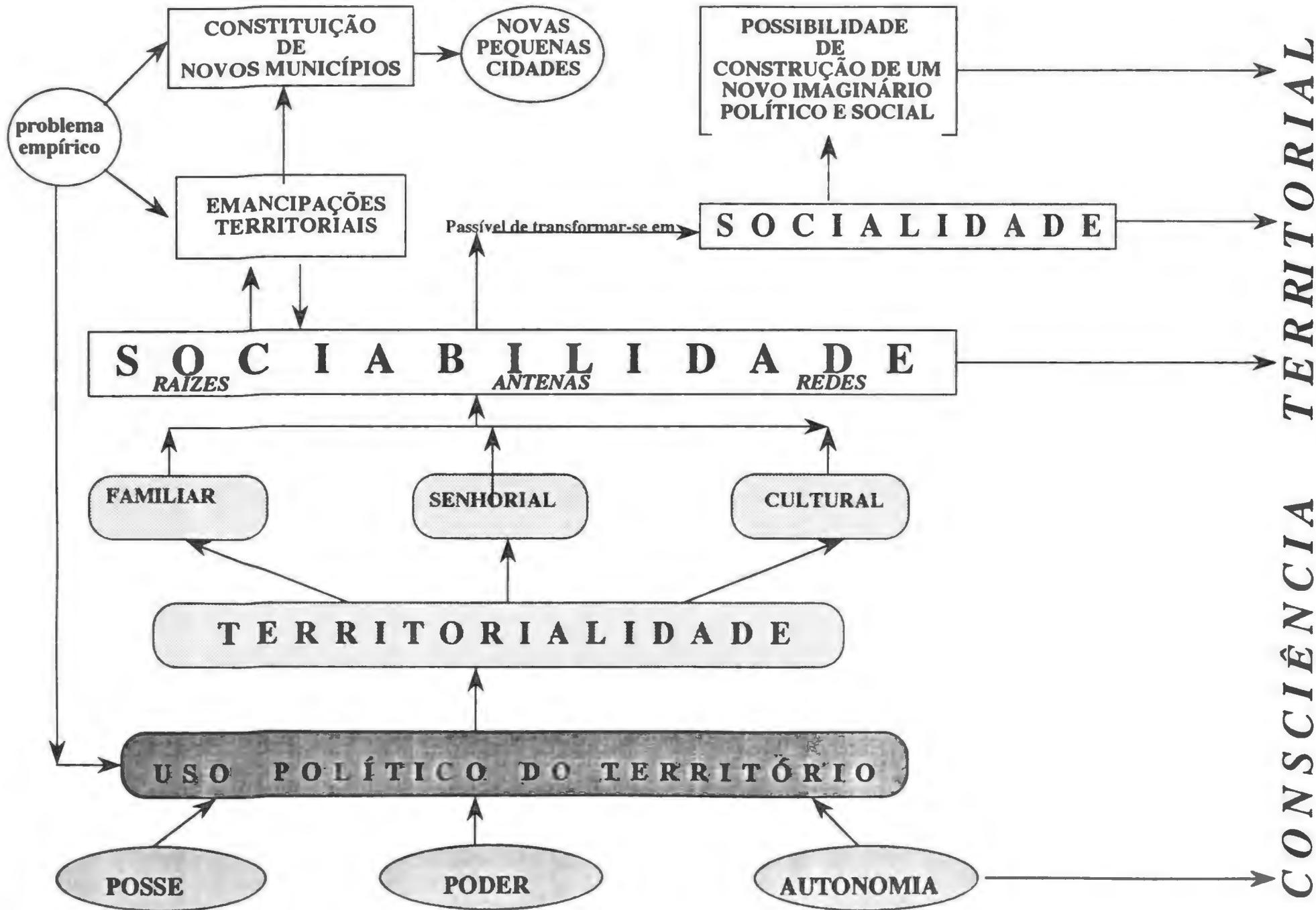
A questão que se coloca é: como transformar estas meias-verdades e verdades desfavoráveis em verdades inteiras? Parece-me, é preciso contrapor às primeiras, a percepção da necessidade de elaborar um imaginário social hoje muito débil ou inexistente. É ele que informará a construção de um projeto de sociedade novo. Mas o novo será o melhor? Quando digo novo, coloco o desejo, é verdade, pois quero dizer diferente e melhor, muito melhor. Não me refiro ao novo cronológico que pode vir também impregnado do hábito, das formas estagnadas e

restritoras de se relacionar e de fazer política. Também não digo que tudo que é velho é estagnado. No velho está a semente do novo. Na territorialidade desvirtuada está a semente da territorialidade que pode surgir. No passado estão os fundamentos do presente.

É preciso que os interesses não signifiquem só uma coalisão de interesses econômicos. Não vai af um desprezo ao econômico, mesmo porque ele está presente nas carências coletivas e é preciso acioná-lo para destruí-las. Então, que novas formas de fazer política e de participação poderiam ser tentadas, para fazer face à política no velho estilo que domina, ainda , no país?

Para auxiliar a resposta, é interessante ter presente o mapa conceitual que liga a territorialidade à consciência territorial e que se encontra na página seguinte.

Se o cerne das transformações está na sociabilidade que se expressa na territorialidade, qual é o germe que precisa ser ativado? O germe é a socialidade e o caminho é o burilamento da consciência territorial. Para isso, o primeiro passo é desfazer-se das relações de dominação e submissão, vinculadas às raízes de posse e poder que estão impregnadas na territorialidade familiar, senhorial e cultural, transformando a adesão lastreada por barganhas, trocas de favores, clientelismo, por uma adesão voluntária e consciente a uma causa comum por parte de governados, mas sobretudo de governantes. E elaborar as reivindicações materiais tanto da parte de governados quanto de governantes, investigando as necessidades autênticas que se fazem representar nas reivindicações.



É dar conteúdo (necessidades autênticas¹⁰⁵) e não apenas forma (atendimento às necessidades materiais) à territorialidade. É produzir um caldeamento das habituais territorialidades e da alienação territorial também, em níveis mais elevados de consciência territorial rumo à socialidade. É iniciar respondendo uma pergunta tão simples e tão complicada por nós: - Quem sou eu? Quem somos nós? O que queremos, por que e para que? Quem são os nossos aliados ou como buscá-los ? Neste auto-reconhecimento, mesmo que as respostas não tenham a imediatez que desejaríamos, é preciso lembrar que se trata de um processo, talvez mais lento do que o que a nossa afoitez exige. A busca de respostas a estas perguntas é a raiz do imaginário social a construir rumo à socialidade.

Se a socialidade é o processo que a consciência territorial dos indivíduos e dos grupos percorre na concretização do valor solidariedade, então, para uma real afirmação da territorialidade, é necessário que muitos, até todos, se incluam neste processo que é também um processo de aprender. Aprender uma sociabilidade solidária, onde não há autoridades de fora que venham ensinar, em que não há eruditos, nem doutores, nem governantes de um lado e discípulos, ignorantes ou governados de outro. É necessário varrer estas dicotomias; todos são aprendizes na socialidade. A primeira tarefa é buscar e trabalhar um objetivo comum inspirado na solidariedade e na transformação das distorções da territorialidade. Esta tarefa pede o despojar-se de emulações, de cópias de modelos externos. Em termos bem objetivos e concretos no caso das emancipações, é o buscar ou não a emancipação territorial por motivos outros que a imitação dos distritos vizinhos. É o parar para perguntar-se: Por que e para que buscar a emancipação? É este o nosso caminho ou há um outro, ou há outros? Quanto ao território, antes de pensar em quem governá-lo, pensar em como governá-lo. Que formas novas de participação, de democracia e de representatividade evitariam a cisão social entre governar, representar os governados e legislar e ser governado e delegar? Que cidades queremos para nós e com que manifestações territoriais próprias?

¹⁰⁵A crítica ao conceito de autenticidade da filosofia alemã é apresentada por HOARAU(1989,4-6).Entretanto aqui se toma a palavra muito mais próxima à noção de necessidades radicais como a desenvolve Agnes Heller(1982).

Nisto consistiria a substância da socialidade: mesmo nas mutações dos eventos, resguardar as interrogações que permitam o surgimento do novo, do criativo e, em termos espaciais, perceber com mais acuidade o permanente e o transitório na diferenciação espacial do território.

Socialidade e territorialidade familiar

Alguém mais ávido de respostas poderia retornar à questão. Onde iniciar o caminho da socialidade que conduz à maior consciência territorial? Pela recuperação da territorialidade familiar que se assemelha a um trabalho de limpeza de tudo que a desvirtua, pois é preciso cuidar para não haver a falência da verdadeira territorialidade familiar, isto é, dos impulsos que nela são originariamente gestados e vivenciados. Isto significa começar por onde? Certamente que no território da família, mas não só nele. Em todos os outros territórios que signifiquem extensões dele. Sem pretensões a indicar meios ou receitas, pois este é um trabalho de busca individual e coletiva, é possível, porém, sinalizar suas bases, ou seja, as intenções individuais e coletivas que possibilitam a efetiva realização da socialidade.

Elas consistem essencialmente em que indivíduo e coletividade se percebam como capazes de ter sua expressão própria pelo exercício de sua vontade de criar espaços próprios de autonomia individual e coletiva. "A verdadeira comunidade entre os homens deve basear-se em interesses de caráter universal. Não são os propósitos particulares do indivíduo, mas os objetivos da humanidade que criam uma comunidade duradoura entre os homens. Por isso se diz que a comunidade com os homens em espaços abertos tem sucesso. Quando prevalece esse tipo de união, deve-se levar a cabo até mesmo tarefas difíceis e perigosas..." Assim sabiamente afirma o I Ching no hexagrama 13 "Comunidade com os homens" e sobre isso Carol ANTHONY(1989:187) comenta: "*de fato, o próprio nome do hexagrama implica que o companheirismo e a unidade encontram-se entre os grandes objetivos da humanidade*"

E é na territorialidade familiar que se encontram embutidos valores universais como a liberdade e a solidariedade que catapultam tais objetivos. Por isso, ela pode ser o elo de ligação entre todas as escalas de análise espaço-temporais, independente das mutações espaço-temporais que se produzam sobre a realidade no seu processo de gestar historicamente a territorialidade como comunidade entre os homens.

Espero que tenha ficado claro que, neste sentido, o universal não deve ser confundido com uma escala de análise macro, seja qual for o nome que lhe demos: internacional, mundial ou outro semelhante. E nem que consista na afirmação de valores histórica e espacialmente determinados como padrões de universalismo.

Os mais impacientes (como eu, muitas vezes) poderão pensar: - mas como vencer a não participação, a indiferença, a alienação, a "cabeça-feita" pela ideologia espacializante quando não se está pensando por si, mas se pensa que está? Enfim, **COMO MUDAR?**

Não tenho uma resposta pronta. Posso apenas testemunhar algumas poucas situações que retratam bem a socialidade. Uma delas, foi a de um grupo de mulheres analfabetas de uma vila de periferia urbana que iniciou suas aulas numa organização de sociabilidade solidária: uma cedia a casa para que todas se reunissem para as aulas, na falta de um espaço, de um "território" específico para este fim, enquanto outra pessoa, solidária ao trabalho de alfabetização, distraía as crianças pré-escolares na rua para que as mães pudessem estudar. O grupo chegou mesmo a se propor a rifar uma toalha plástica de mesa para angariar fundos para construir o seu espaço, no caso, bem concreto, de autonomia.

A outra situação foi o clima de socialidade das aulas de uma professora de culinária, bordado e tricô, aulas essas solicitadas pelas mulheres da localidade de Sete de Setembro e de Vila Marcelo, no interior de um dos então distritos, quando eu fazia as entrevistas pré-emancipação. E a terceira situação, que me tocou profundamente, foi na Ressaca do Urubucaru, na reunião promovida pelo Sindicato, e já relatada. Primeiro foi a sinceridade presente ao me dizerem que "não entendiam muito estas coisas", despidos de qualquer falso amor próprio em afirmar isso. E, no final, face ao meu desejo em incluir as mulheres na conversa, como reação, veio o convite para que eu jogasse bocha com eles - um jogo que no Rio Grande do Sul é só de homens! E mais: - além da sua disposição em me admitir, a sua boa vontade em me ensinar a jogá-lo e suas palavras de incentivo face à minha relutância.

Se se aceitar o caráter contingente, não pré-determinado e contraditório das possibilidades inseridas nos eventos que compõem cada *mudança*, poder-se-ia concluir que o campo onde se

expressam identidades sociais novas ou tradicionais é o laboratório onde se processa o imaginário político e social. Aprofundar como se constitui um novo imaginário político e social, que nutra movimentos com projetos de vida social, é uma tarefa árdua por dois motivos. Primeiro pelo descrédito e desesperança popular no que respeita ao "político" e outra, de ordem acadêmica, pela necessidade de estabelecer um contínuo ir e vir entre teoria e prática, com toda a instabilidade inerente ao social, mas por isso mesmo necessária sobretudo àqueles que se dedicam a uma prática engajada, ou que, como intelectuais, desejam clarificar qual pode ser a sua contribuição.

No caso dos movimentos por reivindicações territoriais, é neste laboratório que se produzem mudanças espaciais indicadoras de uma real regionalização, ou seja: da atuação de processos sociais sobre o território que possam alterar a estrutura regional até em sua forma. No caso sob análise, esta se concretiza pela criação de novas cidades incorporadas à rede urbana. Mas como a regionalização não se processa unicamente através da forma, na trama das várias possibilidades - quero crer - é possível criar condições para que as transformações necessárias se efetivem nas raízes, nas antenas e nas redes da territorialidade, informadas por uma outra ética, diferente desta, insatisfatória, que está aí.

Finalizando, gostaria de mencionar que do ponto de vista da gestão do território, o que se tem observado nos últimos anos, é uma fragmentação da estrutura municipal de governo, onde o poder local situado na sede não consegue planejar: - é errático, responsivo às demandas distritais de um modo irregular, facilitando pois a campanha das comissões emancipacionistas na adesão ao "sim" na consulta plebiscitária, e contribuindo para um néo-clientelismo anestesiador de possíveis antagonismos que então jazem latentes ou se transformam, institucionalizando-se.

A novidade histórica no Brasil aconteceria se esses movimentos reivindicatórios ensejassem a produção de sujeitos sociais oriundos de um campo de forças populares amalgamados por um imaginário político e social comprometido com um processo de elaboração e construção de seus próprios projetos. Em outras palavras: que as posições de cada sujeito lhes permitisse conciliar sua inserção no cotidiano com projetos sociais em que pessoa, espaço e

tempo transitassem agilmente entre o universal/individual e o universal/social, mesmo sob as condições de instabilidade inerentes ao social.

Nestes tempos de desalento e desilusões políticas que assolam o país, é na construção no quotidiano (portanto a médio e talvez a longo prazo) de um novo imaginário social e político que se poderia, talvez, saciar a sede de uma autonomia mais efetiva. Continuem ou não a ocorrer proximamente novas emancipações municipais, o que importa é que fragmentações ou integrações de territórios se afigurem como oportunidades (dentre tantas outras) de ruptura com esta ordem vigente, onde a consciência do território, atendidas as reivindicações básicas, transcenda-as inspirada numa outra ética, diferente desta que aí está e da qual muitos já estão fatigados.

ESPAÇO, TEMPO E ESCALAS DE ANÁLISE

Mencionei o território como uma das escalas de análise geográfica. Parece-me oportuno determo-nos um pouco aqui. Muito se tem discutido sobre o espaço, a região, o território, como indiquei no capítulo sobre o território. Lá como aqui sem ambições a uma revisão bibliográfica sobre o assunto e a um cotejo com outras abordagens, o que fugiria aos propósitos deste trabalho, pretendo apenas reenviar a alguns pontos de vista passíveis de discussão.

Para *recomeçar*: o que é o espaço? O espaço é dimensão. A geometria nos diz, na verdade, que ele tem três dimensões: comprimento, largura e altura. E o dicionário define dimensão como o sentido em que se mede a extensão para avaliá-la. Ainda segundo ele, para a Matemática dimensão é sinónimo de tamanho. Então o espaço é o conjunto de três extensões mensuráveis ou, simplesmente, a terceira dimensão, como comumente se diz. A quarta, na teoria da Relatividade de Einstein, é o tempo. Sem preparo pessoal para discuti-las em Física ou em Filosofia, para os fins a que me proponho aqui, o espaço é uma dimensão amalgamada a outra: o

tempo. Esta é uma dimensão em constante movimento, responsável por mutações perceptíveis no espaço.

Estas mutações se produzem na natureza e na humanidade. O modo que temos para perceber-las é analisá-las em escalas espaço-temporais diversas. Incluir a dimensão temporal na escala de análise geográfica, no meu entender, não se restringe a reservar um capítulo à parte, historiando cronologicamente os acontecimentos, numa história meramente factual e descritiva.. É algo muito mais simples, porque menos enfadonho e muito mais difícil por exigir constante atenção, de modo a relacionar o argumento atual, isto é , o tema presente de que se ocupa a análise geográfica, às ilações possíveis a partir do que a história tem para nos contar relacionado a este argumento.

Das possíveis escalas espaço-temporais de análise, há pelo menos três: a local, a nacional e a mundial, o que não é novidade alguma. A local, eu chamaria preferivelmente de territorial. Ela não se restringe necessariamente a um só lugar, embora se possa fazê-lo. Ela pode abranger, como no caso da presente investigação, um conjunto de lugares sem com isso pretender realizar uma análise regional. Voltando às três escalas: como delimitá-las? Não sei ainda. Só sei que não o faria como Lacoste em "*Unité et Diversité du Tiers Monde*", embora respeite o seu trabalho. E por que não? Primeiro, porque os indicadores sócio-econômicos que utilizou baseados em Sauvy não respondem mais de modo adequado às velozes transformações do mundo atual, sobretudo às tecnológicas, que estão alterando tanto o espaço como o tempo. Não é que tais indicadores não sejam reveladores de uma realidade sócio-econômica ainda existente. Não se trata disso! Ela ainda persiste, mas não se esgota aí. É preciso incluir outros aspectos pertinentes ao que Milton Santos chama de período técnico-científico e que eu não chego ainda a descortinar. Esta é uma árdua tarefa teórico-metodológica a que todos nós, geógrafos, estamos chamados a refletir e contribuir.

E a região? E a escala regional? Desaparece sob a força homogeneizante do capital como querem alguns, persiste só enquanto repositário da cultura, como advogam outros? Seria possível resgatar a região utilizando as conceituações marxistas de "em si" e "para si", (que na

verdade são hegelianas), como preconiza uma terceira posição? Ou deve-se simplesmente enfatizar o território e descartar a região como sinaliza uma outra abordagem e que tem levado a uma mera substituição do termo região por território?

Não é este o lugar de promover tal discussão, e nem estou me propondo a fazê-lo aqui e agora. O propósito aqui e neste momento, era situar a categoria território no âmbito das escalas de análise geográfica e vê-las todas como escalas espaço-temporais. Existirá uma territorialidade (ou espacialidade), sua alienação, seu uso político, e uma consciência a desenvolver na socialidade, em outras escalas? Ou ainda: estas categorias e estes mapas cognitivos são uma ferramenta útil para a análise de outros territórios da nação e do mundo, diferenciados espacialmente destes que analiso? Estas são interrogações com as quais teremos que conviver até que haja disponibilidade e possibilidades de verificá-las e refletir mais sobre elas.

Mas há ainda uma questão de método preocupante: como realizar uma investigação ou uma abordagem didática em que a análise não sofra das tradicionais dicotomias: análise geográfica e análise histórica, estanques¹⁰⁶ que as fazem se assemelhar a insetos espetados num quadro de colecionador? Novamente não disponho de receituário. Posso apenas referir o caminho que segui. Trata-se de envolver toda a análise com o argumento de um núcleo categorial cêntrico. No presente caso trata-se de construir a análise através de uma categoria nodal: a territorialidade - com o auxílio que os aportes geográficos, históricos e literários possam oferecer. A preocupação principal não esteve também em datar, em buscar uma periodização. Na presente pesquisa assumi que dois eventos históricos de maior significado, processualisticamente, sucederam na área: as Missões Jesuíticas e a Colonização por imigrantes europeus. Estes dois eventos foram os fundamentos da territorialidade e foi o seu desenrolar que mostrou as transformações hoje visíveis no território, sensível às transformações "em antenas" e em redes que hoje operam mundialmente, trazendo talvez um outro significado ao que se chamava antes de universalismo.

¹⁰⁶Ou ao contrário, numa confusa miscelânea intitulada estudos sociais, no caso dos currículos e livros didáticos.

Bibliografia :

- AMPHOUX, Pascal (1985) - Le territoire Occulte Espace et création chap. VII:257-309
Fragments d'Écologie Humaine Bruxelles Castella et Éditions de l'Université de Bruxelles
- ANTHONY, Carol K. (1989) *A filosofia do I Ching* Rio de Janeiro Editora Nova Fronteira
- ARANHA, Maria Lúcia e MARTINS, Maria Helena P. (1989) cap.4 - "Do mito à razão: o nascimento da filosofia na Grécia Antiga; cap.5 - "O que é filosofia?"; "Trabalho e alienação"; cap.18 - "Introdução à política"; cap. 19 - "A sociedade tribal"; - "A teoria do Estado em Hegel" in *Filosofando: introdução à Filosofia* São Paulo Editora Moderna
- BETTELHEIM, Bruno (1988) - *O coração informado: autonomia na era da massificação* Rio de Janeiro Paz e Terra Coleção Testemunhos, v.4
- BLANQUART, Paul (1988) - Sur la piste de l'homme moderne *EspacesTemps* 37:64-68 Paris Association EspacesTemps
- BORDA, Orlando Fals e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1986) - *Investigación Participativa* Montevideo Instituto del Hombre Ediciones de la Banda Oriental
- CLAVAL, Paul (1979) - *Espaço e Poder* Rio de Janeiro Zahar Editores S.A.
- COOKE, Philip and MORGAN, Kevin (1991) - "The NETWORK PARADIGM New Departures in Corporate and Regional Development" Paper presented at the international seminar "Undefended Cities and Regions Facing the New Eoropean Order" , Lemnos, Greece, August 27-September 1, 1991
- COX, Kevin R. (1991) - "Comment:Redefining 'territory'" *Political Geography Quaterly*, v. 10, 1:5-7, january
- DA MATTA, Roberto (1987) - *A casa e a rua* Rio de Janeiro Editora Guanabara

- DUPUY, Gabriel (1987) - Les réseaux techniques sont-ils des réseaux territoriaux? *L'Espace Géographique* 3:175-184
- ELIAS, Norbert (1991) - *La société des individus* Paris Fayard
- ESPACESTEMPS (1989) - A qui profitent les racines? Editorial *EspacesTemps* 49:2-3 Paris Association EspacesTemps
- FELIZARDO, Júlia Netto, org.(s.d.) *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul (Criação dos Municípios)* Porto Alegre Instituto Gaúcho de Reforma Agrária 92pp
- FEYERABEND, Paul (1989) - Entrevista a Guitta Pessis-Pasternak em 28/02/82 - *Entrevistas do Le Monde - Idéias contemporâneas* São Paulo Editora Ática S.A.
- GOTTMANN, J.(1951) - Geography and International Relations *World Politics* 3:153-73
- GOTTMANN, J.(1952) - The political partitioning of the world: an attempt at analysis *World Politics* 4:512-19
- GOUSSAULT, Bénédicte (1988) - Familles, je vous hais-me *EspacesTemps* 37:69-75 Paris Association EspacesTemps
- GOUSSAULT, Bénédicte (1989) - Cultiver ses racines *EspacesTemps* 49:45-49 Paris Association EspacesTemps
- GUARANCINI, G. (1990) - "Region, retour aux sources" *Espaces Temps* 43/44:69-72 Paris Associations EspacesTemps
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich - *La phénoménologie de l'Esprit* traduction de Jean Hyppolite tome I Paris Aubier, Éditions Montaigne. Ed. original :1807
- HELLER, Agnes (1982) - *Para mudar a vida. Felicidade, liberdade e democracia - Entrevista a Ferdinando Adornato* São Paulo Brasiliense

HESSEL, José Ribeiro (1976) *Criação de municípios no Rio Grande do Sul* Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública

HORAU, Jacques. (1989) - Géologie negative. *EspacesTemps* 49:4-16 Paris Association EspacesTemps

JAPIASSU, Hilton e MARCONDES, Danilo (1990) - *Dicionário Básico de Filosofia* Rio de Janeiro Jorge Zahar Editor

KAYSER, Bernard (1985) - O geógrafo e a pesquisa de campo *Seleção de textos* São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros 11:1-23 (Teoria e método)

LACLAU, Ernesto - Teorias marxistas do Estado: debates e perspectivas in: LECHNER, Nerbert (org.) *Estado y Políticas in América Latina*

LA SALVIA, Flávia e MARODIN, Elisabeth (1976) "Evolução Municipal: uma Análise Geográfica" *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul* Porto Alegre Secretaria de Agricultura ano 21, nº 19 pp.3-16

LEBRUN, Gerard (1983) - A liberdade segundo Hannah Arendt :52-66 e Razão positivista e razão prática :67-73 *Passeios ao Léu - Ensaio* São Palo Brasiliense

LEFEBVRE, Henry (1969) - *O direito à cidade* São Paulo Editora Documentos Ltda.

LEFEBVRE, Henry (?) - Estrutura social: a reprodução das relações sociais in: MARTINS, José de Souza e FORACHI, Maria Helena - *Sociologia e Sociedade* Ao Livro Técnico

MARTINI, Maria Luiza (1985) - Movimento Social no Campo: intervenção sociológica e história. *História, ensino e Pesquisa* Porto Alegre Sulina 1;1:49-75

MESQUITA, Zilá (1984a) - Resenha de: "RS: Economia e conflitos políticos na República Velha" de Pedro Dutra da Fonseca *Ensaio FEE* 4:2, 179-184

- MESQUITA,Zilá (1984b) - Divisões regionais do Rio Grande do Sul: uma revisão *Ensaio FEE* 5:2, 95-146
- MESQUITA,Zilá (1986) - Maior avaliação na criação de municípios *Correio do Povo* domingo, 12 de outubro, Porto Alegre RS
- MESQUITA,Zilá (1986) - *Qual território? E para quem? Compartilhando inquietações e repondo indagações sobre a sociedade e seu espaço* Trabalho apresentado na Reunião de Consulta do Instituto Pan-Americano de Geografia e História no Rio de Janeiro
- MESQUITA,Zilá (1988a) - Os "espaços" do Espaço Brasileiro em fins do século XX *Terra Livre* 4 :9-38 São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros Ed. Marco Zero
- MESQUITA,Zilá (1988b) - *Movimentos emancipatórios : lutas políticas contra o Estado, fora dele ou dentro ?* Não publicado Apresentado no II Seminário Latinoamericano de Geografia crítica: "Nuevos Roles del Estado en el reordenamiento del territorio" Buenos Aires, diciembre 1990
- NIETZSCHE,Friedrich (1988) - *Ecce Homo* São Paulo Ed. Max Limonad
- OFFE,Klaus (1984a) - Partido competitivo e identidade política coletiva *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* Rio de Janeiro Tempo Brasileiro,291-311
- OFFE,Klaus (1984b) - A democracia partidária competitiva e o Welfare State *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* Rio de Janeiro Tempo Brasileiro,355-386
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (1976) - *Identidade, Etnia e Estrutura Social* São Paulo Livraria Editora Pioneira
- OLIVEN, Ruben George (1986) - O nacional e o regional na construção da identidade brasileira *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1,2:68-74

- ORTIZ, Renato (1985) - *Cultura Brasileira & Identidade Nacional* São Paulo Editora Brasiliense
- PETRELLA, Riccardo (1989) - La mondialisation de la technologie et de l'économie Une (hypo)thèse prospective *Futuribles Septembre :3-25* Paris
- PINCHEMEL, Philippe et Geneviève (1988) - *La face de la Terre Éléments de Géographie "Régions et Territoires. Chap. 16* Paris, Armand Colin Éditeur
- PIQUET, Rosélia (1990) - Grandes projetos e tendências na ocupação do território: a modernização excludente *Espaço e Debates 31:72-81* São Paulo
- POULANTZAS, Nicos (1981) - *O Estado, o Poder, o Socialismo* Rio de Janeiro Edições Graal
- RAFFESTIN, Claude (1980) - *Pour une géographie du pouvoir* Paris Librairies Techniques (LITEC)
- RAFFESTIN, Claude (1983) - La territorialité mal aimée et/ ou mal comprise ou les avatars d'une notion mal aimée et/ ou mal comprise *L'Espace Géographique 12,4:305-306*
- RAFFESTIN, Claude (1986) - Écogénèse territoriale et territorialité. AURIAC, F. et BRUNET, R. - coord. - *Espaces, jeux et enjeux* Paris Fondation Diderot /Fayard
- RAFFESTIN, Claude (1989) - Preface - LEVY, Bertrand - *Géographie Humanise et Litterature: L'Espace existentiel dans la vie et l'oeuvre de Hermann Hesse (1877- 1962)* Genève Le concept Moderne/Editions
- REGO, Nelson (1988) - "A Experiência de Autogestão dos Trabalhadores Agrários de Nova Ronda Alta e o seu Significado para o Movimento dos Sem Terra" *Terra*

Livre 4:65-76 São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros Editora Marco Zero

ROGERS, Carl (1972)- *Liberdade para aprender* Belo Horizonte 2ªed. Interlivros de Minas Gerais

RUCKERT, Aldomar Arnaldo (1982) "As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul" *Boletim Gaúcho de Geografia* Porto Alegre Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Porto Alegre n° 9, pp25-32.

SANTOS, Milton (1988) - Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente *Geosul - Revista do Departamento de Geociências* CCH Florianópolis 3:5 :85-100.

SCHWARTZMAN, Simon (1988) - *Bases do Autoritarismo Brasileiro* Rio de Janeiro Campus, 3ª edição

SILVA, Armando Corrêa da (1978) - *O espaço fora do lugar* São Paulo, Hucitec

SILVA, Armando Corrêa da (1986) - *De quem é o pedaço? Espaço e Cultura* São Paulo Hucitec

SILVA, Armando Corrêa da (1989) - "A metrópole e as razões da razão técnica" São Paulo Não publicado

TAYLOR, Peter (1985) - "Territory, State and Nation":95-140 *Political Geogrphy* Longman Group Limited

THEIMER, Walter (1970) - "Hegel: dialética e romantismo" cap.XI *História das idéias políticas* Lisboa Ed. Arcádia p. 231-266

TUNG, Mao-Tsé (1985) - Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar *Seleção de Textos* São Paulo Associação dos Geógrafos Brasileiros 11:41-42 (Teoria e Método)

VIRILIO, Paul e LOTRINGER, Sylvère (1984) - *Guerra Pura. A militarização do cotidiano* São Paulo Brasiliense

Glossário:

Com o objetivo de facilitar ao leitor, oferecendo-lhe um rápido acesso a definições de alguns dos conceitos aqui trabalhados, mas sem a pretensão de cobrir a todos e nem de esgotar o assunto, foi constituído este glossário. Entretanto o mesmo não pretende ser completo e nem substitui as fontes ou as referências indicadas. Sempre que a fonte não for indicada, é que o termo é aqui apresentado segundo o referencial teórico elaborado na presente pesquisa.

ANTENAS - Os vários estímulos externos a que os indivíduos e grupos são submetidos numa sociedade complexa como a contemporânea. As antenas, este conjunto de múltiplas influências externas sobre o indivíduo e a sociedade, se por um lado tendem a uniformizar os estilos de vida seja pelos hábitos de consumo seja pelos padrões culturais difundidos pela mídia, por outro lado nada há que prove que elas tenham alcançado esta efetivação plena, dadas as características diferenciais que encontram em cada sociedade. As antenas significam em suma as transformações, as desarticulações sobre cada economia nacional e local submetidas ao processo de modernização, mas significa também a tendência à imposição de padrões culturais pela mídia, e, admita-se, a codificação e semiotização dos espaços a que se refere Raffestin.

AUTONOMIA - "faculdade de se governar por si mesmo, direito ou faculdade de se reger (um país) por leis próprias; emancipação; independência; sistema ético segundo o qual as normas de conduta provém da própria organização humana" FERREIRA, Aurélio Buarque de (1969) *Pequeno Dicionário da Língua Potuguêsa* São Paulo Ed Civilização Brasileira /Companhia Editora Nacional, p139.

"Liberdade política de uma sociedade capaz de governar-se por si mesma e de forma independente, quer dizer, com autodeterminação. JAPIASSU, H. e MARCONDES, D. (1989) *Dicionário Básico de Filosofia* Rio de Janeiro Jorge Zahar editor, p. 29.

CONSCIÊNCIA TERRITORIAL - a consciência territorial é a possibilidade de transformações em nós e no território. Em nós são transformações de indivíduos como membros da espécie, em pessoas pelo situar-se enquanto fato de consciência, no sentido fenomenológico.

A consciência territorial nesta ótica abre um leque de possibilidades de transformações em nós e na sociedade por interrupções nos padrões vigentes, *se e quando* houver tomada de consciência. Como se relacionam consciência territorial e territorialidade? É a partir de transformações em nossas vivências e de mudanças em nossa concepção de territorialidade, que poderemos alcançar níveis mais consistentes de consciência territorial. A consciência territorial seria uma territorialidade-socialidade, em que a territorialidade - seja em sua acepção familiar, senhorial ou cultural - enquanto projeção de sentimentos negativos, possa ser substituída, "*transmutada*" em uma territorialidade-socialidade.

O modo como trabalharmos em nós mesmos os impulsos internos e os estímulos internos que selecionarmos da realidade segundo critérios de posse, poder ou liberdade, assim se expressará nossa consciência territorial. Dada a pouca atenção que dispensamos a este processo no papel de observadores de nós mesmos, é frequente que o grau de consciência territorial em que nos encontramos seja uma confusa mistura destes três critérios. As rupturas, as interrupções, as mudanças, podem configurar-se como oportunidades de desvelar o que se encontra obscuro, (as raízes) embora não queira isso dizer que tal necessariamente sempre ocorra. A consciência territorial autônoma, libertária, seria aquela conducente à socialidade.

FRAGMENTAÇÕES TERRITORIAIS - Buscas de autonomia político-administrativa, elas podem ser vistas enquanto rupturas no espaço material como oportunidades que se oferecem a um grupo humano de uma nova tomada de consciência de sua situação: um olhar interior (sobre a sua identidade e a sua territorialidade) e um olhar exterior (sobre os outros grupos).

LOCALIDADE - Segundo a resolução nº 68/88 de 31 de outubro de 1988 do Presidente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, "Art.1º É conceituado como LOCALIDADE todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de

habitantes. Art.2º Fica estabelecida a seguinte classificação e definição de tipos de LOCALIDADE, para uso do IBGE em seus levantamentos estatísticos:

I Capital Federal - localidade onde se situa a sede do Governo federal com seus poderes executivo, legislativo e judiciário.

II Capital - localidade onde se situa a sede do Governo de unidade política da Federação, excluído o Distrito Federal.

III Cidade - localidade com o mesmo nome do município a que pertence (sede municipal) e onde está sediada a respectiva Prefeitura, excluídos os municípios das capitais.

IV Vila - localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertence(sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais.

V Aglomerado Rural - localidade situada em área legalmente definida como rural com um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formado área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação.

VI Propriedade rural - localidade que não tem a categoria de sede de circunscrição administrativa e onde se manifesta exclusivamente o domínio individual ou empresarial.

VII Núcleo - localidade sem a categoria de sede de circunscrição administrativa e onde se aglomeram habitantes sob regime especial.

Artº 3º A localidade definida como Aglomerado Rural a que se refere o item V do artigo anterior, classifica-se em dois tipos:

I- Aglomerado Rural de Extensão Urbana - localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância do perímetro urbano legal de uma Cidade ou Vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão urbana, possuindo contigüidade em relação aos mesmos. Constitui simples extensão da área

urbana legalmente definida, com loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais, aglomerados de moradia ditos subnormais ou núcleos desenvolvidos em torno de estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços.

II Aglomerado Rural Isolado- Localidade que tem as características de Aglomerado Rural e está localizada a uma distância igual ou superior a 1 km do perímetro urbano legal de uma Cidade ou Vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de Extensão Urbana.

Artº 4º A localidade definida como Aglomerado Rural Isolado a que se refere o item II do artigo anterior classifica-se em dois subtipos:

I - Povoado localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1(um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2(dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1(um) estabelecimento de ensino de 1º grau, de 1º à 4º série, em funcionamento regular; 1(um) posto de saúde com atendimento regular e 1(um) templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e/ou áreas rurais próximas. Corresponde ao aglomerado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, que não está vinculado a um único proprietário do solo, e cujos moradores exercem atividades econômicas quer primária, terciárias ou, mesmo secundárias, na própria localidade ou fora dela.

Outros Aglomerados Rurais Isolados localidade que possui a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos enunciados para o Povoado.

Artº 5º É conceituado como Lugarejo ou local todo lugar que não se enquadre em nenhum dos tipos referidos nos artigos anteriores e que conte com moradores (lugarejo) ou não (local), desde que possua nome pelo qual seja conhecido."

MODERNIZAÇÃO - significou e significa hoje mais do que nunca, fazer face aos desafios da economia internacional cada vez mais demandante de competitividade tecnológica, com as

desarticulações que atuam sobre o quadro brasileiro dadas as restrições externas - dívida externa, imposições do GAT, do FMI, as guerras de comércio internacional por fatias de mercados nacionais - e as restrições internas - grande mercado consumidor potencial mas não *real* dadas as disparidades de distribuição de renda, herário público endividado por força das práticas inerentes a um estado patrimonialista, uma regulação social injusta na medida em que se insere em práticas inoperantes

RAÍZES - São impulsos lastreados em sentimentos (universais) de emulação, competição, ambição, autonomia, ou valores como a liberdade, profundamente *enraizados* no ser humano e que nutrem vivências familiares, senhoriais e culturais tecidas na sociabilidade.

REDES - A transnacionalização da economia, o grande desenvolvimento das comunicações, faz com que vivamos hoje em redes cuja trama não é sempre visível. Elas, as redes, proporcionam uma mobilidade espaço-temporal no planeta, nunca antes atingida. Então as transformações atuais criam, simultaneamente vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, diversas da convivência permanente, como era até então vivida e conhecida como tal. As redes sugerem a flexibilidade de cada parte da malha e suportam portanto as diferenças, inclusive a *diferenciação espacial* pré-existente ao capitalismo, o qual não chega a homogeneizá-la, uma vez que mesmo neste modo de produção ela permanece.

SOCIABILIDADE - Sinteticamente refere-se à capacidade do ser humano de viver em sociedade. Simmel, entre outros, trabalhou este conceito no início do século.

SOCIALIDADE - Trata-se, no contexto do escopo conceitual da presente pesquisa, de uma sociabilidade solidária.

TERRITORIALIDADE - projeção sobre o território deste amálgama (que é a identidade) de impulsos e estímulos exercidos através da sociabilidade. Há portanto uma projeção sobre o território da identidade individual e social construídas a partir da família, das relações de poder e da cultura (dos hábitos, das normas, dos costumes, dos valores, da linguagem).

Anexos :

Dados informativos sobre Entre-Ijuís:

Origem distrital: município de Santo Ângelo

Limita-se com os municípios de : Santo Ângelo, Ijuí, Augusto Pestana

Distância aproximada da Capital: 450 km

Resultados do Plebiscito:

Total de eleitores inscritos: 5.586

Total de votos SIM: 3.518

Total de votos NÃO: 739

Total de votos em BRANCO: 70

Total de votos NULOS: 34

Total que eleitores que votaram 4.361

Não compareceram 1.225

O Município foi criado pela Lei nº8.558, de 13 de abril de 1988, promulgada pelo Governador do Estado do Rio grande do Sul.

"Localizado na região das Missões, o novo Município abrange uma área de 550 km², onde está distribuída uma população estimada em 15.000 habitantes, dos quais 5.586 são eleitores. O principal fator gerador da economia de Entre-Ijuís é a produção primária, mais

especialmente a agricultura e a pecuária, com grande número de produtores de sementes fidcalizadas. Dois terços da área emancipada é de colônia agrícola-minifúndio, enquanto um terço é de agricultura extensa e pecuária.(...)

Na zona urbana do novo Município estão instaladas mais de 1200 casas, e sua infraestrutura compreende, segundo dados da CRT, 115 telefones, sistema automático com DDD e DDI, dos quais 76 são residenciais e 39 não residenciais; destacamento da Polícia Militar; creche infantil mantida pela municipalidade; posto de saúde pública; posto de Correios e Telégrafos; posto da CORSAN com 77 ligações; eletrificação; transportes e uma agência do BAMERINDUS.

Na área educacional, o novo Município conta com 36 escolas municipais onde estão matriculados 1.101 alunos com 93 professores, 2 escolas estaduais com 423 alunos e 36 professores, uma escola estadual de 1º grau com 378 alunos e 40 professores e uma escola estadual de 2º grau com 147 alunos e 24 professores.

Em Entre-Ijuís também encontra-se um Cartório Distrital, com registro e tabelionato, estação rodoviária com fluxo de 300 passageiros em média, 3 pontos de taxi e posto de conservação de estradas do DNER.

No que se refere ao esporte e ao lazer, a comunidade encontra-se bastante bem suprida, contando com 15 entidades entre as quais destacam-se: CTG "O Grito do Sepé" e o Esporte Clube Sepé Tiaraju. Na área emancipada estão as Ruínas Missioneiras Jesuíticas de São João Batista, bastante conhecida na região como um ponto turístico.

Dados informativos sobre Eugênio de Castro:

Origem Distrital: Santo Ângelo

Limita-se com os Municípios de: Santo Ângelo, Jóia e Augusto Pestana.

Distância Aproximada da Capital: 480 km.

Resultados do Plebiscito:

<i>Total de eleitores inscritos:</i>	<i>2.197</i>
<i>Total de votos SIM:</i>	<i>1.477</i>
<i>Total de votos NÃO</i>	<i>325</i>
<i>Total de votos em BRANCO:</i>	<i>13</i>
<i>Total de votos NULOS:</i>	<i>27</i>
<i>Total de eleitores que votaram:</i>	<i>1.842</i>

O Município foi criado pela Lei n° 8.582, de 29 de Abril de 1988, promulgado pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul

"Onde hoje desponta Eugênio de Castro, em 1930 encontrava-se apenas mata virgem. Naquele ano foram construídas duas estradas, uma ligava Santo Ângelo a Tupanciretã e desta, partia outra que ligava a Ijuí. Formou-se então uma "esquina". (...)

Com mais de 300 prédios no núcleo urbano, somando-se residências, comércio, indústrias, igrejas e sedes recreativas, o novo Município tem uma população estimada em 8.000 habitantes, dos quais 2.197 são eleitores, distribuídos numa área de 670 km².

A economia de Eugênio de Castro baseia-se na agricultura e na pecuária. os principais produtos agrícolas são a soja e o trigo. A produção leiteira também é fator de geração de riqueza para Eugênio de Castro.(...)

Quanto aos recursos de utilidade pública, Eugênio de Castro conta com luz elétrica fornecida pela CEEE; saneamento de água potável com dois poços artesianos, duas caixas de

água com capacidade para 30.000 litros; um centro telefônico com 40 telefones instalados; uma agência de Correios e telégrafos; subdelegacia e Polícia; posto de saúde; estação rodoviária; um ponto de taxi; uma escola estadual de 1° a 5° séries; uma escola cenicista de 5° a 8° séries; um consultório médico com pronto socorro e um posto de atendimento odontológico amparado pelo FUNRURAL.

Na área de esporte e lazer, a comunidade dispõe de um clube social e recreativo, um clube esportivo e recreativo e um centro de tradições gaúchas. Encontra-se na área emancipada uma unidade da Cooperativa Riograndense tritícola Santo Ângelo Ltda. - COTRISA.(...)Na área industrial destacam-se as beneficiadoras de madeira, indústria de calçados, olarias, fábrica de móveis e serralherias.

Dados informativos sobre São Miguel das Missões:

Origem Distrital: Santo Ângelo

Limita-se com os Municípios de: Santo Ângelo, Tupanciretã, Santiago, Bossoroca e São Luiz Gonzaga.

Distância aproximada da Capital: 500 km

Resultados do plebiscito:

<i>Total de eleitores inscritos:</i>	4.288
<i>Total de votos SIM</i>	2.480
<i>Total de votos NÃO</i>	638
<i>Total de votos em BRANCO</i>	33
<i>Total de votos NULOS</i>	27

Total de eleitores que votaram: 3.178

O Município foi criado pela Lei n° 8.584, de 29 de abril de 1988, promulgada pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

A primitiva redução de São Miguel Arcanjo foi fundada em 1632, pelo padre Cristóvão de Mendonza, à margem direita do rio Ibicuí. Para deter o avanço português em direção ao sul, buscando a conquista do Rio da Prata, o governo espanhol determinou a fundação de povoados a partir do rio Uruguai. Os índios Guaranis e os padres Jesuítas deram origem à redução. Igualmente, portugueses e espanhóis, em 1862, ocuparam essas terras. A redução, assim chamada, era o espaço físico onde os padres jesuítas conviviam com os índios. Sua organização assemelhava-se a de vilas e povoados espanhóis, caracterizada por uma praça central, igreja, colégio, oficina, casa para mulheres, casa para os índios, depósitos, hospital, hospedaria, e nos arredores, moinho e olaria.

Em 1687, para possibilitar a expansão de suas lavouras, fixaram-se na bacia do rio Piratini, no local onde estão as ruínas deste povo. São Miguel viveu seu apogeu na primeira metade do século XVIII, período em que se deu a construção da Igreja. A população chegou a 6.000 Guaranis. A Igreja foi construída pelo arquiteto irmão João Batista Primoli que também dirigiu a sua construção de 1735 a 1744, com o auxílio de pedreiros e carpinteiros guaranis.

O Tratado de Madrid determina a troca das Missões Orientais do rio Uruguai, entre as quais se encontrava São Miguel, pela Colônia do Sacramento. Isto determinou a expulsão dos indígenas Guaranis para a margem ocidental do rio Uruguai. Revoltados, os Guaranis enfrentaram as tropas portuguesas e espanholas na chamada "Guerra Guaranítica" (1754-1756) e foram derrotados. Retornaram após a assinatura do tratado de El Pardo (1761), que anula o de Madrid.

São Miguel volta, juntamente com os outros seis povos, ao domínio espanhol. Porém, a confiança nas autoridades estava abalada. Inicia-se o declínio do povoado, acentuado com a expulsão dos Jesuítas(1768) e com a implantação da Administração leiga espanhola. Os sete povos são invadidos e ocupados pelos portugueses em 1801, e o resultado é a derrocada, acentuada pela campanha e o saque de Rivera (1829). Durante quase todo o século XIX o arruinamento de São Miguel se acentua. Somente a partir da terceira década do século XX este processo é invertido, quando as autoridades brasileiras se voltam para a preservação deste importante testemunho de nossa história.(...)

A área do novo Município abrange 1.469 km², onde está distribuída uma população estimada em 10.000 habitantes, entre os quais 4.288 são eleitores. Em São Miguel das Missões estão concentradas grandes áreas de terras, com fazendas de mais de 3.000 ha., onde se cultiva trigo, soja e milho, além da pecuária, com a criação de ovinos e bovinos.(...) A indústria e o comércio são incipientes, contando com comércio de compra e venda de produtos agrícolas, lojas, armazéns, farmácias, moinhos, madeireira, marcenaria e olarias.(...)

Na área emancipada há diversas entidades sociais, onde se destacam o Clube Associativo, o Centro de Tradições Nativistas, os Conselhos Comunitários e o Conselho do Desenvolvimento, congregando os integrantes de toda a região. Em São Miguel das Missões também encontra-se uma unidade da COTRISA - Cooperativa Triticola de Santo Ângelo, com capacidade para 20.400 toneladas, setor de consumo, depósito para adubo, defensivos e residência para funcionários. Sua área construída é de 5.298 m².

*Fonte: - ESTADO do RIO GRANDE do SUL ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA COMISSÃO de ESTUDOS MUNICIPAIS - (1988) Fascículos: *Entre-Ijuís; Eugênio de Castro e São Miguel das Missões* Série: Os novos municípios do Rio Grande do Sul.*

Índice dos Mapas

1 - Sete Povos das Missões	119
2 - Limites do Rio Grande de São Pedro em 1750-1777-1819-1851 segundo os diversos tratados	122
3 - Localização dos Primeiros Núcleos Imigrantes no Rio Grande do Sul	125
4 - Povoamento	126
5 - Rio Grande do Sul em 1809	129
6 - Rio Grande do Sul em 1832	130
7 - Rio Grande do Sul em 1834	131
8 - Rio Grande do Sul em 1873	132
9 - Rio Grande do Sul em 1931	133
10 - Rio Grande do Sul em 1954	134
11 - Rio Grande do Sul em 1955	135
12 - Rio Grande do Sul em 1961	136
13 - Evolução da Fragmentação da Área em estudo	139
14 - Evolução Municipal	140
15 - Emancipações Recentes no Rio Grande do Sul	145
16 - Distritos de Santo Ângelo antes das Emancipações	160

Índice dos mapas conceituais

1 - Emancipações Territoriais e Representantes de Frações Sociais Dominantes numa área de Modernização "Conservadora" da Agricultura no Rio Grande do Sul	36
2 - Realidade Político-Econômica-Social Brasileira influente sobre as Emancipações	38
3 - Antenas, Redes e Raízes da Territorialidade e Consciência Territorial	111
4 - Transformações Econômicas e Políticas Nacionais e Mundiais	166
5 - Escopo Conceitual Abrangente	210

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffe.ch.usp.br/>.

